

2018



MEMORANDO/Nº 55/2018/DINVEST

SGD: 2018/24839/012676

Em 16 de agosto de 2018.

De: Diretoria de Investimentos
Para: Protocolo

Assunto: **Autuar Processo de Credenciamento do Banco Itaú**

Senhor Responsável,

Solicito a atuação do processo de credenciamento da instituição financeira **BANCO ITAÚ**, conforme Edital de Credenciamento nº 001/2018 de 09/05/2018 publicado no Diário Oficial do Estado nº 5108.

Atenciosamente,

(Documento Assinado Eletronicamente)

MILENE MARTINS RAMOS
Diretora de Investimentos



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CERTIDÃO

Certifica-se que o (a) ITAÚ UNIBANCO S.A. (CNPJ 60.701.190/0001-04) encontra-se autorizado por esta Autarquia:

- a. a funcionar como banco múltiplo;
- b. a operar com a(s) carteira(s):
 - Carteira Comercial
 - Carteira de Crédito Financ. e Investimento
 - Carteira de Crédito Imobiliário
 - Carteira de Investimento
 - Carteira de Arrendamento Mercantil
- c. a realizar operações de:
 - Mercado de Câmbio
 - Crédito Rural

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 13:11:09 do dia 22/8/2016, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: 4FBVarUN8R59ZGuQx6gz

Certidão emitida gratuitamente.



IGEPREV-TO
Fl. 04
gh



Abi

Livro:- 4.995 – Páginas 223/225

PROCURAÇÃO bastante que faz:
ITAÚ UNIBANCO S.A.

SAIBAM quantos este público instrumento virem que no ano de dois mil e dezoito (2.018) aos dezenove (19) dias do mês de março, nesta cidade de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, onde eu escrevente, a chamado vim, compareceu como outorgante: **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Prq Jabaquara, São Paulo / SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18/08/2017, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 475.450/17-6, em 16/10/2017, da qual cópia autenticada está arquivada nestas notas, em pasta própria sob nº 1781/17; neste ato, nos termos do artigo 10º de seu referido estatuto social consolidado, neste ato representado(a) por seu Diretor Executivo **LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 05.288.308-9, CPF nº 000.919.997-74 e por seu Diretor **LUIS TADEU MANTOVANI SASSI**, brasileiro, casado, economista, RG nº 7.801.922-9, CPF nº 016.082.558-08, residentes e domiciliados nesta capital, eleitos através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29/04/2016, registrada na JUCESP sob nº 310.570/16-5, em 14/07/2016; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08/08/2016, registrada na JUCESP sob nº 440.436/16-3, em 07/10/2016; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19/09/2016, registrada na JUCESP sob nº 499.677/16-0, em 24/11/2016; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20/09/2016, registrada na JUCESP sob nº 499.678/16-3, em 24/11/2016; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/12/2016, registrada na JUCESP sob nº 108.744/17-6, em 03/03/2017; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17/03/2017, registrada na JUCESP sob nº 282.364/17-1, em 21/06/2017; através da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/04/2017, registrada na JUCESP sob nº 317.257/17-1, em 12/07/2017; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 02/08/2017, registrada na JUCESP sob nº 445.194/17-0, em 28/09/2017, das quais cópias ficam arquivadas nestas notas, juntamente com seu Estatuto Social acima mencionado; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/08/2017, registrada na JUCESP sob nº 550.825/17-4, em 14/12/2017, da qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 2078/17 e através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07/12/2017, registrada na JUCESP sob nº 89.196/18-1, em 21/02/2018, da qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 275/18; reconhecidos pelos próprios por mim de que trato, do que dou fé. Pelo Outorgante, na forma como vem representado, me foi dito que por este instrumento, e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **AGNALDO DE ALENCAR LOPES**, brasileiro, casado, bancário, RG nº M3317257, CPF nº 484.104.116-87; **ALCIDES FAJARDO JUNIOR**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 00001359927, CPF nº 320.092.831-04; **ANDREA HAMU CAMARGO NUCADA**, brasileira, casada, bancária, RG nº 00003110130, CPF nº 758.553.131-15; **ANTONIO CARLOS GONCALVES**, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº M4206635, CPF nº 642.329.646-49; **ANTONIO CARLOS MUHLERT E SILVA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 4231681, CPF nº 019.715.524-37; **CLADIR JOSE KUZMA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 38242997, CPF nº 554.232.569-68; **CYRO DE OLIVEIRA SANTOS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 4007005, CPF nº 633.163.316-20; **ELAINE MURCIA MANETTI**, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 26.138.994-4, CPF nº 254.315.078-18; **ELTON GUSTAVO VAZ**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 62399422,



10982602053098.000620861-9

P.09138 R.007861

RUA PRINCESA ISABEL 363 BROOKLIN
SÃO PAULO SP CEP 04601-001
FONE/FAX: 11-50417622

11º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO
RUA PRINCESA ISABEL 363 - BROOKLIN
R. DOMINGOS DE MOURA, 111 - JARDIM
AUTENTICAÇÃO Autentico a presente cópia reprográfica
extraída neste serventia conforme original
do que dou fé
São Paulo, 02 ABR. 2018



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADUTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

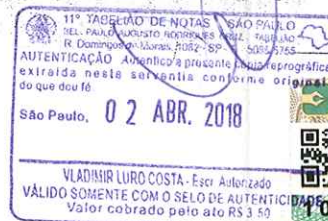


União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

CPF nº 020.489.369-03; **FABIO PEDRO DE SOUZA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16178484, CPF nº 112.174.778-70; **GABRIEL VIEGAS NETO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 12623020, CPF nº 393.101.759-15; **GERALDO LUIS FERRAZ DA COSTA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 00000016104, CPF nº 610.400.107-68; **HEDERSON MARCIO CANTOS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 203725761, CPF nº 105.220.298-50; **JOAO LIBERIO PORTO**, brasileiro, casado, bancário, OAB nº 13997/GO, CPF nº 458.050.321-04; **JOEL MELQUIADES DE SOUZA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 00040121137, CPF nº 531.438.929-00; **JORGE CALDERARO GIORDANO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº 5897446, CPF nº 956.417.342-68; **JORGE LUIZ LIMA RODRIGUES**, brasileiro, casado, bancário, CRC nº 51196, CPF nº 491.994.047-53; **JOSE GERALDO MARTINS**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 1.896.297, CPF nº 402.480.461-87; **KESLLEY ROMANELLI CRISPIM**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 217185411, CPF nº 185.332.928-21; **MARA RUBIA DOS SANTOS CEZAR**, brasileira, solteira, bancária, RG nº 273875826, CPF nº 122.005.948-01; **MARCIA BARBOSA MARRA**, brasileira, casada, bancária, RG nº 000M5854758, CPF nº 807.772.286-53; **MARCO ANTONIO GAMARANO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº M1517843, CPF nº 418.154.596-20; **PAULO ROBERTO MINCOV**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 20195789, CPF nº 474.096.069-91; **RICARDO ANDRE VASTA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº M2282345, CPF nº 509.560.786-72; **ROBERTO ALEIXO E SILVA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 003399355, CPF nº 125.946.872-00; **ROBERTO DE LIMA RODRIGUES**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 042910000, CPF nº 001.383.287-57; **ROBERTO LUIZ B BRACARENSE**, brasileiro, casado, bancário, RG nº M1342754, CPF nº 481.240.366-91; **RODRIGO FIGUEIREDO SILVA**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 261461047, CPF nº 261.163.968-01; **RODRIGO GARCIA COUTINHO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 42428485, CPF nº 018.976.209-85; **SIMONE DA CRUZ SIMOES**, brasileira, casada, bancária, RG nº 12349914-7, CPF nº 084.385.347-67, todos com endereço comercial na Pc Alfredo Egydio S Aranha 100, nº 100, Torre Olavo Setubal, 1º Andar, Prq Jabaquara, São Paulo/SP, aos quais confere poderes para: a) ativa e passivamente, perante órgãos federais, estaduais e municipais, podendo, perante estes últimos, assinar quaisquer impugnações ou recursos; b) participar de licitação pública e privada, em qualquer localidade do território nacional; em todas as suas modalidades e tipos, credenciar representantes, comparecer às audiências e sessões de julgamento, anuir nos termos, assinar e apresentar as respectivas propostas, inclusive lances verbais, documentos ou quaisquer instrumentos, estipular preços, concordar com cláusulas e condições, aceitar exigências, assinar atas e requerimentos, interpor recursos, desistir, praticar enfim, todos e quaisquer atos necessários a sua participação até conclusão do respectivo processo, sendo **vedado** seu substabelecimento; c) outorgar procuração 'ad judicium' a advogado credenciado para defender os interesses do Outorgante perante a Justiça do Trabalho; d) constituir prepostos com o fim especial de representar o Outorgante na forma e para os efeitos do §1º do art. 843 da Consolidação das Leis do Trabalho e dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil; e) constituir prepostos para representar o Outorgante perante órgãos de proteção e defesa do consumidor de que trata a Lei nº 8.078/90; f) representar o Outorgante na qualidade de preposto, perante qualquer instância, juízo ou Tribunal, podendo, para tanto, prestar depoimento pessoal, receber e dar quitação, fazer acordos nos limites de sua alçada, assinando o que for necessário; g) praticar, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, com exceção dos poderes conferidos na alínea "b"; h) requerer certidões, declarações e demais documentos de natureza fiscal, requisitar levantamento, guias e outros documentos para quitação de débitos existentes e regularizações de pendências, sendo **vedado** seu

130
Tabela de Notas
da Capital - SP
ALESSANDRO MARTINS DE SOUZA



13º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO AVELINO LUIS MARQUES



substabelecimento. **FORMA DE REPRESENTAÇÃO:** Os poderes serão exercidos por qualquer um dos Outorgados **isoladamente**, independentemente da ordem de nomeação. **O(s) Outorgado(s) ora constituído(s) fica(m) ciente(s) de que ao se desligar(em) do quadro de administradores/funcionários/prestadores de serviços do Conglomerado Itaú Unibanco, do qual faz(em) parte, não mais poderá(ão) exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após o seu desligamento, sendo inclusive responsável(is) por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do seu desligamento. Esta procuração vigorará até o dia 19 de março de 2019.** - Declaram os Outorgantes que uma cópia da presente está arquivada na Superintendência de Assuntos Corporativos conforme registro sob o nº ITB-0025/2018-3, **ÓRGÃO DE DÉBITO 48856**. - De como assim o disse, dou fé me pediram que lhes lavrasse este instrumento o qual foi feito, lhes li em voz alta, aceitaram e assinam. - Ao Tabelião: R\$ 261,48, Estado: R\$ 74,30, Ipesp: R\$ 50,84, ISS: R\$ 5,58, M.P: R\$ 12,54, R.Civil: R\$ 13,76, Tribunal: R\$ 17,94, Sta. Casa: R\$ 2,62, Total: R\$ 439,06 Eu, JOSÉ ROBERTO PAULO, escrevente, a escrevi. - Eu, ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI, Substituta, a subscrevo. - (aa) LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO / LUIS TADEU MANTOVANI SASSI / ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI (LEGALMENTE SELADA). - Nada mais, dou fé. Traslada em seguida. - Eu, _____, a conferi e assino em público e raso.

Em Testº _____ da verdade



SUBSTITUTO DO TABELIÃO
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - SÃO PAULO - SP
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)



10982602053098.000620864-3

P.09138 R.007864

RUA PRINCESA ISABEL 363 BROOKLIN
SÃO PAULO SP CEP 04601-001

FONE/FAX: 11-50417622

AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente cópia registrada e extraída neste cartório conforme o original que dou fé.

São Paulo, 02 ABR. 2018



CARTÓRIO DO 11º TABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

CARTÓRIO DO 11º TABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

CARTÓRIO DO 11º TABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS



ATO DECLARATÓRIO/CVM/SIN/Nº 990, DE 06 DE JULHO DE 1989.

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar BANCO ITAÚ S/A, CGC-60701190/0001-04, sob o nº ADM-FIN-038, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

Anderson da Costa Santos
SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

preferencial será sempre limitado ao máximo legal permitido. - § 3º - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas gozarão de vantagem de prioridade no reembolso do capital por seu valor, na hipótese de liquidação da Companhia e participação dos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias. - CAPÍTULO III - Assembleia Geral - Artigo 60 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses seguintes ao término do exercício financeiro para os fins previstos em lei e no presente Estatuto e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. - § Único - A Assembleia Geral, convocada de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que escolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários. - Artigo 61 - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. - § Único - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja administrador da Companhia ou advogado, ou ainda acionista da Sociedade, mediante mandato com poderes específicos, cujo instrumento será depositado na sede da Sociedade até a véspera da data marcada para a Assembleia Geral. - CAPÍTULO IV - Da Administração da Sociedade - Seção 1 - Conselho de Administração - Artigo 62 - A Sociedade terá um Conselho de Administração composto de, no mínimo, três e, no máximo, sete membros, acionistas, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com mandato de 3 (três) anos, prorrogável e reeleição. - Artigo 63 - O Presidente, eleito na forma estabelecida no Artigo 60, indicará, na primeira reunião anual do Conselho, o seu substituto, sendo que os demais Conselheiros serão substituídos por acionistas indicados pelo Conselho. - § Único - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes na Sociedade, até a primeira Assembleia Geral, sendo que se a vacância for da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição do novo Conselho. - Artigo 64 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente. - Artigo 65 - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos seus membros e as respectivas atas lavradas em livro próprio. - Artigo 66 - Os membros do Conselho de Administração receberão, anualmente, uma remuneração que lhes for atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas. - Artigo 67 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei: a) eleger a Diretoria e a substituir Diretores; b) decidir sobre os planos operacionais da Sociedade; c) decidir sobre as questões que lhe sejam submetidas pela Diretoria; d) escolher os auditores independentes; e) decidir sobre a criação ou extinção de sucursais e filiais da Sociedade, cujos atos serão praticados pela Diretoria; f) observar e fazer observar os "Acordos de Acionistas", estabelecidos na forma da lei e arquivados na sede social; g) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, o Estatuto Social e o Regulamento das Ações; h) autorizar a alienação de bens imóveis e a construção de obras reais; i) autorizar, previamente, a Diretoria a praticar quaisquer atos que ultrapassem seus poderes de gestão; j) decidir sobre participações relevantes em outras sociedades; l) elaborar o Relatório de Administração referente a cada exercício financeiro da Sociedade; m) convocar a Assembleia Geral. - § Único - O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter geral ou especial, a qualquer dos membros da Diretoria, poderes não conflitantes com as atribuições e competências privativas estabelecidas neste Estatuto. - Seção 2 - Diretoria - Artigo 68 - A Diretoria será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, três (3), e, no máximo, cinco (5) membros, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, acionista ou não, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor Comercial, um Diretor de Operações, estes obrigatoriamente, e Diretores sem designação especial. - Artigo 69 - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, permitida a reeleição e terminará com a eleição e posse de seus substitutos. - § 1º - Além dos poderes e atribuições previstos em lei e resolvidos os poderes específicos do Diretor Superintendente, do Diretor Comercial e do Diretor de Operações, adiante previstos, compete à Diretoria: a) praticar e executar todos os atos de administração da Sociedade; b) executar as determinações do Conselho de Administração; c) nomear procuradores com específicos poderes, observados as preceitos legais; d) aplicar os fundos sociais; e) alienar bens móveis da Sociedade; f) exercer as demais atribuições definidas na estrutura administrativa da Sociedade; g) 2º - Os membros da Diretoria terão representação ativa e passiva da Sociedade, cabendo-lhes executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, e as decisões tomadas em reunião da Diretoria. - Artigo 70 - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos seus membros e os seus atos praticados por 2 (dois) Diretores, ressalvado o disposto nos seguintes artigos. - Artigo 71 - A representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, inclusive perante a repartição fiscalizadora de suas operações e outras quaisquer repartições públicas, caberá ao Diretor que para tal fim for designado pelo Conselho de Administração. - Artigo 72 - No caso de vacância de cargo de Diretoria o Conselho de Administração elegará o substituto que exercerá o cargo pelo prazo remanescente do mandato do substituído. - Artigo 73 - No caso de impedimento ou falta ocasional de qualquer membro da Diretoria por mais de 90 (noventa) dias, será designado pelo Conselho de Administração um substituto, dentre acionistas ou não, que exercerá o cargo, como substituto temporário, durante todo o tempo da falta ou do impedimento. - Artigo 74 - A Diretoria receberá remuneração que for fixada pela Assembleia Geral e distribuída pelo Conselho de Administração. - Artigo 75 - Ao Diretor Superintendente compete, especificamente: I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II - dirigir os negócios sociais, superintendendo e orientando os trabalhos da Diretoria; III - tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria, quando ausente desta; IV - as gestões econômicas e financeiras; V - designar os substitutos eventuais dos demais Diretores nas suas faltas e impedimentos ocasionais, respeitado o disposto nos artigos 22, 23 e 24. - Artigo 76 - Ao Diretor Comercial compete, especificamente: I - as gestões comerciais; II - a substituição do Diretor Superintendente, nas suas faltas e impedimentos ocasionais. - Artigo 77 - Ao Diretor de Operações compete, especificamente: I - as gestões técnicas e mercadológicas; II - a previsão e o planejamento das operações sociais; III - a substituição do Diretor Comercial, nas suas faltas e impedimentos ocasionais. - Artigo 78 - Aos demais Diretores caberão as atribuições que lhes forem cometidas pelo Conselho de Administração. - CAPÍTULO V - Conselho Fiscal - Artigo 79 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral nos casos previstos na legislação em vigor. - § Único - O funcionamento do Conselho Fiscal, quando instalado, irá até a primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. - CAPÍTULO VI - Exercício Financeiro - Artigo 80 - Do resultado do exercício, verificado anualmente, retificar-se-á o necessário para: I - absorção de eventuais prejuízos acumulados; 2 - provisão para pagamento do Imposto de Renda. - Artigo 81 - Do lucro líquido resultante, serão destinados 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, e, do saldo verificado, depois dos resgates determinados pela legislação vigente, serão tirados, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição de dividendos aos acionistas. - Artigo 82 - O saldo final terá destinação que a Assembleia Geral determinar, observadas as prescrições legais. - Artigo 83 - A Sociedade poderá distribuir a seus acionistas dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, distribuição essa que deverá ser por deliberação do Conselho de Administração. - CAPÍTULO VII - Disposições Gerais - Artigo 84 - O exercício financeiro terá a duração de um ano e se encerrará em 31

de dezembro. - Artigo 85 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei. - Artigo 86 - A Sociedade poderá estipular seguros de vida e/ou de acidentes pessoais.

403 - 12/07/89 - NCZ\$ 1.016,40)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Superintendência de Relações com Investidores

ATO DECLARATÓRIO Nº 989, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar GABRIEL ABEL LINGER, CPF nº 018387847-72, sob o nº ADM-PF-093, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

404 - 04-07-89 - NCZ\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 990, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar BANCO ITAU S/A, CGC-60701190/0001-04, sob o nº ADM-FIN-038, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 10 - 27-06-89 - NCZ\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 991, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar ALFREDO EGYDIO STUBAL, CPF nº 014414218-07, sob o nº ADM-PF-094, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 771 - 27-06-89 - NCZ\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 992, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar SÉRGIO BURROSES RAPOSO, CPF nº 022675787-00, sob o nº ADM-PF-095, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 750 - 15-06-89 - NCZ\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 993, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar ANGELO FRANCHINI NETO, CPF nº 434341928-91, sob o nº ADM-PF-096, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 746 - 14-06-89 - NCZ\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 994, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar MERIDIONAL - BANCO DE INVESTIMENTO S/A, CGC nº 43144112/0001-29, sob o nº ADM-FIN-039, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

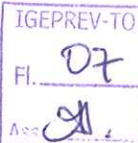
ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 580 - 08-06-89 - NCZ\$ 38,17)

ATO DECLARATÓRIO Nº 995, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar LORI FERRAZO, CPF nº 076588020-68, sob o nº ADM-PF-097, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 700 - 08-06-89 - NCZ\$ 38,17)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM-COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IGEPREV-TO
Fl. 08
Ass. A

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 40 ,DE 26 DE JULHO DE 1979

O Colegiado da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 27 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, resolveu nesta data, autorizar o "BANCO ITAÚ S/A." (C.G.C. - M.F. nº 60.701.190/0001-04) , sediado na capital do Estado de São Paulo, a manter serviço de agente emissor de certificados.


Geraldo Hess
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM-COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS



ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 41 ,DE 26 DE JULHO DE 1979

O Colegiado da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 34 § 2º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, resolveu nesta data, autorizar o "BANCO ITAÚ S/A." (C.G.C.- M.F. nº 60.701.190/0001-04), sediado na capital do Estado de São Paulo, a manter serviços de ações escriturais.

Geraldo Hess

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

ATOS DECLARATÓRIOS DE 26 DE JULHO DE 1979

O Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 27 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, resolveu nesta data:

Nº 40 autorizar o «Banco Itaú S/A.» (C.G.C. — M.F. nº 60.701.190/0001-04), sediado na capital do Estado de São Paulo, a manter serviços de agente emissor de certificados.

Nº 40 autorizar o «Banco Itaú S/A.» (C.G.C. — M.F. nº 60.701.190/0001-04), sediado na capital do Estado de São Paulo, a manter serviços de ações escriturais. — *Geraldo Hess, Presidente em Exercício*

ATOS DECLARATÓRIOS DE 27 DE JULHO DE 1979

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM nº 04, de 30 de abril de 1979 e tendo em vista o disposto no item VIII das Normas anexas à Instrução CVM nº 04, de 24 de outubro de 1978, declara registrados na Comissão de Valores Mobiliários, com a nova denominação social e autorizados a exercer a atividade de auditoria independente no mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis nºs 6.386/78 e 6.404/76, os Auditores Independentes Pessoa Jurídica, referidos a seguir:

Nº 42

Nova Denominação

Almeida-Contadores e Auditores Independentes S/C — Recife — PE

Loudon Blomquist — Auditores Independentes — Rio de Janeiro — RJ
Revisora Nacional — Auditores Independentes S/C — São Paulo — SP
Mário Rocha Auditores Associados — Rio de Janeiro — RJ

Anterior Denominação

Almeida — Contadores e Auditores Independentes S/C Ltda. — Recife — PE
Loudon Blomquist — Auditores — Associados Ltda. — Rio de Janeiro — RJ
Revisora Nacional — Auditores — Independentes S/C Ltda. — São Paulo — SP
Mário Rocha Auditores Associados — S/C Ltda. — Rio de Janeiro — RJ

Nº 43

Auditores Independentes — Pessoa Física
Edi Rosa Fontana — Porto Alegre — RS
Edmundo Feliciano Coimbra — São Paulo — SP
Gustavo Almeida Nunes Leite — Rio de Janeiro — RJ
Mário Gracioso Dourado — Rio de Janeiro — RJ

Paschoal Anania — São Paulo — SP
Auditores Independentes — Pessoa Jurídica
A. Campos & Cia. S/C Auditores Independentes — Aracaju — SE

Melo & Dutra — Auditores e Contadores Sociedade Civil — Rio de Janeiro — Alvaro Ayres Couto

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Diretoria de Planejamento

PORTARIA Nº 96 DE 24 DE JULHO DE 1979

O Diretor de Planejamento, usando de competência delegada, consoante o disposto na Portaria nº 1.236, de 8 de julho de 1971, resolve:

Aprovar — Projeto de Engenharia — Rodovia BR. 487/PR — trecho Umuarama — Ponta do Tigre — Processo DNER nº 18.550/77 — *Francisco Mattos de Brito Pereira*

PORTARIAS Nºs 1, 2, 3 DE 27 DE JULHO DE 1979

O Diretor de Planejamento, usando de competência delegada, consoante o disposto na Portaria nº 1.236, de 8 de julho de 1971, resolve:

Nº 97 Aprovar — O projeto da Variante do Baixo Guandu relativo ao lote 2 da Rodovia BR. 269/ES, trecho Resplendor (MG) — Colatina (ES) entre as estacas 4002+5, 14 e 4352+4,21 variante) — estaca 4358+14,04 (projeto) — Processo DNER nº 24.994/79

Nº 98 — Aprovar — O projeto da ponte sobre o rio Gurupi — Rodovia BR. 316, trecho Divisa entre os Estados do Pará e Maranhão — Processo DNER nº 37.314/78

Nº 99 — Aprovar — Projeto de Obras de Arte Especiais — Rodovia BR. 373/PR, trecho

cho Coronel Vivida — Barracão. — do Processo DNER nº 27.240/73

Nº 100 — Aprovar — O projeto do Viaduto duplo da Serra Del Rey anexo ao lote 77/2 do projeto de Enga. da Rodovia BR. 040/MG, trecho Belo Horizonte-Entr. BR. 356 — Processo DNER nº 25.082/79

Nº 101 — Aprovar — os projetos de obras de arte especiais dos lotes 77/2 e 77/3 integrantes do Projeto de Enga. da Rodovia BR. 040/MG, trecho Belo Horizonte — Entr. BR. — 356 (Lote 7 — Edital 177/79). — Processo DNER nº 23.384/79 — *Francisco Mattos de Brito Pereira*

Nº 102 — Aprovar — o projeto de modificação da linha A do Anel Rodoviário de Belo Horizonte — no trecho BR. 040/MG — Avenida Amazonas. — Processo DNER nº 34.906/78 — *Francisco Mattos de Brito Pereira*

PORTARIA Nº 103 DE 26 DE JULHO DE 1979

O Diretor de Planejamento, usando de competência delegada, consoante o disposto na Portaria nº 1.236, de 8 de julho de 1971, resolve:

Aprovar — o projeto de engenharia para melhoramentos e restauração da Rodovia BR. 262/MT, trecho Subtrecho Campo Grande-Terenos — Processo DNER nº 450.091/73 — *Francisco Mattos de Brito Pereira*

registro de autorização de funcionamento como empresa de navegação interior de porto, o aumento de capital social da Navegação São Miguel Ltda., sediada na cidade do Rio de Janeiro (RJ), de Cr\$ 7.000.000,00 para Cr\$ 14.000.000,00, conforme alteração contratual verificada em 29.01.1979 (Proc. N-79/14925).

Rio de Janeiro 31 de julho de 1979 — *João Carlos Palhares dos Santos, Superintendente*

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974, resolve:

Averbar nos termos do Art. 4º § 1º do Decreto nº 62.383, de 11.03. 1968, a margem do

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

PORTARIA Nº 384, DE 06 DE AGOSTO DE 1979

O Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), no uso de suas atribuições legais, resolve:

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA

PORTARIA Nº 700, DE 31 DE JULHO DE 1979

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, no uso das atribuições que lhe confere a letra c do artigo 25, do Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971,

Considerando os pareceres favoráveis emitidos pelos setores competentes da CR-08, no Processo INCRA/CR-08/nº 9.347/74, referentes ao Projeto de loteamento para fins de Núcleo Urbano, a ser implantado em um imóvel cadastrado sob o código 620.033.006.920/2, localizado no Município de Divinópolis no Estado de São Paulo;

Considerando que foram cumpridas as exigências contidas na legislação que dispõe sobre a matéria — Decreto nº 59.428/66 e Instrução nº 17-A/77;

Considerando, especialmente, o parecer do Diretor do Departamento de Projetos e Operações — DP, emitido através do Relatório INCRA/DP/nº 114 de 18 de julho de 1979, resolve:

I — Aprovar o projeto de Loteamento denominado «Vila Grespan», com 64 lotes, para fins de Núcleo Urbano, a ser executado no imóvel denominado «Sítio Três Barras», com área de 03,7658 hectares, cadastrado sob o código 620.033.006.920/2 localizado no Município de Divinópolis, Estado de São Paulo de propriedade de Marcelino Grespan nos termos do Formal de Partilha datado de 29 de janeiro de 1968, registrado sob a Transcrição nº 28.229, Livro 3-X, datada de 25 de julho de 1968 e Averbação nº 1, datada de 26 de setembro de 1978, no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São José do Rio Pardo, no Estado de São Paulo, que abrangerá a área de 03,7658 hectares, não observando-se remanescente com as seguintes ressalvas:

a) A execução do projeto obedecerá ao disposto na Lei nº 4.771/65 — Código Florestal;

b) O projeto, para poder ser executado, terá que ser inscrito no Registro Geral de Imóveis, na forma e para os efeitos do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e legislação complementar;

II — Determinar ao Departamento de Cadastro e Tributação que proceda à regularização cadastral do imóvel, tendo em vista o projeto ora aprovado. — *Paulo Yokota, Presidente*

PORTARIA Nº 701, DE 31 DE JULHO DE 1979

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, no uso das atribuições que lhe confere a letra c do artigo 25, do Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971,

Considerando os pareceres favoráveis emitidos pelos setores competentes da CR-08, no Processo INCRA/CR-08/nº 648/79, referentes ao Projeto de loteamento para fins de Sítios de Recreio, a ser implantado em um imóvel cadastrado sob o código 637.033.316.059/9, localizado no Município de Ibiuna no Estado de São Paulo;

Considerando que foram cumpridas as exigências contidas na legislação que dispõe sobre a matéria — Decreto nº 59.428/66 e Instrução nº 17-A/77;

Considerando, especialmente, o parecer do Diretor do Departamento de Projetos e Operações — DP, emitido através do Relatório INCRA/DP/nº 112 de 18 de julho de 1979, resolve:

I — Aprovar o projeto de Loteamento denominado «Chácara Sete Lagos», com 58 lotes, para fins de Sítios de Recreio, a ser executado no imóvel denominado «Fazenda

Art. 1º — Revogar a Portaria SUNAB nº 458, de 24-11-78.

Art. 2º — A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data. — *Glauco Carvalho*

Sete Lagos», com área de 98,8642 hectares, cadastrado sob o código 637.033.316.059/9 localizado no Município de Ibiuna, Estado de São Paulo de propriedade de Agrícola e Imobiliária Terra Preta S/C Ltda. nos termos da Escritura Pública da Conferência de Bens datada de 28 de setembro de 1978, registrada sob a Matrícula R.3/1.175, Livro 2 — Registro Geral, Ficha 468, datada de 10 de outubro de 1978 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiuna, no Estado de São Paulo, que abrangerá a área de 98,8642 hectares, não observando-se remanescente, com as seguintes ressalvas:

a) A execução do projeto obedecerá ao disposto na Lei nº 4.771/65 — Código Florestal;

b) O projeto, para poder ser executado, terá que ser inscrito no Registro Geral de Imóveis, na forma e para os efeitos do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e legislação complementar;

II — Determinar ao Departamento de Cadastro e Tributação que proceda à regularização cadastral do imóvel, tendo em vista o projeto ora aprovado. — *Paulo Yokota, Presidente*

PORTARIA Nº 702, DE 31 DE JULHO DE 1979

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, no uso das atribuições que lhe confere a letra c do artigo 25, do Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971,

Considerando os pareceres favoráveis emitidos pelos setores competentes da CR-08, no Processo INCRA/CR-08/nº 1917/79, referentes ao Projeto de loteamento para fins de Sítios de Recreio, a ser implantado em um imóvel cadastrado sob o código 614.025.000.680/0 localizado no Município de Batatais no Estado de São Paulo;

Considerando que foram cumpridas as exigências contidas na legislação que dispõe sobre a matéria — Decreto nº 59.428/66 e Instrução nº 17-A/77;

Considerando, especialmente, o parecer do Diretor do Departamento de Projetos e Operações — DP, emitido através do Relatório INCRA/DP/nº 113 de 18 de julho de 1979, resolve:

I — Aprovar o projeto de Loteamento denominado «Cachoeira dos Cayapós», com 38 lotes, para fins de Sítios de Recreio, a ser executado no imóvel denominado «Sítio Santa Teresinha», com área de 57,8930 hectares, cadastrado sob o código 614.025.000.680/0 localizado no Município de Batatais, Estado de São Paulo de propriedade de Cayapós Empreendimento Imobiliário Ltda. nos termos da Escritura Pública de Constituição de Sociedade Civil datada de 29 de dezembro de 1978, registrada sob a Matrícula R-8-916, Livro nº 2 Registro Geral, Ficha nº 2, datada de 19 de janeiro de 1979 no Cartório de Registro de Imóveis e anexos em Geral da Comarca de Batatais, no Estado de São Paulo, que abrangerá a área de 31,3002 hectares, observando-se um remanescente de 26,5928 hectares, com as seguintes ressalvas:

a) A execução do projeto obedecerá ao disposto na Lei nº 4.771/65 — Código Florestal;

b) O projeto, para poder ser executado, terá que ser inscrito no Registro Geral de Imóveis, na forma e para os efeitos do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e legislação complementar;

II — Determinar ao Departamento de Cadastro e Tributação que proceda à regularização cadastral do imóvel, tendo em vista o projeto ora aprovado. — *Paulo Yokota, Presidente*

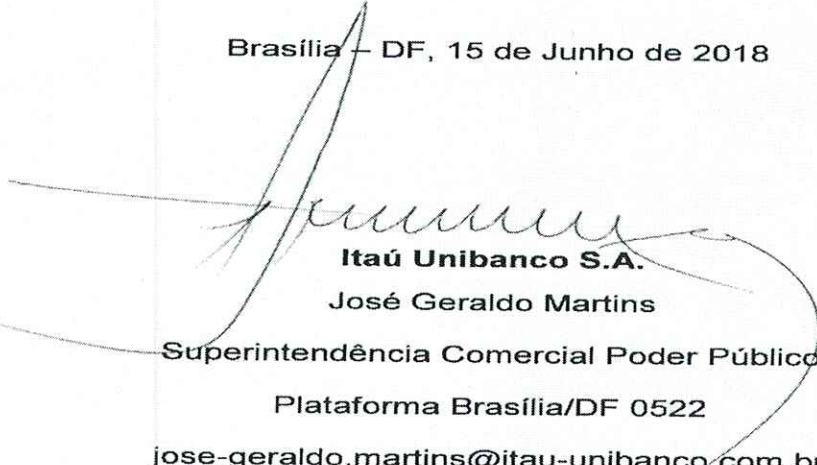


Itaú Unibanco S.A

DECLARAÇÃO DE NÃO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

A empresa **Itaú Unibanco S/A**, inscrita no CNPJ nº. 60.701.190/0001-04 com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, TORRE ITAÚSA, representada por **JOSÉ GERALDO MARTINS**, Cédula de Identidade nº 1.896.297 SSP-GO e do CPF 402.480.461-87, **DECLARA** que reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do INSTITUTO, e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras, dada à natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018


Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Itaú Unibanco S.A
Praça Alfredo Egydio de
Souza Aranha, 100 Torre Olavo S
04344 902 São Paulo SP
www.itau.com.br



Itaú Unibanco S.A

DECLARAÇÃO DE NÃO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

A empresa Itaú Unibanco S/A, inscrita no CNPJ nº. 60.701.190/0001-04 com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, TORRE ITAÚSA, representada por **JOSÉ GERALDO MARTINS**, Cédula de Identidade nº 1.896.297 SSP-GO e do CPF 402.480.461-87, **DECLARA**, sob as penas da lei e para os fins de participação no credenciamento, que atende plenamente os requisitos de habilitação, **DECLARA** que reconhece à abrangência da imunidade Tributária do INSTITUTO, e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018



Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa licitante Itaú Unibanco S/A, inscrita no CNPJ nº. 60.701.190/0001-04 com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, TORRE ITAÚSA, **DECLARA**, sob as penas da lei e para os fins de participação no credenciamento, que, até esta data, **INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OU PENALIDADE IMPUTADA PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) e pelo Banco Central Brasileiro (BCB)**, em razão de infração grave considerada pela autarquia ao gestor, à Instituição Financeira gestora e ao administrador do fundo, nos 5 (cinco) anos anteriores ao pedido de credenciamento e, especialmente penalidades de suspensão do direito de licitar e a declaração de inidoneidade, previstas no artigo 87, III e IV da Lei 8.666/93, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara, ainda, que não possui nenhum servidor público municipal integrado ao seu Corpo Diretivo, Conselho ou quadro de funcionários; afirma a inexistência de ações judiciais de falência ou recuperação judicial em outros foros e de inexistência de procedimentos de liquidação extrajudicial; e inexistência de condenações e penalidades impostas em processos administrativos sancionadores junto ao Banco Central do Brasil e ou à Comissão de Valores Mobiliários e Anbima.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018



Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br



Sites Anbima

Mapa do site

Fale conosco

BUSCAR



[A ANBIMA](#)
[COMITÊS](#)
[AUTORREGULAÇÃO](#)
[INFORMAÇÕES TÉCNICAS](#)
[PRODUTOS E SERVIÇOS](#)
[FUNDOS DE INVESTIMENTO](#)
[FINANÇAS CORPORATIVAS](#)
[DISTRIBUIÇÃO](#)
[TESOURARIA](#)
[SERVIÇOS QUALIFICADOS](#)

Anbima > Fundos de Investimento > Autorregulação > Código de Fundos de Investimento > Participantes

Código de Fundos de Investimento

CÓDIGO E DOCUMENTOS
RELACIONADOS

PARTICIPANTES

PARTICIPANTES CATEGORIA
DISTRIBUIDOR

PERGUNTAS E RESPOSTAS

NOTÍCIAS

Comitês de Representação

Autorregulação

Código de Fundos de Investimento

Código de FIP e FIEE

Conselho de Regulação de Fundos de Investimento

Conselho de Regulação de FIP e FIEE

Comissão de Acompanhamento de Fundos de Investimento

Comissão de Acompanhamento de FIP e FIEE

Código de Processos

Código de Fundos de Investimento - Como Aderir - Categoria Distribuidor

Classificação ANBIMA de Fundos

Anuário de fundos

TODOS - 0 - 9 - A - B - C - D - E - F - G - H - I - J - K - L - M - N - O - P - Q - R - S - T - U - V - W - X - Y - Z

I

Ibirapuera Performance Investimentos L...
 Ibiuna Gestão de Recursos LTDA.
 Icatu Dist. de Títulos e Valores Mobiliari...
 Icatu Gestão Patrimonial Ltda
 Icatu Vanguarda Administração de Recur...
 Ida Trust Distribuidora de Títulos e Valo...
 Icone Investimentos Ltda.
 Ideal Invest S/A
 IFConsultant Asset Management Gestão...
 Iguaçu Investimentos LTDA.
 Impacto Investimentos Ltda
 Incentivo Investimentos Ltda.
 Incentivo S.A. Distribuidora de Tit. e Val...
 Indie Capital Investimentos Ltda
 Infinity Corretora de Câmbio, Títulos e V...
 Infra Asset Management Ltda
 Integral Investimentos S/A
 Inter-Ação Administração de Recursos e ...
 Interativa Investimentos Ltda
 Interinvest Gestão de Investimentos LT...
 Intermedium Distribuidora de Títulos e ...
 INTL FCStone Dist. de Títulos e Valores ...
 Intrag Dist. de Títulos e Valores Mobiliár...
 Invest Capital Gestão de Investimentos ...
 Investfort Gestão de Investimentos Ltda
 Investidor Profissional Gestão de Recurs...
 Investport Gestão e Consultoria de Inve...
 Invet Capital Gestão de Investimentos...
 Inx Administração e Gestão de Recursos...
 Ipanema Gestora de Recursos Ltda
 Ipê Investimentos Asset Management L...
 Iporanga Investimentos LTDA.
 Iris Investimentos e Gestão de Recurso...
 Itaim Asset Gestão de Investimentos LT...
 Itajuí Gestão de Investimentos Ltda.
 Itaú Distribuidora de Títulos e Val. Mobil...
 Itaú Unibanco S.A.
 Itaú Vida e Previdência S.A
 Itaverá Gestão de Recursos LTDA.

Novo Código Comercial: posicionamento sobre o projeto é enviado à Câmara

Nosso superintendente-geral participará de discussão sobre fintechs

Instituições aprovam utilização do Sistema de Supervisão de Mercados

RELACIONADOS

Rankings de Fundos de Investimento

Estatísticas da Indústria de Fundos

Dados Diários de Fundos

Compartilhe:

A ANBIMA

O que é ANBIMA
 Quem somos
 Como Fazer Parte da ANBIMA
 Associados
 Notícias
 Imprensa
 Educação do investidor
 Prêmio ANBIMA de Mercado de Capitais

Comitês

Representação
 Apoio
 Produtos e Serviços

Autorregulação

Códigos
 Novo Mercado de Renda Fixa
 Supervisão
 SSM (Sistema de Supervisão de Mercados)
 Organismos
 Informações Gerais

Informações Técnicas

Rankings
 Estatísticas
 Regulação
 Relatórios
 Preços
 Índices
 Estudos e Projetos
 Boletins

Produtos e Serviços

PSTI
 Certificação
 Cursos
 Revista ANBIMA
 Plano de Saúde
 Informações Técnicas
 SI-ANBIMA

Fundos de Investime

Finanças Corporativ

Distribuição

Tesouraria

Serviços Qualificad

Mapa do site Fale conosco

Ao obter informações através deste site você declara conhecer e aceitar os Termos de Uso e a Política de Privacidade

(Continúa)



e cinco mil, quarenta e nove e sete) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes atribuições:

a) fiscalização do recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,0222 por ação, não cumulativo, que será ajustado em função da inflação, a ser pago em moeda corrente, sob a condição de controle de caixa, e a distribuição de lucros e dividendos, inclusive a distribuição de dividendos em espécie, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhe assegurar o preço pago (por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunciatórios aos atribuídos às ações ordinárias. Parágrafo único. A sociedade poderá adquirir as próprias ações a fim de cancelar as ações mantidas em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Diretoria. **CAPÍTULO VI - DIRETORIA** - artigo 4º - A Diretoria Geral será presidida por um diretor da Companhia e composta por noventa e sete membros, sendo dezesseis ordinários e oitenta e uma preferenciais, sendo que as extralistas certidões, que poderão ser assinadas pelos membros da mesa, não por dois, mas por três.

CAPÍTULO V - DIRETORIA - artigo 5º - A administração da Companhia é exercida pela Diretoria, artigo 6º - A Assembleia Geral fixa a verba global e anual da remuneração da Diretoria, artigo 7º - A Diretoria compõe-se de no máximo, 40 e, no máximo, 150 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, compreendendo os cargos de Diretor Presidente, Diretor Geral de Varejo, Diretor Geral de Atacado, Diretores Vice-Presidentes e Diretores, e os Diretores, na conformidade do que for estabelecido pela Assembleia Geral ao prover esses cargos, com mandato de dois anos, renováveis por igual período.

Parágrafo único. Os cargos de Diretor Presidente, o Diretor Geral de Varejo, o Diretor Geral de Atacado, os Diretores Vice-Presidentes e os Diretores Executivos formarão o Grupo Executivo, composto de 5 a 30 membros, conforme deliberação da Assembleia Geral, competência de fixar as linhas estratégicas e a política de negócios do Banco, aprovar e implementar o Regimento Interno do Banco e o Regulamento do Pessoal. § 2º. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. § 3º. Não poderá ser eleito membro da Diretoria a pessoa que tiver completado 60 anos de idade no dia da eleição. O Diretor que completar 60 anos de idade no curso do mandato será desistido na data da Assembleia Geral Ordinária. § 4º. Os cargos de Diretor Presidente, Diretor Geral de Varejo, Diretor Geral de Atacado, os Diretores Vice-Presidentes e os Diretores, não poderão ser exercidos por mais de um terço do termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após homologação da eleição. § 5º. Os diretores competentes. § 5º. Os diretores perceberão remuneração e participação nos lucros, que não poderá ultrapassar os limites legais. Para o pagamento da remuneração a Assembleia Geral fixará verba global e anual, ainda que sob a forma indexada, cabendo ao Comitê de Remuneração do Conglomerado Itaú Unibanco, constituído no âmbito da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco Holding), regulamentar a utilização dessa verba. § 6º. Será inequívoca a esse Comitê fixar o rateio da participação devida aos diretores. artigo 8º - No caso de vacância de cargo, o Diretor Presidente, ou o Diretor Geral de Varejo, ou o Diretor Geral de Atacado, ou o Diretor Vice-Presidente, ou o Diretor, poderá escolher o substituto interino, ou o substituto definitivo, ou impedimento de qualquer Diretor, a Diretoria poderá escolher o substituto interino ou definitivo. § 9º. O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos, pelo Diretor Geral de Varejo ou pelo Diretor Geral de Atacado, conforme por ele indicado, ou na falta desses, por um dos Diretores Vice-Presidentes. Parágrafo único. Um mesmo diretor poderá ser eleito ou designado, em caráter efetivo ou interino, para exercer cumulativamente mais de um cargo. artigo 9º - Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir as diretrizes e políticas da Assembleia Geral; (ii) promover o exercício das atividades da Companhia; (iii) representar a Companhia e administrar a Diretoria; (iv) estabelecer as normas internas e operacionais relativas aos negócios da Companhia e intermediários, interrelações e/ou juros sobre o capital próprio. § 1º. Compete à Diretoria: (i) convocar e presidir as reuniões do Grupo Executivo e da Diretoria, e supervisionar a atuação desta. § 2º. Compete ao Diretor Geral de Varejo cooperar com o Diretor Presidente no exercício de suas funções, estruturar os serviços e estabelecer as normas internas e operacionais relativas ao Banco Comercial; ao relacionamento com a base de clientes pessoas físicas compreendidas em todos os níveis de segmentação do varejo, e pessoas jurídicas de direito privado, por parte, à concessão de crédito ao consumidor; e à administração e gestão de recursos de terceiros. § 3º. Compete ao Diretor Geral de Atacado: (i) estabelecer as normas internas e operacionais relativas aos negócios, estruturar os serviços e estabelecer as normas internas e operacionais relativas às atividades de atacado de atacado; ao relacionamento com a base de médias e grandes empresas; e da Tesouraria Institucional do Conglomerado. § 4º. Aos Diretores Vice-Presidentes e Diretores Executivos compete a administração das operações bancárias e de áreas de suporte e das áreas específicas que lhe forem atribuídas. § 5º. Aos Diretores compete a gestão das áreas ou cartões específicas da sociedade que lhes forem atribuídas pelo Grupo Executivo. § 6º. Compete ao Diretor Presidente, ao Diretor Geral de Varejo, ao Diretor Geral de Atacado, ao Diretor Vice-Presidente e ao Diretor, em conjunto, sendo um deles necessariamente do Grupo Executivo, ter a competência para (i) representar a Sociedade perante os fundos de investimento no Brasil e no exterior, (ii) assumir ou documentar que acarrete responsabilidade para o banco, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (iii) decidir sobre a instalação, extinção e remanejamento de dependências. artigo 10 - A representação da Sociedade poderá ser feita por (i) um diretor membro do Grupo Executivo e um procurador; ou (ii) dois procuradores em conjunto. §1º. Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem natureza jurídica de ato administrativo; (ii) nos atos notados com cláusula "ad iudicium"; e (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou colistas de empresas ou fundos de investimento no Brasil e no exterior, quando necessário. § 2º. A Diretoria poderá prover ou instituir exceções adicionais às previstas no parágrafo anterior. §3º. A sociedade poderá constituir procuradores por instrumento próprio firmado por dois Diretores, cujo prazo não excederá 1 ano, salvo para fins judiciais. **CAPÍTULO VI - OUVIDORIA** - artigo 11 - A sociedade terá uma Ouvidoria que atuará como componente organizacional única do Conglomerado Itaú Unibanco, integrado pela instituição líder Itaú Unibanco Holding e por todas as suas subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas instituições financeiras que seguem a legislação, excetuando as subsidiárias que, em virtude de sua natureza ou atividade, não estiverem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas instituições financeiras que seguem a legislação. A Ouvidoria será renovada a cada 1 ano, podendo ser renovado § 2º. Compete à Ouvidoria: (a) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as instituições do Conglomerado Itaú Unibanco e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação dos conflitos; (b) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, que não forem solucionadas satisfatoriamente habitualmente realizadas pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento; (c) prestar os esclarecimentos necessários às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco; (d) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 15 dias; (e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra "d"; (f) propor ao Conselho de Administração (ou, na sua ausência, à Diretoria) das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; (g) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração (ou, na sua ausência, ao Conselho de Administração) das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, relatório trimestral, semestral e anual, sobre as reclamações recebidas e as medidas corretivas adotadas; (h) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 15 dias; (i) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra "d"; (j) propor ao Conselho de Administração (ou, na sua ausência, à Diretoria) das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; (k) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração (ou, na sua ausência, ao Conselho de Administração) das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, relatório trimestral, semestral e anual, sobre as reclamações recebidas e as medidas corretivas adotadas; (l) manter condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; (m) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL** - artigo 12 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de noventa e sete membros, sendo dezesseis ordinários e oitenta e uma preferenciais, sendo que as extralistas certidões, que poderão ser assinadas pelos membros da mesa, não por dois, mas por três.

Parágrafo único. Os cargos de Diretor Presidente, o Diretor Geral de Varejo, o Diretor Geral de Atacado, os Diretores Vice-Presidentes e os Diretores, não poderão ser exercidos por mais de um terço do termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após homologação da eleição. § 5º. Os diretores competentes. § 5º. Os diretores perceberão remuneração e participação nos lucros, que não poderá ultrapassar os limites legais. Para o pagamento da remuneração a Assembleia Geral fixará verba global e anual, ainda que sob a forma indexada, cabendo ao Comitê de Remuneração do Conglomerado Itaú Unibanco, constituído no âmbito da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco Holding), regulamentar a utilização dessa verba. § 6º. Será inequívoca a esse Comitê fixar o rateio da participação devida aos diretores. artigo 8º - No caso de vacância de cargo, o Diretor Presidente, ou o Diretor Geral de Varejo, ou o Diretor Geral de Atacado, ou o Diretor Vice-Presidente, ou o Diretor, poderá escolher o substituto interino, ou o substituto definitivo, ou impedimento de qualquer Diretor, a Diretoria poderá escolher o substituto interino ou definitivo. § 9º. O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos, pelo Diretor Geral de Varejo ou pelo Diretor Geral de Atacado, conforme por ele indicado, ou na falta desses, por um dos Diretores Vice-Presidentes. Parágrafo único. Um mesmo diretor poderá ser eleito ou designado, em caráter efetivo ou interino, para exercer cumulativamente mais de um cargo. artigo 9º - Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir as diretrizes e políticas da Assembleia Geral; (ii) promover o exercício das atividades da Companhia; (iii) representar a Companhia e administrar a Diretoria; (iv) estabelecer as normas internas e operacionais relativas aos negócios da Companhia e intermediários, interrelações e/ou juros sobre o capital próprio. § 1º. Compete à Diretoria: (i) convocar e presidir as reuniões do Grupo Executivo e da Diretoria, e supervisionar a atuação desta. § 2º. Compete ao Diretor Geral de Varejo cooperar com o Diretor Presidente no exercício de suas funções, estruturar os serviços e estabelecer as normas internas e operacionais relativas ao Banco Comercial; ao relacionamento com a base de clientes pessoas físicas compreendidas em todos os níveis de segmentação do varejo, e pessoas jurídicas de direito privado, por parte, à concessão de crédito ao consumidor; e à administração e gestão de recursos de terceiros. § 3º. Compete ao Diretor Geral de Atacado: (i) estabelecer as normas internas e operacionais relativas aos negócios, estruturar os serviços e estabelecer as normas internas e operacionais relativas às atividades de atacado de atacado; ao relacionamento com a base de médias e grandes empresas; e da Tesouraria Institucional do Conglomerado. § 4º. Aos Diretores Vice-Presidentes e Diretores Executivos compete a administração das operações bancárias e de áreas de suporte e das áreas específicas que lhe forem atribuídas. § 5º. Aos Diretores compete a gestão das áreas ou cartões específicas da sociedade que lhes forem atribuídas pelo Grupo Executivo. § 6º. Compete ao Diretor Presidente, ao Diretor Geral de Varejo, ao Diretor Geral de Atacado, ao Diretor Vice-Presidente e ao Diretor, em conjunto, sendo um deles necessariamente do Grupo Executivo, ter a competência para (i) representar a Sociedade perante os fundos de investimento no Brasil e no exterior, (ii) assumir ou documentar que acarrete responsabilidade para o banco, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (iii) decidir sobre a instalação, extinção e remanejamento de dependências. artigo 10 - A representação da Sociedade poderá ser feita por (i) um diretor membro do Grupo Executivo e um procurador; ou (ii) dois procuradores em conjunto. §1º. Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem natureza jurídica de ato administrativo; (ii) nos atos notados com cláusula "ad iudicium"; e (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou colistas de empresas ou fundos de investimento no Brasil e no exterior, quando necessário. § 2º. A Diretoria poderá prover ou instituir exceções adicionais às previstas no parágrafo anterior. §3º. A sociedade poderá constituir procuradores por instrumento próprio firmado por dois Diretores, cujo prazo não excederá 1 ano, salvo para fins judiciais. **CAPÍTULO VI - OUVIDORIA** - artigo 11 - A sociedade terá uma Ouvidoria que atuará como componente organizacional única do Conglomerado Itaú Unibanco, integrado pela instituição líder Itaú Unibanco Holding e por todas as suas subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas instituições financeiras que seguem a legislação, excetuando as subsidiárias que, em virtude de sua natureza ou atividade, não estiverem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas instituições financeiras que seguem a legislação. A Ouvidoria será renovada a cada 1 ano, podendo ser renovado § 2º. Compete à Ouvidoria: (a) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as instituições do Conglomerado Itaú Unibanco e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação dos conflitos; (b) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, que não forem solucionadas satisfatoriamente habitualmente realizadas pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento; (c) prestar os esclarecimentos necessários às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco; (d) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 15 dias; (e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra "d"; (f) propor ao Conselho de Administração (ou, na sua ausência, à Diretoria) das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; (g) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração (ou, na sua ausência, ao Conselho de Administração) das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, relatório trimestral, semestral e anual, sobre as reclamações recebidas e as medidas corretivas adotadas; (h) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 15 dias; (i) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra "d"; (j) propor ao Conselho de Administração (ou, na sua ausência, à Diretoria) das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; (k) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração (ou, na sua

Fleam convocados os acionistas da **Damovo do Brasil S.A.** ("Companhia"), conforme disposto nos artigos 123 e 124, § 1º da Lei nº 6.404/70 e no art. 8º do Estatuto Social, a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 15.08.2014, às 10h, na sede social da Companhia, na Al. Marquês, 535, sala 1902, Edifício Peninsula, Alameda Empresarial e Industrial, cidade de Barueri, SP, CEP 06.454-040, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) apreciação da proposta da Diretoria referente ao aumento do capital social da Companhia, no montante de até R\$480.000.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) - valor final a ser definido em assembleia, mediante emissão particular de ações preferenciais até o limite legal e o restante em ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$0,00451, fixado de acordo com o valor do patrimônio líquido da ação, levantado com base nas demonstrações financeiras da Companhia, regularmente publicadas e aprovadas em assembleia geral ordinária convocada para ser realizada em 31 de janeiro de 2014; (ii) alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, para adequação à capitalização da Companhia em razão do aumento de capital; e (iii) alteração do *caput* do artigo 19 do Estatuto Social, para que o exercício social passe a corresponder ao ano-calendário.

DTG Ideal Armazéns Gerais Ltda. - ME

CNPJ: 08.895.969/0001-80 - NIRE: 35221496709

Memorial Descritivo

Nome empresarial: DTG Ideal Armazéns Gerais Ltda. - ME. **Domicílio:** Avenida Barueri Mirim, 919, Jardim Belval, Barueri/SP - CEP: 06422-140 - NIRE: 35221496709 - CNPJ: 08.895.969/0001-80. **Valor do Capital:** o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, divididas entre os sócios conforme o quadro a seguir: **Sócio - Participação - Quantidade de Cotas - Valor Total (R\$):** Carlos Augusto Ortiz Teixeira - 59,75% - 59.750; Carlos Rogério Yasumi Tanaka - 40,25% - 40.250; **Total - 100% - 100.000 - 100.000,00.** **Título do Estabelecimento:** DTG Ideal Armazéns Gerais Ltda. - ME. **Localização:** O armazém se localiza na Avenida Barueri Mirim, 919, Jardim Belval, Barueri/SP - CEP: 06422-140 e o acesso ao local, vindo da Capital, do Estado de São Paulo ou dos municípios do interior, é feito inicialmente pela Rodovia Castelo Branco (SP-280), na entrada do município de Barueri, na altura do quilômetro 26. **Capacidade:** A edificação tem, aproximadamente, 4.700 m² (quatro mil e setecentos metros quadrados) de área construída e sua capacidade de armazenamento é de, aproximadamente, 37.600 m³ (trinta e sete mil e seiscentos metros cúbicos). **Segurança:** O acesso à área do Armazém e demais setores administrativos é monitorado 24 horas por uma equipe de segurança devidamente aparelhada para esse fim. Toda a área ocupada pelo Armazém conta com sinalização vertical e horizontal para acessos, vagas, etc. A edificação conta com Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), devidamente instalado e aterrado. Também estão instaladas e em perfeito funcionamento as Instalações de Combate a Incêndios, que conta com uma rede de hidrantes e extintores de incêndio, estrategicamente distribuídos em toda a edificação. **Descrição minuciosa dos equipamentos:** Para o manuseio, transporte, estocagem das mercadorias na área do galpão, serão utilizados os seguintes equipamentos: (i) 1 empilhadeira elétrica, com capacidade de carga de 2.000kg; e (ii) 1 empilhadeira movida a GLP com capacidade de carga de 2.000kg. **Comodidade:** A edificação destinada ao galpão atende plenamente as necessidades e armazenagem em todos os processos (carga/descarga e recepção), com acesso devidamente dimensionado e área específica para manobra dos veículos. Todos os compartimentos apresentam boas condições de atendimento aos clientes, para abrigar os funcionários responsáveis pela administração do galpão. A edificação possui área de recepção, administração, almoxarifado, depósito, vestiário, refeitório e banheiros, todos instalados em área coberta e com todos os equipamentos e sistemas em pleno funcionamento. Essas áreas somam aproximadamente 800,00 m² (oitocentos metros quadrados). **Natureza e discriminação das mercadorias a serem recebidas em depósito:** As mercadorias a serem recebidas para armazenagem são de diversas naturezas, inclusive produtos perigosos, produtos químicos controlados embaldados, produtos inflamáveis embaldados, produtos de interesse à saúde, insumos farmacêuticos, medicamentos em geral, medicamentos de controle especial, cosméticos, produtos de higiene em geral, produtos para saúde que necessite ou não de precaução especial. Obs.: A empresa se compromete a obter nos Órgãos específicos as respectivas autorizações. **Operações e serviços a que se propõe:** O galpão e toda a estrutura de serviços à ele associada, se destina ao armazenamento de cargas aéreas e rodoviárias, transporte de cargas em geral, o transporte de produtos perigosos, produtos químicos controlados embaldados, produto inflamável embaldado, inclusive de produtos de interesse à saúde, insumos farmacêuticos, medicamentos em geral, medicamentos de controle especial, cosméticos, produtos de higiene em geral, produtos para saúde (controlados), serviços de armazenagem, armazém geral e serviço de operação e organização logística. São Paulo, 21 de julho de 2014. **DTG Ideal Armazéns Gerais Ltda. - ME.** **Administrador:** Carlos Augusto Ortiz Teixeira - CNPJ: 08.895.969/0001-80 - NIRE: 35221496709. **JUCESP nº 324.862/14-3 em 19/08/2014.** Flávia Regina Brito - Secretária Geral em Exercício.

AGREX DO BRASIL PATRIMONIAL S.A.

CNPJ nº 18.895.035/0001-58 - NIRE 35.300.455.801

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2014

1. Data, Hora e Local: Aos 07 (sete) dias do mês de julho de 2014; às 13h00min, em sua sede social, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1294, 23º andar, sala 230, Bela Vista, CEP 01310-915. **2. Convocação:** Dispensada a convocação nos termos do parágrafo primeiro, artigo 17, do Estatuto Social da Companhia. **3. Presença:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **4. Mesa:** Sr. Victor Pedrosa Nogueira, Presidente; e Sr. Giselle Giovana Machuca, Secretária. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a destituição do Sr. Victor Pedrosa Nogueira ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia; e (ii) a eleição do Sr. Shugo Okabayashi ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia. **6. Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade: **6.1.** Aprovaram a renúncia do Diretor Financeiro da Companhia, Sr. Victor Pedrosa Nogueira, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 075831144 SSP/BA, inscrito no C.P.F. sob o nº 775.980.085-15, com escritório na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, à Avenida T-63 com T-15, nº 1.296, 16º andar, Sotor Bueno, Edifício New World, CEP 74.230-100. **6.2.** Aprovaram a eleição do Sr. Shugo Okabayashi, japonês, casado, bacharel em economia, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº V214683-5, inscrito no C.P.F. sob o nº 215.850.728-42, com escritório na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, à Avenida T-63 com T-15, nº 1.296, 16º andar, Sotor Bueno, Edifício New World, CEP 74.230-100, para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, conforme autorização do Ministério do Trabalho de Emprego, através da decisão publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 80, em 29 de abril de 2014. **6.3.** A Diretoria fica composta portanto, pelo (i) Sr. Paulo Alberto Fachin, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3431853 IPR e inscrito no C.P.F. sob o nº 566.603.169-49, com escritório na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, à Avenida T-63 com T-15, nº 1.296, 16º andar, salas nº 1501 e 1502, Sotor Bueno, Edifício New World, CEP 74.230-100, eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de setembro de 2013 e registrada sob nº 11.888/14-3; e (ii) Sr. Shugo Okabayashi, japonês, casado, bacharel em economia, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº V214683-5, inscrito no C.P.F. sob o nº 215.850.728-42, com escritório na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, à Avenida T-63 com T-15, nº 1.296, 16º andar, salas nº 1501 e 1502, Sotor Bueno, Edifício New World, CEP 74.230-100, eleito para ocupar o cargo de Diretor Financeiro da Companhia. **7. Declaração de Desempedimento e Termo de Posse:** O membro eleito para compor a Diretoria da Companhia, o Sr. Shugo Okabayashi, acima qualificado, declara, para os devidos fins, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que esteja, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. O membro ora eleito, será investido em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desempedimento, que será lavrado em livro próprio da Sociedade. **8. Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém a pedisse, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida e aprovada por todos os presentes assinada. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, 07 de julho de 2014. **Victor Pedrosa Nogueira - Presidente;** **Giselle Giovana Machuca - Secretária.** Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP. Certificado o registro sob o nº 323.277/14-7 e data de 15/08/2014. Flávia Regina Brito - Secretária Geral em Exercício.

RB CAPITAL SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF - 03.559.006/0001-91 - NIRE 35.300.322.924

Ata de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos

Certificados de Recebíveis Imobiliários das Respostivas

86 e 87ª Séries da 1ª Emissão da RB Capital Securitizadora S.A.

RB Capital Securitizadora S.A. ("Emissora") e Petróleo Brasileiro S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade, respectivamente, de emissora e agente fiduciário das 86ª e 87ª séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 1ª emissão da Emissora (em complemento à Assembleia Geral realizada em 14 de agosto de 2014, na qual titular(es) de CRI da 86ª Série da 1ª emissão da Emissora aprovou(aram) conceder determinadas autorizações, nos mesmos termos da ordem de dia objeto da Assembleia Geral ora convocada), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula Nono do Termo de Securitização dos créditos imobiliários que lastreiam os CRI, firmado em 21 de dezembro de 2011, convocam os titulares das respectivas 86ª e 87ª séries de CRI a se reunirem em Assembleia Geral de titulares das respectivas 86ª e 87ª séries de CRI, a ser realizada no dia 11 de setembro de 2014, em primeira convocação às 09:00 horas ou, em segunda convocação, às 9:30 horas, na sede da Emissora, localizada na Rua Amauri, 255, 7º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, para, em atenção à Cláusula 9.01 do Contrato de Locação de Laboratório de Fluidos Sob Encumbrada e à Cláusula 9.01 do Contrato de Locação de Sede Administrativa Sob Encumbrada, conforme aditados, ambos celebrados em 21 de dezembro de 2011, entre Petróleo Brasileiro S.A. e RB Capital Securitizadora S.A., deliberar sobre a outorga de autorização, à Petróleo, para que estabeleça os respectivos contratos de cessão de uso (onerosa ou gratuita), comodato e/ou sublocação de áreas da Sede Administrativa e do Laboratório (conforme determinados nos respectivos Contratos de Locação) a terceiros, exclusivamente para fins de desenvolvimento de atividades relacionadas ao funcionamento da Sede Administrativa e do Laboratório e que agreguem comodidade ao público usuário da Sede Administrativa e do Laboratório, tais como, mas não se limitando, serviços de restaurantes, instalação de postos de atendimento bancário, lojas de conveniência, farmácias, entre outros, sob a condição de que a Petróleo continue integral e diretamente responsável por todas as obrigações que lhe são imputadas pelos Contratos de Locação, inclusive na qualidade de devedora principal pelo tempestivo pagamento do Valor Locação, bem como pelas demais obrigações nos termos dos Contratos de Locação, incluindo, sem limitação, os respectivos encargos, encargos, danos, prejuízos, custos, multas, penalidades, valores devidos a título de seguro, prêmios, indenizações, obtenção de autorizações, registros, licenças, permissões, operação e/ou reparo. Poderão tomar parte na respectiva Assembleia: a) os titulares das respectivas 86ª e 87ª séries de CRI, mediante exibição de documento hábil de sua identidade e comprovação de que são titulares dos CRI; e b) os procuradores dos titulares das respectivas 86ª e 87ª séries de CRI, com poderes específicos para representação na respectiva Assembleia, e demais representantes legais, mediante comprovação da legitimidade da representação exercida. Os presentes registros são lavrados à ordem do dia encontram-se à disposição dos titulares das respectivas 86ª e 87ª séries de CRI no endereço eletrônico da RB Capital - www.rbcapital.com.br, cujo link direto encontra-se abaixo: http://www.rbcapital.com/Arquivos/2014/Assembleias/RB_Capital_CRI_86_87_201407.zip

São Paulo, 21 de agosto de 2014.

RB Capital Securitizadora S.A.

Marcelo Michalski - Diretor de Relações com Investidores

ROMI - Indústrias Romi S.A.

Companhia Aberta

CNPJ - 56.720.428/0001-63 - NIRE - 35.300.036.751

Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 12/2014

1. Data, Hora e Local: 29 de julho de 2014, às 14h00, no Distrito Industrial de Indústrias Romi S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, Santa Bárbara do Oeste, Estado de São Paulo. **2. Presença:** A maioria dos membros do Conselho de Administração da Diretoria. **3. Mesa:** Américo Emílio Romi Neto - Presidente e Daniel Antonelli - Secretário. **4. Deliberações:** Examinada a matéria constante na Ordem do Dia, foi tomada a seguinte deliberação, por unanimidade de votos, pelo Conselho de Administração: **4.1. Aprovaram,** a proposta da Diretoria para a implementação de um Programa de Aquisição de Ações Ordinárias da emissão da própria Companhia ("Programa"), nos termos do seu Estatuto Social, da Instrução CVM nº 10/80 e alterações posteriores, e das demais disposições legais vigentes. O objetivo da Companhia com este Programa é a aquisição de ações ordinárias, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, visando maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. A quantidade a ser adquirida será de até 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias. A quantidade de ações em circulação no mercado, assim definidas aquelas que não pertencem aos acionistas controladores e aos administradores da Companhia, é de 37.750.507 (trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta mil e quinhentas e sete), cujo valor de aquisição não poderá ser superior ao valor de mercado. O prazo para a realização da operação não poderá exceder a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados desta data. As aquisições serão suportadas pelo valor das reservas constantes do Balanço Patrimonial de 31/12/2013, publicado em 12/02/2014, e atenderá as normas da CVM. Atuará como intermediária na operação a Corretora Santander CVM S.A., com endereço à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2.235 - 24º andar, São Paulo-SP, Brasil, CEP 04543-011. A Diretoria da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários à implementação do presente Programa, observadas as condições e limitações estabelecidas e a legislação vigente. **5. Encerramento:** Esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, (aa) Américo Emílio Romi Neto - Presidente, Daniel Antonelli - Secretário, Adriana Romi, Mônica Romi Zanatta, José Carlos Romi, Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho, Paulo Guglielmo Bellotti, Newton Carneiro da Cunha, Guilherme de Moraes Virente e Ricardo Dória Durazzo. Conferir com o original lavrado em livro próprio. Santa Bárbara do Oeste, 29 de julho de 2014. **Daniel Antonelli - Secretário.** JUCESP nº 316.914/14-9 em 11/08/2014. Flávia Regina Brito - Secretária Geral em Exercício.

MULTIPLUS S.A.

CNPJ nº 11.094.546/0001-75 - NIRE 35.300.371.658

Ata de Reunião do Conselho de Administração

realizada em 04 de agosto de 2014

Data, Hora e Local: 04 de agosto de 2014, às 16h00 horas, na sede social na Rua Ministro Juscelino Cardoso, 454, 2º andar, Edifício The One, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP. **Quorum:** Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente, Antonio Luiz Rios da Silva; e Secretária, Fabiana Vilhena Venditti. **Deliberações:** Foram deliberadas as seguintes matérias, por unanimidade dos presentes: (i) Dando início a reunião, foram apresentadas e analisadas as Demonstrações de Resultado do Exercício referentes ao Segundo Trimestre de 2014 (2TR), com base nas informações prestadas pela Administração da Companhia, os Conselheiros aprovaram, sem qualquer ressalva, pela aprovação integral das Demonstrações de Resultado em referência. (ii) Em continuidade, foi aprovada, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta apresentada pela Diretoria, cuja publicação fica dispensada, a proposta da administração para distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$72.859.663,47 (Setenta e dois milhões e oitocentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), correspondente a R\$0.44929 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$91.496,85 (Três milhões e cento e noventa e um mil e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente a R\$0.01968 por ação, ou de R\$2.712.420,42 (dois milhões e setecentos e doze mil e quatrocentos e vinte reais e quarenta e dois centavos), líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0.01673 por ação, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, conforme apurado no Balanço Patrimonial da Companhia, lavrado em 30 de junho de 2014, após a realização das retenções legais, beneficiando os acionistas que possuem o quadro acionário da Companhia em 07 de agosto de 2014, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendo e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 08 de agosto de 2014, inclusive. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos a partir de 20 de agosto de 2014, sem qualquer remuneração adicional, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2014. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata na forma sumária, lida e aprovada por todos assinada. São Paulo, 04 de agosto de 2014. (aa) Antonio Luiz Rios da Silva - Presidente, Fabiana Vilhena Venditti - Secretária. **Conselheiros:** Antonio Luiz Rios da Silva, Maurício Rolim Amaro, Enrique Cuelto Plaza, Roberto Alvo Missasewitch, José Edson Carreiro, Marco Antonio Bologna e Elcio Albani de Lucca. Cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Fabiana Vilhena Venditti - Secretária. JUCESP nº 324.4114-5 em 01.08.2014. Flávia Regina Brito - Secretária Geral em Exercício.

Aldeia da Colina

Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda

CNPJ/MF 08.411.265/0001-94 - NIRE 35.221.027.032

Extrato da Ata de Reunião de Sócios realizada no dia 17/06/2014

Data, hora e local: 17/06/2014, às 10 horas, na sede social, Avenida Engenheiro Roberto Zuccolo, 555, 1º andar, sala 1001, parte, São Paulo/SP.

Convocação: Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente - Rafael Novellino, Secretário - Claudio Carvalho de Lima. **Deliberações Aprovadas:** 1. Redução do capital social em R\$ 2.620.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto, com o cancelamento de 2.620.000 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada, sendo 1.572.000 quotas da sócia Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações, e 1.048.000 da sócia Morar Construtora e Incorporadora Ltda., as quais receberão, na proporção das respectivas participações, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Passam a ser de R\$ 1,13 102,00 para R\$ 1,13 102,00. 2. Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários para a restituição dos valores devidos em razão da redução, após o que, os sócios promoverão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações p.p.** Rafael Novellino, George Zausner e Claudio Carvalho de Lima; **Morar Construtora e Incorporadora Ltda.** - Delva Gomes de Almeida.

Intec Tecnologia da Informação S.A.

CNPJ/MF nº 04.160.971/0001-50 - NIRE 35300411650

Ata Assembleia Geral Ordinária

1. Dia, Hora e Local: 01/08/2014, às 14 horas, Alameda Europa, 527, Pólo Empresarial Tamboaré, Santana de Parnaíba/SP. **II. Convocação e Presença:** Totalidade dos acionistas da Companhia, tendo sido dispensada a publicação dos avisos de convocação. **III. Mesa:** Presidente: Carlos Alberto Varão Perna e Secretário: Alessandro Brandão de Farias. **IV. Ordem do Dia:** 1. A tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e 4.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício fiscal de 2014, após a realização das retenções legais, beneficiando os acionistas que possuem o quadro acionário da Companhia em 07 de agosto de 2014, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendo e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 08 de agosto de 2014, inclusive. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos a partir de 20 de agosto de 2014, sem qualquer remuneração adicional, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2014. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata na forma sumária, lida e aprovada por todos assinada. São Paulo, 04 de agosto de 2014. (aa) Antonio Luiz Rios da Silva - Presidente, Fabiana Vilhena Venditti - Secretária. **Conselheiros:** Antonio Luiz Rios da Silva, Maurício Rolim Amaro, Enrique Cuelto Plaza, Roberto Alvo Missasewitch, José Edson Carreiro, Marco Antonio Bologna e Elcio Albani de Lucca. Cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Fabiana Vilhena Venditti - Secretária. JUCESP nº 324.4114-5 em 01.08.2014. Flávia Regina Brito - Secretária Geral em Exercício.

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04 - NIRE 35300023978

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 1º DE JULHO DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: Em 1º de julho, às 10h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabquara, em São Paulo (SP). **Mesa:** Roberto Egydio Setubal - Presidente; e Eduardo Mazzilli de Vassimon - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÃO TOMADA:** Registrado o encerramento do mandato do Diretor JOSÉ ISENER. **EXERCER SUAS FUNÇÕES EM 24.6.14, e o mandato da Diretora ANA CARLA ABRÃO COSTA, que deixa seu cargo nesta data. ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 1º de julho de 2014. (aa) Roberto Egydio Setubal - Presidente; e Eduardo Mazzilli de Vassimon - Secretário. Cópia fiel da original lavrada em livro próprio e homologada pelo BACEN. JUCESP - Registro nº 288.398/14-2 em 24.07.2014 (a) Flávia Regina Brito - Secretária Geral.

TECNISA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 06.065.557/0001-12 - NIRE 35.300.331.613

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09 de Setembro de 2014

1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 09 dias do mês de setembro de 2014, às 10h30min, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 5º andar, conjuntos 51, 52, 53 e 54, parte, bloco B, CEP 04538-133. 2. **Convocação:** O edital de convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das S.A.). (a) no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", Empresarial, nas edições dos dias 23 de agosto de 2014, 26 de agosto de 2014 e 27 de agosto de 2014, nas folhas 12, 13 e 14, respectivamente; e (b) no jornal "Folha de São Paulo", nas edições dos dias 23 de agosto de 2014, 26 de agosto de 2014 e 27 de agosto de 2014, nas folhas 6 mundo 2, B6 mercado e A14 mundo, respectivamente. 3. **Proposta da Administração:** A proposta da administração contém as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na assembleia geral foi colocada à disposição dos acionistas na sede da Companhia, divulgada na página eletrônica da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) na mesma data de primeira publicação do edital de convocação, nos termos do parágrafo único do artigo 6º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada. 4. **Presença:** Presentes acionistas titulares de ações representativas de 75,03% (setenta e cinco inteiros e três centésimos por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do livro da Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, ainda, o Sr. Vasco de Freitas Barcellos Neto, representante da Administração da Companhia, e o Sr. Luciano Douglas Colauto, membro do Conselho Fiscal da Companhia. 5. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos, conforme o disposto no artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, o Sr. Vasco de Freitas Barcellos Neto, que convidou a Sra. Natália Rosa De Sordi para secretária-ia. 6. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) ratificar a renúncia apresentada pelo Sr. Rogério Paulo Calderón Peres ao cargo de membro do Conselho de Administração; e (ii) eleger, por votação em separado, sem a participação do acionista controlador, 1 (um) membro do Conselho de Administração para completar o prazo de gestão do conselho renunciante. 7. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: 1.1. Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o artigo 130, §1º da Lei das S.A., e a publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do §2º do artigo 130, da Lei das S.A.; 7.2. Ratificar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a renúncia do Sr. Rogério Paulo Calderón Peres, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Cidade de São Paulo, Rua Barão do Triunfo, nº 156, Brooklin Paulista, CEP 04602-000, portador da carteira de identidade RG nº 5.212.295 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 035.248.608-26, ao cargo de conselheiro de administração, conforme carta de renúncia apresentada em 20 de agosto de 2014, que fica arquivada na sede da Companhia. 7.2.1. O Sr. Rogério Paulo Calderón Peres fora eleito ao cargo de conselheiro de administração na assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada no dia 03 de abril de 2014, por votação em separado, sem a participação do acionista controlador, pela maioria dos acionistas minoritários titulares de ações de emissão da Companhia representando 100% (dez por cento) do total das ações com direito a voto, nos termos do artigo 141, §4º e §5º da Lei das S.A. 7.2.2. Nos termos do artigo 151 da Lei das S.A., a renúncia do Sr. Rogério Paulo Calderón Peres tornou-se eficaz, em relação à Companhia, desde o dia 20 de agosto de 2014, momento em que foi entregue à Companhia a carta de renúncia mencionada no item 7.2 acima, que fica arquivada na sede da Companhia. 7.2.3. Como o Sr. Rogério Paulo Calderón Peres fora eleito pelos acionistas minoritários por votação em separado, nos termos da Lei das S.A., a apresentação da referida carta de renúncia ao cargo de conselheiro de administração não afetou os demais membros do conselho de administração da Companhia, eleitos pelo sistema de voto múltiplo na assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 03 de abril de 2014, os quais continuam no desempenho de suas funções até o encerramento da assembleia geral, que se dará na assembleia geral ordinária de 2015. 7.3. Eleger, por maioria de votos dos acionistas minoritários titulares de ações representativas de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total das ações com direito a voto, desconsideadas as abstenções, em votação em separado, sem a participação do acionista controlador, realizada nos termos do artigo 141, §4º e §5º da Lei das S.A., Roberto Bernardes Monteiro, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Artigas, nº 85, 4º andar, CEP 22.411-140, portador da carteira de identidade RG nº 22.608.627-7 (SSP/SP) inscrito no CPF/MF sob o nº 175.507.418-24, como conselheiro de administração efetivo, para completar o prazo de gestão do conselho renunciante. Sr. Rogério Paulo Calderón Peres, cujo termo final será a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar as contas do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2015. 7.3.1. O Sr. Roberto Bernardes Monteiro será considerado conselheiro independente para os fins do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. 7.3.2. Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que o conselheiro ora eleito está em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração de desimpedimento mencionada no artigo 147, §4º, da Lei das S.A. e no artigo 2º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, conforme alterada (ICVM nº 367/2002). 7.3.3. A investidura do conselheiro de administração ora eleito está condicionada: (a) à apresentação de declaração de desimpedimento, em instrumento separado, nos termos do artigo 147, §4º, da Lei das S.A. e do artigo 2º da Instrução CVM nº 367/2002; (b) à prévia assinatura do Termo de Anuência ao Contrato de Participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. 7.3.4. Observado o disposto no item 7.3.3 acima, o conselheiro ora eleito será investido em seu cargo por meio da assinatura, em até 30 (trinta) dias contados desta data, de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. 7.3.5. Consoante disposto no §1º do artigo 149 da Lei das S.A., se o termo de posse não foi assinado no prazo previsto no item 7.3.4, a eleição será considerada sem efeito e a nova assembleia geral deverá ser realizada para preencher o cargo vacante no Conselho, salvo justificativa aceita pelo conselho de administração da Companhia. 7.3.6. Em razão da renúncia do Sr. Rogério Paulo Calderón Peres e da eleição do Sr. Roberto Bernardes Monteiro, o conselho de administração da Companhia, passa a ser composto pelos seguintes membros, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar as contas do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2015:

Villares Metals S.A.

CNPJ/MF nº 42.566.752/0001-64 - NIRE 35.300.133.277

Ata do 17º Reunião do Conselho de Administração em 14/07/2014
Aos 14 de Julho de 2014, às 8:00 horas, na sede da Villares Metals S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Alfredo Dumont Villares, 155, na Cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, presentes por video conferência em Viena, Áustria, realizaram uma reunião, que foi presidida pelo Presidente do Conselho, Sr. Di ROBERT BAUER, e secretariada por mim, Artur Menegon da Cruz. O Presidente esclareceu que, conforme era de conhecimento dos membros, a Reunião tinha como finalidade autorizar a Diretoria Estatutária da Villares Metals S.A., nos termos do artigo 19, parágrafo 6º, alínea "a" do Estatuto Social desta Companhia, a encerrar-se o financiamento junto ao BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em quantia superior à estabelecida pelo Estatuto não mencionado anteriormente, mas ainda dentro dos limites já autorizados através da Ata da 102ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Deliberando sobre a matéria da ordem do dia, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos, autorizou a Diretoria Estatutária da Companhia, representada na forma do artigo 24 de seu Estatuto, a contratar financiamento mediante abertura de crédito em nome do BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$11.967.200,00 (onze milhões, novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e seis reais), em todos os termos e condições já aprovadas pela Decisão de Diretoria do BNDES Dec nº 409/2014 - BNDES, datada de 17.06.2014. Considerando que todos os membros do Conselho de Administração da Villares Metals S.A. estão presentes através de video-conferência, cópias desta ata serão enviadas para todos os membros, para assinar-las e devolvê-las para o secretário, de acordo com o artigo 19, parágrafo 3º do Estatuto Social desta Companhia. Nada mais havendo a ser discutido, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes. Certifico que esta ata confere com o original lavrado em livro próprio. Conselheiros presentes via video-conferência: Di Robert Bauer - Presidente do Conselho, Di Franz Rottler, Mag. Markus Potzinger, Dr. Sabine Kelmay-Tippow, Herbert Belagda, e Reinhard Nöbauer. Sumaré, 14 de Julho de 2014. Artur Menegon da Cruz - Secretário. Jucesp nº 306.429/14-7 em 08/08/14. Flávia Regina Brito - Secretária Geral em Exercício.

Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 05.699.264/0001-07 - NIRE 35.300.196.414

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração de 29/08/14
Data, Hora e Local: 29/08/2014, às 8:00 horas, na sede social, Rua Minas Bogasian, nº 253, 2º andar, Osasco/SP. **Presença:** Totalidade dos membros. **Mesa:** Italo Roppa - Presidente e Ivan Correa de Toledo Filho - Secretário. **Deliberações:** Apreciada a proposta de alteração do estatuto social, emitiu-se a AGE da CGMP - Centro de Gestão de Melhores Pagamento S.A., que deliberará sobre a celebração do Contrato com o Centro das Pesquisas Avançadas Werhner von Braun, podendo os Diretores da CGMP para tanto, assinar todos e quaisquer documentos necessários para implementar e efetivar contratação, que deverá ser celebrado conforme termos, condições e minuta apresentados na Reunião. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser discutido, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes. Certifico que esta ata confere com o original lavrado em livro próprio. Conselheiros presentes via video-conferência: Di Robert Bauer - Presidente do Conselho, Di Franz Rottler, Mag. Markus Potzinger, Dr. Sabine Kelmay-Tippow, Herbert Belagda, e Reinhard Nöbauer. Sumaré, 14 de Julho de 2014. Artur Menegon da Cruz - Secretário. Jucesp nº 306.429/14-7 em 08/08/14. Flávia Regina Brito - Secretária Geral em Exercício.

Risel Transportes, Logística e Locação de Equipamentos Ltda.

CNPJ nº 60.041.796/0001-09 - NIRE 35.214.464.9759

Ata de Reunião de Sócios

Data/Hora/Local: 31/07/2014, às 10 horas, sede, SP/SP, Avenida Carlica, 745-Vila Carlica-CEP 04225-002. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade: (a) Risel Combustíveis Ltda., CNPJ 46.677.860/0005-99, JUCESP/NIRE 35.200.959.076; e (b) Paulo da Costa Sereno, RG 3.669.171 SSP/SP, CNPJ 669.939.978-49. **Mesa:** Presidente-Paulo da Costa Sereno e Secretário-Fernando Leite Bastos Sereno. **Deliberações:** Apreciadas por unanimidade: (i) o sócio Paulo, titular e legítimo detentor de quotas representativas do capital social da Sociedade, neste ato retirando-se da Sociedade, e cede e transfere, com o fato caducido e transferido tem, a totalidade de suas quotas, no valor de R\$ 0,50 cada uma, com tudo que representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, à sócia Risel Combustíveis. Assim, Paulo e Risel Combustíveis outorgam entre si a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irrevocável quitação em relação às quotas ora cedidas, para mais nada reclamarem um do outro, a qualquer título ou pretexto. A sócia Risel Combustíveis reconhece e aceita como única sócia da Sociedade, comprometendo-se a recompor a pluralidade de sócios no prazo de 180 contados da presente data, nos termos do artigo 1.033, inciso IV, da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"); (ii) ato contínuo, por consideração o capital social excessivo ao cumprimento do objeto social da Sociedade, decide a sócia Risel Combustíveis reduzir o capital social da Sociedade, de R\$ 2.787.056,00 para R\$ 1.904.364,00, com uma redução, portanto, de R\$ 882.692,00, e o consequente cancelamento de 1.765.384 quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 0,50 cada uma. A restituição patrimonial à sócia em decorrência das quotas ora canceladas dar-se-á, mediante a transferência de participações societárias, bens móveis, imóveis, construções, benfitorias ou direitos detidos pela Sociedade. Em virtude das deliberações ora tomadas, a sócia Risel Combustíveis compromete-se a firmar, decorrido o prazo de 90 dias após a publicação da ata da presente reunião de sócios, a alteração do contrato social da Sociedade, a fim de implementar a redução de quotas, e a redução de capital ora deliberadas. **Encerramento:** A Ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. SP, 31/07/2014. Paulo da Costa Sereno-Presidente; Fernando Leite Bastos Sereno-Secretário. Sócios: p.p Risel Combustíveis Ltda., Paulo da Costa Sereno, Paulo da Costa Sereno.

Unialco S/A - Alcool e Açúcar

CNPJ/MF 44.984.490/0004-26 - NIRE 35.300.008.782

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Pelo presente Edital, e na melhor forma de direito, ficam os Senhores Acionistas da sociedade Unialco S/A - Alcool e Açúcar, a ser reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, para deliberar sobre a redução de quotas de 2014, às 10:00 horas, no estabelecimento matriz da sociedade, na Estrada Vicinal Aguiar Zancaner, Km 30, Fazenda Balsamo, CEP - 16.700-000, no Município e Comarca de Guararapes - Estado de São Paulo, para debaterem e deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: (i) Avaliação e deliberação das decisões do Conselho de Administração (reunião do dia 04.09.2014), relativa a cana dos acionistas; (ii) Deliberação acerca da incidência de encerramento de quotas e pagamento do pagamento da cana dos acionistas e respectivos cronograma de amortização. O presente Edital é afixado na sede da sociedade e publicado na imprensa na forma da legislação vigente. Ficam os acionistas devidamente informados de que todos os documentos relacionados com a pauta da Ordem do Dia, encontram-se à disposição para consultas na sede da sociedade, Guararapes, 30/09/2014. Luiz Guilherme Zancaner - Presidente do Conselho de Administração (30, 01 e 02)

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04 - NIRE 35300023978

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE JULHO DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: Em 31.7.14, às 16h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, em São Paulo (SP). **MESA:** Roberto Egydio Setúbal - Presidente; e Alexandre de Barros - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** 1. Eleitos Diretores LILIA REGINA DE OLIVEIRA PENA DE ANTONIO, brasileira, casada, bancária, RG-SSP/SP 20.544.074-5, CPF 164.741698-18, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, LINEU CARLOS FERRAZ DE ANDRE, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 02.112.992-2, CPF 105.260.778-08, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 13º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902 e PEDRO CONSTANTINO CAMPOS DONATI JORGE, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 36.917.462-8, CPF 443.121.052-00, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida do Estado, 5333, 8º andar, Mooca, CEP 03105-000, no mandato trienal em curso que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2016. 2. Registrado que os diretores eleitos: (i) apresentaram os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"); e (ii) serão investidos após homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). 3. Registrada a renúncia do Diretor SERGIO SOUZA FERNANDES JUNIOR, formalizada nesta data. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata, lida e aprovada por todos os presentes. São Paulo (SP), 31 de julho de 2014, (ass. Roberto Egydio Setúbal - Presidente; e Alexandre de Barros - Secretário. Cópia fiel da original lavrada em livro próprio e homologada pelo BACEN. JUCESP - Registro nº 369.631/14-6, em 12.9.2014 (a) Flávia Regina Brito - Secretária Geral.

Interbolsa do Brasil

Administradora de Bens Ltda.

CNPJ/MF nº 00.169.331/0001-50 - NIRE 35.212.468.358

Edital de Convocação - Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da Interbolsa do Brasil Administradora de Bens Ltda. ("Sociedade"), na forma prevista na lei aplicável - supletivamente o Artigo 124 da Lei nº 6404/76 -, a comparecerem à Reunião de Sócios da Sociedade a realizar-se no dia 15 de outubro de 2014, às 11 horas, na sede social situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663, 5º andar, CEP: 01452-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas da administração da Sociedade, e deliberar sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2013 e ao semestre findo em 30/06/2014; (ii) designar administrador para a Sociedade, para o novo mandato, com término em abril/2016, e a respectiva ratificação dos atos praticados a partir de 01 de abril de 2014 até a data da Reunião de Sócios ora convocada.

São Paulo, 02 de outubro de 2014.

Olivier Elias Filho - Administrador

Engenho Administração, Empreendimentos, Tecnologia e Participações S.A.

Demonstrações Financeiras - em 31.12.2013 e 2012 (Em Reais)		Demonstração do Resultado	
2013	2012	2013	2012
ATIVO		Receitas	
Circulante		Total das Receitas	
Caixa e equivalentes de caixa	2.998.741,92	Despesas	
Créditos	2.434.312,44	Despesas Legais e Jurídicas	134,45
Estoques	67.598,81	Despesas Administrativas	134,45
Não Circulante		Despesas Bancárias	245,50
Realizável a Longo Prazo	26.235.499,87	Despesas Financeiras	245,50
Contas a Receber	6.490.699,18	Imposto Sindical Patronal	483,39
Depósito Judicial	6.470.432,87	Taxa de Licença PMS	96,33
Investimentos	19.704.728,00	Imposto Territorial Rural	87,00
Imóvel para Receita	19.966.328,00	Despesas Tributárias	666,72
Participações acionárias	40.072,69	Total das Despesas	1.046,67
Imobilizado	197.710,76	Resultado do Exercício	(1.046,67)
(-) Depreciação/Amortização	(157.638,07)		
Total Geral do Ativo	29.234.241,79		
		Receitas	
PASSIVO		Total das Receitas	
Circulante		Despesas	
Obrigações com fornecedores	80.402,01	Despesas Legais e Jurídicas	134,45
Obrigações sociais	865,00	Despesas Administrativas	134,45
Obrigações Fiscais	2.225,62	Despesas Bancárias	245,50
Impostos Parcelados	1.063,87	Despesas Financeiras	245,50
Outras obrigações	76.247,52	Imposto Sindical Patronal	483,39
Não Circulante		Taxa de Licença PMS	96,33
Exigível a Longo Prazo	12.201.920,75	Imposto Territorial Rural	87,00
Financiamentos/Empréstimos	11.486.625,05	Despesas Tributárias	666,72
Impostos Parcelados	715.295,70	Total das Despesas	1.046,67
Patrimônio Líquido	16.951.919,03	Resultado do Exercício	(1.046,67)
Capital Social	900.000,00		
Reservas de Capital	273.083,03		
Reservas de Lucros/Prejuízos Acumulados	15.778.836,00		
Total Geral do Passivo	29.234.241,79		

Proval S.A. Imobiliária, Planejamento e Participações

Balanco Patrimonial - em 31 de Dezembro de 2010		Demonstrativo do Resultado	
Ativo	Passivo	Receitas	Despesas
Ativo Circulante	165,15	Total das Receitas	
Disponível	165,13	Despesas	
Caixa	17,40	Despesas Legais e Jurídicas	134,45
Bancos Conta Movimento	86,73	Despesas Administrativas	134,45
Títulos de Liquidez Imediata	1,00	Despesas Bancárias	245,50
Realizável a Curto Prazo	0,02	Despesas Financeiras	245,50
Outros Créditos	0,01	Imposto Sindical Patronal	483,39
Investimentos Temporários	0,01	Taxa de Licença PMS	96,33
Realizável a Longo Prazo	2.374,70	Imposto Territorial Rural	87,00
Terras a Comercializar	2.374,70	Despesas Tributárias	666,72
Ativo Permanente	1.538,62	Total das Despesas	1.046,67
Permanente	1.538,62	Resultado do Exercício	(1.046,67)
Imobilizações Técnicas	1.538,62		
Total do Ativo	4.078,47		

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial, que importa no total de R\$ 4.078,47. São Paulo, 31/12/2010

Enrique José Luis Adams, Diretor
Alfredo Gomes Neto, TC CRC 100569**São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 29.780.061/0001-09 - NIRE 35300171004
Ata de Reunião do Conselho de Administração
 Realizada em 24 de Fevereiro de 2014

No dia 24 de fevereiro de 2014, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 12º andar (Sala A), na cidade e Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia. Resolveu-se por unanimidade, aprovar, nos termos do Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, a (I) celebração do "Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular de Abertura de Crédito, com Garantia Hipotecária e Outras Avenças" (Aditamento do Contrato de Financiamento) para a majoração da tomada de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A., referente a Torre A do "Condomínio EZ Towers" (Imóvel), situado na Avenida Dr. Churci Zaidan e Rua Enxovia, em número, na cidade e Estado de São Paulo; (II) ratificação das garantias em favor do Banco Bradesco S.A., nos termos do Aditamento do Contrato de Financiamento; (III) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências necessárias para concretização dessa operação e praticar todos os demais atos e providências necessárias à formalização e efetivação das deliberações objeto desta reunião, conforme os termos e condições constantes no documento rubricado pela mesa e arquivado na sede da Companhia. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. (aa) Rolando Milano; Jorge Felipe Lemann; Riccardo Arduini; Roberto Moses Thompson Motta e Abram Abas Szajman. Conclui com original lavrado em livro próprio. Rolando Milano - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 103.758/14-8 em 20/03/2014, Gisela Simiela Cecchin - Secretária Geral.

Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.640.864/0001-84
 NIRE nº 35.300.173.902
 ("Companhia")

Edital de Primeira Convocação aos Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da Lajeado Energia S.A. - Assembleia Geral de Debenturistas

Nos termos da cláusula 9.1.1 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Lajeado Energia S.A., sociedade anônima, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 10º andar, Bairro Vila Olímpia (a "Escritura" e a "Emissão", respectivamente), ficam os Debenturistas e o Agente Fidejussor convocados a participar da Assembleia Geral de Debenturistas, que se realizará, em primeira convocação, no dia 10 de dezembro de 2014, às 10 horas, na sede da Emissora, a fim de deliberar sobre a provisão da ocorrência de evento elencado na letra (b) da cláusula 6.1. da Escritura, referente à relação Dívida Bruta/EBITDA. A documentação relativa à ordem do dia está disponível na sede da Companhia para exame pelos Debenturistas. São Paulo, 24 de novembro de 2014. **Luiz Otávio Assis Henriques** - Diretor Presidente.

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04 - NIRE 35300032978
ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE AGOSTO DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: Em 21.08.14, às 11h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, em São Paulo (SP). **MESA:** Roberto Egydio Setúbal - Presidente; e Claudia Polianski - Secretária. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** 1. Registrada a constituição de MARIO LUIZ AMABILE, que deixou de exercer suas funções em 29.8.14. 2. Eleito Diretor **ALVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES**, brasileiro, divorciado, advogado, RG-SSP/M-6.087.593, CPF 166.644.028-07, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, no mandato trienal em curso que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2016. 3. Registrado que o diretor eleito: (i) apresentou os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos arts. 146 e 147 da Lei 6.404/76 e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional e (ii) será investido após homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 31 de agosto de 2014. (aa) Roberto Egydio Setúbal - Diretor Presidente; e Alexandre Broedel Lopes - Diretor. Cópia fiel da original lavrada em livro próprio e homologada pelo BACEN. JUCESP - Registro nº 457.301/14-4, em 12.11.2014 (a) Flávia Regina Brito - Secretária Geral.

Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A.

CNPJ 07.476.141/0001-24 - NIRE 35300465458
ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: Em 22.10.14, às 18h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Alfredo Egydio, 12º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Fernando José Costa Teles - Presidente; Alessandro Broedel Lopes - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **PAUTA:** Deliberar sobre a montante global da remuneração dos administradores. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** Considerando a natureza do objeto social da companhia, com sua transformação em sociedade segadora, a incorporação da parcela vertida pela Itaú Seguros S.A. e a recomposição de sua administração, ocorridas entre os meses de junho e julho de 2014, a Assembleia decidiu rever a verba global aprovada pelos sócios no Instrumento de Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, de 2.5.2014, e fixar em até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a verba global da remuneração dos administradores, relativa ao exercício social de 2014. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 22 de outubro de 2014. (aa) Fernando José Costa Teles - Presidente; Alessandro Broedel Lopes - Secretário. Cópia fiel da original lavrada em livro próprio e homologada pela SUSEP. JUCESP - Registro nº 438.220/14-6, em 05.11.2014 (a) Flávia Regina Brito - Secretária Geral.

ATUA PROJETO IMOBILIÁRIO VII LTDA.

CNPJ/MF nº 12.244.362/0001-07 - NIRE 35.224.509.399
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios Realizada em 28/10/2014

Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada aos 28/10/2014, às 11:00 horas, na sede da Sociedade. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** Sócios representando a totalidade do capital social. **Mesa:** presidida pelo Gilberto Farah e secretariados pelo Marcos Mariz de Oliveira Yunes. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo às necessidades operacionais da Sociedade, atualmente de R\$330.700,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, para R\$330.700,00, sendo, portanto, uma redução efetiva de R\$330.000,00, com o consequente cancelamento de 3.000,00 de quotas da Sociedade, e a restituição, à sócia Atua Construtora e Incorporadora S.A., da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas; e (b) consignar, ainda, que a redução de capital só será efetivada após decorrido, sem impugnação, o prazo legal de 90 (noventa) dias para a manifestação dos credores, contado das publicações exigidas por lei, sendo que a Alteração Contratual pertinente será arquivada, concomitantemente com a presente, pelos meios próprios, na Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 28/10/2014. **Gilberto Farah** - Presidente; **Marcos Mariz de Oliveira Yunes** - Secretário. Sócios: **Atua Construtora e Incorporadora S.A.**, representada por Gilberto Farah e Marcos Mariz de Oliveira Yunes. **Gilberto Farah**; **Marcos Mariz de Oliveira Yunes**; **Marcelo Mariz de Oliveira Yunes**.

AMHA SAÚDE S.A.

CNPJ nº 15.131.148/0001-32
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam os senhores acionistas da AMHA Saúde S.A., convocados a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas, em primeira convocação, e às dezesseis horas e trinta minutos em segunda convocação, no auditório Jarbas Karman (Hospital Novo Atibaia), sito à Rua Vereador Luis Alberto Vieira dos Santos s/nº, Vila Santista, Atibaia, SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Alteração e consolidação do estatuto; b) Eleição da Diretoria; c) Assuntos de interesse da Sociedade. Atibaia, 19 de novembro de 2014. **Kenji Kawakami** - Diretor Presidente

HOSPITAL NOVO ATIBAIA S.A.

CNPJ (MF) nº 52.956.901/0001-55 - NIRE 35.300.095.839
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam os senhores acionistas do HOSPITAL NOVO ATIBAIA S/A, convocados a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas, em primeira convocação, e às dezesseis horas e trinta minutos em segunda convocação, no auditório Jarbas Karman (Hospital Novo Atibaia), sito à Rua Vereador Luis Alberto Vieira dos Santos s/nº, Vila Santista, Atibaia, SP, ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Alteração e consolidação do estatuto; b) Eleição do Conselho de Administração; c) Assuntos de interesse da Sociedade. Atibaia, 19 de novembro de 2014. **Eduardo Kawakami** - Presidente - Conselho de Administração

ATUA PROJETO IMOBILIÁRIO VI LTDA.

CNPJ/MF nº 12.244.575/0001-39 - NIRE 35.224.509.402
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios Realizada em 28/10/2014

Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada aos 28/10/2014, às 10:00 horas, na sede da Sociedade. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** Sócios representando a totalidade do capital social. **Mesa:** presidida pelo Gilberto Farah e secretariados pelo Marcos Mariz de Oliveira Yunes. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo às necessidades operacionais da Sociedade, atualmente de R\$343.828,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, para R\$143.828,00, sendo, portanto, uma redução efetiva de R\$200.000,00, com o consequente cancelamento de 2.000,00 de quotas da Sociedade, e a restituição, à sócia Atua Construtora e Incorporadora S.A., da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas; e (b) consignar, ainda, que a redução de capital só será efetivada após decorrido, sem impugnação, o prazo legal de 90 dias para a manifestação dos credores, contado das publicações exigidas por lei, sendo que a Alteração Contratual pertinente será arquivada, concomitantemente com a presente, pelos meios próprios, na Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 28/10/2014. **Gilberto Farah** - Presidente; **Marcos Mariz de Oliveira Yunes** - Secretário. Sócios: **Atua Construtora e Incorporadora S.A.**, representada por Gilberto Farah e Marcos Mariz de Oliveira Yunes. **Gilberto Farah**; **Marcos Mariz de Oliveira Yunes**; **Marcelo Mariz de Oliveira Yunes**.

ATUA TABOÃO EMPREENDIMENTOS SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 09.467.574/0001-49 - NIRE 35.222.045.905
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios Realizada em 28/10/2014

Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada aos 28/10/2014, às 9:00 horas, na sede da Sociedade. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** Sócios representando a totalidade do capital social. **Mesa:** presidida pelo Gilberto Farah e secretariados pelo José Ricardo Rezek. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo às necessidades operacionais da Sociedade, atualmente de R\$5.500.000,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, para R\$1.500.000,00, sendo, portanto, uma redução efetiva de R\$4.000.000,00, com o consequente cancelamento de 5.000,00 de quotas da Sociedade, e a restituição, aos sócios, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas; e (b) consignar, ainda, que a redução de capital só será efetivada após decorrido, sem impugnação, o prazo legal de 90 dias para a manifestação dos credores, contado das publicações exigidas por lei, sendo que a Alteração Contratual pertinente será arquivada, concomitantemente com a presente, pelos meios próprios, na Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 28/10/2014. **Gilberto Farah** - Presidente; **José Ricardo Rezek** - Secretário. Sócios: **Atua Construtora e Incorporadora S.A.**, representada por Gilberto Farah e Marcos Mariz de Oliveira Yunes. **José Ricardo Rezek**.

SINPRO NOROESTE - Sindicato dos Profissionais de Educação da Noroeste Paulista - Eleições Sindicais - Aviso - Edital de publicação de registro da chapa 02 (dois) - Em cumprimento à determinação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz da Vara do Trabalho de Fernandópolis, nos autos da Ação Cautelar Inominada nº 0010948-57.2014.5.10.0037, o SinPro Noroeste - Sindicato dos Profissionais de Educação da Noroeste Paulista - comunica que foi registrada a CHAPA DOIS concorrendo a eleição a que se refere o aviso publicado no dia 28 de outubro de 2014, neste mesmo jornal, chapa esta que assim se constitui: Diretoria - Eletivos: João Carlos Filho, Cassio Antônio da Silva Tenani, Aurea Maria de Azevedo Sughara, Jorge Augusto da Silva Tenani; Diretoria - Suplentes: Andreia Cristiane Sanches, Marcos Roberto Bonali, Richard Breyer, Maristela Sanches Rodrigues; Conselho Fiscal - Eletivos: Silvana Marcia Ximenes Mininel, Francisco José Mininel, Humberto Caetano Filho; Conselho Fiscal - Suplentes: Roberto Rancanich, Rosana Mara Nogueira de Azevedo, Eliane Aparecida Grecco Salves; Delegados - Eletivos: Cassio Antonio da Silva Tenani, João Carlos Filho; Delegados - Suplentes: Luiz Henrique Catanzoni e Cleber Montovani do Prado. Nos termos das disposições estatutárias, o prazo para impugnação de candidaturas é de 03 (três) dias, a contar da publicação deste aviso. Fernandópolis, 25 de novembro de 2014. Junta Governativa Provisória.

DROGARIAS DPSP S.A.

CNPJ/MF nº 14.553.607/0001-03 - NIRE 35.300.414.748
Edital de Convocação

São convocados os acionistas da Drogarias DPSP S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 18 de dezembro de 2014, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida da Liberdade, nº 844, 1º andar, sala 1, Bairro da Liberdade, CEP 01502-001, para deliberar sobre o aumento de capital da Companhia. São Paulo, 25 de novembro de 2014. - A Diretoria (25, 26 e 27/11)

Veille SP Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.215.405/0001-75 - NIRE 3530045882-6 ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Extraordinária**Realizada em 17 de novembro de 2014**

Data, hora e local: Em 17 de novembro de 2014, às 16:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.073, salas 317 e 318 (parte), Horsa I, Bela Vista - CEP: 01311-300. **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (Lei das S.A.). **Presença:** Odebrecht Transport S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, parte A, Butantã, CEP 05501-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.251.483/0001-86, neste ato representada por seus representantes legais Sr. Adriano Sá de Seixas Maia, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 066.32.857-80 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 900.602.025-72 e Sr. Irineu Berardi Murrelles, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.194.000 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 192.272.218-91, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, parte A, Butantã, CEP 05501-050, na qualidade de Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas. Esteve também presente o Sr. Hélio Rodrigues Guimarães, representante da empresa avaliadora abaixo mencionada. Conforme consta no Livro de Registro de Ações Nominativas e no Livro de Transferência de Ações Nominativas, a Odebrecht Transport S.A., adquire em 17 de novembro de 2014, todas as 800 (oitocentas) ações de emissão da Companhia anteriormente detidas por Eduardo Duarte e por Vinícius Aguilhar Duarte. **Mesa:** Sr. Gustavo Dantas Guerra, *Presidente*; Sr. Nádia Krolkowski, *Secretária*. **Deliberações:** 1) Aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o Artigo 130, §1º da Lei das S.A.; 2) Aprovada a alteração da denominação social da Companhia de **Veille SP Participações S.A.** para **Itaú Unibanco S.A.**; 3) Aprovada a alteração do endereço da sede social da Companhia da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.073, salas 317 e 318 (parte), Horsa I, Bela Vista - CEP: 01311-300, para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte H, Butantã, CEP 05501-050; 4) Aprovada a alteração do objeto social da Companhia, passando o Artigo 2º do Estatuto Social a ter a seguinte nova redação: "Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou industriais, ou a aquisição de quotas"; 5) Aprovado o aumento do capital social da Companhia, atualizando o valor de R\$ 800.000 (oitocentas reais), para R\$ 9.665.848,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais), um aumento, portanto, de R\$ 9.665.848,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais), mediante a emissão de 9.665.848 (nove milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, integralmente subscritas e integralizadas neste ato, por meio de entrega de ações e de integralização em moeda corrente nacional, por OTPMU Participações S.A., na forma prevista no Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Documento I. O valor a ser pago pela subscrição das ações ora emitidas é de R\$ 9.665.848,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais), integralmente destinados à conta de capital social da Companhia; 6) Fica consignado que, estando presente à Assembleia a Odebrecht Transport S.A., a Companhia S.A., foi dispensado o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência previsto em lei, passando-se imediatamente à subscrição. A acionista Odebrecht Transport S.A. cedeu expressa e integralmente seu direito de preferência na subscrição das novas ações para a OTPMU Participações S.A., a fim de possibilitar a subscrição de novas ações por esta sociedade; 7) Ratificada a contratação, anteriormente feita pela administração da Companhia, da empresa especializada Guimarães e Seiro Consultoria e Serviços Correlatos, com sede na Rua da Consolação, nº 939, Edifício Esplanada Tower, sala 907, Caminho das Árvores, Salvador, BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.533.214/0001-72 e no CRC/BA sob o nº 0049030-0, que avaliou os ativos a serem integralizados pela OTPMU Participações S.A. ao capital da Companhia, conforme descrito abaixo: 8) Aprovado o Laudo Pericial de Avaliação preparado pela empresa especializada acima mencionada, que integra a presente ata como Documento II, que avaliou os ativos a serem integralizados ao capital da Companhia no valor total de R\$ 9.665.848,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e sete reais e vinte e oito centavos); 9) Fica consignado que, em decorrência do aumento de capital acima deliberado, os bens descritos no Laudo Pericial de Avaliação passaram a pertencer à Companhia, que os recebeu pelos valores indicados no Documento II anexo, valores esses que foram expressamente aceitos e aprovados pela acionista Odebrecht Transport S.A. e por OTPMU Participações S.A.; 10) Aprovado o Boletim de Subscrição acima mencionado, declarando-se formalmente concretizado o aumento de capital mediante a subscrição de novas ações ordinárias; 11) Aprovada a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, que integra a presente ata como Documento III, em virtude das deliberações aqui tomadas e para refletir a nova estrutura organizacional a ser adotada e as novas normas de governança corporativa resultantes da admissão da nova acionista da Companhia; 12) Consignado o desligamento dos senhores: (i) Eduardo Duarte, brasileiro, separado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 105.312-A, expedida pela OAB/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 024.974.417-15, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Rua Candelária, nº 79, Cobertura 01, Centro - CEP: 20091-020, do cargo de *Diretor-Presidente*; e (ii) Vinícius Aguilhar Duarte, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 12563815-5, expedida pelo DIC/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 053.942.037-92, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Rua Candelária, nº 79, Cobertura 01, Centro - CEP: 20091-020, do cargo de *Diretor*, sem designação específica, ambos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a quem se entregaram os anexos como Documento IV; 13) Aprovada a eleição para a *Diretoria da Companhia*, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, dos senhores: (i) Gustavo Dantas Guerra, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.449.872-62 - SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 422.080.505-25, para o cargo de *Diretor-Presidente*; e (ii) Hugo Gonçalves Vieira de Assunção, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.383.414-X - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 248.802.578-00, para o cargo de *Diretor* sem designação específica; ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, CEP 05501-050. Os Diretores ora eleitos serão investidos em seus cargos respectivos mediante a lavratura e assinatura dos termos de posse no Livro de Registro de Atas da Reunião da Diretoria da Companhia, que encontram-se anexos a esta Assembleia como Documento V. Um representante da Odebrecht Transport S.A. - Adriano Sá de Seixas Maia e um representante da Companhia, Sr. Hélio Rodrigues Guimarães, permanecerão vagos para futuro e oportuno preenchimento. Atendendo ao disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76, os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas de lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia pública, contra a administração pública, ou contra a defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. 14) Aprovada para a administração da Companhia, para o presente exercício social, uma remuneração anual e global de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais); 15) Aprovado que as publicações da Companhia sejam realizadas nos jornais "Diário do Comércio de São Paulo" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo". Os termos desta ata foram aprovados pela acionista presente, que a subscreve. Quorum qualificado. Todas as deliberações foram aprovadas com unanimidade, sem reserva ou restrições, pela acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Mesa e por todos os presentes. São Paulo, 17 de novembro de 2014. **Mesa:** Sr. Gustavo Dantas Guerra, *Presidente*; Sr. Nádia Krolkowski, *Secretária*. **Acionistas:** Odebrecht Transport S.A. - Adriano Sá de Seixas Maia e Irineu Berardi Murrelles. **Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.** São Paulo, 17/11/2014. **Mesa:** Gustavo Dantas Guerra, *Presidente*; Nádia Krolkowski, *Secretária*. **JUCESP**, Certifico o registro sob o nº 506.396/14-9 em 17/11/2014. Flávia Regina Brito - *Secretária-Geral* em Exercício.

Brasil Insurance Participações e Administração S.A.

CNPJ/MF: 11.721.921/0001-60 - NIRE 35.300.442.377 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/08/14

1. Data, hora e local: As 17h do dia 18/08/14, na sede social da Companhia, Alameda Santos, nº 1.787, 8º andar, Cerqueira César, SP, 2. **Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Fábio Franchini; Secretário: Antônio José Lemos Ramos. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar a respeito dos cálculos realizados pelo Diretor Financeiro, Sr. Miguel Longo Junior, para fins de (a.) determinar o número de ações ordinárias a serem emitidas por força do exercício dos Bônus de Subscrição Série B, de titularidade dos acionistas da Companhia, Srs. Paulo Cesar Gallo Kalassa, Ana Claudia Benites Badaró, André Luis Anastácio Junior, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B, de titularidade dos acionistas da Companhia, Bernardo Pizzatto Teixeira, Cíntia Olsen Pizzatto Teixeira, Luciano Roberto Moura, Maria Carmen Iglesias Teixeira e Nivaldo Luis Jozefowicz. **5. Resoluções Aprovadas:** Foram abertos os trabalhos da Reunião, tendo o Presidente da mesa esclarecido aos Conselheiros presentes que a ata a que se refere esta Reunião seria lavrada sob a forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e deliberação, na forma da Lei, 5.1. Passando à deliberação do Item (I.) da Ordem do Dia, após a apresentação dos cálculos realizados pelo Diretor Financeiro, Sr. Miguel Longo Junior, decorrentes da aplicação da fórmula constante dos Bônus de Subscrição Série B, para a determinação do número de ações a que os acionistas Paulo Cesar Gallo Kalassa, Ana Claudia Benites Badaró, André Luis Anastácio e José Carlos Anastácio Junior teriam direito de subscrever, caso exerçam os seus respectivos Bônus de Subscrição, os Conselheiros presentes homologaram os cálculos realizados pelo Diretor Financeiro, e determinaram que: (I.a.1) o acionista Paulo Cesar Gallo Kalassa, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B de sua titularidade, terá direito de subscrever 124.944 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, (I.a.2) o acionista Ana Claudia Benites Badaró, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B de sua titularidade, terá direito de subscrever 17.850 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; (I.a.3) o acionista André Luis Anastácio, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B de sua titularidade, terá direito de subscrever 17.850 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (I.a.4) o acionista José Carlos Anastácio Junior, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B de sua titularidade, terá direito de subscrever 17.850 novas ações ordinárias de emissão da Companhia. **5.2.** Passando à deliberação do item (I.b.) da Ordem do Dia, após a apresentação dos cálculos realizados pelo Diretor Financeiro, Sr. Miguel Longo Junior, decorrentes da aplicação da fórmula constante dos Bônus de Subscrição Série B, para a determinação do número de ações a que os acionistas Bernardo Pizzatto Teixeira, Cíntia Olsen Pizzatto Teixeira, Luciano Roberto Moura, Maria Carmen Iglesias Teixeira e Nivaldo Luis Jozefowicz teriam direito de subscrever, caso exerçam os seus respectivos Bônus de Subscrição, os Conselheiros presentes homologaram os cálculos realizados pelo Diretor Financeiro, e determinaram que: (I.b.1) o acionista Bernardo Pizzatto Teixeira, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B de sua titularidade, terá direito de subscrever 297 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, (I.b.2) o acionista Cíntia Olsen Pizzatto Teixeira, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B de sua titularidade, terá direito de subscrever 41.285 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; (I.b.3) o acionista Luciano Roberto Moura, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B de sua titularidade, terá direito de subscrever 4.594 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (I.b.4) o acionista Maria Carmen Iglesias Teixeira, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B de sua titularidade, terá direito de subscrever 4.291 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (I.b.5) o acionista Nivaldo Luis Jozefowicz, caso exerça o Bônus de Subscrição Série B de sua titularidade, terá direito de subscrever 1.615 novas ações ordinárias de emissão da Companhia. **5.3.** Fica a *Diretoria da Companhia* autorizada a emitir as ações dos acionistas Paulo Cesar Gallo Kalassa, Ana Claudia Benites Badaró, André Luis Anastácio, José Carlos Anastácio Junior, Bernardo Pizzatto Teixeira, Cíntia Olsen Pizzatto Teixeira, Luciano Roberto Moura, Maria Carmen Iglesias Teixeira e Nivaldo Luis Jozefowicz, a respeito das deliberações aprovadas na presente Reunião, para que os mesmos, no prazo de 30 dias a contar do recebimento das respectivas notificações, possam exercer os respectivos Bônus de Subscrição mediante (i) a entrega, à Companhia, do Formulário de Exercício, devidamente preenchido, e (ii) o pagamento do preço de subscrição das ações da Companhia, conforme disposto no presente formulário de subscrição. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Reunião que depois de lida e aprovada está assinada pelos presentes. **7. Conselheiros Presentes:** Fábio Franchini, Antônio José Lemos Ramos, Miguel Roberto Gherizze, Farid El Filho e David Peter Trezies. Conferem com o original, lavrado no livro próprio. SP, 18/08/14. Fábio Franchini - *Presidente*, Antônio José Lemos Ramos - *Secretário*. JUCESP nº 427.381/14-9 em 21/11/2014. Flávia Regina Brito - *Secretária-Geral* em Exercício.

**Itaú Unibanco S.A.**

CNPJ 60.701.190/0001-04 - NIRE 35300302978

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE SETEMBRO DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: Em 18.9.14, às 11h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, em São Paulo (SP), MESA: Roberto Egydio Setubal - *Presidente*; e Caio Ibrahim David - *Secretário*. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** 1. Eleito Diretor THIAGO LUIZ CHARNET ELLERO, brasileiro, casado, bacharel em ciências da computação, RG-SSP/SP 30.327.311-2, CPF 279.978.790-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida do Estado, 5533, 8º Andar - Setor A, Mooca, CEP 03105-000, no mandato trienal em curso que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2016. 2. Registrado que o diretor eleito (i) apresentou os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional, (ii) não foi investido após homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). 3. Registrada, ainda, a prorrogação da posse de Laila Regina de Oliveira Pena de Antonio, Lúcio Carlos Ferraz de Andrade e Pedro Constantino Campos Donati Jorge, eleitos Diretores na Assembleia Geral Extraordinária de 31.7.14 e cujas indicações foram homologadas pelo BACEN em 26.8.14, por meio do Ofício 13384/2014-BCB/Deor/GTSP2, os quais serão investidos em seus cargos em 1º.10.14, 5 dias após os dias 30 de agosto de 2014, 4. Acolhido que a mencionada prorrogação da data da posse dos diretores deu-se ao alinhamento necessário nos processos de desligamento e registro como Diretores nos sistemas de pagamento de Recursos Humanos, tendo em vista serem ex-funcionários da Sociedade. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 18 de setembro de 2014. (a) Roberto Egydio Setubal - *Presidente*; e Caio Ibrahim David - *Secretário*. Cópia fiel da original lavrada em livro próprio e homologada pelo BACEN. JUCESP - Registro nº 503.089/14-0, em 11.12.2014 (a) Flávia Regina Brito - *Secretária-Geral*.

**Companhia de Desenvolvimento de São Vicente - Codesavi**

CNPJ nº 49.169.822/0001-51

Extrato de Aviso de Adiantamento de Valor de Contrato nº 034/13

Pregão Presencial nº 003/13 - Processo nº 034/13 - Contrato nº 034/13

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e serviços complementares de limpeza pública no município de São Vicente/SP. **Valor antigo:** R\$ 26.195.335,53 (vinte e seis milhões e cento e noventa e cinco mil e trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e três centavos). **Valor reajustado:** R\$ 27.858.437,58 (vinte e sete milhões e oitocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

São Vicente, 09 de janeiro de 2015

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE 35.300.391.047

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração**Realizada em 10 de dezembro de 2014**

Data, Horário e Local: 10 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da Vigor Alimentos S.A., no município de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Joaquim Carlos, nº 396, 1º andar, Brás - CEP 03019-000 ("Companhia"). **Convocação:** Convocação enviada por e-mail aos membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, verificando-se, portanto, o quorum necessário para a instalação da reunião. Compareceram ainda, os Srs. Gilberto Murrelles Xandó Baptista e Victor Hugo Machado, membros da administração da Companhia. **Mesa:** Wesley Mendonça Batista, *Presidente* da Mesa; e Daniel Pereira de Almeida Araújo, *Secretário* da Mesa. **Ordem do Dia:** De caráter informativo: apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014. De caráter deliberativo: (i) deliberar sobre o plano plurianual de negócios e o orçamento da Companhia relativos ao ano de 2015 ("Plano Plurianual de 2015"); (ii) deliberar sobre o calendário corporativo do Conselho de Administração da Companhia relativo ao ano de 2015 ("Calendário Corporativo de 2015"); (iii) deliberar sobre a proposta para deliberação pela Assembleia Geral da Companhia do "Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Vigor Alimentos S.A." ("Plano de Opção"); (iv) deliberar sobre a proposta para deliberação pela Assembleia Geral da Companhia da alteração do Estatuto Social de modo a adequar as disposições estatutárias para refletir Plano de Opção proposto pela administração da Companhia; (v) ratificação das assinaturas dos Diretores da Companhia no "Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 14.2.0839.1" celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Itambé Alimentos S.A., subsidiária da Companhia, em 11 de novembro de 2014, no qual a Companhia figura como interveniente anuente ("Contrato de Financiamento entre Itambé e BNDES"), nos termos do Artigo 19, XXII do Estatuto Social da Companhia; e (vi) autorização para os Diretores da Companhia, nos termos do Artigo 19, XXIV do Estatuto Social da Companhia, negociarem e celebrem um contrato de financiamento entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de até R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e com prazo de pagamento de até 10 (dez) anos, incluindo a contratação de uma fiança bancária para fins de operação ("Contrato de financiamento entre a Companhia e BNDES"), sendo que as assinaturas dos Diretores da Companhia, nos termos do Artigo 19, XXIV do Estatuto Social da Companhia, deverão ser ratificadas posteriormente pelo Conselho de Administração da Companhia após a assinatura. **Deliberações:** De caráter informativo: O Diretor Presidente da Companhia, Sr. Gilberto Murrelles Xandó Baptista, e o Diretor de Finanças, de Relações com Investidores e de Administração e Controle da Companhia, Sr. Victor Hugo Machado, realizaram uma apresentação conjunta sobre os resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014. Concluída a apresentação, os membros do Conselho de Administração parabenizaram a administração da Companhia pelos resultados apresentados no ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor"; e (iii) do logotipo Beauty In/ Vir - Case: "Pareceria Beauty In/Vigor: Colágeno + logotipo"; assim como pelo prêmio de empresa do ano no setor de embalagens no "Prêmio ABRE de Embalagem Brasileira 2014" concedido anualmente pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. De caráter deliberativo: Após a apresentação dos resultados parciais da Companhia referentes ao ano de 2014 e também pelos 3 prêmios recebidos na 27ª Edição do Prêmio Marketing Best nas categorias: publicações (i) do Requeijão Vir - Case: "E cremoso, é gostoso"; (ii) da Linha Infantil Vir - Case: "Minha Família Favorita: a consolidação da família de Infância da Vigor";

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 60.701.190/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/08/1944
NOME EMPRESARIAL ITAU UNIBANCO S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EST. UNIF			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - SOCIEDADE ANONIMA FECHADA			
LOGRADOURO PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100	NÚMERO .	COMPLEMENTO TORRE OLAVO SETUBAL	
CEP 04.344-902	BAIRRO/DISTRITO PARQUE JABAQUARA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO UNIDADEDEATENDIMENTOAFISCALIZACAO@CORREIO.ITAUI.COM.BR		TELEFONE (11) 3003-4828	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SIT *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/02/2016** às **14:13:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)Preparar Página
para ImpressãoA RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).[Atualize sua página](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
CNPJ: 60.701.190/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:55:25 do dia 07/06/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/12/2018.

Código de controle da certidão: **93B7.5B55.68BA.D7CC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997. Liberação em razão de decisão judicial proferida nos autos do mandado de segurança nº 5012951-22.2018.403.6100 (9ª Vara Cível Federal de São Paulo) que determinou a expedição de CPEN com prazo de validade de 30 dias.

Observações PGFN:

Liberação em razão de decisão judicial proferida nos autos do mandado de segurança nº 5012951-22.2018.403.6100 (9ª Vara Cível Federal de São Paulo) que determinou a expedição de CPEN com prazo de validade de 30 dias (dossiê 10080.000970/0618-22) e processo SEI nº19839.103988/2018-71.

Certidão válida por 30 dias.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários



Certidão Número: 0105691 - 2018

CPF/CNPJ Raiz: 60.701.190/

Contribuinte: ITAU UNIBANCO S.A.

Liberação: 02/03/2018

Validade: 29/08/2018

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.023.917-0- Início atv :20/06/73 (PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 00100 - CEP: 04344-902)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é:

REGULAR. Certifico mais de acordo com o posicionamento de DICAJ através do Processo SEI de nº 6017.2018/0006472-0-7, FISC 42 informou que - Processo Digital - 1033899-51.2016.8.26.0053 - Cuida-se de mandado de segurança impetrado para contrapor-se a negativa de expedição de certidões de regularidade fiscal requerida em função da existência de pendências fiscais de filiais. O pedido de liminar foi deferido, nos termos e limites postulados, ou seja, "para determinar a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários para o CNPJ 60.701.190/0001-04 e CCM 1.023.917-0, sem considerar eventuais pendências relacionadas a outras filiais do impetrante, confirmando-se a liminar deferida". Certifico mais que de acordo com FISC através do processo SEI de nº 6017.2018/0006473-9 a situação dos AÍIS inscritos na dívida ativa é a seguinte: AÍIS nºs 66569753, 66569770, 66569800, 66569818, 66569826: suspensos em razão de depósito na ACE nº 53/1040353-18.2014.8.26.0053 (13ª VFP); E.F. 6080952 04 1 (AII 63192632): embargada e garantida por depósito integral; E.F. 5920787 05 8 (AÍIS 60467487, 60469536, 60470178, 60470216, 60470321, 63192640): embargada e garantida por depósito integral; E.F. 6428967 07 3 (AII 63192616): embargada e garantida por carta-fiança bancária.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 12:27:38 horas do dia 08/03/2018 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: F4412819

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa



Certidão Positiva de Débitos
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60701190

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:

Relativos a IPVA

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 60.701.190/0001-04

IE:

CDA	Situação
1.050.422.454	Inscrito / Suspenso
1.104.498.637	Inscrito / Suspenso
1.153.963.923	Inscrito / Suspenso
1.153.963.945	Inscrito / Suspenso
1.153.964.011	Inscrito / Suspenso
1.153.964.033	Inscrito / Suspenso
1.153.964.055	Inscrito / Suspenso
1.153.964.088	Inscrito / Suspenso
1.153.964.122	Inscrito / Suspenso
1.153.964.211	Inscrito / Suspenso
1.153.965.498	Inscrito / Suspenso
1.153.965.510	Inscrito / Suspenso
1.153.965.554	Inscrito / Suspenso
1.153.965.565	Inscrito / Suspenso
1.153.965.598	Inscrito / Suspenso
1.153.965.676	Inscrito / Suspenso
1.153.965.698	Inscrito / Suspenso
1.153.965.710	Inscrito / Suspenso
1.153.965.732	Inscrito / Suspenso
1.153.965.776	Inscrito / Suspenso
1.153.965.787	Inscrito / Suspenso
1.153.965.821	Inscrito / Suspenso
1.153.965.921	Inscrito / Suspenso
1.153.966.009	Inscrito / Suspenso
1.153.966.020	Inscrito / Suspenso
1.153.966.064	Inscrito / Suspenso

Local de emissão : DRTC - I	Responsável : EDINÉIA A. M. REZENDE Supervisora RG. 19.953.718-5
CRDA nº 17934197	
Data e hora da emissão 16/02/2018 08:56:55 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa



Certidão Positiva de Débitos
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60701190

IE:

CDA
90.043.020

Situação
Inscrito / Suspenso

Relativos a Taxa Judiciária
Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 60.701.190/0001-04

IE:

CDA
1.095.848.391
1.238.947.340
1.239.096.565
1.239.103.950
1.239.250.695
1.239.256.123
1.239.273.744
1.239.283.909
1.240.238.223
1.240.372.973
1.240.806.102
1.242.322.264
1.242.333.139
1.242.528.563

Situação
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.701.190/0691-39

IE:

CDA
1.239.283.610

Situação
Inscrito / Suspenso

Anotação SEFAZ:

A CERTIDÃO POSITIVA TEM EFEITO DE NEGATIVA PARA OS DÉBITOS ACIMA CITADOS CONFORME MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA FISCAL PDA EXARADA EM 15/02/2018 NO GDOC 100703-84897/2018. PARA ELABORAÇÃO DA CERTIDÃO FORAM PESQUISADOS TODOS OS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ A PRESENTE DATA.

Final da Certidão

Local de emissão : DRTC - I	Responsável : EDINÉIA A. M. REZENDE Supervisora RG. 19.953.718-5
CRDA nº 17934197	Folha 314 de 314
Data e hora da emissão 16/02/2018 08:56:55 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) (DOE de 02/04/1998).	
mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998	



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 60701190/0001-04
Razão Social: ITAU UNIBANCO SA
Nome Fantasia: EST UNIF
Endereço: PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100 / PARQUE JABAQUARA
/ SAO PAULO / SP / 4344-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/08/2018 a 12/09/2018

Certificação Número: 2018081413194017939420

Informação obtida em 15/08/2018, às 13:31:40.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: ITAU UNIBANCO S.A.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 60.701.190/0001-04

Certidão nº: 143943736/2018

Expedição: 30/01/2018, às 17:16:15

Validade: 28/07/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e q u e I T A U U N I B A N C O S . A .
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
60.701.190/0001-04, CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas
no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade
suspensa:

0011200-56.1994.5.01.0003 - TRT 01ª Região *
0012600-65.1995.5.01.0005 - TRT 01ª Região *
0293900-67.1992.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0155700-75.1995.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0012100-25.1997.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0064700-23.1997.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0071100-19.1998.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0179200-97.2000.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0107100-13.2001.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0094700-59.2004.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0138600-92.2004.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0067500-55.1996.5.01.0007 - TRT 01ª Região *
0179300-51.1997.5.01.0008 - TRT 01ª Região *
0218700-16.1990.5.01.0009 - TRT 01ª Região *
0031200-20.1998.5.01.0009 - TRT 01ª Região *
0029600-31.1993.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0113000-69.1995.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0134100-65.2004.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0013500-10.2007.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0000452-08.2012.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0001143-22.2012.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0273200-86.1991.5.01.0012 - TRT 01ª Região *
0146600-41.1996.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0129900-19.1998.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0000700-51.2001.5.01.0013 - TRT 01ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0147600-66.2002.5.01.0013 - TRT 01ª Região *

0171300-66.2005.5.01.0013 - TRT 01ª Região *

0017100-62.2009.5.01.0013 - TRT 01ª Região *

0001262-45.2010.5.01.0013 - TRT 01ª Região *

0000592-36.2012.5.01.0013 - TRT 01ª Região *

0001063-52.2012.5.01.0013 - TRT 01ª Região *

0001443-75.2012.5.01.0013 - TRT 01ª Região *

0139200-72.1993.5.01.0015 - TRT 01ª Região *

0218300-43.1988.5.01.0018 - TRT 01ª Região *

0161400-10.2006.5.01.0018 - TRT 01ª Região *

0001066-26.2011.5.01.0018 - TRT 01ª Região *

0001015-12.2011.5.01.0019 - TRT 01ª Região *

0031000-82.1995.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0131800-84.1996.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0052900-38.2006.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0119300-97.2007.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0010104-85.2013.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0182800-33.1990.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0019400-90.1997.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0137800-58.2000.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0197300-91.1996.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0087200-93.2001.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0050700-49.2006.5.01.0023 - TRT 01ª Região *

0000155-53.2012.5.01.0026 - TRT 01ª Região *

0010091-34.2014.5.01.0026 - TRT 01ª Região *

0201000-26.1997.5.01.0027 - TRT 01ª Região *

0087900-59.1998.5.01.0027 - TRT 01ª Região *

0031500-32.1992.5.01.0028 - TRT 01ª Região *

0225800-18.1997.5.01.0028 - TRT 01ª Região *

0000900-98.1987.5.01.0029 - TRT 01ª Região *

0140900-51.1987.5.01.0029 - TRT 01ª Região *

0073700-12.1996.5.01.0029 - TRT 01ª Região *

0224600-02.1999.5.01.0029 - TRT 01ª Região *

0002600-84.2002.5.01.0029 - TRT 01ª Região *

0154100-95.2005.5.01.0029 - TRT 01ª Região *

0035800-55.1997.5.01.0030 - TRT 01ª Região *

0149600-97.1993.5.01.0031 - TRT 01ª Região *

0067000-16.1993.5.01.0032 - TRT 01ª Região *

0025700-06.1995.5.01.0032 - TRT 01ª Região *

0018500-64.2003.5.01.0032 - TRT 01ª Região *

0009500-06.2004.5.01.0032 - TRT 01ª Região *

0198800-37.1988.5.01.0035 - TRT 01ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0065800-78.2001.5.01.0036 - TRT 01ª Região *

0042900-88.2007.5.01.0037 - TRT 01ª Região *

0178100-23.1991.5.01.0039 - TRT 01ª Região *

0067900-65.1999.5.01.0039 - TRT 01ª Região *

0090300-75.1996.5.01.0040 - TRT 01ª Região *

0000753-59.2012.5.01.0041 - TRT 01ª Região *

0225700-55.1996.5.01.0042 - TRT 01ª Região *

0000349-73.2010.5.01.0042 - TRT 01ª Região *

0001510-21.2010.5.01.0042 - TRT 01ª Região *

0001003-89.2012.5.01.0042 - TRT 01ª Região *

0061500-57.1998.5.01.0043 - TRT 01ª Região *

0006100-09.2008.5.01.0043 - TRT 01ª Região *

0089700-05.1997.5.01.0045 - TRT 01ª Região *

0129400-17.1999.5.01.0045 - TRT 01ª Região *

0161700-95.2000.5.01.0045 - TRT 01ª Região *

0145900-22.2003.5.01.0045 - TRT 01ª Região *

0173400-98.1996.5.01.0048 - TRT 01ª Região *

0000492-70.2012.5.01.0049 - TRT 01ª Região *

0000872-93.2012.5.01.0049 - TRT 01ª Região *

0201300-35.1996.5.01.0055 - TRT 01ª Região *

0038500-16.1994.5.01.0060 - TRT 01ª Região *

0225700-98.1996.5.01.0060 - TRT 01ª Região *

0204200-39.1997.5.01.0060 - TRT 01ª Região *

0011231-92.2014.5.01.0062 - TRT 01ª Região *

0090300-74.1994.5.01.0063 - TRT 01ª Região *

0138100-27.1996.5.01.0064 - TRT 01ª Região *

0136100-34.2008.5.01.0064 - TRT 01ª Região *

0193500-20.1996.5.01.0066 - TRT 01ª Região *

0038500-92.1994.5.01.0067 - TRT 01ª Região *

0134700-19.1998.5.01.0069 - TRT 01ª Região *

0066000-41.2005.5.01.0070 - TRT 01ª Região **

0144700-31.2005.5.01.0070 - TRT 01ª Região **

0094700-10.1994.5.01.0071 - TRT 01ª Região *

0121000-67.1998.5.01.0071 - TRT 01ª Região *

0109200-37.2001.5.01.0071 - TRT 01ª Região *

0055200-57.1996.5.01.0073 - TRT 01ª Região **

0079100-22.2008.5.01.0082 - TRT 01ª Região *

0102100-04.2007.5.01.0206 - TRT 01ª Região *

0163900-26.1987.5.01.0241 - TRT 01ª Região *

0187100-66.2004.5.01.0241 - TRT 01ª Região *

0221000-56.1975.5.01.0241 - TRT 01ª Região *

0053600-37.2000.5.01.0242 - TRT 01ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0126000-78.2002.5.01.0242 - TRT 01ª Região *
0268400-81.2003.5.01.0242 - TRT 01ª Região *
0334900-34.2000.5.01.0243 - TRT 01ª Região *
0101100-30.1999.5.01.0244 - TRT 01ª Região *
0123400-02.2007.5.01.0245 - TRT 01ª Região *
0190700-72.2007.5.01.0247 - TRT 01ª Região *
0002113-82.2011.5.01.0261 - TRT 01ª Região *
0070300-46.1991.5.01.0261 - TRT 01ª Região *
0134000-96.2005.5.01.0263 - TRT 01ª Região *
0018100-86.1997.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0018300-93.1997.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0154700-07.2003.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0164400-23.1998.5.01.0301 - TRT 01ª Região *
0000236-47.2012.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0000419-81.2013.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0000576-88.2012.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0001155-36.2012.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0001574-90.2011.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0017500-59.1984.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0178100-34.1996.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0296300-69.1999.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0307800-40.1996.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0094800-02.2006.5.01.0343 - TRT 01ª Região *
0001233-71.2013.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0140200-87.1999.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0052400-93.1996.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0066500-14.2000.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0251600-76.1999.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0000639-05.2011.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
0011600-06.1991.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
0043000-23.2000.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
0112100-89.2005.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
0148500-87.1996.5.01.0521 - TRT 01ª Região *
0302400-62.1996.5.02.0004 - TRT 02ª Região *
0071900-55.2000.5.02.0004 - TRT 02ª Região *
0151200-80.1993.5.02.0014 - TRT 02ª Região **
0138000-30.1998.5.02.0014 - TRT 02ª Região **
0312100-60.1995.5.02.0016 - TRT 02ª Região *
0002324-78.2010.5.02.0018 - TRT 02ª Região **
0333800-41.1999.5.02.0020 - TRT 02ª Região *
0001626-71.2012.5.02.0028 - TRT 02ª Região *
0131100-36.2005.5.02.0030 - TRT 02ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0099700-27.2007.5.02.0032 - TRT 02ª Região **
0002393-91.2012.5.02.0034 - TRT 02ª Região *
0078700-97.2000.5.02.0037 - TRT 02ª Região *
0155700-39.1992.5.02.0043 - TRT 02ª Região **
0002879-06.2013.5.02.0046 - TRT 02ª Região *
0201400-07.1998.5.02.0050 - TRT 02ª Região *
0254400-63.2005.5.02.0053 - TRT 02ª Região **
0002532-94.2010.5.02.0072 - TRT 02ª Região **
0059200-45.2007.5.02.0087 - TRT 02ª Região **
0105200-97.2007.5.02.0089 - TRT 02ª Região *
0000790-19.2013.5.02.0431 - TRT 02ª Região *
0000924-08.2014.5.03.0003 - TRT 03ª Região *
0001718-29.2014.5.03.0003 - TRT 03ª Região *
0010135-34.2015.5.03.0003 - TRT 03ª Região *
0186700-23.2001.5.03.0008 - TRT 03ª Região *
0002092-85.2014.5.03.0022 - TRT 03ª Região *
0001085-78.2013.5.03.0059 - TRT 03ª Região *
0034000-86.2009.5.03.0071 - TRT 03ª Região **
0133700-29.2005.5.03.0086 - TRT 03ª Região *
0023600-15.2009.5.03.0135 - TRT 03ª Região *
0101200-49.2008.5.03.0135 - TRT 03ª Região *
0000006-84.2016.5.03.0180 - TRT 03ª Região *
0011658-95.2016.5.03.0181 - TRT 03ª Região *
0001695-31.2014.5.03.0182 - TRT 03ª Região *
0001204-91.2010.5.04.0002 - TRT 04ª Região *
0000680-26.2012.5.04.0002 - TRT 04ª Região *
0000287-67.2013.5.04.0002 - TRT 04ª Região *
0032600-93.2004.5.04.0003 - TRT 04ª Região *
0000873-26.2012.5.04.0007 - TRT 04ª Região *
0000396-66.2013.5.04.0007 - TRT 04ª Região *
0000777-67.2010.5.04.0011 - TRT 04ª Região *
0001492-41.2012.5.04.0011 - TRT 04ª Região *
0135800-65.1999.5.04.0012 - TRT 04ª Região *
0001344-49.2011.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0000292-81.2012.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0000808-04.2012.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0001238-53.2012.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0065900-62.2008.5.04.0017 - TRT 04ª Região *
0057800-46.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0096100-77.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0000218-83.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0001001-75.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001181-91.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região *

0000037-77.2013.5.04.0020 - TRT 04ª Região *

0000184-06.2013.5.04.0020 - TRT 04ª Região *

0000577-28.2013.5.04.0020 - TRT 04ª Região *

0107300-03.2006.5.04.0025 - TRT 04ª Região *

0001619-34.2012.5.04.0025 - TRT 04ª Região *

0001543-32.2011.5.04.0029 - TRT 04ª Região *

0000170-29.2012.5.04.0029 - TRT 04ª Região *

0000283-80.2012.5.04.0029 - TRT 04ª Região *

0198600-31.2006.5.04.0030 - TRT 04ª Região *

0000619-18.2011.5.04.0030 - TRT 04ª Região *

0001503-13.2012.5.04.0030 - TRT 04ª Região *

0000643-87.2012.5.04.0102 - TRT 04ª Região *

0000660-55.2014.5.04.0102 - TRT 04ª Região *

0000362-91.2013.5.04.0104 - TRT 04ª Região **

0000201-35.2010.5.04.0121 - TRT 04ª Região *

0000108-98.2012.5.04.0122 - TRT 04ª Região *

0020019-56.2013.5.04.0124 - TRT 04ª Região *

0010094-46.2014.5.04.0271 - TRT 04ª Região *

0010787-98.2012.5.04.0271 - TRT 04ª Região *

0001678-83.2011.5.04.0404 - TRT 04ª Região *

0000183-80.2011.5.04.0411 - TRT 04ª Região *

0001433-17.2012.5.04.0411 - TRT 04ª Região *

0001467-83.2010.5.04.0662 - TRT 04ª Região *

0000696-31.2012.5.04.0664 - TRT 04ª Região *

0001267-56.2010.5.04.0701 - TRT 04ª Região *

0064200-79.2004.5.04.0732 - TRT 04ª Região *

0080900-57.2009.5.04.0732 - TRT 04ª Região **

0152300-14.2009.5.04.0771 - TRT 04ª Região *

0000089-09.2012.5.04.0861 - TRT 04ª Região *

0014300-72.1998.5.05.0001 - TRT 05ª Região *

0097700-42.2002.5.05.0001 - TRT 05ª Região *

0057900-24.1990.5.05.0002 - TRT 05ª Região *

0108300-79.2003.5.05.0004 - TRT 05ª Região *

0000807-28.2012.5.05.0004 - TRT 05ª Região *

0106400-16.2007.5.05.0006 - TRT 05ª Região *

0286400-46.2000.5.05.0009 - TRT 05ª Região **

0094400-95.2009.5.05.0011 - TRT 05ª Região *

0000184-69.2014.5.05.0011 - TRT 05ª Região *

0000722-75.2013.5.05.0014 - TRT 05ª Região *

0052400-10.2005.5.05.0015 - TRT 05ª Região *

0000133-14.2012.5.05.0016 - TRT 05ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0039500-50.2000.5.05.0021 - TRT 05ª Região *

0087800-53.2008.5.05.0024 - TRT 05ª Região *

0021100-83.1994.5.05.0025 - TRT 05ª Região *

0086000-35.2009.5.05.0030 - TRT 05ª Região *

0054300-35.2009.5.05.0032 - TRT 05ª Região *

0124400-11.2006.5.05.0035 - TRT 05ª Região *

0061700-93.2006.5.05.0036 - TRT 05ª Região *

0051700-26.2009.5.05.0037 - TRT 05ª Região *

0180900-88.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região *

0071500-37.2009.5.05.0038 - TRT 05ª Região *

0001548-43.2010.5.05.0132 - TRT 05ª Região *

0094600-83.2005.5.05.0192 - TRT 05ª Região *

0000121-48.2012.5.05.0194 - TRT 05ª Região *

0170900-31.1997.5.06.0001 - TRT 06ª Região *

0095800-36.1998.5.06.0001 - TRT 06ª Região *

0145100-30.1999.5.06.0001 - TRT 06ª Região *

0152400-27.1996.5.06.0008 - TRT 06ª Região *

9418400-56.2002.5.06.0008 - TRT 06ª Região *

0000588-73.2012.5.06.0008 - TRT 06ª Região *

0138300-87.1998.5.06.0011 - TRT 06ª Região *

9886100-66.2002.5.06.0013 - TRT 06ª Região *

0000789-84.2011.5.06.0013 - TRT 06ª Região *

0001375-53.2013.5.06.0013 - TRT 06ª Região *

0055100-13.1997.5.06.0014 - TRT 06ª Região *

0103400-62.2009.5.06.0021 - TRT 06ª Região *

0000511-56.2011.5.06.0022 - TRT 06ª Região *

0137100-14.2003.5.06.0191 - TRT 06ª Região *

4000100-45.1999.5.06.0351 - TRT 06ª Região *

0010086-39.2012.5.07.0018 - TRT 07ª Região *

1930500-59.2002.5.09.0002 - TRT 09ª Região *

1198300-69.2004.5.09.0002 - TRT 09ª Região *

0512100-88.1993.5.09.0004 - TRT 09ª Região *

1724700-88.2003.5.09.0005 - TRT 09ª Região *

0508500-02.2006.5.09.0005 - TRT 09ª Região *

1915000-72.2001.5.09.0006 - TRT 09ª Região *

0959600-64.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região *

0354201-03.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região *

2130600-15.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região *

9952701-83.2005.5.09.0007 - TRT 09ª Região **

0301600-17.2002.5.09.0008 - TRT 09ª Região *

0505300-57.1992.5.09.0011 - TRT 09ª Região *

2110100-33.2004.5.09.0014 - TRT 09ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

9951500-35.2005.5.09.0014 - TRT 09ª Região *

3195100-08.2009.5.09.0014 - TRT 09ª Região *

0001530-98.2015.5.09.0014 - TRT 09ª Região *

1648800-69.2003.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

9951700-02.2006.5.09.0016 - TRT 09ª Região **

0049100-28.2002.5.09.0017 - TRT 09ª Região *

0179300-86.2003.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0996000-65.2007.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0000650-36.2011.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0000808-57.2012.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0400400-47.2002.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0766100-98.1996.5.09.0020 - TRT 09ª Região *

0079100-90.2002.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0361000-67.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0002864-77.2014.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0222700-59.2008.5.09.0024 - TRT 09ª Região *

0065700-63.2003.5.09.0026 - TRT 09ª Região *

1268601-23.2005.5.09.0029 - TRT 09ª Região *

0044200-65.2001.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0048600-88.2002.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0057800-17.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

9962101-23.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0037901-62.2007.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0154000-18.2007.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0001584-26.2011.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0035200-91.2008.5.09.0073 - TRT 09ª Região *

0079200-75.2001.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0178600-29.1996.5.09.0092 - TRT 09ª Região *

0001340-71.2010.5.09.0092 - TRT 09ª Região *

0067800-52.2001.5.09.0093 - TRT 09ª Região *

0001019-59.2012.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

9953400-25.2006.5.09.0303 - TRT 09ª Região **

0091500-93.2008.5.09.0325 - TRT 09ª Região *

0202300-22.2002.5.09.0513 - TRT 09ª Região *

9951100-86.2006.5.09.0660 - TRT 09ª Região *

0000620-09.2011.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0253800-29.2006.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0000371-21.2012.5.09.0663 - TRT 09ª Região *

0403400-34.2000.5.09.0663 - TRT 09ª Região *

0001732-70.2012.5.09.0664 - TRT 09ª Região *

0007300-02.2005.5.09.0668 - TRT 09ª Região *

0032000-81.2001.5.09.0668 - TRT 09ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0032400-27.2003.5.09.0668 - TRT 09ª Região **
 0046800-81.1996.5.09.0671 - TRT 09ª Região **
 0009400-20.2002.5.09.0672 - TRT 09ª Região *
 0000772-24.2011.5.09.0673 - TRT 09ª Região *
 0163900-02.2006.5.09.0673 - TRT 09ª Região *
 0000465-48.2012.5.09.0863 - TRT 09ª Região *
 0000646-83.2011.5.09.0863 - TRT 09ª Região *
 0001657-16.2012.5.09.0863 - TRT 09ª Região *
 0000191-96.2014.5.10.0019 - TRT 10ª Região *
 0003801-14.2010.5.12.0001 - TRT 12ª Região *
 0000180-02.2012.5.12.0013 - TRT 12ª Região *
 0001216-98.2011.5.12.0018 - TRT 12ª Região *
 0238900-20.2009.5.12.0026 - TRT 12ª Região *
 0536100-65.2008.5.12.0030 - TRT 12ª Região *
 0003522-67.2012.5.12.0030 - TRT 12ª Região *
 0169900-46.2008.5.12.0032 - TRT 12ª Região *
 0004392-37.2011.5.12.0034 - TRT 12ª Região *
 0002493-67.2012.5.12.0034 - TRT 12ª Região *
 0004573-04.2012.5.12.0034 - TRT 12ª Região *
 0225500-24.2000.5.12.0035 - TRT 12ª Região *
 0236701-92.2004.5.15.0001 - TRT 15ª Região *
 0081000-85.2007.5.15.0017 - TRT 15ª Região *
 0023200-66.2007.5.15.0028 - TRT 15ª Região **
 0100800-02.2008.5.15.0038 - TRT 15ª Região *
 0001645-37.2010.5.15.0044 - TRT 15ª Região *
 0000252-09.2012.5.15.0044 - TRT 15ª Região *
 0001258-77.2010.5.15.0058 - TRT 15ª Região *
 0158500-17.2006.5.15.0066 - TRT 15ª Região *
 0000139-04.2013.5.15.0082 - TRT 15ª Região *
 0001523-43.2011.5.15.0091 - TRT 15ª Região *
 0085600-52.2007.5.15.0114 - TRT 15ª Região *
 0002301-13.2013.5.15.0133 - TRT 15ª Região *
 0236900-66.2005.5.15.0135 - TRT 15ª Região **
 0496000-74.2006.5.15.0153 - TRT 15ª Região *
 0000567-70.2016.5.17.0002 - TRT 17ª Região *
 0054301-16.2005.5.17.0003 - TRT 17ª Região *
 0028200-57.2010.5.17.0005 - TRT 17ª Região *
 0165901-35.2002.5.17.0007 - TRT 17ª Região *
 0053000-90.2003.5.17.0007 - TRT 17ª Região *
 0100800-02.2012.5.17.0007 - TRT 17ª Região **
 0000533-81.2010.5.18.0001 - TRT 18ª Região *
 0002413-19.2012.5.18.0008 - TRT 18ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0188800-83.2005.5.18.0010 - TRT 18ª Região *
0011262-57.2015.5.18.0013 - TRT 18ª Região *
0010666-65.2013.5.18.0103 - TRT 18ª Região *
0108500-62.2005.5.18.0131 - TRT 18ª Região **
0137500-81.2007.5.20.0002 - TRT 20ª Região *
0030900-95.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região *
0036300-84.1996.5.21.0003 - TRT 21ª Região *
0131500-37.2009.5.22.0003 - TRT 22ª Região *
0024150-54.2014.5.24.0004 - TRT 24ª Região *
0001309-33.2012.5.24.0005 - TRT 24ª Região *
0024161-80.2014.5.24.0005 - TRT 24ª Região *
0024181-71.2014.5.24.0005 - TRT 24ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 373.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.



Itaú Unibanco S.A

Ao

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

Sr. Sharlles Fernando Bezerra Lima

Presidente do IGEPREV - TO

Av. Teotônio Segurado, 302 Norte, QI 01, AI 05, Lts 02 e 03

CEP: 77 066-328 – Palmas - TO

A empresa Itaú Unibanco S/A, inscrita no CNPJ nº. 60.701.190/0001-04 com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, TORRE ITAÚSA, representada por **JOSÉ GERALDO MARTINS**, Cédula de Identidade nº 1.896.297 SSP-GO e do CPF 402.480.461-87, DECLARA que está ciente de todos os termos do edital e anexos deste, sendo sabedores de todas as especificações nele contidas e que atende plenamente os requisitos de habilitação.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018


Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Itaú Unibanco S.A

Praça Alfredo Egydio de
Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal
04344 902 São Paulo SP

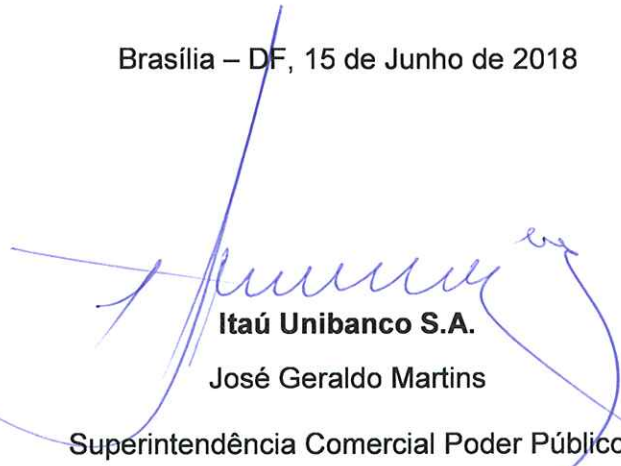


Itaú Unibanco S.A

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010

A empresa Itaú Unibanco S/A, inscrita no CNPJ nº. 60.701.190/0001-04 com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, TORRE ITAÚSA, representada por **JOSÉ GERALDO MARTINS**, Cédula de Identidade nº 1.896.297 SSP-GO e do CPF 402.480.461-87, **DECLARA** sob as penas da Lei, que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010, ou outras que entrarem em vigor posteriormente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018


Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Itaú Unibanco S.A
Praça Alfredo Egydio de
Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal
04344-907 São Paulo SP



Itaú Unibanco S.A

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

A empresa Itaú Unibanco S/A, inscrita no CNPJ nº. 60.701.190/0001-04 com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, TORRE ITAÚSA, representada por **JOSÉ GERALDO MARTINS**, Cédula de Identidade nº 1.896.297 SSP-GO e do CPF 402.480.461-87, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

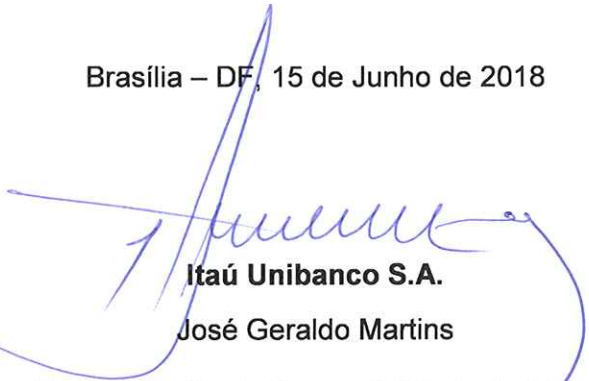
Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018


Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Itaú Unibanco S.A
Praça Alfredo Egydio de
Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal
04344 902 São Paulo SP

DECLARAÇÃO

A empresa licitante Itaú Unibanco S/A, inscrita no CNPJ nº. 60.701.190/0001-04 com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, TORRE ITAÚSA, **DECLARA**, sob as penas da lei e para os fins de participação no credenciamento, que:

- Possui experiência na gestão de recursos de terceiros dos Regimes Próprios de Previdência Social. Possui em sua carteira de clientes o RPPS de Manaus, Indaiatuba, Jundiaí, Pará, Sorocaba, Amapá, Distrito Federal, entre outros.
- Todos os fundos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social são administrados, geridos e custodiados pelo Itaú Unibanco S.A, que possui mais de 50 anos de experiência, desde seu primeiro fundo, em 1957.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018


Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

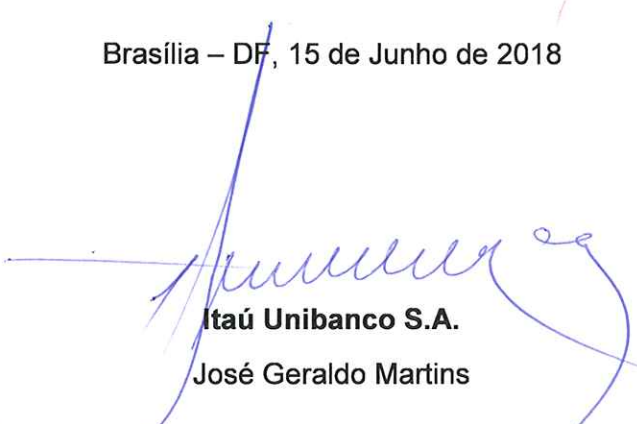


Itaú Unibanco S.A

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

A empresa **Itaú Unibanco S/A**, inscrita no CNPJ nº. 60.701.190/0001-04 com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, TORRE ITAÚSA, representada por **JOSÉ GERALDO MARTINS**, Cédula de Identidade nº 1.896.297 SSP-GO e do CPF 402.480.461-87, **DECLARA** que atende plenamente os requisitos de habilitação, **DECLARA**, sob as penalidades da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua contratação com Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018


Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Itaú Unibanco S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, sediada à Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, nº 707 – Torre Eudoro Villela – 11º andar São Paulo – SP CEP: 04344-902 declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018



Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br



Itaú Unibanco S.A

DECLARAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa **Itaú Unibanco S/A**, inscrita no CNPJ nº. 60.701.190/0001-04 com domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, TORRE ITAÚSA, representada por **JOSÉ GERALDO MARTINS**, Cédula de Identidade nº 1.896.297 SSP-GO e do CPF 402.480.461-87, já executou e está executando os serviços de Gestão, Administração e Custódia de Fundos de Investimentos, objeto do EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 0001/2018, de forma satisfatória, atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos serviços prestados, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade, motivo pelo qual está apto a se candidatar à execução do objeto do presente certame.

Brasília – DF, 15 de Junho de 2018

Itaú Unibanco S.A.

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br

Itaú Unibanco S.A

Praça Alfredo Egydio de
Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal
04344-902 São Paulo SP



Questionário Padrão
Due Diligence para Fundos de
Investimento – Seção 1:

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

Itaú Unibanco S.A.

Questionário preenchido por:

Itaú Asset Management

Data:

29 de dezembro de 2017

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A")

Versão: 2.2 - Atualizada em Mar/2016



Sumário

Apresentação.....	3
1) Informações sobre a Empresa	4
1 - Informações Cadastrais	4
2 - Informações Institucionais	5
3 - Números da Empresa.....	13
4 - Receitas da Empresa	15
5 - Recursos Humanos	15
6 - Informações Gerais	16
7 - Informações Operacionais.....	18
8 - Compliance e Auditoria Interna.....	32
9 - Questões Jurídicas e Legais	37
10 - Anexos	38
2) Declaração	38
3) Eventos Importantes.....	40
Atualizar Sumário	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito,
atualizar campo, atualizar apenas os números de página)



Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento ("Questionário Due Diligence") é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimentos.



1) Informações sobre a Empresa

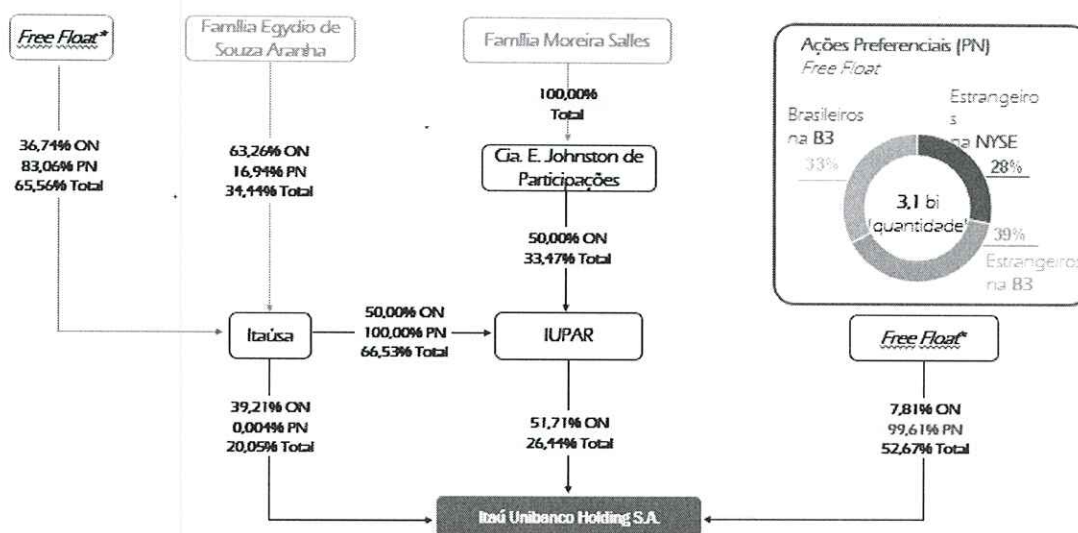
1 - Informações Cadastrais	
1.1	Razão Social
Banco Itaú Unibanco S.A.	
1.2	Nome de fantasia
Itaú Unibanco	
1.3	Endereço
Itaú Asset Management: Av. Faria Lima 3500 – 4º andar São Paulo, SP Brasil CEP:04538-132	
1.4	CNPJ
60.701.190/0001-04	
1.5	Data de constituição
- Data da Constituição do Itaú: Janeiro de 1945 - Data da Constituição do Unibanco: Setembro de 1924 - Data da Fusão entre Itaú e Unibanco: Novembro de 2008	
1.6	Telefone
(11) 3631-2939	
1.7	Fax
(11) 3631-2929	
1.8	Website
www.itauassetmanagement.com.br	
1.9	Quais são as autoridades regulatórias em que a empresa possui registro? Fornecer detalhes sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
As principais autoridades regulatórias em que a empresa possui registro são: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).	
1.10	Membro de associações de classe? Quais?
Sim, as principais são ANBIMA e FEBRABAN.	
1.11	Nome de quem responde o questionário
Área de Investment Communication	
1.12	Cargo
N/A	
1.13	Telefone para contato
Bruno Bonini (11) 3631-2524	
1.14	Fax
(11)3631-2929	
1.15	E-mail para contato
distribuicaoinstitucionais@itau-unibanco.com.br	



2 - Informações Institucionais

2.1 Quadro societário: nomes dos principais sócios e respectivas participações (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)

Segue abaixo a estrutura societária divulgada nas declarações de resultado do exercício do 4º trimestre de 2017.



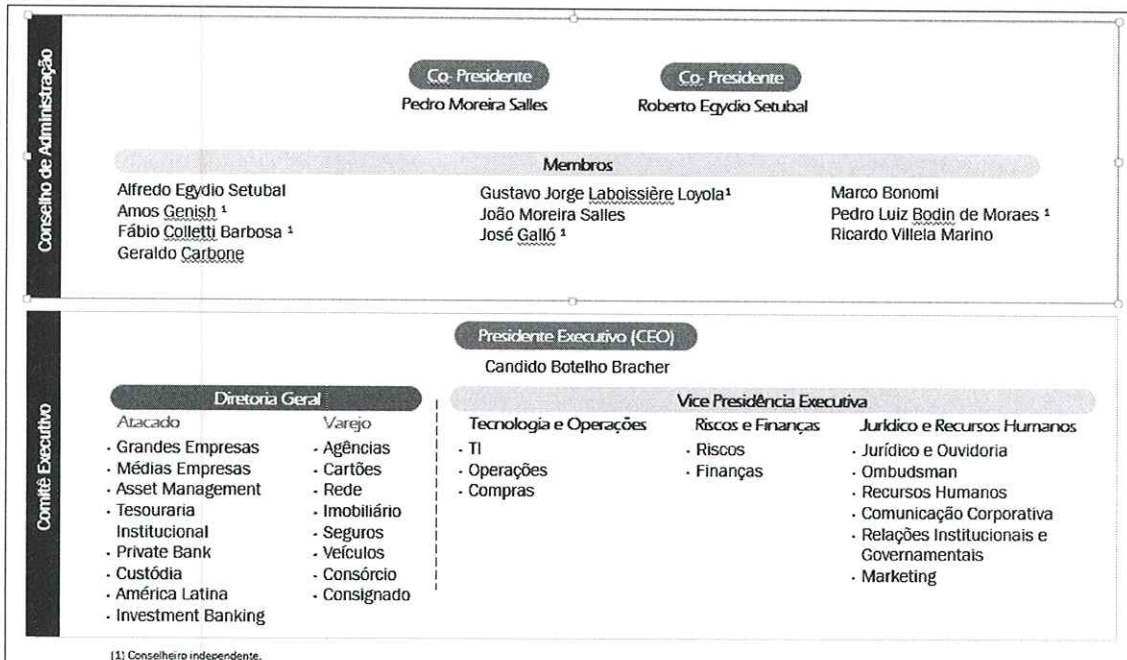
Nota: ON = Ação Ordinária; PN = Ação Preferencial; (*) Excluindo Controladores e Tesouraria.

(Fonte: Apresentação Institucional – 4º Trimestre de 2017)

2.2 Principais alterações no quadro societário nos últimos cinco anos.

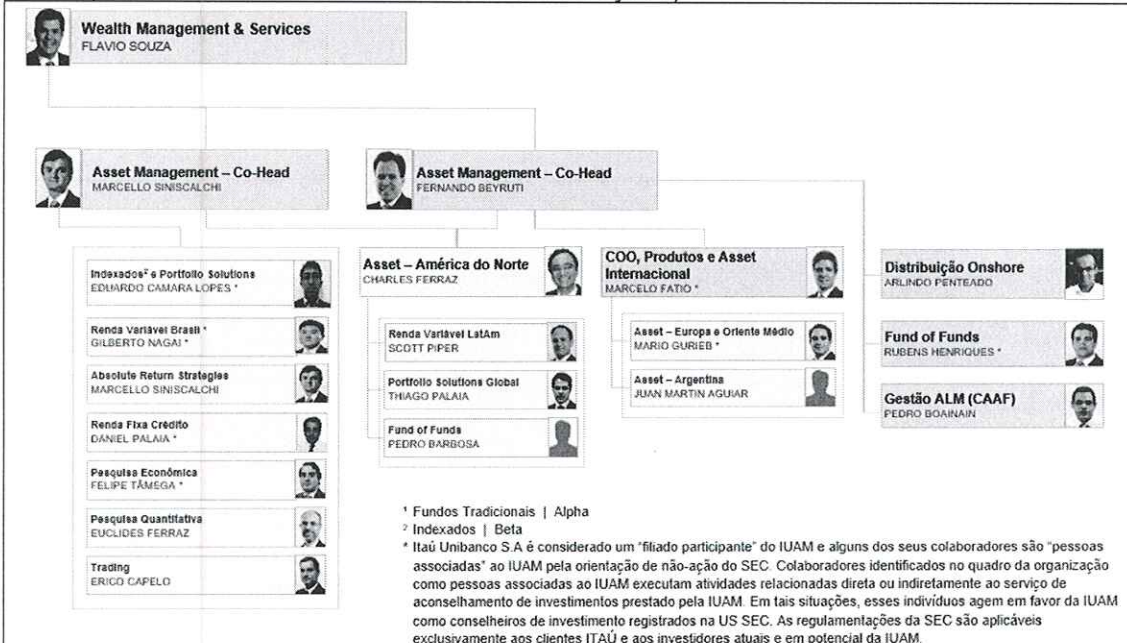
N/A

2.3 Qual a estrutura empresarial do grupo?



(Fonte: Apresentação Institucional – 4º Trimestre de 2017)

2.4 Forneça o Organograma da Empresa (anexar Resumo Profissional dos principais executivos conforme modelo constante na Seção 3)



(Fonte: Apresentação Institucional – 4º Trimestre de 2017)

2.5 Responsável perante a CVM (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3).



Fernando Mattar Beyruti – Co-Head da Itaú Asset Management	
2.6	A empresa é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).
Sim, o Itaú Unibanco é signatário do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA. Além deste código, o Itaú Unibanco também adere aos seguintes códigos da ANBIMA: ▪ Código para Fundos de Investimento ▪ Código para o Programa de Certificação Continuada ▪ Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais ▪ Código para Private Banking no Mercado Doméstico ▪ Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE ▪ Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas ▪ Código de Distribuição de Produtos no Varejo ▪ Código de Ética ▪ Código de Negociação de Instrumentos Financeiros ▪ Código para Fundos de Investimento – categoria Distribuidor	
2.7	A empresa é signatária do Código de Ética da ANBIMA?
Sim.	
2.8	A empresa é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.
Sim, somos signatários do Código de Autorregulação da FEBRABAN e do Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – Stewardship.	
2.9	Os principais sócios ou os principais executivos detêm participação em outros negócios? Quais?
Todos os colaboradores estão sujeitos ao Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da <i>Wealth Management & Services</i> (WMS). Segundo o qual, caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar o pedido em questão.	
2.10	Os principais executivos exercem alguma atividade de representação ou governança (cargos em Conselhos, Diretorias, Comissões, Associações, Bolsas, etc.) em outras empresas ou entidades? Quais?
O Head de investimentos em Renda Variável no Brasil, Gilberto Nagai, é conselheiro da AMEC.	
2.11	Descreva breve histórico da empresa.
Itaú Administração de Ativos Com a criação do Banco Itaú de Investimentos, em meados dos anos sessenta, o primeiro de seu gênero no país, o Itaú iniciou sua atuação no segmento de administração de recursos de terceiros, vocação que se mostraria natural nos anos que se seguiram. A vocação de administração de recursos rompeu fronteira e foi se instalar na Itaú Corretora que liderou a administração de clubes de investimento, tanto em volumes como em número de clubes administrados. Com a transformação dos Fundos 157 em Fundos Mútuos de Ações e a criação dos Fundos Mútuos de Renda Fixa a indústria passou a ter novas e diferenciadas possibilidades de aplicação de recursos. Novamente, o Itaú se mostrou inovador na criação de produtos voltados para pessoas físicas e jurídicas, na busca por atender uma demanda crescente por produtos mais sofisticados. Com o advento da lei 6435/77 que regulamentou em caráter definitivo a figura dos Fundos de	



Pensão no Brasil, o Banco Itaú passou a estruturar uma área voltada exclusivamente para o atendimento deste segmento. Este cuidado se justificava em função da necessidade de um suporte administrativo adequado, bem como uma correta interpretação da nova legislação.

Nos últimos anos, o Banco Itaú avançou atendendo às novas necessidades do mercado, criando produtos específicos e adequados para cada segmento de atuação e oferecendo ampla gama de facilidades operacionais.

Alguns destaques:

- 1995 – Aquisição Banco Francês e Brasileiro;
- 2000 – Aquisição da operação de Asset Management do Banco Matrix;
- 2001 – Aquisição da operação de Asset Management e Private Bank do Lloyds TSB no Brasil;
- 2002 – Associou-se ao Banco BBA-Creditanstalt. Desta associação surge uma nova instituição, o Banco Itaú BBA, focado no segmento Corporate. Esta associação resultou na operação de incorporação da BBA Investimentos DTVM na Itaú Área de Administração de Ativos;
- 2003 – Aquisição do Banco Fiat SA e a assinatura do contrato com a AGF Brasil Seguros e AGF do Brasil Participações Ltda.;
- 2006 – O Itaú Holding e o Bank of America Corporation (BAC) firmaram acordo visando à aquisição, pelo Itaú Holding, das operações do BankBoston (BKB) e controladas no Brasil, Chile e Uruguai. Essa operação assegurou ao Itaú a expansão de suas operações em novos mercados na América Latina;
- 2008 – Fusão das holdings do Itaú com Unibanco;
- 2015 – Fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca consolidando seus negócios bancários no Chile e na Colômbia
- 2017 – Teve início das atividades de Asset Management na Colômbia através da Itaú Asset Management Colômbia S.A. e da Itaú Comisionista de Bolsa Colômbia S.A.

Unibanco Asset Management (UAM)

Desde sua fundação em 1995, a UAM teve uma administração independente do Banco Unibanco, seguindo a política de *chinese wall*. Sua criação, uma iniciativa pioneira no Brasil, deu continuidade à longa e reconhecida trajetória do Unibanco na administração de recursos de terceiros.

Sua postura ética e rígidos princípios de controle sempre estiveram respaldados na tradição empresarial do Unibanco, um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com mais de 80 anos de atuação no mercado brasileiro e internacional:

- 1957 – Unibanco lança o primeiro Fundo Mútuo de Ações no mercado brasileiro;
- 1974 – Início da gestão de Carteiras Individuais para Pessoas Físicas;
- 1975 – Implementação de Sociedades de Investimento (investimentos estrangeiros no mercado acionário brasileiro);
- 1979 – Início da administração de recursos de Fundos de Pensão;
- 1995 – Criação da Unibanco Asset Management;
- 2002 – Criação do Segmento Wealth Management.



Itaú Unibanco

Em novembro de 2008, Itaú e Unibanco assinaram contrato de associação visando à unificação das operações financeiras dos dois bancos, formando o maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul.

Toda esta dedicação à sua vocação original de administração de recursos faz com que atualmente o Itaú Unibanco seja um dos maiores gestores privados de recursos de terceiros do país, com posição destacada no segmento de fundos mútuos, situando-se entre os principais gestores de recursos de fundos de pensão e com absoluta liderança no segmento de pessoas físicas.

Para mais informações a respeito da história do Itaú e Unibanco, favor consultar o site <https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores>.

- | | |
|------|---|
| 2.12 | A Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado, Manual de Gestão de Liquidez, Política de <i>Suitability</i> . Em caso afirmativo, favor anexar. |
|------|---|

Sim. Segue o [link](https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/) para o site que contém os documentos:

<https://www.italu.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/>

- | | |
|------|---|
| 2.13 | Cite os Comitês formais, a sua composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas as suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões. |
|------|---|

Todos os Comitês da Itaú Asset Management seguem as diretrizes gerais e normas de políticas internas do Conglomerado e estão estruturados da seguinte forma:

Comitê Estratégico da Itaú Asset Management

Este comitê se reúne semanalmente visando a discussão e o monitoramento da implementação da estratégia da Asset em várias frentes (Operações, Produtos, Finanças e Comercial) e a consolidação de todos os Comitês.

Participam: o Diretor Executivo da WMS, os diretores e superintendentes de negócios da Itaú Asset Management, membros do Planejamento Financeiro da WMS e representantes das áreas de acordo com o Tema (Operações, Produtos, Finanças e Comercial).

Comitê de Cenários

O Comitê se reúne mensalmente com o objetivo de analisar o cenário macroeconômico atual e os possíveis cenários projetados para diferentes horizontes temporais. A análise dos cenários atual e projetado contribui para a formação de expectativas dos participantes do comitê para cada mercado.

Além disso, semanalmente a equipe de análise Macroeconômica se reúne com cada mesa de gestão para tratar assuntos específicos e apresentar estudos sob demanda. A análise dos cenários atual e projetado contribui para formação de expectativas dos participantes para cada mercado.

Participam do Comitê de Cenários os responsáveis pelas áreas de Análise Macroeconômica e Comercial.

Comitê de Crédito Asset

Tem por finalidade avaliar e aprovar risco de crédito de emissões públicas e privadas para potencial alocação nos fundos de crédito; propor e revisar a Classificação de Risco de Emissores



Financeiros e Não Financeiros; propor e revisar Limites de Crédito de Emissores Financeiros e Não Financeiros.

O Comitê de Crédito Asset reúne-se semanalmente, podendo ser convocado extraordinariamente.

Participam do comitê os diretores e superintendentes de gestão de recursos, integrantes das equipes de risco, gestão e análise de crédito.

Comitê de Produtos Asset (CPA)

Este fórum tem periodicidade mensal e é responsável por deliberar sobre novos produtos e revisar os produtos existentes, levando em consideração aspectos jurídicos e regulatórios, existência de processos adequados, necessidade de recursos de infraestruturas e distribuição adequada (clientes-alvo), conforme definição do regulamento, aprovação das políticas setoriais e revisão de produtos.

Participantes: representantes das áreas de Produtos de Investimentos, Gestão, Fiduciário, Jurídico, Riscos, Distribuição, Controles Internos, Compliance e Operacional.

Comitê Técnico de Produtos Asset

Este fórum, periodicidade semanal, é responsável por deliberar sobre fundos exclusivos/restritos, carteiras administradas e fundos coletivos, considerados como assunto simples, levando em consideração aspectos jurídicos e regulatórios, existência de processos adequados, necessidade de recursos de infraestruturas e distribuição adequada (clientes-alvo), conforme definição do regulamento, contratos, aprovação das políticas setoriais e revisão de produtos.

Participantes: representantes das áreas de Produtos de Investimentos, Gestão, Fiduciário, Jurídico, Riscos, Distribuição, Controles Internos, Compliance e Operacional.

Comitê de Produtos Asset Internacional (CPAI)

Este fórum tem periodicidade mensal e é responsável por deliberar sobre novos produtos e revisar os produtos existentes para as unidades da Itaú Asset Management no Brasil ou no exterior que desenvolvam e estructurem produtos internacionais levando em consideração aspectos jurídicos e regulatórios, existência de processos adequados, necessidade de recursos de infraestruturas e distribuição adequada (clientes-alvo) e aprovação das políticas setoriais.

Participantes: representantes das áreas de Produtos de Investimentos, Gestão, Fiduciário, Jurídico, Riscos, Distribuição, Controles Internos, Compliance e Operacional.

Comitê de Bandeiras

O Comitê de Bandeiras se reúne bimestralmente e realiza o acompanhamento e reporte dos planos de ação acerca dos clientes em situação delicada, identificados com base na análise comercial, nos problemas operacionais e performance do mandato.

São membros deste comitê os representantes das áreas de Gestão, Produtos, Comercial e Operacional

Comitê de Performance



O Comitê de Performance se reúne mensalmente e tem por finalidade o acompanhamento do desempenho dos fundos da Itaú Asset Management frente à concorrência e a adoção de novas estratégias.

São membros deste comitê os representantes das áreas de Gestão, Produtos e Comercial.

Comitê Todos pelo Cliente

Tem como objetivo dar visibilidade as lideranças da Asset de todas interações dos clientes quanto ao seu relacionamento com a Asset, nos seguintes aspectos:

- Performance - apresentar a performance dos fundos com as principais estratégias em relação aos seus peers. Informar também, o fluxo de movimentação do cliente versus a performance desses fundos;
- Produtos - apresentar o pipeline de produtos, captação real e capacity potencial;
- Comunicação - apresentar as interações por Clientes por segmentação e uma visão de acompanhamento de assuntos da área de comunicação corporativa (relatórios, prazos, acurácia, etc);
- Processos – apresentar uma visão de todas as manifestações efetuadas pelos clientes por tipo de segmento e causas raiz desses problemas. Também, apresentar planos de ação para melhoria a percepção dos clientes;
- Canal de Distribuição - apresentar radar com a percepção do canal quanto as interações com os clientes nos seguintes aspectos: Performance, Produtos, Comunicação e operações.

Participantes: Diretoria e liderança de Distribuição, Operações, Produtos, Comunicação e Portfolio Specialist Asset.

Comitê de Operações

Tem objetivo dar visibilidade as lideranças da Asset e seus fornecedores de todos os processos operacionais da cadeia de valor da Asset, nos seguintes aspectos:

- Reporte Mensal de Eventos - apresentar volumetria das ocorrências operacionais e manifestações de clientes que ocorreram em um período determinado, mostrando os problemas relacionado com de matriz da Asset. Apresenta, também, planos de ação para solução dos problemas mais críticos;
- Indicadores Operacionais - apresentar a performance dos indicadores operacionais por fornecedor e suas ações corretivas;
- Projetos e Destaques - apresentar o status dos projetos em andamento e assuntos de destaques que resultam em benefícios para a Asset.

Participantes: Diretor, superintendente e liderança de operações da Asset, Operações Atacado e

IGEPREV-TO	
Fl.	SS
At.	Q.



demais fornecedores (Produtos, Fiduciário, Tecnologia, etc).

Comitê de TI Asset

Este fórum tem periodicidade mensal e é responsável por apresentar aos executivos da Asset e de TI do Banco toda evolução e saúde da plataforma de TI relacionada à Asset. Neste comitê é apresentada a evolução dos projetos de TI que trazem benefícios aos clientes ou aos negócios da Itaú Asset Management, indicadores da estabilidade de sistemas e orçamento de TI das áreas.

Reúne os executivos de negócios da Itaú Asset Management e representantes das áreas de TI do Banco Itaú.

Comitê de Corretoras

Fórum semestral para discutir e aprovar as Corretoras que serão utilizadas para o próximo período semestre de operações. Neste Comitê é elaborado um ranking das contrapartes com avaliação realizada pelas Áreas de Gestão, Análise, Trading, Economia e Middle Office.

Participam deste Comitê os Diretores e Superintendentes da Itaú Asset Management e Risco, além da Área de Crédito.

Comitê Interno de Riscos

Este fórum se reúne mensalmente e tem como objetivo uma visão integrada de riscos: Mercado, Liquidez, Crédito, Fiduciário e Operacional. Nele são feitos reporte dos status dos planos de ação para os eventos de riscos priorizados e dos principais apontamentos de Auditorias e Reguladores. O Comitê também faz acompanhamento dos indicadores de Risco de Liquidez, de Crédito e de Mercado, além das ocorrências de Risco Operacional e agenda normativa.

O fórum se reúne mensalmente e tem como membros os representantes das áreas de negócios da WMS (Asset – Gestão e Distribuição, Securities Services), Operações WMS e áreas de suporte (Controles Internos e Risco Operacional, Compliance, Jurídico, Tecnologia, Segurança Corporativa e Auditoria).

Comitê Interno de Risco Operacional Internacional

Fórum mensal para reporte e acompanhamento dos *status* dos planos de ação para os eventos de risco priorizados e dos principais apontamentos de Auditorias e Reguladores, além de ocorrências de Risco Operacional e agenda normativa e de atendimento aos Reguladores.

Participantes: diretores, executivos e lideranças da Asset e das áreas de Investimentos, Compliance, Risco, Financeira e membros das áreas de suporte (Controles Internos, Risco Operacional, Jurídico, Middle Office, Produtos Internacional e Auditoria Interna).

2.14	Se o grupo econômico da empresa presta serviços de administração, controladoria e custódia descreva a estrutura e o relacionamento com a empresa de gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3).
------	---

O Itaú Unibanco S.A. exerce a gestão dos fundos alinhados com os objetivos e restrições das políticas de investimento e em consonância com as normas e legislações impostas pelo ambiente



legal e presta o serviço de custódia dos ativos e administração dos fundos. Cabe mencionar que são áreas totalmente segregadas.

2.15 A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

Sim, o Itaú possui área de tecnologia da informação própria que engloba as atividades de informática do Itaú Unibanco, sendo André Sapoznick o Diretor responsável pelas áreas de Tecnologia e Operação (ATO). Os principais objetivos da área são: alinhamento ágil e completo aos negócios, processamento com qualidade e alta disponibilidade, busca constante de soluções inovadoras e controle rigoroso de custos. A Diretoria de relacionamento de TI, liderada por Ana Lucia Gomes de Sá Drummond e a Diretoria de Engenharia, liderada por Rodrigo Dantas, fazem parte da estrutura de Tecnologia e atendem aos negócios da WMS e da Itaú Asset Management, dentre outros negócios do Banco de Atacado e Varejo.

3 - Números da Empresa

3.1 – Preencha a Tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da Empresa.

Ano	Patrimônio sob gestão (posição de final de período)	Número de pessoas que trabalham na empresa	Número de portfólios sob gestão
2012	329,6 bilhões	354	623
2013	358,8 bilhões	361	618
2014	388,3 bilhões	363	625
2015	462,0 bilhões	270**	630
2016	524,0 bilhões	259	640
2017	601,1 bilhões*	262	667

*Fonte: Ranking de Gestão Anbima, dezembro de 2017.

**Mudança no critério de demonstração da informação, contendo apenas os profissionais alocados na estrutura da Itaú Asset Management.

3.2 Tipologia dos portfólios sob gestão (* sem dupla contagem)

▪ Fundos: Domicílio local	Nº % Carteira 100% (Dados conforme enviados a ANBIMA)
Domicílio em outro país	
▪ Clubes	N/D
▪ Carteiras Domicílio local	N/D
▪ Res. Nº 2.689	N/D

3.3 Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento? ¹

Tipo	Nº	Exclusivos	% total
• Curto Prazo	-	-	0,0%
• Referenciado	-	-	0,0%
• Cambial	2	-	0,3%
• Renda Fixa	172	-	25,6%



• Multimercado	313	-	46,6%
• Dívida Externa	-	-	0,0%
• Ações	87	-	12,9%
• FIDC	-	-	0,0%
• FIP	-	-	0,0%
• FIEE	-	-	0,0%
• FII	-	-	0,0%
• Fundo de Índice (ETF)	8	-	1,2%
• Outras categorias	88 ²	-	13,1%

¹ A Itaú Asset Management passou a utilizar a nova classificação relativa à CVM 555

²Inclui Previdência e exclusivo fechado. Fonte: Dados da Itaú Asset Management

3.4 Com quantos distribuidores e/ou alocadores a Empresa tem acordos ou contratos de distribuição?

N/A

3.5 Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores?

N/A

3.6 Atualmente, qual é o percentual do volume sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria Empresa (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?

Temos uma parcela de ativos referentes às nossas reservas técnicas que compõem o total de ativos sob gestão. Já o percentual relativo a sócios e principais executivos não é significativo frente ao volume total gerido pela Itaú Asset Management.

3.7 Qual a distribuição do passivo segundo tipologia de investidor?

Tipo	Nº	% passivo
• Pessoas Físicas	-	63,91%
• Empresas	-	21,88%
• Instituições Financeiras/ Seguradoras/ Soc. de Capitalização	-	2,47%
• Investidores Institucionais Previdenciários	-	9,89%
• Distribuidores, Alocadores (inclui fundos de fundos de terceiros e <i>family offices</i>)	-	0,0%
• Investidor Estrangeiro	-	0,38%
• Governo	-	1,46%

3.8 Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos 10 maiores clientes? Fornecer o percentual detido por cada um deles.



% do total PL da instituição	
1	0,62%
2	0,60%
3	0,50%
4	0,49%
5	0,41%
6	0,36%
7	0,33%
8	0,31%
9	0,29%
10	0,29%
TOTAL	4,20%

4 - Receitas da Empresa

4.1 Qual a estrutura de receitas da Empresa? (Gestão, performance, comissões, rebates etc.)

A receita da Itaú Asset Management advém exclusivamente da atividade de Gestão de Recursos de Terceiros, por intermédio de taxa de administração e taxa de performance (quando aplicável) dos fundos.

4.2 Qual parcela do resultado da Empresa vem da atividade de gestão de carteiras?

Toda a receita da Itaú Asset Management é originada pelos serviços prestados de gestão de recursos de fundos e carteiras.

4.3 A receita de Taxa de Administração é suficiente para cobrir os custos da Empresa?

Sim.

5 - Recursos Humanos

5.1 Quais as regras de remuneração ou comissionamento dos funcionários e associados?

A Itaú Asset Management possui um plano de remuneração que objetiva motivar, integrar e direcionar os funcionários aos objetivos e prioridades da área. O foco do plano de remuneração é incentivar, de forma concomitante, o desempenho global da Asset, o desempenho de cada unidade de negócio e o desempenho individual.

O plano está baseado numa participação variável nos resultados da Itaú Asset Management, concedida a cada funcionário elegível, em caso de se atingir e/ou superar as metas pré-estabelecidas em dois níveis: área de negócio e o desempenho individual. O bônus, cujo *target* é alcançado com o atingimento de 100% das metas fixadas, é estabelecido com base em pesquisa salarial e variam conforme nível hierárquico e área de atuação.

A remuneração das áreas de gestão foi idealizada conforme os objetivos de suas estratégias, sendo, portanto diferenciadas entre si. O bônus é calculado de acordo com a performance, como um percentual desse *target* bônus. No caso dos colaboradores associados ou de alta performance (a depender o nível hierárquico), existe ainda um percentual do bônus que é adicionado ao valor final.



5.2	Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela Empresa?
Os mecanismos utilizados são: Política de Benefícios, Previdência Privada, Políticas de Méritos e Promoções, Programas de Formação (MBA nacional e internacional, programa de <i>trainees</i> e programa de estágio) e <i>Job Swaps</i> (oportunidade de executar projeto em uma das unidades externas da Itaú Asset Management).	
5.3	Existe uma política para treinamento e desenvolvimento profissional dos funcionários/associados? Qual?
A Academia Asset disponibiliza ações de educação corporativa que visam promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das equipes e lideranças, por meio da aquisição de conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos, as quais estão divididas de acordo com o objetivo principal, a saber: - Programas de Formação: são ações que visam a capacitar os colaboradores, recém-promovidos e/ou admitidos, para o eficaz desempenho de um conjunto de atividades próprias de seu cargo. - Programas de Aperfeiçoamento: são ações que visam a oferecer aos colaboradores já formados e com vivência na função condições para um melhor desempenho. São estruturados a partir de necessidades específicas das áreas. - Programas de Especialização: são programas que visam a complementar e a consolidar a formação técnica dos profissionais por meio de cursos de especialização (Programa de Especialização e MBA <i>in-company</i>). - Programas de Certificação Profissional: são programas que permitem ao colaborador obter certificação profissional, em conformidade com regras e normas estabelecidas por entidades reguladoras, nacionais e internacionais (Certificação Nacional e Internacional).	
6 - Informações Gerais	
6.1	Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da Empresa (instalações, equipe, <i>hardware</i> e <i>software</i>)? Existem planos de expansão?
A organização possui uma estrutura capaz de suportar o crescimento dos ativos, conforme planejamento estratégico de crescimento do negócio.	
6.2	A empresa já foi objeto de avaliação por agência de <i>rating</i> ? Qual a nota atribuída à gestão? (Anexar relatório mais recente)
Sim, em junho de 2017, a Fitch Ratings reafirmou o Rating de Qualidade de Gestão de Investimento da Itaú Asset Management em "Excelente" refletindo a opinião da Fitch de que a gestora tem capacidade e características operacionais extremamente fortes em relação às estratégias de investimentos oferecidas. A Standard & Poor's Global Ratings afirmou, em setembro de 2017, o Rating de Práticas de Administração de Recursos de Terceiros da Itaú Asset Management (IAM) em "AMP-1 (Muito Forte)".	
6.3	A empresa já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?
Revista Exame • Melhor gestora de fundos pela 9ª vez (2017, 2016, 2015, 2014, 2013, 2009, 2008, 2005 e 2001). • Melhor gestora de fundos em Renda Fixa, Ações, Alta Renda e Varejo Seletivo em 2017. • Melhor gestora de fundos em Renda Fixa, Ações e Multimercado, além de melhor gestora	



de fundos de Varejo, Varejo Seletivo, Alta Renda e Atacado em 2016.

- Melhor gestora em fundos de Renda Fixa e de Varejo Seletivo em 2015
- Melhor gestora de fundos voltado para empresas e investidores institucionais e o melhor gestora de fundos multimercados do ano de 2014.
- Melhor gestora do ano, de Varejo Seletivo e de fundos Multimercado, Money Market e Indexados em 2013
- 1º lugar na categoria Multimercado Passivo e 9 fundos com 5 Estrelas em 2012
- Melhor gestora de fundos Multimercados Juros e Moedas e Ações Indiciais em 2011
- Melhor gestora do Ano, de Atacado e de fundos de RF Passivo e de Multimercado, Juros e Câmbio em 2009

FGV

- MBI 2013: Melhor Gestor em fundos Multimercado segundo a FGV no ranking Melhores Bancos para Investir

Investidor Institucional

- 2016 - Líder do ranking de melhores fundos de investimentos para institucionais
- 2015 - Líder do ranking de melhores fundos de investimentos para institucionais
- 2012 - Líder no ranking Fundos Excelentes; Destaque em Renda Variável
- 2008 - Prêmio Maior Gestor Privado de Recursos do Mercado
- 2008 - Gestor com maior número de Fundos classificados como Excelentes – Consultoria PPS

Gazeta Mercantil

- Melhor Gestor Fundos Renda Fixa, DI e Multimercados em 2009
- Melhor Gestor Fundos Curto Prazo e Renda Fixa em 2008

Valor S&P

- Prêmio Top Gestão em fundos de Renda Variável 2017, 2013, 2012, 2011, 2010 e 2007.
- Prêmio Top Gestão 2015: gestor com maior número de fundos 5 estrelas (15)
- Prêmio Top Gestão em fundos de Renda Fixa 2009
- Prêmio Top Gestão na Categoria Alocação Mista Flexível 2014 e 2008
- Prêmio Top Gestão na Categoria Multimercados 2016

PPQG

- O prêmio PPQG é um reconhecimento às organizações, que contam com os melhores modelos de gestão, utilizando critérios de excelência da FNQ – Fundação Nacional da Qualidade. A Itaú Asset Management recebeu medalha de ouro no PPQG 2010 e em 2011 recebeu o Troféu Governador do Estado, categoria máxima dessa premiação.

Prêmio Ibero-americano 2012

- Primeira Asset da América Latina vencedora do prêmio Ibero-americano, que tem amplitude internacional.



Rising Star Fund 2012

- Money Management fund of the year 2012

Global ETF Awards 2011

- Premiação internacional do fundo PIBB11 pelo Global ETF Awards em 2010 e 2011, como o ETF mais eficiente das Américas.

Private Banker International 2017

- Outstanding Private Bank - Latin America

Euromoney

- Melhor Private Banking Services no Brasil (2017)
- Melhor Banco em Wealth Management na América Latina (2017)

Global Finance

- Melhor Private Bank nos Mercados Emergentes (2017)
- Melhor Private Banking Services no Brasil (2017)

7 - Informações Operacionais

7.1 - Análise Econômica e Pesquisa

7.1.1 Descreva a estrutura de análise econômica e de pesquisa da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)

A Itaú Asset Management investe significativamente nas áreas de pesquisa fundamentalista, econômica, quantitativa e de crédito cobrindo as principais economias do mundo, como a América Latina, EUA, Europa e Ásia, com foco em China e Japão.

A pesquisa quantitativa provê suporte às mesas de gestão e à área econômica, para modelagem de estratégias mais sofisticadas e aprimoramento de modelos econométricos. A área também atua no desenvolvimento de tecnologias de Portfolio Solutions.

A pesquisa econômica provê suporte às mesas de gestão, contribuindo para o entendimento e fazendo previsões das variáveis macroeconômicas relevantes, tanto para o Brasil, quanto para outras economias do mundo.

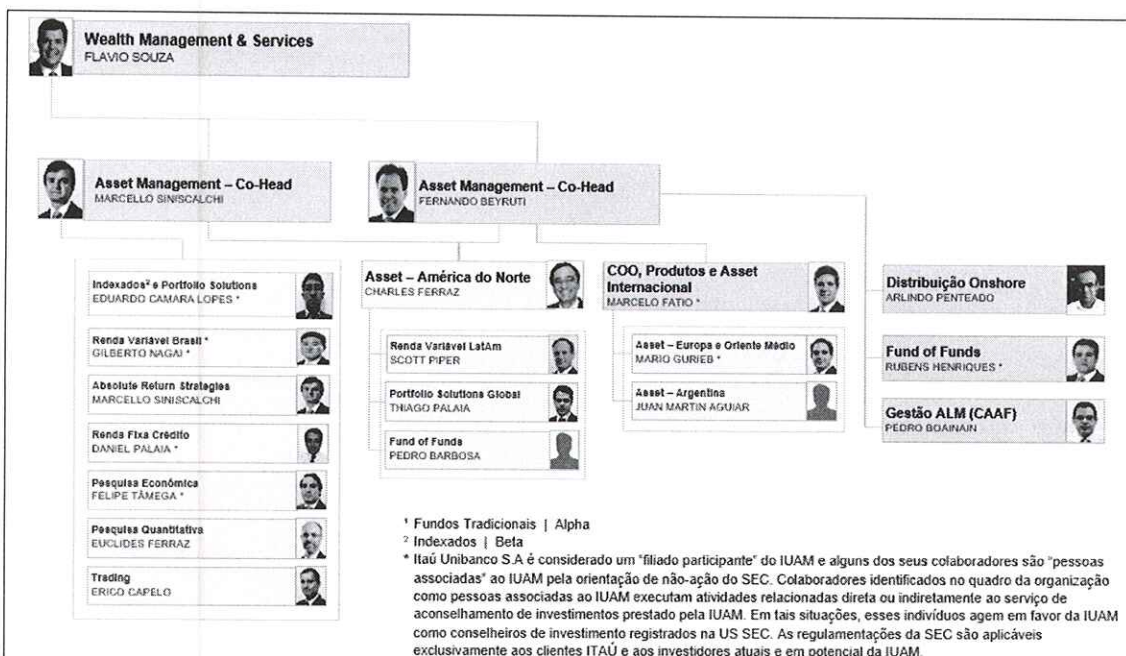
Já a área de crédito está inserida na mesa de fundos de crédito e possui parte da equipe focada em análise de crédito no Brasil, Estados Unidos e Latam.

A análise de renda variável está segregada em dois grupos principais: estratégias ativas e estratégias de retorno absoluto.

Atualmente, as equipes de pesquisa de empresas cobrem grande parte das empresas na América Latina, das quais boa parte são companhias brasileiras. Os analistas mantêm contato constante com provedores de relatórios de pesquisa externo (sell side), que os ajudam a complementar o rigoroso monitoramento interno de emissores e títulos de crédito.



7.1.2	Principais mudanças na equipe de pesquisa nos últimos cinco anos.
No final de junho de 2013, devido a uma reestruturação, Alexandre Ázara saiu da empresa e em setembro de 2013 foi efetivada a contratação do novo economista chefe, Felipe Tâmega Fernandes.	
7.1.3	Utiliza research próprio ou de terceiros? Em que proporções?
Além da Estrutura apresentada na questão 7.1.1, utilizamos serviços de consultores políticos e econômicos, especializados nos mercados doméstico e internacional. A importância da utilização destas fontes está em: ▪ Informações mais detalhadas e globais para fins comparativos; ▪ Sermos formadores de opinião; ▪ Monitoramento de consenso de mercado.	
7.1.4	Caso utilize research próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o buy side ou também produz relatórios e informações para outros (sell side)?
Esta equipe trabalha como suporte para o <i>buy side</i> . A equipe de análise, independente da mesa na qual está inserida, tem como base da sua política de investimento a análise fundamentalista, com foco na análise bottom-up (análise de empresas), complementada pela análise <i>top-down</i> (econômica e política). Os parâmetros da análise <i>top-down</i> são definidos especialmente pela área de Pesquisa Econômica da Itaú Asset Management.	
<u>Top-down</u> ▪ Indica o grau de apostas das carteiras e orienta o <i>approach</i> setorial. Envolve a avaliação dos fatores que influenciam o risco-país.	
<u>Stock picking ou bottom-up</u> ▪ Seleção das ações com base no potencial de valorização calculado a partir de projeções de fluxos de caixa (DCF) e análise dos demais indicadores utilizados pelo mercado (EV/EBITDA, P/E, P/BV etc). ▪ Uso intenso da comparação com o <i>valuation</i> de empresas e ações semelhantes nos mercados desenvolvidos e concorrentes em relação aos fluxos dos investidores internacionais. Os analistas e gestores definem se a alocação deve ser positiva, neutra ou negativa. O processo de construção da carteira leva em conta: ▪ <i>Bottom-up</i>: setores e empresas com maior potencial de valorização; ▪ Análise integrada com abordagem <i>top-down</i>, para alinhar as opções de investimentos; ▪ Simulação da carteira teórica no modelo de "fronteira eficiente" – desenvolvido internamente, com base no modelo de Markowitz e tomando como parâmetros os <i>upsides</i> calculados pelos analistas A equipe de Renda Fixa também utiliza dados e relatórios da equipe de pesquisa econômica (projeções de atividade, inflação, Juros, etc.) que auxilia a fundamentar suas decisões de investimento.	
7.1.5	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?
Os principais são: Bloomberg, Thomson, Economatica, Reuters e Broadcast.	
7.2 – Gestão de Recursos	
7.2.1	Descreva a estrutura de gestão de recursos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)



(Fonte: Apresentação Institucional – 4º Trimestre de 2017)

7.2.2 Principais mudanças na equipe de gestão nos últimos cinco anos.

Principais mudanças:

Entradas:

- Gustavo Lycouropoulos – gestão Renda Variável ativos Brasil (2012)
- André Caldas Oliveira – gestão Long-Only e Long and Short (2013)
- Fabiano Gutierrez Custodio – Gestão Long-Only e Long and Short (2013)
- Felipe Tâmega Fernandes – Economista Chefe (2013)
- Emerson Ricardo Codogno – Gestão Long-Only e Long and Short (2013)*
- Eduardo Camara Lopes – Superintendente Portfolio Solutions (2017)**

*Emerson ingressou na Itaú Asset Management em 2006, saiu em 2012 e retornou no ano de 2013.

**Eduardo ingressou na Itaú BBA em 2002 (quando o Itaú associou-se ao Banco BBA-Creditanstalt), saiu em 2007 e retornou no ano de 2017.

Saídas:

- Alexandre Ázara – Economista Chefe (2013)
- Paulo Conchaki - CIO (2013)
- Marcelo Villela – RF Latam (2013)
- Ronaldo Patah – Gestão de Renda Fixa (2014)
- Gustavo Murgel – CEO Asset (2015)
- Fabiano Gutierrez Custódio - Gestão Long-Only e Long and Short (2017)
- André Castro – Gestão Long and Short (2017)
- Tatiana Grecco - Superintendente Portfolio Solutions (2017)



7.2.3	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na gestão?
Além dos serviços mencionados no item 7.1.5, a empresa dispõe de outros sistemas para apoio a gestão. Na Asset, o Charles River é a principal plataforma de auxílio a gestão que oferece total integração entre as áreas de Risco, Suporte a Gestão e Gestão. Outros sistemas proprietários também são utilizados.	
7.2.4	Qual o processo de seleção e acompanhamento das corretoras?
Primeiramente é verificado se todas as corretoras recomendadas possuem a certificação PQO BMF/Bovespa (mandatário no mercado brasileiro), além de uma análise de crédito das mesmas. Posteriormente é enviado para as corretoras um questionário de Due Diligence que, depois de completado, têm suas sedes visitadas por representantes das áreas de Compliance, Risco e Segurança da Informação, além dos Coordenadores do Comitê de Corretoras (Equipe Asset). Após a Corretora ser aprovada nesses quesitos, é levada para apreciação no Comitê de Corretoras. No Comitê de Corretas, é apresentado um ranking resultante da avaliação realizada pelas áreas acima citadas. Finalmente, para a seleção das corretoras, as equipes de Gestão, Trading, Pesquisa Econômica e Middle Office dão o seu voto. Os votos de cada departamento têm um peso diferente, de acordo com o mercado em que a corretora opera. Os dados são compilados pelo Coordenador do Comitê e apresentados para revisão, todo semestre. Caso ocorra algum fato relevante em alguma contraparte selecionada/aprovada entre as reuniões semestrais, o status da corretora é reavaliado imediatamente. Caso alguma corretora seja suspensa por quaisquer motivos (operacional, regulatório, imagem, etc.), outra corretora avaliada, mas não selecionada no último Comitê, pode ser usada como substituta. A cada período de 6 meses é realizada nova votação para todas as corretoras, ou seja, as atuais selecionadas/aprovadas e eventuais recomendações pelas áreas envolvidas no processo. Comitê de Corretoras Trata-se de fórum semestral para discutir e aprovar as Corretoras que serão utilizadas para o próximo período/semestre de operações. Neste Comitê, é elaborado um ranking das contrapartes com avaliação realizada pelas áreas de Gestão, Trading, Pesquisa Econômica e Middle Office. Participam deste Comitê os Diretores e Superintendentes da Itaú Asset Management, Risco e Compliance.	
7.2.5	Liste as corretoras aprovadas
Existe uma relação de corretoras que são aprovadas pela reunião semestral do Comitê de Corretoras. Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento em visita presencial.	
7.2.6	Que critérios orientam a divisão de ordens entre as corretoras selecionadas? Comente concentração, rodízio e o uso de <i>discount brokers</i> e <i>research brokers</i> .
Prioritariamente, todas as ordens são executadas através de <i>Research Brokers</i> ; e as comissões, pré-determinadas baseadas no ranking, devem ser alcançadas ao término de cada período. O uso de <i>Discount Brokers</i> é limitado às operações dos fundos Long and Short, pelo maior <i>turnover</i> e consequente maior custo de transação, e situações especiais de liquidez. Os Fundos Passivos,	



embora não utilizem <i>Discount Brokers</i> , tem corretagem reduzida, dado sua condição de operação	
7.2.7	Qual é a política de gestão de caixa da empresa? Há uso de operações compromissadas com títulos públicos, outros fundos de investimento, CDBs de um dia? Descreva-a.
O fechamento dos caixas dos fundos é realizado pela área de trading, que operacionaliza as ordens de negociação dos ativos dos fundos e carteiras administradas, além de fazer o controle diário do fluxo de caixa. No fechamento do dia, a área de trading consolida as informações e faz os ajustes necessários nos caixas dos fundos, via aplicações em operações overnight, comprando/vendendo títulos públicos e privados ou cotas de fundos classificados como o Referenciado DI ou Curto Prazo da própria instituição, respeitando os limites legais (regulamentos dos fundos) vigentes.	
7.2.8	Como a gestão controla o prazo médio dos títulos para fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?
A área de Controle Fiduciário monitora e reporta diariamente aos gestores a informação de prazo médio de todos os fundos que são tributados como longo prazo. De posse desta informação, os gestores fazem os ajustes necessários nas carteiras e ainda monitoram as operações que serão efetuadas ao longo do dia para que não haja desenquadramentos dos fundos.	
7.2.9	De que forma o desempenho dos gestores e dos fundos é avaliado?
Os gestores são avaliados pela performance ou a aderência de seus fundos sob gestão. Mais especificamente, os fundos são avaliados em relação ao atingimento de uma meta de retorno e ao desempenho relativo aos fundos concorrentes semelhantes (<i>peer group</i>). No caso dos fundos cujo mandato seja replicar um índice, define-se performance como sendo sua aderência à sua referência.	
7.2.10	A quem os gestores prestam conta da performance dos fundos?
O acompanhamento da performance dos fundos é realizada por meio de monitoramento diário da rentabilidade e por intermédio de fóruns específicos (Ex.: Comitê de Performance). Estes controles são reportados para os superintendentes e diretores da Itaú Asset Management. Além disso, a performance dos fundos, seja por <i>target</i> de rentabilidade ou por comparação com um <i>peer group</i>, impacta diretamente a remuneração do gestor.	
7.3 – Risco	
7.3.1 – Estrutura	
7.3.1.1	Descreva a estrutura de gerenciamento de riscos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3).
A Superintendência de Gestão de Riscos Asset (SGRA) tem por objetivo implementar políticas de risco e difundir a cultura de análise de riscos financeiros nas unidades de negócio da WMS (Wealth Management & Services). A SGRA, subordinada à Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez, é uma área independente das unidades de negócio e é responsável pelo desenvolvimento e implementação dos modelos de risco de mercado, liquidez, precificação e pela análise, controle e monitoramento do risco dos produtos oferecidos pela Itaú Asset Management.	
7.3.1.2	Quem é o responsável pela área e a quem se reporta?
A Superintendência de Gestão de Riscos Asset (SGRA) está sob responsabilidade do Sr. Carlos Eduardo Meyer dos Santos que se reporta para a Sra. Tatiana Grecco, Diretora responsável por Risco de Mercado e Liquidez no Itaú Unibanco.	
7.3.1.3	Principais mudanças na equipe de risco nos últimos cinco anos.
Superintendente: saída do Sr. Edson Kojo e entrada do Sr. Carlos Eduardo Meyer dos Santos. Diretor de Gestão de Risco (DGR): aposentadoria do Sr. Cosmo Falco; entrada do Sr. Gabriel Moura que foi ser CFO do Itaú Chile.	



No final do ano de 2016 a SGRA passou a fazer parte da Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez (DCRML), sob responsabilidade do Sr. Matias Granata, que foi ser Diretor de Risco de Crédito e a Sra. Tatiana Grecco assumiu a DCRML.

7.3.1.4 Que serviços/sistemas são utilizados para apoio no controle de risco? São desenvolvidos internamente ou contratados junto a terceiros? Quem os fornece? Como foram escolhidos? Citar, especificamente, por tipo de risco (crédito, contraparte, preço, liquidez e operacional).

Os principais sistemas de risco utilizados pela Itaú Asset Management estão destacados no quadro a seguir:

Sistemas	Objetivos e Definições	Principal função	Fornecedor
Sophis	Cálculo de Risco de Mercado e controle de Limites de Risco para Fundos e Carteiras RF e RV	Risco de Mercado	Mysis
Bloomberg Port	Cálculo de Tracking Error ex-ante utilizando modelo multifatorial	Risco de Mercado	Bloomberg
OTX	Cálculo de Risco de Liquidez	Risco de Liquidez	Interno
Charles River	Pré e pós trading: Controle de regras de enquadramento legal e mandato	Legal, Crédito e Liquidez	Charles River
Sistema OY (Plataforma WEB)	Cadastramento de ocorrências de risco operacional e acompanhamento dos planos de ação e ações corretivas	Operacional	Interno
Base de Perdas Operacionais (Plataforma SAS)	Um conjunto de programas para análise dos prejuízos operacionais e conciliação com dados contábeis para alocação de capital de RO	Operacional	Interno
GRC (Plataforma OpenPages IBM)	Mapeamento, avaliação e documentação dos processos internos, riscos e controles operacionais, além dos testes de Controles Internos realizados no período	Operacional Controles Internos	IBM

7.3.1.5 Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados, o que contêm e quem recebe e analisa estes relatórios?

Os relatórios de risco são gerados diariamente, com a última posição disponível do Fundo ou Carteira, e disponibilizados aos gestores. Os relatórios possuem as principais medidas de risco pertinentes à categoria do Fundo ou Carteira: VaR, Stress, B-VaR, L-VaR, Tracking Error, Gráfico GAP, Exposição e Duration. Diariamente também é elaborado o relatório de controle de limites, que mostra a utilização do limite de riscos de mercado dos Fundos e Carteiras Administradas.

7.3.2 – Risco de Crédito

7.3.2.1 Descreva a metodologia de gestão do risco de crédito das carteiras

O mandato do fundo estabelece um percentual máximo de alocação do PL do Fundo em emissores de crédito privado de acordo com o nível de risco de crédito de cada emissor. Tais limites são monitorados diariamente através do sistema Charles River.



Os níveis de exposição a risco de crédito da Itaú Asset Management, de forma consolidada, são definidos em Comitês de Crédito que contam com a participação dos principais executivos das áreas ligadas à gestão de recursos e controlados pela equipe de gestão de risco de crédito.	
7.3.2.2	Como cada nova operação de crédito é analisada e aprovada?
As decisões sobre quais ativos serão analisados são realizadas em um Comitê de Investimento, do qual participam analistas e gestores. A decisão é colegiada. Definido que a operação é interessante, o analista responsável fará a análise retrospectiva e prospectiva do crédito. As decisões sobre o risco de crédito são tomadas em um Comitê de Crédito. Existe uma Política de Alçadas bem definida e ratificada pela área de risco da Itaú Unibanco Holding.	
7.3.2.3	A empresa, independentemente do critério de precificação, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência?
As revisões periódicas do portfólio ajudam a identificar eventuais deteriorações de crédito, que por sua vez serão refletidas no <i>rating</i> . Em um evento de inadimplência, poderá ser constituída uma provisão (percentual do valor atual do título) estimada de acordo com a perda esperada vinculada aos ativos do emissor e/ou com a taxa de recuperação dado as garantias (se houver). Os <i>ratings</i> definidos internamente pela área de crédito da Itaú Asset Management são revisados a cada 3, 6 ou 12 meses de acordo com o nível de <i>rating</i> de cada emissor. Eventos extraordinários de deterioração (ou melhora) do crédito resultarão em revisão fora do período estabelecido.	
7.3.3 - Risco de Contraparte	
7.3.3.1	Descreva a metodologia de gerenciamento do risco de contraparte
O Risco de Contraparte é controlado pelo sistema Charles River no pré-trading e através de sistema interno no pós-trading (PC6). São efetuados controles de limites por emissor, concentração, <i>rating</i> e prazo.	
7.3.3.2	Como são selecionadas as contrapartes e aprovados seus limites?
O processo de análise de crédito da Itaú Asset Management compreende avaliação da saúde financeira do emissor, avaliação setorial, reuniões com o <i>management</i> , cálculo do <i>rating</i> do emissor, entre outros. Temos dois tipos de análises: • <u>A análise retrospectiva</u>: realizada através das demonstrações financeiras do emissor e, se for o caso, do garantidor (mínimo dois últimos anos). • <u>A análise prospectiva</u>: realizada através de projeção para todo período da operação, com base em premissas macroeconômicas, crescimento de receita, custo, investimentos, captação, pagamento de dívidas, etc. São realizados pelo menos dois cenários (base e de stress), com objetivo de medir capacidade de efetuar o pagamento da companhia. • <u>Cálculo de rating</u>: modelo proprietário para cálculo de rating. Os limites das contrapartes dos ativos que possuem risco de crédito privado são definidos pelo Comitê de Crédito da Itaú Asset Management.	
7.3.4 - Risco de Preço	
7.3.4.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de preço (ex: VaR, <i>Stress Test</i> , <i>Stop loss</i> , etc).
Gerenciamos nossa exposição aos riscos de mercado através de controles de limites de VaR e <i>Stress Test</i> . Para portfólios que seguem um determinado <i>benchmark</i> , utilizamos controle de risco relativo através de B-VaR ou <i>Tracking Error ex-ante</i> , de acordo com o modelo multifatorial. Para investimentos atrelados a taxas de juros também utilizamos medidas de exposição específicas como o DV01, <i>1 Year Equivalent</i> e <i>Modified Duration</i> . As metodologias de Risco de Mercado adotadas estão descritas no Manual de Risco de Mercado.	
7.3.4.2	Como são formalizados os controles de risco de preço?



As metodologias são estudadas, modeladas pela SGRA, para posterior inclusão no Manual de Risco de Mercado e no Manual de Precificação.	
7.3.4.3	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: <i>books</i> tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
O controle de risco é baseado no limite global do Fundo ou Carteira, com frequência diária. Além disso, as mesas fazem o controle e ajustes gerenciais das posições, baseados na exposição de risco que desejam ter em cada um dos <i>books</i> .	
7.3.4.4	Nos casos de posições que ultrapassa sem seus limites, como é o processo de tomada de decisão para o reenquadramento?
A utilização do limite de risco é calculada diariamente, com base na última posição disponível do Fundo ou Carteira. Há três níveis de alerta em relação à utilização dos limites de risco:	
- Alerta 1: utilização entre 70% e 85% - Alerta 2: utilização entre 85% e 100% - Alerta 3: utilização acima do limite	
Quando o nível de utilização de risco atinge as bandas do Alerta 1 ou 2, a informação é enviada ao gestor para ciência. Se caso a utilização de risco exceder o limite, o Alerta 3 é registrado em sistema de controle. O Gestor deve justificar o desenquadramento e apresentar plano de ação para o reenquadramento. Os alertas são analisados pela SGRA, assim como a justificativa e o plano de ação informada pelo gestor.	
Nos casos de desenquadramentos legais em fundos administrados pelas empresas do grupo Itaú Unibanco, a CVM também é comunicada, observando-se aos prazos definidos pela regulamentação para enquadramento e comunicação.	
7.3.4.5	O administrador ou o custodiante realiza controles de risco adicional para as carteiras do gestor? Em caso afirmativo, fornecer detalhes.
Os fundos que possuem gestão da Itaú Asset Management e administração de outra instituição também seguem os controles de riscos do administrador, que são estabelecidos em contrato, além do controle efetuado pelo Itaú Unibanco.	
7.3.5 - Risco de Liquidez	
7.3.5.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de liquidez, incluindo o tratamento de baixa liquidez e/ ou resgates excessivos.
O Gerenciamento de Risco de Liquidez da carteira do fundo busca mitigar os riscos, de forma que sua liquidez seja compatível com os prazos previstos no regulamento para pagamento dos pedidos de resgate e o cumprimento das obrigações do fundo. Para isso, efetuamos o controle da liquidez dos diferentes ativos financeiros do fundo, através de Índice de Liquidez calculado a partir de metodologia própria definida na política de risco de liquidez.	
7.3.5.2	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: <i>books</i> tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
O controle de risco é baseado no limite global do Fundo ou Carteira e é realizado com frequência diária. Além disso, as mesas fazem o controle e os ajustes gerenciais das posições, baseados na exposição de risco que desejam ter em cada um dos <i>books</i> .	
7.3.6 - Risco Operacional	
7.3.6.1	Descreva a metodologia de gestão do risco operacional.
O Itaú Unibanco possui uma política integrada que estabelece as diretrizes e responsabilidades associadas à estrutura de gerenciamento de Risco Operacional, Controles Internos e Compliance, observando as melhores práticas de mercado, normas e regulamentações aplicáveis. O modelo do	



Conglomerado Itaú Unibanco para Gestão e Controle de Riscos baseia-se no conceito de “3 Linhas de Defesa”, cada uma com seus papéis e responsabilidades. As principais diretrizes de risco operacional são:

- Identificar os eventos de risco operacional que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais definidos pelo conglomerado;
- Avaliar os eventos de risco operacional identificados e mensurar a exposição do conglomerado a esses riscos;
- Controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional identificados;
- Monitorar as exposições aos eventos de risco operacional, de forma a manter atualizado o montante de capital necessário correspondente;
- Reportar à Diretoria de Controles Internos e Risco Operacional os eventos de risco operacional relevantes associados a cada instituição individualmente e ao conglomerado e os respectivos desvios em relação aos níveis de tolerância estabelecidos e aprovados no Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC), com periodicidade mínima anual;
- Assegurar que as atividades de identificação, avaliação, mensuração, controle, monitoramento e reporte considerem os eventos de risco operacional inerentes às atividades do conglomerado e aos serviços terceirizados relevantes sob sua coordenação;
- Manter documentadas e armazenadas as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional, incorridas pelo conglomerado e reportadas nos comitês quando aplicável;
- Criar cenários de Riscos Operacionais para estimar a exposição da instituição a eventos de riscos operacionais raros e de alta severidade, porém considerados plausíveis e fornecer informações sobre o risco potencial, gerando estimativas de perdas, considerando, quando necessário, o impacto da ocorrência simultânea de múltiplos eventos de risco operacional;
- Reportar as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional à Diretoria de Controles Internos e Risco Operacional.

Na Asset, o acompanhamento de exposição ao risco operacional também é realizado nos Comitês Internos de Risco e no Comitê Setorial de Risco da WMS que contribui para o desenvolvimento da cultura de Risco e Controle no negócio.

7.3.6.2	Descreva os procedimentos de confirmação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras e custódia.
---------	--

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (*Straight Through Processing*) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma



simulação de enquadramento da operação (*pré-trading*). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio *software*. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o *Middle Office*. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o *Middle Office* aprova a operação, que é enviada para as *clearings* e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do *Back Office* em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas *clearings* e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

7.3.6.3 Descreva os principais pilares dos planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados pela sua empresa.

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de seu data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;
- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;
- Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre as instalações do Itaú Unibanco, com foco preventivo;
- Plano de Contingência de Processos: alternativas (Planos B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.



No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;

- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

7.3.6.4 | Descreva a política de segurança da informação.

Objetivo da política de segurança da informação:

- Proteger e preservar a Instituição, suas informações e seus negócios.
- Assegurar a continuidade dos negócios.
- Ampliar a conscientização sobre segurança e privacidade da informação.
- Definir normas de segurança e privacidade para orientar a conduta adequada no tratamento, controle e proteção das informações, com o intuito de minimizar os riscos e diminuir o grau de exposição da Instituição, sem comprometer o bom funcionamento dos negócios.
- Definir responsabilidades.

As diretrizes de segurança e privacidade da Instituição são:

- Sensibilizar os colaboradores sobre a importância da ética e do sigilo no tratamento de informações de clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores;
- Prover capacitação técnica e conscientização permanente dos colaboradores no tratamento da informação;
- Garantir que o tratamento da informação esteja de acordo com os requisitos legais aplicáveis;
- Utilizar a informação apenas para a finalidade pela qual foi coletada;
- Primar pela transparência na utilização das informações que lhes forem confiadas;
- Promover a melhoria contínua dos processos e procedimentos relativos ao tratamento da informação;
- Investir continuamente em tecnologia necessária para a proteção da informação.

Em função de especificidades, as áreas executivas da Instituição podem possuir políticas específicas ou setoriais, porém nunca conflitantes com a Política Corporativa.



As violações a esta Política estão sujeitas a sanções disciplinares de acordo com as normas internas da Instituição e a legislação vigente. Para mais informação, acesse nossa política corporativa: https://www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RI/pdf/pt/politica_corporativa_seguranca_informacao_port.pdf?title=Política Corporativa de Segurança da Informação	
7.3.6.5	Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Qual a política de escuta das gravações? Sim, há um programa dedicado e monitorado, com avaliações aleatórias e periódicas. As gravações são mantidas por até 5 anos, dependendo da criticidade da área. Em relação à escuta de gravações, segue política abaixo: ▪ O funcionário que tiver necessidade de escutar uma gravação telefônica necessita da autorização do Diretor e ciência do Oficial de Controles Internos e Riscos de sua área de negócio; ▪ As solicitações de escuta efetuadas por outras Áreas Executivas da Instituição serão atendidas pelo administrador mediante aprovação do Diretor da área de negócios da WMS envolvida e do Superintendente da WMS; ▪ As solicitações de transcrição ou escuta de gravações telefônicas por órgãos reguladores serão submetidas à avaliação da Diretoria da WMS. Vale ressaltar que as informações contidas nas gravações somente podem ser usadas para fins profissionais e deve-se manter sigilo e confidencialidade em relação ao seu conteúdo. Além disso, cada funcionário só pode ouvir as conversas (com as devidas autorizações mencionadas acima) dos seus respectivos ramais. A área de SUP PLANEJ PRODUC EM TI é responsável pelo sistema de Gravação Telefônica e as premissas estabelecidas são baseadas no Código de Conduta WMS.
7.3.6.6	Descreva os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores (para back-up, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento). O backup dos dados, independentemente da plataforma (<i>mainframe</i> ou servidores corporativos, excluindo <i>desktops</i>, que por política não possuem informações corporativas), é efetuado na infraestrutura corporativa, composta por dispositivos de armazenamento e bibliotecas automatizadas de alta disponibilidade. O gerenciamento também é centralizado, com papéis e responsabilidades definidos para todas as etapas, desde a solicitação de backup, e incluindo implementação e monitoramento da infraestrutura necessária e do próprio processamento do <i>backup</i>, entre outras atividades relacionadas ao processo. Políticas definem atributos relacionados aos <i>backups</i>, como tipo (integral ou incremental), periodicidade/frequência (diário, semanal, mensal, anual), período de retenção (mensal, anual) e local de armazenamento das mídias. Estes atributos variam em função de exigências legais ou regulatórias, requerimentos do negócio/aplicação e requerimentos do fluxo de produção, entre outros fatores. Para propósito de <i>Disaster Recovery</i> é efetuada replicação <i>on-line</i> de dados.
7.3.6.7	Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico). O acesso ao <i>Data Center</i> é controlado, permitido apenas a funcionários autorizados e visitantes autorizados acompanhados por funcionário. O controle do acesso físico é feito por portas automáticas do tipo eclusa, com bloqueio controlado por cartão/leitor magnético ou manualmente pelo elemento controlador de acesso de cada área. Adicionalmente, há um segundo nível de



acesso para áreas específicas dentro do <i>Data Center</i> . Há monitoramento por 24 horas, a partir de imagens geradas por câmeras de vigilância.	
7.3.6.8	Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc. O Centro Tecnológico localizado na cidade de Mogi Mirim que foi inaugurado em 13/03/2015, possui uma área construída de 59.815 m² de 10.600 m² de área de TI, dividido em dois data centers (DC1 e DC2). O fornecimento de energia elétrica é feito através de uma subestação, capacitada atualmente para 30 MW com duas linhas de transmissão de 138 kV. O empreendimento conta com 12 geradores a diesel de 4MW que em caso de emergência estão capacitados para assumirem a carga de TI em aproximadamente 1 minuto. Em caso de falta de energia cada prédio possui 7 sistemas de <i>No Breaks</i> com autonomia de 15 minutos. Para controle de temperatura dos ambientes de TI, contamos com 12 <i>Lineups</i> (conjunto de bombas, chiller, filtros e torre de resfriamento) com capacidade de 850TR. Cada prédio possui 1 tanque de água gelada que armazena 462 m³ que permite que o prédio opere por 15 minutos com o sistema de refrigeração em crise. No empreendimento, contamos com 5 sistemas de automação que monitoram e/ou controlam cerca de 120 mil variáveis. Dentre eles podemos destacar Smart Cooling, que mantém a temperatura nas salas de TI, através de um sistema de monitoração Wireless, onde cada máquina de ar condicionado tem seu mapa de influência permitindo uma operação segura e eficiente. Adotando as mais novas tecnologias e as melhores práticas com foco em disponibilidade, qualidade e sustentabilidade, o site obteve 4 certificações que comprovam esse compromisso: • TIER III Gold - Projeto: certificação de um projeto concebido para ser altamente disponível; • TIER III Gold - Construção: garantia de que a construção seguiu as diretrizes projetadas e certificadas • LEED Gold para os prédios DC1 e DC2 e LEED Silver para o prédio NOC: certificação TI Verde, o principal selo de construção sustentável usado no Brasil; e • TIA 942: pela abordagem dupla para acesso e rotas dos links de comunicação/telecomunicação. Outra certificação firma o compromisso e o trabalho das equipes na busca por excelência operacional. A TIER III Gold – Operação Facilities assegura elevado nível de maturidade, Governança, Procedimento, Processo, Treinamentos e, por consequência, disponibilidade de Facilities. O Centro Tecnológico localizado em São Paulo possui sistemas de <i>no break</i> (capacidade de 15 minutos) e, adicionalmente aos <i>nobreaks</i>, um conjunto de geradores (com redundância), que assumem o fornecimento de energia em menos de 1 minuto e são capazes de prover energia para todo o CPD, por tempo indeterminado, em caso de falta de energia da concessionária pública. Processadores: ▪ <i>Mainframe</i> Banco + Cartões: 16 equipamentos físicos (IBM – zSeries), com capacidade



total de 302.830 MIPS (milhões de instruções por segundo), sendo 291.068 MIPS no CTMM e 11.762 MIPS no CTSP (DR) – sem considerar capacidade <i>on-demand</i> disponível; ▪ Ambiente Distribuído: 3752 servidores que atendem o ambiente Atacado (IBM, SUN, HP, DELL). Armazenamento: ▪ DASD: 3.562 Terabytes (CTMM) + 1.748 Terabytes (CTMM), totalizando 5.310 Terabytes em subsistemas high-end IBM. ▪ SAN: 5.784 portas (CT) + 9.384 portas (CTMM), totalizando 15.168 portas; com 30 switches (CT) + 44 switches (CTMM), totalizando 74 switches SAN Mainframe. ▪ Tape78 tape drives, 9.144 cartuchos e 29,75 PB de volume armazenado no ambiente de atacado referente ao ambiente distribuída. ▪ Tape: 64 Virtualizados com total de 12,5 TB cache e 12 Tape Libraries com total de 50,4 PB de dados retidos referente a alta plataforma. Rede: ▪ Alta capacidade e redundância, com destaque para Internet (06 Links de 01 Gbps (conexão com operadoras) + 02 Links de 10Gbps (conexão com PTT) e replicação de dados para efeito de Disaster Recovery (com mais de 70 Gbps). Suporte a múltiplos protocolos (Fiber Optics (dark fiber & DWDM), STM-1 Digital Radios, MPLS). Software Mainframe: ▪ Software Básico: IBM – z/OS ▪ Segurança: IBM – Racf/ Tivoli ▪ Mensagens: IBM – Mqseries ▪ Banco de Dados: MS-SQL; Oracle (referente ao atacado); ▪ Monitores: IBM – IMS/CICS Software Ambiente Distribuído: ▪ Software Básico: IBM AIX, Solaris e Red Hat Linux e Windows Server ▪ Segurança: IBM – Tivoli Identity Manager (TIM) ▪ Segurança: IBM – Tivoli Access Manager (TAM) ▪ Mensagens: IBM – Mqseries ▪ Banco de Dados: MS-SQL; Oracle (referente ao ambiente atacado). ▪ Correio: MS Exchange	
7.3.6.9	A instituição possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus? Sim, entre os mecanismos utilizados para proteção contra ataques lógicos podem ser destacados: <i>firewalls</i> em todos os pontos pertinentes, sistema de detecção de intrusão (<i>IDS - Intrusion Detection System</i>), execução periódica de testes de penetração, atualização contínua de servidores (<i>patches</i>), atualização contínua e automática de antivírus, <i>anti-spyware</i> e <i>anti-spam</i> (filtro de e-mail). São também efetuados testes de segurança visando à proteção dos sistemas contra ameaças internas e externas. O Banco possui um CIRT (<i>Cyber Incident Response Team</i>), responsável pela prevenção e contenção de incidentes de segurança.
7.3.6.10	São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência? Vide questão anterior. Testes são realizados periodicamente. Além disso, a existência de políticas corporativas de Segurança de Informação (SI-39) e de Continuidade de negócios (CN-5), descrevem as diretrizes para tratamento das informações, bem como realização de testes para



garantir a integridade das mesmas.	
8 - Compliance e Auditoria Interna	
8.1	Quem são os responsáveis pelas áreas de compliance e auditoria interna e a quem se reportam?
Gilberto Frussa - Diretor de Compliance Corporativo e Eduardo Miyaki – Diretor de Controles Internos e Riscos Operacionais. A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Controle de Riscos do Grupo Itaú Unibanco. O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo: ▪ Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa; ▪ Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa; ▪ Auditoria Interna – 3ª linha de defesa. Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar: Controles Internos ▪ Identificação, captura e registro de eventos de riscos; ▪ Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores; ▪ Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei <i>Sarbanes Oxley</i> (SOX); ▪ Validação dos controles para certificação de Basileia; Compliance ▪ Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações; ▪ Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico; ▪ Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos. Governança ▪ Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e <i>Compliance</i>, fóruns para reporte e tomada de decisão; ▪ Governança de aprovação de produtos e processos; ▪ Cultura; ▪ Disseminação da cultura de controles internos e <i>compliance</i> na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização; ▪ Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos. Auditoria Interna: A Auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (<i>assurance</i>), desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da organização. Ela ajuda a organização a alcançar seus objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de:	



- Gestão de riscos;
- Controle;
- Governança.
-

As atividades de auditoria interna no Itaú Unibanco estão alinhadas aos princípios fundamentais para a prática profissional de Auditoria Interna, à definição de auditoria interna, ao Código de Ética e às normas divulgadas pelo The IIA.

Para assegurar sua independência, a Auditoria Interna subordina-se administrativamente à Presidência do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. Suas atividades são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A. e acompanhadas pela CSRO - Comissão Superior de Riscos Operacionais.

As representações da Auditoria Interna localizadas em Unidades no Exterior se reportam tecnicamente à Diretoria Executiva de Auditoria do Itaú Unibanco S.A. e as suas atividades são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A. e também pelos Comitês de Auditoria locais.

8.2	Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas pessoas que trabalham na empresa.
-----	---

A adesão ao Código de Ética do Itaú Unibanco é feita por meio de um processo eletrônico anual a um termo de ciência às políticas de integridade corporativa (do qual o Código de Ética faz parte).

8.3	Descreva a política de investimentos pessoais e seu monitoramento
-----	---

A política setorial de investimentos pessoais tem por objetivo proteger o Conglomerado Itaú Unibanco de riscos legais e de imagem decorrentes da utilização de informações privilegiadas nos investimentos pessoais de diretores e colaboradores da *Wealth Management & Services (WMS)*. Tem por finalidade, ainda, disciplinar as operações de investimento pessoal estabelecendo requisitos, determinando restrições e fixando parâmetros para a efetivação dos negócios. Como diretrizes gerais, a fim de observar as melhores práticas de mercado e atender as normas vigentes, é imprescindível que:

- a. Além das definições previstas na política, sejam observadas as diretrizes estabelecidas no Código de Ética Itaú Unibanco e na Política Corporativa de Integridade e Ética.
- b. As operações com Valores Mobiliários das Empresas Abertas Relacionadas ao Itaú Unibanco Holding S.A. ou neles referenciados observem as regras previstas na Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.
- c. Qualquer informação detida pelos Aderentes da política, em decorrência de sua atuação profissional no Conglomerado Itaú Unibanco, seja mantida em sigilo, e não seja usada como base para a tomada de decisão em seus investimentos que podem caracterizar por exemplo *Front Running* ou *Insider Trading*.
- d. Os investimentos sejam orientados para serem de longo prazo e não para a especulação no curto prazo.
- e. Os investimentos não sejam realizados por meio de Veículos de Investimento, com o intuito de burlar regras de investimentos previstas nesta política.
- f. Os investimentos não sejam realizados em nome ou por meio de terceiros (interpostos pessoais),



bem como para benefício de seus colaboradores ou de seus clientes, ou ainda em conjunto com eles. g. Os investimentos não representem potencial conflito de interesse entre as operações em nome próprio e o exercício de suas funções. h. Não se utilize processo ou artifício destinado à criação de Condições Artificiais de Demanda, Oferta ou Preço de Valores Mobiliários, à Manipulação de Preço, à realização de operações fraudulentas ou ao uso de Práticas Não Equitativas. i. A solvência e a credibilidade dos Aderentes desta Política não sejam colocadas em risco. Existe monitoramento periódico e o reporte é feito ao Comitê Integridade e Ética. Para mais informação, acesse nossa política disponível no link: http://www.itaubr.com.br/investimentos-previdencia/fundos/informacoes-cotistas/	
8.4	Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da empresa? Não. Executivos e sócios possuem acesso aos mesmos instrumentos de investimento que clientes do banco.
8.5	Descreva as regras para investimento dos recursos próprios da empresa. As empresas do conglomerado Itaú Unibanco conduzem suas atividades de administração de carteira de valores mobiliários por meio de estruturas segregadas e independentes das demais atividades do conglomerado, inclusive da tesouraria institucional, a qual realiza a aplicação de recursos próprios das empresas do conglomerado. Considerando a completa segregação entre a tesouraria institucional e as atividades de administração de recursos de terceiros, em nenhuma hipótese há fluxo de informações sobre os investimentos da tesouraria e das áreas do conglomerado que realizam a administração de recursos de terceiros, e as decisões de investimento são conduzidas de modo completamente independente e segregado. Os investimentos realizados pela tesouraria institucional são realizados com observância de princípios prudenciais e com pleno atendimento das diretrizes da regulamentação aplicável, inclusive das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.
8.6	Descreva os procedimentos para o controle de meios de comunicação alternativos ao sistema corporativo visando à administração de conflitos de interesse tais como front running, vazamento de informações confidenciais etc. (exemplos de meios de comunicação alternativos: telefone celular, sistemas de mensagens instantâneas e de webmail externo) A WMS proíbe a utilização de sistemas de telefonia móvel – transmissão de voz ou dados (ex.: smartphones e tablets) dentro das dependências estabelecidas no Código de Conduta WMS para todos os seus colaboradores; há monitoramento dos e-mails enviados para fora do banco, assim como as mensagens trocadas pelos canais da Bloomberg e Reuters.
8.7	Como são verificados os procedimentos que visem ao combate à lavagem de dinheiro feitos pelos seus distribuidores.



Como instituição financeira, os fundos de investimento são distribuídos, principalmente, pelos diversos canais de relacionamento do Itaú Unibanco. O processo de identificação de cliente é realizado por meio de proposta de abertura de conta e ficha cadastral, que atendem à legislações específicas do Banco Central, além de um processo mais aprofundado de KYC (*Know Your Customer*), conforme o segmento do cliente. Nos casos em que os fundos são distribuídos por terceiros, o distribuidor é aprovado em comitê após avaliação das equipes de Risco e de Controles Internos, que realizam visitas periódicas de *due diligence* para avaliação de requisitos no processo de KYP (*Know Your Partner*), incluindo as obrigações previstas na legislação para distribuidores. Após a aprovação do distribuidor em Comitê, é celebrado um Contrato de Distribuição, que estabelece cláusulas sobre prevenção à lavagem de dinheiro, exigindo que o distribuidor tome as medidas necessárias para evitar que seus clientes cometam crimes ou práticas ilícitas de lavagem de dinheiro. A movimentação dos cotistas de fundos é monitorada com base em critérios definidos pela equipe de PLD (prevenção à lavagem de dinheiro) do Itaú Unibanco.

8.8	Caso a empresa desenvolva outras atividades, descreva sua política de <i>chinese wall</i> e de que forma é garantida a proteção de informação entre departamentos que não estejam envolvidos no mesmo projeto ou linha de negócio.
-----	--

A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de *best execution*, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

- Segregação comercial por segmento de mercado,
- Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,
- Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de *back office*, e
- Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de *Compliance* Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradoras de riscos;
- Segregação física e de Sistemas.
- Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

8.9	No caso de a empresa utilizar serviços de administração, controladoria ou custódia prestados por empresa do mesmo grupo econômico, como se garante a segregação entre a área prestadora de serviço e a gestão de carteiras?
-----	---



O Itaú Unibanco possui em seu grupo uma empresa que oferece serviços relacionados ao mercado de capitais (controles internos, precificação de ativos, cálculo de cotas, conciliação de ativos em custódia). Com objetivo de garantir a total segregação entre a área de gestão de recursos, a prestadora de serviços é separada estruturalmente da Itaú Asset Management, tendo um back office próprio para desempenhar estas atividades.	
8.10	Descreva as regras e os procedimentos para monitoramento da divisão de ordens, especificação de comitentes e operações entre carteiras
As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de <i>trading</i> , que as executa.	
8.11	Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.
As metodologias de precificação de ativos, incluindo os negociados fora de plataformas eletrônicas, estão descritas no manual de precificação, prevendo fonte primária e fonte alternativa. As operações de Renda Fixa são monitoradas através do controle de "túnel de preço", que estabelecem uma banda baseada na volatilidade normal de mercado. Caso ocorra uma operação fora deste "túnel", o gestor deve providenciar uma justificativa, que será analisada pela SGRA.	
8.12	Existe algum agente externo (ex.: consultoria), além do administrador, envolvido na verificação da adesão a limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da Empresa?
Os fundos abertos não fazem uso de agente externo.	
8.13	Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em Conselhos Fiscais e de Administração.
O assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da <i>Wealth Management & Services</i> (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade	
8.14	Descreva as regras para o tratamento de soft dollar tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.
O Conglomerado Itaú Unibanco possui políticas e procedimentos internos para o processo de prevenção à lavagem de dinheiro, combate à corrupção e financiamento ao terrorismo. No processo de <i>Know Your Partner</i> (Conheça seu Parceiro), avaliamos as empresas contratadas para distribuição de fundos, gestores independentes e intermediação de valores, considerando o ambiente de controle, governança, ética, conflito de interesses, segurança da informação, continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, metodologia de <i>suitability</i> , certificação profissional, além da gestão dos riscos (mercado, crédito, operacional), controle de limites operacionais. O Itaú Unibanco entende como " <i>soft dollars</i> " a prática de mercado na qual gestores de recursos de terceiros utilizam a taxa de corretagem paga pelos clientes para obter, junto às corretoras com as	



quais operam, produtos e/ou serviços relacionados à execução de ordens e à análise de valores mobiliários (<i>feeders</i>, conferências, sistemas para cálculo de risco de mercado, assinatura de periódicos, etc.). O Itaú Unibanco possui regras não restritivas a respeito de <i>soft dollars</i>. Não obstante, possui um processo robusto de avaliação de corretoras, acima descrito, por meio do qual persegue sempre a melhor relação custo-benefício na contratação de serviços de intermediação de operações, bem como controles para monitorar e limitar a concentração de operações entre intermediários. Adicionalmente à política de <i>soft dollars</i>, o Itaú Unibanco também tem um código de conduta e políticas internas que estabelecem as regras para que as cortesias (ex. brindes, presentes, convites para eventos esportivos, culturais e artísticos, etc.) eventualmente oferecidas ou concedidas aos colaboradores do Itaú Unibanco não influenciem o processo de tomada de decisão de contratação de quaisquer prestadores de serviço, incluindo-se aí os intermediários de operações	
8.15	A empresa recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão? Quais as regras? Favor tratar o assunto de rebates de taxas de administração e performance sobre fundos investidos pagos ao gestor de forma específica. A empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão. Existem contratos de distribuição de fundos e contratos de rebate. Para mais informações, o gerente de relacionamento responsável pode ser consultado.
8.16	São realizados testes periódicos para verificação de conformidade com políticas internas? Com que frequência? A área de Controles Internos e <i>Compliance</i> dispõe de um conjunto de testes regulares de controles, que visam garantir a sua adequação a todas as normas aplicáveis à atuação do Conglomerado. Os testes são realizados conforme metodologia prevista no Manual da Metodologia de Controles Internos, <i>Compliance</i> e Risco Operacional do Itaú Unibanco S.A. A metodologia de Controles Internos e <i>Compliance</i> tem como objetivo orientar e padronizar a atuação do Oficial de Controles Internos e Risco ou OCIR (2ª linha de defesa) no apoio às áreas de negócio e suporte (primeira linha de defesa) na identificação, mensuração e avaliação, mitigação e controle, monitoramento e reporte dos riscos operacionais. Dessa forma, a aplicação da metodologia visa manter os níveis de risco nos patamares aceitáveis pela instituição e contribuir para a realização dos objetivos da organização.
9 - Questões Jurídicas e Legais	
9.1	Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da empresa (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros) As questões jurídicas são tratadas por estrutura interna especializada em questões relativas ao mercado de capitais.
9.2	A empresa ou algum de seus dirigentes já foram punidos pela CVM, pelo Banco Central ou pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro? Se positivo, informar o número do processo. O Itaú Unibanco S.A. e seus dirigentes, ao longo do desenvolvimento de suas respectivas atividades, foram partes de processos administrativos na CVM, no BACEN e no CRSFN. Entretanto, não houve nenhuma condenação que impactasse a atividade de gestão de fundos de investimento.
9.3	Existe algum processo contra a Empresa ou algum de seus dirigentes na CVM, no Banco Central ou no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro? Atualmente, não existe nenhum processo administrativo contra o Itaú Unibanco S.A., na qualidade



de instituição gestora de fundos de investimento regulamentados pela ICVM 555. Entretanto, o Itaú Unibanco S.A. e seus dirigentes, ao longo do desenvolvimento de suas respectivas atividades, foram partes de processos administrativos na CVM, no BACEN e no CRSFN. Porém, não houve nenhuma condenação que impactasse a atividade de gestão de fundos de investimento.		
10 - Anexos		Marcar Anexos Abaixo
10.1	Resumo Profissional	Sim
10.2	Manual de Risco	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco (https://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas)
10.3	Manuais de Marcação a Mercado	Por favor, referir-se ao site de Relação com Clientes Institucionais (http://www.itaunet.com.br/ClientesInstitucionais/Index.aspx/Index)
10.4	Manual de Compliance	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
10.5	Código de Ética e Conduta	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
10.6	Manual de Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	Por favor, referir-se ao site de Relação com Clientes Institucionais acima.
10.7	Relatório de Rating	Sim
10.8	Manual de Liquidez	Por favor, referir-se ao site de Relação com Investidores do Itaú Unibanco acima.
10.9	Política de Suitability	N/D

2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no Item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local: São Paulo - SP	Data: 15/06/2018
-----------------------	------------------



Nome:	José Geraldo Martins
Cargo:	Gerente Comercial Poder Público



José Geraldo Martins
Gerente Poder Público
004016416



3) Eventos Importantes

1 - Qualquer alteração em alguma questão dessa seção deve ser informada imediatamente após sua efetivação, com a indicação da referida data.

1.1	Mudança societária que altere o controle acionário da empresa.
N/A	
1.2	Entrada e saída dos principais sócios.
N/A	
1.3	Alteração no quadro de profissionais responsáveis pelas atividades da empresa gestora, incluindo compliance e risco.
N/A	
2 - Alterações desde a última atualização	
2.1	Data da última atualização.
N/A	
2.2	Quais foram os fatos relevantes da empresa gestora desde a última atualização?
N/A	
2.3	Liste os itens alterados desde a última atualização do questionário.
N/A	



► Questionário Padrão
Due Diligence para Fundos de
Investimento – Seção 2:

Informações sobre o Fundo de Investimento

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

Itaú Asset Management

Questionário preenchido por:

Investment Communication

Data:

30 de abril de 2018

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com “N/A”)

Sumário

Apresentação.....	3
1) Informações sobre o Fundo de Investimento.....	4
1 - Alterações desde a última atualização	4
2 - Informações Qualitativas.....	6
2.1 – Perfil.....	6
2.2 - Equipe de Gestão do Fundo.....	7
2.3 - Estratégias e Carteiras.....	7
3 - Informações Adicionais.....	9
4 - Gestão de Risco	10
5 – Comportamento do Fundo em Crises.....	12
6 - Três períodos de maior perda do Fundo (<i>peak to valley</i>).....	12
7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)	13
8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores	13
9 – Atendimento aos Cotistas	13
10 - Investimento no Exterior.....	13
11 – Anexos	14
2) Declaração.....	15
3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento	16
Atualizar Sumário.....	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito, atualizar campo, atualizar apenas os números de página)

Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento ("Questionário Due Diligence") é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento.

1) Informações sobre o Fundo de Investimento

1 - Alterações desde a última atualização	
1.1	Nome
	Itaú Institucional Ações Phoenix Fundo de Investimento
1.2	CNPJ
	23.731.629/0001-07
1.3	Data de início
	04/08/2016 (O Itaú Institucional Ações Phoenix FI originou-se da cisão do Itaú Ações Momento 30 [CNPJ: 16.718.302/0001-30] cuja data de início foi em 31/10/2012).
1.4	Classificação CVM
	Ações
1.5	Classificação ANBIMA
	Ações Livre
1.6	Código ANBIMA
	424838
1.7	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?
	Não.
1.8	Classificação tributária (CP/LP/Ações)
	Renda Variável
1.9	Público-alvo
	O fundo, a critério do administrador, receberá recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, independentemente destes serem considerados como investidores profissionais, qualificados ou não qualificados, bem como de fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, pessoas físicas e/ou jurídicas, clientes do administrador, do gestor ou de controladas, direta ou indiretamente, pela Itaú Unibanco Holding S.A.
1.10	O Regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução nº 3.792, do CMN?
	Sim, o regulamento prevê adequação à EFPC, à RPPS e à CVM 555.
1.11	Exclusivamente para Investidor qualificado?
	Não.
1.12	Conta Corrente (banco, agência, nº)
	Conta isenta: 8541 26874-7 Conta tributada: 8541 26875-4
1.13	Conta CETIP (nº)
	23606.44-3
1.14	Administração (indique contato para informações).
	A Administração é realizada pelo Itaú Unibanco S.A. (CNPJ: 60.701.190/0001-04)
1.15	Custódia (indique contato para informações).
	A Custódia é realizada pelo Itaú Unibanco S. A. (CNPJ: 60.701.190/0001-04)
1.16	Auditoria externa (indique contato para informações).
	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
1.17	No caso dos FIDCs ou Fundos de Crédito, caso se aplique, informar:
	Escriturador
	Agente de depósito (Custódia Física)
	Consultor Especializado
	Não se aplica
	Não se aplica
	Não se aplica

Assessor Jurídico	Não se aplica
Seguradora	Não se aplica

1.18	Cotização: abertura ou fechamento? Fechamento														
1.19	Regras para aplicação e resgate:														
	<table> <tr> <td>Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)</td><td>Aplicação: D+0 Liquidez: diária Horário para movimentações: 16:00h</td></tr> <tr> <td>Carência/Tempo mínimo para permanência (<i>lock-up period</i>) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.</td><td>Não possui carência inicial</td></tr> <tr> <td>Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)</td><td>Fechamento às 16:00h; Conversão do resgate: D+21 (da solicitação) Pagamento do resgate: D+3 (da conversão).</td></tr> <tr> <td>Aplicação inicial mínima</td><td>R\$ 50.000,00</td></tr> <tr> <td>Aplicação máxima por cotista</td><td>N/A</td></tr> <tr> <td>Aplicação adicional mínima</td><td>R\$ 1,00</td></tr> <tr> <td>Resgate Mínimo</td><td>R\$ 1,00</td></tr> </table>	Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	Aplicação: D+0 Liquidez: diária Horário para movimentações: 16:00h	Carência/Tempo mínimo para permanência (<i>lock-up period</i>) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não possui carência inicial	Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	Fechamento às 16:00h; Conversão do resgate: D+21 (da solicitação) Pagamento do resgate: D+3 (da conversão).	Aplicação inicial mínima	R\$ 50.000,00	Aplicação máxima por cotista	N/A	Aplicação adicional mínima	R\$ 1,00	Resgate Mínimo	R\$ 1,00
Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	Aplicação: D+0 Liquidez: diária Horário para movimentações: 16:00h														
Carência/Tempo mínimo para permanência (<i>lock-up period</i>) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não possui carência inicial														
Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	Fechamento às 16:00h; Conversão do resgate: D+21 (da solicitação) Pagamento do resgate: D+3 (da conversão).														
Aplicação inicial mínima	R\$ 50.000,00														
Aplicação máxima por cotista	N/A														
Aplicação adicional mínima	R\$ 1,00														
Resgate Mínimo	R\$ 1,00														
1.20	Taxa de Entrada (<i>upfront fee</i>)														
	Não.														
1.21	Taxa de Saída (<i>redemption fee</i>)														
	Não.														
1.22	Taxa de Administração														
	A taxa de administração fixa e anual é de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o patrimônio do fundo provisionada por dia útil, mediante divisão da taxa anual por 252 dias e apropriada mensalmente.														
1.23	Taxa de Administração máxima														
	2,5% a.a.														
1.24	Taxa de Performance														
	<table> <tr> <td>• %</td><td>20%</td></tr> <tr> <td>• <i>Benchmark</i></td><td>Ibovespa fechamento</td></tr> <tr> <td>• Frequência</td><td>Calculada a partir da valorização dos ativos do fundo, provisionada por dia útil como despesa do fundo e apropriada no mês subsequente ao encerramento dos meses de junho e dezembro de cada ano, desde que o período não seja inferior a 6 (seis) meses, ou proporcionalmente, na hipótese de resgate.</td></tr> <tr> <td>• Linha-d'água</td><td>Sim</td></tr> </table>	• %	20%	• <i>Benchmark</i>	Ibovespa fechamento	• Frequência	Calculada a partir da valorização dos ativos do fundo, provisionada por dia útil como despesa do fundo e apropriada no mês subsequente ao encerramento dos meses de junho e dezembro de cada ano, desde que o período não seja inferior a 6 (seis) meses, ou proporcionalmente, na hipótese de resgate.	• Linha-d'água	Sim						
• %	20%														
• <i>Benchmark</i>	Ibovespa fechamento														
• Frequência	Calculada a partir da valorização dos ativos do fundo, provisionada por dia útil como despesa do fundo e apropriada no mês subsequente ao encerramento dos meses de junho e dezembro de cada ano, desde que o período não seja inferior a 6 (seis) meses, ou proporcionalmente, na hipótese de resgate.														
• Linha-d'água	Sim														



1.25	Qual o custo total estimado do Fundo (em percentual do PL), excluindo-se as taxas de Administração e de Performance?
O custo total estimado aproximado é 0,0074% do PL ao ano. (data base: fevereiro de 2018)	
1.26	Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?
Para informações, favor entrar em contato com o gerente de relacionamento.	
1.27	Há algum consultor ou prestador de serviço (exceto administração, custódia e auditoria externa) contratado diretamente pelo Fundo?
Não.	
2 - Informações Qualitativas	
2.1 – Perfil	
2.1.1	Descreva o Fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.
O objetivo do fundo é a geração de retorno superior a qualquer benchmark de renda variável no longo prazo, através de um portfólio concentrado em ações de companhias brasileiras, utilizando-se de diferenciada análise fundamentalista e rigoroso processo de investimento. O Índice Bovespa será apenas uma referência econômica e não uma meta ou parâmetro para a seleção dos papéis.	
2.1.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do Fundo.
Não houve alterações desde a abertura do fundo.	
2.1.3	Processo de Decisão de Investimento.
A abordagem fundamentalista predomina na construção do portfólio e possui horizonte de análise de dois a três anos. Após um filtro de liquidez sobre a totalidade das ações de companhias brasileiras listadas em bolsa, um filtro qualitativo será aplicado num universo de cerca de 150 ações (notas individuais atribuídas aos seguintes critérios: análise do setor que a companhia se insere, posicionamento, administração, governança corporativa, índices financeiros, análise do balanço e valuation). Cerca de 100 teses de investimento poderão surgir das maiores somatórias de notas, recebendo então uma análise mais detalhada do balanço e valuation, além de uma cobertura mais próxima com visitas às empresas e acompanhamento dos calls de resultados. O dimensionamento do portfólio em cerca de 20 ações vai resultar de alguns filtros finais, considerando as melhores avaliações (recebem maior peso) e liquidez. Até 25% do portfólio poderá buscar oportunidades com maturação esperada de curto prazo, em geral com cerca de cinco ações, a partir de critérios de escolha por análise top-down e event-driven (exemplo: eventos societários, nova regulamentação, etc.). O tamanho das posições vai depender da convicção da gestão num upside de curto prazo. A depender das oportunidades de mercado, essa parte do portfólio poderá estar zerada. Por fim, a posição em caixa é gerida com flexibilidade a partir da maturação dos investimentos, busca de novas oportunidades, aversão ou apetite numa análise macro. A equipe de gestão se reúne formalmente uma vez por semana para debater os investimentos da carteira, sugerindo alterações e discutindo novos casos. Não buscamos risco de mercado nas operações de renda fixa que integram o caixa.	
2.1.4	Descreva o processo decisório de investimento.
Por favor referir ao texto acima.	



2.1.5	Cite as premiações, <i>ratings</i> e <i>rankings</i> .						
A Itaú Asset Management foi premiada pela nona vez e a quinta consecutiva, como Melhor Gestora de Fundos do Ano pelo Guia EXAME de Investimentos 2017. E também foi escolhida, pela mesma publicação, Melhor Gestora de Fundos em Renda Fixa, Ações e Multimercado, além de Melhor Gestora de Fundos de Varejo, Varejo Seletivo, Alta Renda e Atacado. A Itaú Asset Management não possui ratings por fundo.							
2.2 - Equipe de Gestão do Fundo							
2.2.1	Cite os profissionais envolvidos na gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3).						
A equipe de gestão é formada por 5 profissionais com média de 12 anos de experiência no mercado e em média 7 anos de experiência na Itaú Asset Management.							
2.2.2	Cite o histórico de alterações significativas na equipe.						
A estratégia Unconstrained em questão permanece na estrutura da Mesa de Retorno Absoluto. Contudo, a partir de setembro de 2015, a responsabilidade por sua gestão foi transferida à equipe que já conduzia a estratégia Long & Short Neutra e os profissionais de análise passaram a se dedicar totalmente a essas duas estratégias.							
2.3 - Estratégias e Carteiras							
2.3.1	Quanto aos mercados em que opera, o Fundo pode ser caracterizado como:						
<table border="0"> <tr> <td>▪ Brasil (exclusivamente)</td><td>Sim</td></tr> <tr> <td>▪ Brasil (predominantemente)</td><td>especifique Não</td></tr> <tr> <td>▪ Global</td><td>especifique Não</td></tr> </table>		▪ Brasil (exclusivamente)	Sim	▪ Brasil (predominantemente)	especifique Não	▪ Global	especifique Não
▪ Brasil (exclusivamente)	Sim						
▪ Brasil (predominantemente)	especifique Não						
▪ Global	especifique Não						
2.3.2	Caso o Fundo invista no exterior, descreva os principais ativos e instrumentos utilizados.						
N/A.							
2.3.3	Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o Fundo (ex.: <i>stop loss</i> , <i>stop gain</i> , concentração de ativos, aluguel de ativos etc.).						

A Superintendência de Gestão de Risco Asset é responsável pelas definições de risco para cada papel e portfólio. No caso dos portfólios, o primeiro passo é definir os limites de risco para cada carteira, que será proposto e sujeito à aprovação no Comitê de Produtos.

A definição de cada limite de risco é baseada em diretrizes de investimento, simulações para cada medida como Value at Risk (VaR), Benchmark Value at Risk (B-VaR), Stress Test e outras restrições específicas de acordo com cada cliente e segmento.

O controle de risco é formalizado em um mandato do fundo para uso interno e há controles em diferentes níveis (incluindo no nível do ativo).

Seguem abaixo as principais medidas de risco que usamos para monitorar e controlar os portfólios dos nossos clientes:

Value at Risk (VaR), Benchmark Value at Risk (B-VaR) e Tracking Error Ex-ante:

- Modelo: Paramétrico (Métricas de Risco) e Não Paramétrico (Simulação de Monte Carlo para opções);
- Volatilidade e Correlação: EWMA - Exponentially Weighted Moving Average (= 0.94);
- Intervalo de confiança: 95% ou 99% e Holding Period: 1, 21 e 252 dias úteis

Stress Test:

- Valuation completa para o pior cenário;
- Cenários: Crises históricas, Cenários Prospectivos.

Risco de Liquidez:

- Curva de liquidez.
- Curva de Passivo, que é definida como o conjunto de piores resgates ocorridos em diferentes períodos que vão de 1 dia até 252 dias úteis;
- Estresse da Curva de Passivo, a partir do fator do grau de concentração dos cotistas. Este fator utiliza o coeficiente HHI (Herfindahl-Hirschman Index);

Outras ferramentas de monitoramento, sob demanda ou para necessidade de análise:

- DV01 para juros: 1 basis point para cada yield;
- GAP Analysis per market: Graph exposure % NAV versus duration

Para mais informações sobre a gestão de riscos, por favor referir a seção 4 do questionário.

2.3.4 Qual a política do fundo em relação às operações de day trade?

É vedado ao Fundo, direta ou indiretamente, realizar operações denominadas day trade.

2.3.5 – Uso de Derivativos

2.3.5.1 Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:

• Proteção de carteira ou de posição	Sim ☒	Não ☐
• Mudança de remuneração/indexador	Sim ☐	Não ☒
• Estratégias combinadas (<i>floors, caps, collars, spreads, straddles, box</i> , financiamentos com termo etc.)	Sim ☐	Não ☒
• Alavancagem	Sim ☐	Não ☒

2.3.5.2 Mercados em que são utilizados derivativos:

Juros	Sim ☐ Não ☒
Câmbio	Sim ☐ Não ☒
Ações	Sim ☒ Não ☐
Commodities	Sim ☐ Não ☒
Em Bolsas:	
• Com garantia	Sim ☒ Não ☐
• Sem garantia	Sim ☐ Não ☒
Em balcão:	
• Com garantia	Sim ☒ Não ☐
• Sem garantia	Sim ☐ Não ☒
2.3.6 - Compra de Cotas de Fundos de Investimento	
2.3.6.1 de fundos de terceiros?	Sim ☐ Não ☒
2.3.6.2 de fundos do gestor?	Sim ☒ Não ☐
3 - Informações Adicionais	
3.1 PL atual	
PL atual FI: R\$ 1.154.919.678,16 PL atual FIC: R\$ 461.007.172,15 (Data base: janeiro de 2018)	
3.2 PL médio em 12 meses	
PL médio FI: R\$ 564.972.770,17 PL médio FIC: R\$ 269.743.686,63 (Data base: fevereiro de 2018)	
3.3 PL atual total da mesma estratégia sob gestão da Empresa	
O PL atual total da estratégia Unconstrained sob gestão da empresa é de R\$ 1.689.073.413,14. (Data base: fevereiro de 2018)	
3.4 Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do Fundo e de sua família? Quais são os critérios de definição?	
A capacidade da estratégia é definida e reavaliada de forma periódica em comitê interno. Considera-se a liquidez do mercado, o prazo para o resgate e a capacidade da gestão de obter uma performance diferenciada na geração de alpha.	
3.5 Número de cotistas	
O FI conta com 3353 cotistas considerando a soma de: - Quantidade de cotistas diretos do FI, desconsiderando os fundos espelho - Quantidade de cotistas dos fundos espelho do FI (Data base: janeiro de 2018)	
3.6 Qual percentual do passivo do Fundo representa aplicações da Empresa, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?	
Informação indisponível.	
3.7 Descreva as regras de concentração de passivo	
Não há regras específicas para concentração de passivo.	
3.8 Percentuais detidos pelos cinco maiores e dez maiores cotistas	
Percentual detido pelos cinco maiores cotistas do FI: 31,77% Percentual detido pelos dez maiores cotistas do FI: 43,54% (Data base: janeiro de 2018)	
3.9 Houve alguma mudança de prestadores de serviços de Administração e/ou de Custódia desde o início da operação do Fundo? Quando? Por quê?	
Não houve mudanças nos prestadores de serviços do fundo desde o início da operação.	
3.10 Há quanto tempo o Auditor Externo realiza auditoria no Fundo?	



A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes realiza auditoria para este fundo desde seu início.	
3.11	Quais e quando foram os três últimos exercícios de direito de voto?
N/A	
4 - Gestão de Risco	
4.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do Fundo.
A aquisição de ativos que possuem risco de crédito privado é vedada para o Fundo.	
4.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do Fundo.
O fundo segue a política de liquidez do Itaú Asset, de forma que sua liquidez seja compatível com o prazo para pagamento dos pedidos de resgate. São usados os controles de Curva de Liquidez, Curva de Passivo e Curva de Passivo Estressada.	
4.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.
O Fundo não opera derivativos sem garantia.	
4.4	Como é feita a precificação de ativos/derivativos ilíquidos/exóticos? Existem esferas na Instituição para tal?
A precificação de ativos/derivativos segue o Manual de Precificação da WMS. As metodologias de precificação são definidas pela Diretoria Controles de Risco de Mercado e Liquidez.	
4.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, <i>Tracking Error</i> e <i>Expected Shortfall</i>)?
VaR: metodologia Paramétrica. Utiliza-se EWMA com lambda de 0,94 para o cálculo das volatilidades e covariâncias. Stress: calculado utilizando os cenários macroeconômicos definidos no Comitê Executivo de Riscos Financeiros.	
4.6	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 4.5
A utilização do limite de risco é calculada diariamente com base na posição de fechamento do Fundo. Há três níveis de alerta reportados: alerta 1 utilização entre 70% e 85%, alerta 2 utilização entre 85% e 100% e alerta 3 utilização acima do limite. Os alertas 1 e 2 são reportados pela área de Risco para a ciência da gestão via e-mail. No caso do alerta 3, adicionalmente ao e-mail, o apontamento é cadastrado no sistema de follow up de desenquadramentos. A gestão deve preencher no sistema a justificativa para o estouro do limite e apresentar um plano de ação para a sua adequação ao mandato. As informações são analisadas pela área de Risco, que concordando com os argumentos passará a acompanhar o prazo dado para a regularização do limite. A área de Risco tem a prerrogativa de zerar o Fundo caso julgue necessário.	
4.7	Qual o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 (exceto <i>stress</i>)?
Limite Soft de VaR (1du; 95%) é igual a 4%	
4.8	Descreva as regras de Orçamento da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5.
O orçamento de VaR é global e não por classe de ativos.	
4.9	Quando atingiu o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5? Por quê?
O fundo atingiu o limite em 19/05/2017 por aumento de volatilidade de mercado	
4.10	Historicamente, qual o máximo da(s) metodologia(s) citadas no item 4.5 registrado pelo Fundo? Comente.
O fundo já chegou a usar 103% do seu limite de risco de mercado.	
4.11	Qual o VaR médio do Fundo nos últimos. (data base: 31/01/2018)
3 meses?	1,7183%
6 meses?	1,6231%
12 meses?	1,7083%
24 meses?	1,8463%
4.12	Historicamente, qual a alavancagem <i>nocional</i> máxima (exposição bruta) atingida pelo Fundo e em qual(is) ativo(s)?



Não é permitido ao fundo se alavancar.	
4.13	Qual o limite para perdas em cenário de <i>stress</i> ?
Limite Soft 16% do PL.	
4.14	Quando atingiu o limite? Por quê?
O fundo atingiu o Limite Soft em 15/12/2017, devido o aumento do Beta em relação ao Ibovespa.	
4.15	Qual o <i>stress</i> médio do Fundo nos últimos (data base: 30/06/2017)
3 meses?	16,6292%
6 meses?	15,9334%
12 meses?	14,5814%
24 meses?	14,1389%
4.16	Comente o último <i>stop loss</i> relevante do Fundo.
N/A.	



5 – Comportamento do Fundo em Crises				
	Período	Evento	Comportamento	Explicação
	Jul- Out/97	Crise da Ásia	Fundo: Não Iniciado Bench: -30,89%	
	Ago/98	Crise da Rússia	Fundo: Não Iniciado Bench: -39,55%	
	Out/98	Quebra do LTCM	Fundo: Não Iniciado Bench: 6,89%	
	Jan/99	Desvalorização do Real	Fundo: Não Iniciado Bench: 20,45%	
	Mar/00	Crise do Nasdaq	Fundo: Não Iniciado Bench: 1,58%	
	Abr/01	Apagão	Fundo: Não Iniciado Bench: 3,32%	
	Set/01	Ataques terroristas nos EUA	Fundo: Não Iniciado Bench: -17,51%	
	Mar-Jul/02	Escândalos contábeis	Fundo: Não Iniciado Bench: -30,44%	
	Jun/02	Marcação mercado a	Fundo: Não Iniciado Bench: -14,22%	
	Jul-Out/02	Eleições no Brasil	Fundo: Não Iniciado Bench: -8,73%	
	Mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas	Fundo: Não Iniciado Bench: -9,79%	
	Jul-Ago/07	Crise das hipotecas	Fundo: Não Iniciado Bench: -2,82%	
	Out/2008 - Mar/2009	Crise no Sistema Financeiro norte- americano	Fundo: Não Iniciado Bench: -26,99%	
	Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	Fundo: Não Iniciado Bench: -6,83%	

6 - Três períodos de maior perda do Fundo (peak to valley)

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para Recuperação
1.	02/09/2014 26/01/2016		Fundo: -27,78% Bench: -39,42%		114 Dias
2.	01/02/2013 03/07/2013		Fundo: -15,53% Bench: -25,36%		239 Dias
3.	24/10/2016		Fundo: -13,04%		25 Dias



	20/12/2016		Bench: -10,11%	
7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)				
7.1	Atribuição		Contribuição (%)	
	N/A		N/A	
7.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).			
Não houve mudança de estratégia desde o início do fundo em razão do fluxo de recursos.				
7.3	O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?			
Não.				
8 – Relacionamento com Distribuidores/Alocadores				
8.1	Quais os relatórios disponíveis do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?			
Para informações, favor entrar em contato com o gerente de relacionamento.				
8.2	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?			
Para informações, favor entrar em contato com o gerente de relacionamento.				
8.3	Com que frequência é possível realizar <i>conference calls</i> com o gestor dos fundos?			
As <i>conference calls</i> com os <i>Portfolio Specialist</i> podem ser feitas sob demanda.				
9 – Atendimento aos Cotistas				
9.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?			
Para informações, favor entrar em contato com o gerente de relacionamento.				
9.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?			
Para informações, favor entrar em contato com o gerente de relacionamento.				
9.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?			
SAC Itaú e área de atendimento Asset - Email: atendimentoasset@itau-unibanco.com.br – horário comercial e pelo telefone (11) 3631-2555.				
10 - Investimento no Exterior				
Caso o Fundo tenha investimentos no exterior, preencher os dados abaixo				
10.1	Qual é a Estrutura desse Fundo?			
N/A				
10.2	Quais os riscos envolvidos?			
N/A				
10.3	Qual o produto?			
N/A				
10.4	Qual (is) a (s) estratégia (s) de alocação em ativos no exterior?			
N/A				
10.5	Qual (is) o (s) veículo (s) utilizado (s) para estas alocações?			
N/A				
10.6	Enumerar os prestadores de serviços dos investimentos no exterior (administrador, custodiante, RTA, <i>prime broker</i> , entre outros)			
N/A				
10.7	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.			



N/A		
10.8	O investimento no exterior foi constituído sob qual jurisdição? Quais são as entidades reguladoras pertinentes?	
N/A		
10.9	Caso o investimento no exterior seja feito através de fundos, descreva como foi constituída a diretoria do Fundo.	
N/A		
11 – Anexos		
11.1	Regulamento	Sim ☐ Não ☒
11.2	Prospecto	Sim ☐ Não ☒
11.3	Última lâmina	Sim ☐ Não ☒
11.4	Último Informe de Perfil Mensal (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira	Sim ☐ Não ☒
11.5	Último Informe de Extrato das Informações sobre o Fundo (Arquivo XML - Padrão CVM)	Sim ☐ Não ☒
11.6	Relatórios de Gestão	Sim ☐ Não ☒



2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local: Brasília – DF, 15 de Junho de 2018	
Nome: JOSÉ GERALDO MARTINS	
Cargo: Gerente Comercial do Poder Público – Funcional: 004016416	

Assinatura: _____



José Geraldo Martins
Gerente Poder Público
004016416

3) Eventos Importantes do Fundo de Investimento

1 – Nome do Fundo	
1.1	Alteração de prestadores de serviço dos fundos geridos: Administrador, Custodiante e Auditor.
N/A	
1.2	Alteração de dados de contato
N/A	
1.3	Alteração nas condições de aplicação e resgate do Fundo
N/A	
1.4	Alteração da classificação tributária
N/A	
1.5	Alteração de limites de risco dos fundos
N/A	

S&P Global Ratings

Comunicado à Imprensa

18 de setembro de 2017

S&P Global Ratings atribui classificação 'AMP-1' (Muito Forte) às práticas de administração de recursos de terceiros da Itaú Asset Management

Analista principal:

Guilherme Machado, São Paulo (11) 3039-9754, guilherme.machado@spglobal.com

Contato analítico adicional:

Rafael Janequine, São Paulo (11) 3039-9730, rafael.janequine@spglobal.com

Ação de Rating

São Paulo (S&P Global Ratings), 18 de setembro de 2017 – A S&P Global Ratings atribuiu hoje a classificação 'AMP-1' (Muito Forte) às práticas de administração de recursos de terceiros da **Itaú Asset Management** ("Itaú Asset").

Fundamentos

A classificação 'AMP-1' (Muito Forte) atribuída à Itaú Asset se baseia na posição de negócios muito forte da empresa, como uma das maiores gestoras privadas de recursos de terceiros do Brasil e da América Latina; no seu *mix* muito bom de produtos e clientes; na sua equipe de administração altamente experiente e na sua clara estratégia corporativa. A classificação também incorpora os processos de gestão de investimentos da Itaú Asset bem estruturados, as suas práticas operacionais e de gestão de risco muito fortes, os seus fortes princípios fiduciários e a boa consistência de performance. Nossa análise engloba ainda o benefício de a gestora pertencer ao Itaú Unibanco S.A. e de ser considerada uma atividade *core* para o Itaú Unibanco Holding S.A. A classificação também inclui os desafios que a gestora deve enfrentar nos próximos 12 meses, como aumento dos requerimentos regulatórios, alta concorrência das gestoras estrangeiras e independentes com a elevação dos limites de investimento no exterior, o cenário macroeconômico desafiador e a pressão sobre as taxas médias de administração dado um ambiente de taxas de juros e custo de oportunidade relativamente elevados.

A Itaú Asset é uma unidade independente responsável pelo negócio de gestão de recursos de terceiros do Itaú Unibanco Holding S.A., o maior banco privado do Brasil e da América Latina, com um volume de ativos de R\$ 1,45 trilhão em junho de 2017. A unidade de *Asset Management* pertence à estrutura da área de *Wealth Management & Services* (WMS) do Itaú Unibanco Holding S.A. Os negócios de *private banking*, produtos de investimentos e previdência, soluções para mercado de capitais, como operações

de custódia e corretora de valores, e as divisões de *compliance* e gestão de riscos são todos subordinados à área de WMS. A classificação 'AMP-1' leva em consideração apenas as atividades da Itaú Asset. Em julho de 2017, a Itaú Asset era a segunda maior gestora privada de recursos de terceiros do Brasil em termos de ativos geridos (AUM, na sigla em inglês para *assets under management*), detendo aproximadamente 14,9% de participação de mercado, com R\$ 565,7 bilhões de AUM, segundo o *ranking* global de gestão de recursos de terceiros da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Até o mês de julho deste ano, a gestora havia registrado captação líquida de cerca de R\$ 22 bilhões, estimulada por sua forte penetração no varejo e alta renda, e pelos saques recorrentes dos recursos da caderneta de poupança para serem aplicados em outros instrumentos de investimento, com destaque para os de renda fixa.

Vemos a gestão de ativos como uma atividade *core* para o Itaú Unibanco Holding S.A. A Itaú Asset se favorece de uma imagem da marca e reputação muito fortes com os investidores globais, beneficiando-se do amplo canal de distribuição e da forte presença de mercado do banco. Consideramos o perfil de negócios da Itaú Asset como muito forte. Em nossa opinião, o negócio da Itaú Asset inclui um *mix* muito bom de produtos e clientes que ajuda a diversificar o fluxo de receitas e a mitigar os riscos relacionados à concentração da base de clientes. Aproximadamente 61% dos recursos são direcionados a fundos de Renda Fixa, enquanto 26% à Previdência, 11% a Multimercados e 2% a Ações. A Itaú Asset não faz a gestão de Fundos de Investimento em Participações (FIP) e Fundos de Investimentos Imobiliários. A operação dessas classes de investimentos é realizada por uma empresa independente do banco, chamada Kinea Investimentos Ltda.

A S&P Global Ratings acredita que a gestora exibe um forte perfil financeiro com base em sua forte posição competitiva no mercado brasileiro de gestores de recursos de terceiros e que é sustentável de acordo com um alinhamento consistente de sua estratégia com seus recursos. Portanto, o sólido perfil financeiro da Itaú Asset contribui positivamente para suas melhores práticas de gestão de ativos, pois a empresa tem recursos para suportar e continuar a melhorar os controles e sistemas.

Em nossa opinião, a estrutura operacional da gestora está alinhada às melhores práticas globais em termos de segregação de atividades, e sua estrutura organizacional é muito forte, contando com recursos humanos experientes para alcançar seus objetivos estratégicos. Também avaliamos positivamente a longa experiência creditada à sua administração sênior. A Itaú Asset segue diretrizes claras estabelecidas para constituir o portfólio. O processo de investimento é robusto com uma filosofia de investimentos bem definida focada em pesquisa fundamental intensiva, com ênfase na geração alfa. A gestora também possui uma estrutura de comitê bem definida e forte, que se reúne regularmente para avaliar o desempenho do negócio, as estratégias de investimentos e de vendas, a gestão de riscos e o desenvolvimento de produtos.

A gestora também possui um processo de gestão de risco bem estruturado, que segue sólidos princípios, e ferramentas bem definidas para avaliar riscos, procedimentos de marcação a mercado, implementação de controles *online* e monitoramento do risco de mercado, liquidez e crédito. Além disso, a unidade independente de *compliance* da área de WMS é responsável por garantir a integridade e a transparência do processo de gestão de ativos em observância às regras internas e regulatórias, incluindo princípios fiduciários. O ambiente de controle da Itaú Asset é de alto padrão, com uma estrutura de controle bem definida e muito forte apropriada para o tamanho de suas operações. Políticas e procedimentos relevantes são bem documentados, alavancando-se a partir da *expertise* e recursos do Itaú.

O forte comprometimento com a gestão de seus portfólios se reflete na performance consistente ajustada pelo risco dos fundos de investimentos geridos pela Itaú Asset. Em abril de 2017, o Star Ranking premiou um total de 168 fundos da gestora, sendo que 20 deles rankeados com a avaliação máxima de cinco estrelas, 25 com quatro estrelas e 70 com três estrelas. O destaque ficou para os fundos classificados na categoria de Renda Fixa. Além disso, os fundos de Previdência também marcaram presença na última edição. Um total de 79 fundos passou nos crivos da análise, sendo quatro fundos classificados com cinco estrelas.

Visando permanecer no topo do mercado, a Itaú Asset está sempre investindo em novas tecnologias e no aprimoramento de processos e controles. A empresa é vista como uma gestora muito bem preparada e com qualidade muito forte em termos de processos, pessoal e infraestrutura. Além disso, apresenta uma capacidade de retornos rápidos no caso de interrupção de suas operações.

Futuramente, a Itaú Asset enfrentará o desafio de manter sua forte posição de negócios em um contexto de pressões nas taxas de administração, maior concorrência no segmento de ativos no exterior e um ambiente macroeconômico desafiador no Brasil. A empresa está ciente dos desafios à frente com a maior competição, e conta com uma consolidada posição de liderança no mercado local, com base em sua imagem da marca e reputação fortes, enquanto é reconhecida como uma gestora de ativos global com *expertise* na América Latina. A ampliação de sua presença na região corrobora para o desenvolvimento e venda de produtos especializados para seus clientes.

Notas

- A classificação 'AMP-1' (Muito Forte) atribuída pela S&P Global Ratings à **Itaú Asset Management** reflete nossa opinião sobre as práticas de administração de recursos de terceiros "MUITO FORTES" da gestora, sendo esta a avaliação mais alta em uma escala que vai de 'AMP-1' (maior) à 'AMP-5' (menor).
- A Classificação AMP da S&P Global Ratings é uma opinião atualizada sobre a qualidade geral de uma empresa de gestão de recursos de terceiros, incluindo suas características administrativas e procedimentos operacionais. A classificação inclui uma análise dos sistemas e controles das gestoras de recursos de terceiros para assegurarem os interesses dos seus clientes. Ao avaliá-las, a S&P Global Ratings faz uma análise da qualidade de seu desempenho, procedimentos operacionais e sistemas de gestão de risco, assim como do perfil de negócios, mix de produtos e solidez financeira. Tal análise não incorpora elementos de risco soberano. A classificação também avalia os sistemas e controles da gestora de recursos de terceiros em relação àqueles adotados por outras empresas de gestão de ativos no Brasil. A classificação da S&P Global Ratings das práticas de administração de recursos de terceiros das gestoras brasileiras desse mercado não é uma auditoria sobre a conformidade da empresa aos procedimentos estabelecidos por ela própria, tampouco é uma opinião relativa ao seu cumprimento de leis e regulamentos. A classificação não é uma recomendação para a utilização dos serviços prestados por qualquer gestora de recursos de terceiros.

Fitch Afirma Rating 'Excelente' da Itaú Asset Management; Perspectiva Estável

Fitch Ratings - São Paulo/Rio de Janeiro, 22 de junho de 2017: A Fitch Ratings afirmou, hoje, o Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos da Itaú Asset Management (IAM) em 'Excelente'. A Perspectiva do rating permanece Estável.

PRINCIPAIS FUNDAMENTOS DO RATING

O rating 'Excelente' da IAM reflete a opinião da Fitch de que a gestora tem capacidade e características operacionais extremamente fortes em relação às estratégias de investimento oferecidas.

O rating considera o processo de investimentos bem estabelecido e disciplinado, a robusta geração de receitas e a alta qualidade da equipe executiva da IAM. A avaliação reflete, ainda, as rígidas políticas de risco e de compliance, os fortes investimentos em tecnologia e controles, a ampla e diversificada base de clientes e os vastos canais de distribuição. Adicionalmente, o rating da IAM considera os benefícios obtidos pela gestora por fazer parte do grupo Itaú Unibanco Holding S.A. (IUH, IDR em Moeda Local 'BB+' (BB mais)/Perspectiva Neg ativa), maior conglomerado financeiro privado do Brasil e da América Latina.

O rating da IAM considera apenas as atividades no mercado doméstico e não contempla os fundos no exterior, tampouco a gestão de fundos de fundos e as atividades de private banking. Também não considera outras empresas do grupo, como a Intrag DTVM, que oferece serviços de administração fiduciária e custódia a clientes institucionais, e a Kinea Investimentos Ltda., dedicada à gestão de investimentos alternativos. Todas essas operações têm seus próprios processos e políticas, sendo segregadas da gestão dos fundos tradicionais.

A Fitch acredita que os principais desafios da IAM sejam aumentar a diversificação para fundos de maior valor agregado em um cenário econômico desafiador e manter os atuais níveis de rentabilidade, em função da forte concorrência de outros gestores em um ambiente extremamente competitivo.

O rating 'Excelente' se baseia nas seguintes avaliações:

Processo de Investimento: Excelente

Recursos de Investimento: Excelente

Gestão de Riscos: Excelente

Desempenho dos Investimentos: Consistente

Companhia & Atendimento a Clientes: Excelente

A IAM faz parte de um sólido conglomerado financeiro, amplamente diversificado e lucrativo, e é a terceira maior gestora de recursos do Brasil, com relevante experiência em diversas classes de ativos e estratégias. É uma unidade de negócios totalmente segregada das demais atividades do grupo Itaú Unibanco e conta com fortes políticas de governança corporativa.

Processo de Investimento

A Fitch considera a estrutura de investimento da IAM uma das mais robustas entre os gestores de recursos do mercado brasileiro. A equipe de investimento é composta por profissionais muito experientes, segmentados em quatro divisões: passivos (fundos indexados e ETFs), ativos (fundos ativos de renda fixa e de renda variável), multimercados (fundos com objetivo de retorno absoluto) e portfolio solutions (fundos e mandatos de asset allocation que utilizam a expertise da gestora). Há também uma área de trading centralizada (exceto para alguns fundos multimercado) que permite que as ordens de compra e venda sejam realizadas de forma eficiente e que a alocação justa seja assegurada. A equipe utiliza sofisticados sistemas, que realizam controles de pre-trading e gerenciamento de ordens. O processo de investimento é bem formalizado e segmentado, contando com fortes recursos de pesquisa macroeconômica, fundamentalista e quantitativa como input para a tomada de decisões. Não houve grandes alterações no processo de investimento no último ano.

Recursos de Investimento

O grupo Itaú Unibanco conta com uma robusta área de operações e sólida plataforma tecnológica, que apoia a IAM com fortes sistemas de gestão, controles de risco e back-office. A IAM apresenta altos investimentos em sistemas e controles, com constante processo de melhorias. A gestora utiliza o renomado sistema de front e middle office Charles River e passou a utilizar integralmente em 2016 o sistema de risco de mercado Sophis, que permitiu maior integração de suas atividades e ganhos de eficiência, qualidade e automatização em seus processos.

As atividades de administração fiduciária e custódia são desenvolvidas por outra unidade de negócio do grupo, como em outros grandes gestores de recursos ligados a grupos financeiros no Brasil. Esta unidade é renomada em seu segmento de atuação por prestar serviços a outros gestores no mercado local. Os processos observam a regulamentação e as melhores práticas, sendo suportados por plataformas tecnológicas seguras e robustas e por uma equipe experiente. Os processos são automatizados, sofrendo poucas intervenções manuais, e oferecem um grau avançado de controle de qualidade por meio de indicadores que monitoram os serviços prestados.

Gestão de Riscos

Em 2016, o IUH reestruturou suas áreas de risco, compliance e controles internos. A estrutura organizacional acompanhou um realinhamento de responsabilidades dos executivos seniores do banco. Apesar de algumas trocas dos executivos responsáveis por cada área, o IAM não sofreu qualquer ruptura em seus processos.

O gerenciamento de risco e compliance da IAM é suportado por uma robusta e independente estrutura corporativa, caracterizada por forte governança corporativa. Os fundos não têm apresentado violações relevantes de seus limites de risco de mercado e liquidez. Quando ocorrem, elas são prontamente solucionadas. As perdas operacionais têm sido baixas em relação ao montante de recursos geridos. Em 2016, a área de riscos responsável pela supervisão da IAM concluiu a implantação de um novo sistema de risco de mercado (Sophis) que aumentou a escalabilidade e a precisão de seus controles.

Desempenho dos Investimentos

Processos consistentes de tomadas de decisões sobre investimento garantiram que o desempenho e os indicadores de risco da maior parte das estratégias da IAM ficassem em linha com seus objetivos nos últimos 36 meses.

Companhia & Atendimento a Clientes

Com mais de cinquenta anos de experiência no mercado, a IAM é a terceira maior gestora de recursos no Brasil, com 14,8% de participação de mercado e ativos sob gestão (AUM) de BRL514 bilhões em dezembro de 2016, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). A IAM é uma unidade de negócios do IUH, o maior conglomerado financeiro privado do Brasil.

Em 2016, o crescimento dos ativos sob gestão foi levemente acima do da indústria de gestão de recursos. O AUM é concentrado em fundos de renda fixa (59%), fundos de previdência (27%), fundos multimercado (12%) e renda variável (2%). Sua comunicação com os clientes é, de modo geral, muito boa, o que demonstra a adesão apropriada às obrigações relativas ao disclosure dos fundos e documentos legais.

SENSIBILIDADES DO RATING

O rating da IAM pode ser sensível a mudanças adversas relevantes em quaisquer dos principais fundamentos mencionados acima, principalmente se houver enfraquecimento de seu perfil financeiro, grande rotatividade dos profissionais ou deterioração dos processos e políticas. Um desvio importante nas diretrizes da Fitch para qualquer fator-chave pode resultar em rebaixamento do rating.

Para obter informações adicionais sobre as metodologias de rating de gestores de recursos da Fitch, consulte as metodologias mencionadas abaixo, disponibilizadas nos websites da Fitch, 'www.fitchratings.com' ou 'www.fitchratings.com.br'.

Contatos:

Analista principal

Alexandre Yamashiro, CAIA

Diretor

+55-11-4504-2606

Fitch Ratings Brasil Ltda.

Alameda Santos, 700, 7º andar, Cerqueira César

São Paulo - SP - CEP: 01418-100

Analista secundário

Tiago Carrara

Analista sênior

+55-11-4504-2217

Presidente do Comitê de Rating

Arturo Rueda

Diretor sênior

+52-81-8399-9106

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, Rio de Janeiro, Tel.: +55 21-4503-2623, e-mail: jaqueline.carvalho@fitchratings.com.

Informações adicionais disponíveis em 'www.fitchratings.com' e 'www.fitchratings.com.br'.

A Fitch Ratings foi paga para determinar cada rating de crédito listado neste relatório de classificação de risco de crédito pelo devedor ou emissor classificado, por uma parte relacionada que não seja o devedor ou o emissor classificado, pelo patrocinador ("sponsor"), subscritor ("underwriter"), ou o depositante do instrumento, título ou valor mobiliário que está sendo avaliado.

Metodologia Aplicada e Pesquisa Relacionada:

-- 'Ratings de Qualidade de Gestão de Investimentos' (6 de março de 2017).

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). ALÉM DISSO, AS DEFINIÇÕES E OS TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://www.fitchratings.com). OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E AS POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE; SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA". A FITCH PODE TER FORNECIDO OUTRO SERVIÇO AUTORIZADO À ENTIDADE CLASSIFICADA OU A PARTES RELACIONADAS. DETALHES SOBRE ESSE SERVIÇO PARA RATINGS PARA O QUAL O ANALISTA PRINCIPAL ESTÁ BASEADO EM UMA ENTIDADE DA UNIÃO EUROPEIA PODEM SER ENCONTRADOS NA PÁGINA DO SUMÁRIO DA ENTIDADE NO SITE DA FITCH.

Copyright © 2016 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. 33 Whitehall St, NY, NY 10004. Telefone:

1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter ratings e ao fazer outros relatórios (incluindo informações sobre projeções), a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch realiza uma apuração adequada das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, à medida que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emissor esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existent de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings e relatórios da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating ou relatório serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir ratings e relatórios, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings e as projeções financeiras e outras informações são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e premissas sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings e as projeções podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tais como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião e os relatórios se apoiam em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings e relatórios são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhum indivíduo, ou grupo de indivíduos, é responsável isoladamente por um rating ou relatório. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch

participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser alterados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe pagamentos de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes preços geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante um único pagamento anual. Tais valores podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, o relatório da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Para a Austrália, Nova Zelândia, Taiwan e Coreia do Sul apenas: A Fitch Austrália Pty Ltd detém uma licença australiana de serviços financeiros (licença AFS nº337123.), a qual autoriza o fornecimento de ratings de crédito apenas a clientes de atacado. As informações sobre ratings de crédito publicadas pela Fitch não se destinam a ser utilizadas por pessoas que sejam clientes de varejo, nos termos da Lei de Sociedades (Corporations Act 2001).

POLÍTICA DE ENDOSSO - A abordagem da Fitch em relação ao endosso de ratings, de forma que os ratings produzidos fora da UE possam ser usados por entidades reguladas dentro da UE para finalidades regulatórias, de acordo com os termos da Regulamentação da UE com respeito às agências de rating, poderá ser encontrada na página Divulgações da Regulamentação da UE (EU Regulatory Disclosures) no endereço eletrônico www.fitchratings.com/site/regulatory. Ao status de endosso de todos os ratings Internacionais é informada no sumário da entidade de cada instituição classificada e nas páginas de detalhamento da transação de todas as operações de finanças estruturadas, no website da Fitch. Estas publicações são atualizadas diariamente.

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ nº 60.701.190/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A., relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2016 e de 2015, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido do Itaú Unibanco S.A. no exercício alcançou R\$ 13.176 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 69.466 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 2,79.

ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R\$ 1.241.315 milhões e estavam substancialmente formados por R\$ 704.227 milhões de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

R\$ 305.550 milhões de Operações de Crédito, Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro e Carteira de Câmbio e R\$ 95.996 milhões de Investimentos em Coligadas e Controladas. Os Recursos Captados e Administrados representaram R\$ 1.771.382 milhões.

CIRCULAR 3.068/01 - BACEN

O Itaú Unibanco S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R\$ 34.855, representando apenas 10,6% do total de Títulos e Valores Mobiliários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

São Paulo, 24 de março de 2017 - A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		715.631.451	745.156.865	CIRCULANTE		704.449.692	760.308.835
DISPONIBILIDADES	3a	9.514.711	11.028.706	DEPÓSITOS	3b e 8a	209.952.190	241.650.668
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3a, 3b, 4	331.485.449	327.699.221	Depósitos à Vista		70.988.464	66.254.213
Aplicações no Mercado Aberto		268.835.267	265.893.691	Depósitos de Poupança		98.350.206	100.837.938
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		62.650.182	61.805.530	Depósitos Interfinanceiros		25.238.928	51.963.575
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS				Depósitos a Prazo		15.374.592	22.944.922
FINANCEIROS DERIVATIVOS	3c, 3d e 5	131.431.658	154.749.295	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3b e 8a	338.813.753	317.224.607
Carteira Própria		34.943.162	33.233.404	Carteira Própria		111.421.359	101.613.837
Vinculados a Compromissos de Recompra		68.309.753	93.018.709	Carteira de Terceiros		207.969.706	188.822.419
Vinculados a Prestação de Garantias		2.465.708	5.123.059	Carteira Livre Movimentação		19.422.688	26.788.351
Vinculados ao Banco Central		—	3.653.086	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	3b, 8a e 8b	31.138.766	39.621.312
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		7.026.966	667.261	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		27.965.728	36.542.307
Instrumentos Financeiros Derivativos		18.686.069	19.053.776	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		1.122.737	2.185.742
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		80.124.996	56.115.964	Captação por Certificados de Operações Estruturadas		2.050.301	893.263
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.565	2.140	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		210.573	338.181
Créditos Vinculados		79.955.717	56.085.136	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		133	218
Depósitos no Banco Central	3b	79.949.305	56.084.305	Correspondentes		210.440	337.963
SFHH - Sistema Financeiro da Habitação		6.412	831	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		5.365.073	6.381.948
Correspondentes		31.857	28.678	Recursos em Trânsito de Terceiros		5.315.511	6.367.638
Repasse Interfinanceiros		135.857	—	Obrigações Internas de Recursos		49.562	14.310
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		—	—	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - EMPRÉSTIMOS		—	—
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3e, 3g e 6	108.042.564	121.933.075	NO EXTERIOR	3b e 8a	28.754.517	40.872.705
Operações de Crédito		116.505.456	129.315.139	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	3b e 8a	9.985.800	11.702.513
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(8.462.892)	(7.382.064)	Tesouro Nacional		—	5.842
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	3f, 3g e 6	(640)	(2.550)	BNDES		3.460.930	6.316.931
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		149.268	257.448	CEF		1.654	6.616
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)		(2.174)	(5.605)	FINAME		5.440.415	5.373.124
OUTROS CRÉDITOS		53.620.563	72.410.816	Outras Instituições		82.801	—
Carteira de Câmbio	7	26.337.778	49.046.091	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	3b e 8a	—	1.566
Rendas a Receber		1.846.449	1.928.990	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3d e 5bl	18.749.942	21.601.695
Negociação e Intermediação de Valores		5.262.497	5.020.693	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assementados		62.479.078	80.913.640
Créditos Tributários	11b	14.733.365	10.950.961	Carteira de Câmbio	7	21.833.526	46.062.516
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários		1.124.320	1.082.041	Sociais e Estatutárias	3b, 3p e 11c	5.692.120	4.612.259
Diversos	9b, 9c e 9d	4.696.864	4.863.759	Fiscais e Previdenciárias		1.174.285	1.451.618
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	10a	(440.710)	(481.719)	Negociação e Intermediação de Valores		7.257.300	5.430.382
OUTROS VALORES E BENS	3h	1.412.150	1.222.346	Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior		1.281	—
(Provisões para Desvalorizações)		(107.685)	(65.432)	Créditos por Antecipação de Valor Residual	3f e 6d	27.486	125.120
Despesas Antecipadas	10b	877.055	766.155	Dividas Subordinadas	3b, 8a e 8c	10.396.348	9.745.337
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		419.590.858	450.092.556	Provisões para Passivos Contingentes	9b e 9c	3.616.115	2.864.136
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3b e 4	43.233.430	50.857.416	Diversas	10c	12.238.533	10.382.009
Aplicações no Mercado Aberto		10.640.055	289.094				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		32.584.375	50.568.322				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS							
FINANCEIROS DERIVATIVOS	3c, 3d e 5	198.076.638	201.397.371				
Carteira Própria		35.369.460	33.489.428				
Vinculados a Compromissos de Recompra		119.977.928	134.874.864				
Vinculados a Prestação de Garantias		4.116.770	4.611.586				
Vinculados ao Banco Central		4.454.448	2.202.583				
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		12.863.925	14.071.863				
Instrumentos Financeiros Derivativos		21.294.107	12.147.047				
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CRÉDITOS		280.330	608.627				
VINCULADOS		46.035	58.443				
Depósitos no Banco Central	3b	46.035	58.443				
SFHH - Sistema Financeiro da Habitação	16g	234.295	550.184				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3e, 3g e 6	120.023.179	137.384.787				
Operações de Crédito		135.080.842	152.783.723				
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(15.057.663)	(15.398.936)				
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	3f, 3g e 6	(11)	(143)				
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		10.285	30.149				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)		(10.213)	(29.890)				
OUTROS CRÉDITOS		57.791.337	59.582.453				
Carteira de Câmbio	7	20.817.339	14.689.750				
Rendas a Receber		1.388	149.342				
Negociação e Intermediação de Valores		—	15				
Créditos Tributários	11b	24.277.933	31.149.825				
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários		7.149.665	6.685.306				
Diversos	9b, 9c e 9d	5.584.560	6.915.636				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	3g e 6e	(39.548)	(7.421)				
OUTROS VALORES E BENS	3h e 10b	185.955	262.045				
(Despesas Antecipadas)		106.092.386	101.885.759				
PERMANENTE		96.642.176	91.713.281				
INVESTIMENTOS		95.996.314	91.399.325				
Participações em Coligadas e Controladas	3i e 12 I	70.987.144	70.555.712				
No País		25.009.170	20.843.613				
No Exterior		721.343	389.438				
Outros Investimentos		(75.481)	(75.482)				
(Provisões para Perdas)		5.149.782	5.514.669				
IMOBILIZADO DE USO	3j	2.996.562	2.993.729				
Imóveis de Uso		9.563.200	9.174.051				
Outras Imobilizações de Uso		(7.410.000)	(6.653.111)				
(Depreciações Acumuladas)		42.242	180.934				
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	3k e 6d	40.750	177.362				
Bens Arrendados		1.492	3.572				
(Depreciações Acumuladas)		4.258.206	4.476.875				
INTANGÍVEL	3m e 12 II	1.045.006	1.000.254				
Direitos por Adição de Folhas de Pagamento		5.526.722	5.302.458				
Outros Ativos Intangíveis		(2.313.522)	(1.825.837)				
(Amortização Acumulada)		1.241.314.695	1.297.135.180				
TOTAL DO ATIVO		1.241.314.695	1.297.135.180				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais)

	NOTAS	2º Semestre 2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015		NOTAS	2º Semestre 2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		72.376.082	150.195.312	129.267.350	Despesas de Pessoal	10e	(7.408.601)	(13.567.586)	(11.277.086)
Operações de Crédito	3e	25.395.241	48.546.598	52.410.177	Outras Despesas Administrativas	10f	(6.401.270)	(12.462.347)	(12.854.896)
Operações de Arrendamento Mercantil	3f	75.753	182.277	705.540	Despesas Tributárias	3p e 11a II	(1.885.855)	(4.802.750)	(1.879.404)
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	39.337.704	75.367.865	75.903.448	Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	3i e 12 I	3.941.063	(1.416.805)	21.940.744
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3d	4.083.387	19.629.282	(4.884.156)	Outras Receitas Operacionais	10g	211.849	376.040	819.249
Resultado das Aplicações Compulsórias		3.483.997	6.469.290	5.132.341	Outras Despesas Operacionais	10h	(2.858.372)	(4.856.582)	(4.501.512)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(58.387.547)	(105.771.076)	(141.453.221)	RESULTADO OPERACIONAL		7.774.006	23.677.248	(5.856.555)
Operações de Captação no Mercado		(49.876.610)	(98.107.488)	(94.147.221)	RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		2.125	(13.846)	(3.162)
Operações de Empréstimos e Repasses		(2.770.435)	5.784.710	(29.392.760)	SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	7.776.131	23.663.402	(5.859.717)	
Operações de Arrendamento Mercantil	3f	472.283	1.079.336	393.407	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3p e 11a I	(352.111)	(10.329.414)	15.877.159
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3g e 6e	(6.197.197)	(14.470.816)	(17.727.015)	Devidos sobre Operações do Período		362.069	4.770	89.871
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		13.988.535	44.424.236	(12.185.871)	Referentes a Diferenças Temporárias		(714.180)	(10.334.184)	15.787.288
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)		(6.214.529)	(20.746.988)	6.329.316	PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	14b	(99.479)	(157.707)	(192.899)
OPERACIONAIS		(6.214.529)	(20.746.988)	6.329.316	LUCRO LÍQUIDO		7.324.541	13.176.281	9.824.543
Receitas de Prestação de Serviços	10d	4.798.798	9.276.006	8.020.842	NO ACÓES	13a	4.717.210.452	4.181.402.228	
Rendas de Tarifas Bancárias	10d	3.387.859	6.707.036	6.061.379	LUCRO POR AÇÃO - R\$		2,79	2,35	

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015		2º Semestre 2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	1.513.773	(299.536)	(15.981.471)				
Lucro Líquido	7.324.541	13.176.281	9.824.543	(Redução) Aumento em Outras Obrigações	1.988.740	421.252	2.957.949
Ajustes ao Lucro Líquido:	(5.810.768)	(13.475.817)	(25.806.014)	Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	(43.320)	(185.473)	60.246
Ajustes ao Valor de Mercado de T.V.M. e Instrumentos Financeiros				Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.173)	(89.898)	--
Derivativos (Ativos/Passivos)	(2.846.931)	(31.947.531)	12.354.474	CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/APLICADO NAS ATIVIDADES	(180.991.599)	(28.316.635)	(7.346.379)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.197.196	14.470.815	17.727.015	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	2.185.113	5.306.538	11.466.344
Resultado de Operações com Dívida Subordinada	1.904.050	4.106.710	4.769.678	Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	17.550.306	28.601.750	12.757.108
Depreciações e Amortizações	1.273.343	2.194.596	1.709.050	Recursos de Juros de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	1.194.936	2.833.485	3.088.897
Amortização de Agio	(1.126.137)	(1.071.994)	77.721	Alienação de Investimentos	314.465	314.465	--
Tributos Diferidos	714.180	10.334.184	(15.787.288)	Aquisição de Investimentos	(4.313.025)	(4.555.294)	(162.232)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(3.941.063)	1.416.805	(21.940.744)	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	--	(96.090)	(18.601.190)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(7.183.272)	(13.595.908)	(19.620.357)	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(22.317)	(291.869)	(4.089.878)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(865.053)	467.920	(6.388.844)	Redução de Capital em Coligadas e Controladas	17.824.702	21.144.449	38.322.336
Constituição (Reversão) para Perdas e Bens não de Uso Próprio	26.980	42.253	12.093	Aumento de Capital em Coligadas e Controladas	(4.168.488)	(25.459.935)	(23.239.353)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens não de Uso Próprio	58.340	103.941	22.591	Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos	--	17	16.587
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	(8.712)	1.437	9.482	Recebidos na Reorganização Societária (Nota 13d)	51.500	187.504	61.285
Ajuste de Baixa de Imobilizado de Arrendamento	(35.887)	(55.626)	1.109.031	Aquisição de Imobilizado de Uso	(516.565)	(739.089)	(641.396)
Outros	22.198	56.581	1.084	Alienação de Imobilizado de Uso	28.789	29.945	8.551
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(182.505.372)	(28.017.099)	8.635.092	Aquisição de Intangível	(482.695)	(909.727)	(833.463)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(180.156.956)	(6.234.995)	(50.939.937)	Alienação de Intangível	(240)	5.622	44.118
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	13.420.553	33.315.492	2.615.047	CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	29.646.481	26.371.771	18.197.714
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(1.012.317)	(972.633)	1.555.977	Aumento/Redução de Capital - líquido	(5.233.466)	7.099.863	--
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(7.037.802)	16.385.877	(25.377.168)	Resgate por Dívida Subordinada	(5.163.840)	(12.171.502)	(3.514.308)
(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	2.739.018	399.402	355.921	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.260.250)	(4.593.579)	(1.725.573)
(Aumento) Redução em Operações de Câmbio e Negociação e Intermediação de Valores (Ativos/Passivos)	(2.784.217)	1.627.274	(512.518)	CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(12.657.556)	(9.665.218)	(5.239.881)
(Redução) Aumento em Depósitos	32.021.842	10.506.725	(7.592.538)	AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES	(164.002.674)	(11.610.082)	5.611.454
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(2.725.406)	(19.987.265)	53.825.436	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	185.833.151	33.440.559	27.829.105
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(6.506.368)	(6.031.888)	21.520.815	Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	21.830.477	21.830.477	33.440.559
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(9.324.674)	(33.359.198)	13.759.913	Disponibilidades	9.514.711	9.514.711	11.028.706
(Redução) Aumento em Contratação e Arrecadação de Tributos e Assementados	(3.661.786)	40.821	10.030	Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	1.226.854	1.226.854	3.649.306
				Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.088.912	11.088.912	18.762.547

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 13) (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 01/07/2016	52.658.892	708.074	6.254	2.565.473	19.798.377	(2.034.743)	73.702.327
Redução de Capital - AGE de 17/11/2016	(5.233.466)	--	--	--	--	--	(5.233.466)
Remensurações em Operações de Benefícios Pós-emprego	--	--	(102)	--	--	--	(565.678)
Realização da Reserva de Reavaliação	--	--	--	--	(565.678)	--	--
Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	--	--	--	--	--	102	(2.030.000)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	--	1.131	--	--	--	--	1.131
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	--	--	--	--	(372.862)	--	(372.862)
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	7.324.541	7.324.541
Destinações:	--	--	--	--	--	--	--
Reservas	--	--	--	366.227	3.598.799	(3.965.026)	--
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	(1.535.000)	(1.535.000)
Dividendos	--	--	--	--	--	(1.824.617)	(1.824.617)
SALDOS EM 31/12/2016	47.425.426	709.205	6.152	2.931.700	21.367.176	(2.973.283)	69.466.376
MUTAÇÕES NO PERÍODO	(5.233.466)	1.131	(102)	366.227	1.568.799	(938.540)	(4.235.951)
SALDOS EM 01/01/2015	40.325.563	708.074	6.346	1.781.659	7.238.929	(287.734)	49.772.837
Remensurações em Operações de Benefícios Pós-emprego	--	--	--	--	--	--	(47.762)
Realização da Reserva de Reavaliação (1)	--	--	11	--	--	205	216
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	--	--	--	--	(1.017.533)	--	(1.017.533)
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	9.824.543	9.824.543
Destinações:	--	--	--	--	--	--	--
Reservas	--	--	--	491.227	7.000.192	(7.491.419)	--
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	(2.333.329)	(2.333.329)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	--
SALDOS EM 31/12/2015	40.325.563	708.074	6.357	2.272.886	14.239.121	(1.353.029)	56.198.972
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	--	--	11	491.227	7.000.192	(1.065.295)	6.426.135
SALDOS EM 01/01/2016	40.325.563	708.074	6.357	2.272.886	14.239.121	(1.353.029)	56.198.972
Aumento de Capital - AGE de 19/05/2016	12.333.329	--	--	--	--	--	12.333.329
Redução de Capital - AGE de 17/11/2016	(5.233.466)	--	--	--	--	--	(5.233.466)
Remensurações em Operações de Benefícios Pós-emprego	--	--	--	--	--	--	(576.364)
Realização da Reserva de Reavaliação	--	--	(205)	--	--	205	--
Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	--	--	--	--	--	--	(2.030.000)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	--	1.131	--	--	--	--	1.131
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	--	--	--	--	(1.043.890)	--	(1.043.890)
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	13.176.281	13.176.281
Destinações:	--	--	--	--	--	--	--
Reservas	--	--	--	658.814	9.158.055	(9.816.869)	--
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	(1.535.000)	(1.535.000)
Dividendos	--	--	--	--	--	(1.824.617)	(1.824.617)
SALDOS EM 31/12/2016	47.425.426	709.205	6.152	2.931.700	21.367.176	(2.973.283)	69.466.376
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	7.099.863	1.131	(205)	658.814	7.128.055	(1.620.254)	13.267.404

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) é uma sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de suas entidades comerciais, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil.

As operações do ITAÚ UNIBANCO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram aprovadas pela Diretoria em 24 de março de 2017.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Em decorrência das Reorganizações Societárias (Nota 13d) os ativos e passivos de 31/12/2016 refletem os valores relativos aos saldos provenientes da incorporação. Na Demonstração do Resultado estão incluídas as receitas e despesas, correspondentes às operações relativas aos valores patrimoniais incorporados, a partir da respectiva data da Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

Conforme determinado no parágrafo 1º, do artigo 2º, da Circular nº 2.804, de 11/02/1998, do BACEN, as Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO abrangem a consolidação de suas dependências no exterior (Nota 16f).

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - O ITAÚ UNIBANCO define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e

contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Depósitos no Banco Central, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dívidas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas - As operações com cláusula de atualização monetária/câmbio e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas *pro rata* de base na taxa efetiva das operações.

c) Títulos e Valores Mobiliários - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta específica do Patrimônio Líquido;
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto aqueles não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos acima, nas controladas do ITAÚ UNIBANCO, refletidos por estas em conta destacada dos seus patrimônios líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Equivalência Patrimonial da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizar como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente

derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

e) Operações de Crédito (Operações com Características de Concessão de Crédito) - Registradas a valor presente, calculadas *pro rata* de base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas *acumuladas* até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As receitas decorrentes da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (*write-offs*) estão classificadas na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito e as tarifas na contrapartida dessas operações são classificadas em Rendas de Tarifas Bancárias.

f) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG) - Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Créditos por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superavaliação/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil.

A superavaliação/insuficiência de depreciação, constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN 1.429/89, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil.

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

De acordo a Circular, o valor contábil dos contratos é dado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de superveniência/insuficiência de depreciação no permanente e objetivam adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. As operações de arrendamento mercantil são atualizadas (accrual) até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações e a receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (write-offs) está classificada na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Arrendamento Mercantil, as tarifas na contratação dessas operações são classificadas em Rendas de Tarifas Bancárias e as apropriações em resultado das operações de arrendamento mercantil operacional ocorrem na data da exigibilidade da contraprestação.

g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, conforme as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697, de 24/02/2000 dentre as quais se destacam:

* As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência; e

* Considerando-se exclusivamente a inadimplência, os write-offs devem ser efetuados após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

h) Outros Valores e Bens - Compostos basicamente por Bens não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, produtos desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros e comissões pagas aos revendedores na concessão de financiamento ou leasing de veículos.

i) Investimentos - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações contábeis das subsidiárias no exterior adaptadas aos critérios contábeis vigentes em nossos países e convertidas para reais. Os demais estão registrados pelo valor de custo e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Os ágio originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura (10 anos) ou por sua realização.

j) Imobilizado de Uso - Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo corrigido e às seguintes taxas anuais:

Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Sistemas de Segurança, Transporte e Comunicação	10% a 20%
Imóveis de Uso	4% a 8%
Benefícios em Imóveis de Terceiros	Até 10%
Sistema de Processamento de Dados	20% a 50%

k) Imobilizado de Arrendamento Mercantil - Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil útil, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda.

NOTA 4 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	31/12/2015	Total	%
Aplicações no Mercado Aberto	201.968.433	66.863.431	3.403	10.649.055	279.484.322	74,5	266.182.785	70,4	
Posição Bancada (*)	1.563.253	13.007.816	--	10.630.419	25.201.488	6,7	20.374.592	5,4	
Posição Financiada	190.938.724	19.022.363	3.403	18.636	209.983.126	56,0	207.708.560	54,9	
Posição Vendida	9.466.456	34.833.252	--	44.299.708	88.599.416	11,8	38.099.633	10,1	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.354.212	11.370.816	39.925.154	32.584.375	95.234.557	25,5	112.373.852	29,6	
Total	213.322.645	78.234.247	39.928.557	43.233.430	374.718.879	100,0	378.556.637	100,0	
% por prazo de vencimento	56,9	20,9	10,7	11,5					
Total - 31/12/2015	223.836.862	69.516.209	34.346.150	50.857.416	378.556.637				
% por prazo de vencimento	59,1	18,4	9,1	13,4					

(*) Inclui R\$ 3.289.361 (R\$ 7.783.801 em 31/12/2015) referente a Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e BACEN.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado Refletida no:												Acima de	Valor de
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	720 dias	720 dias	Valor de Mercado	
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	71.292.668	360.383	190.737	71.843.788	21,9	3.581.511	1.262.190	3.120.162	1.829.796	15.016.367	47.033.762	76.485.329		
Letras Financeiras do Tesouro	4.981.301	(629)	(202)	4.980.470	1,5	--	1.245.990	--	318.517	882.327	2.533.636	7.987.447		
Letras do Tesouro Nacional	17.581.881	53.131	56.319	17.691.331	5,4	668.541	--	229.993	881.074	11.552.285	4.369.438	18.078.477		
Notas do Tesouro Nacional	28.206.215	272.112	78.849	28.557.176	8,7	69.121	16.112	2.890.110	629.791	2.580.309	22.371.733	31.364.112		
Tesouro Nacional/Securitização	218.358	(232)	11.158	229.284	0,1	--	--	88	59	414	242	228.485	214.585	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	20.304.913	36.001	44.613	20.385.527	6,2	2.853.849	--	--	--	1.204	17.530.474	18.840.708		
TÍTULOS PÚBLICOS - OUTROS PAÍSES	1.422.794	(441)	11	1.422.364	0,4	--	6.471	487.231	--	889.628	39.034	5.371.091		
Argentina	24.578	(54)	--	24.524	--	--	6.471	--	--	24	18.029	749		
Chile	810	(15)	--	795	--	--	--	--	--	--	795	--		
Colômbia	642	21	--	663	--	--	--	--	--	--	663	242		
Coreia do Sul	649.069	--	--	649.069	0,2	--	--	--	--	649.069	--	1.625.651		
Dinamarca	487.231	--	--	487.231	0,1	--	--	487.231	--	--	--	2.548.471		
Espanha	240.535	--	--	240.535	0,1	--	--	--	--	240.535	--	1.059.940		
México	5.586	(329)	--	5.257	--	--	--	--	--	--	5.257	--		
Paraguai	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	121.109		
Uruguai	13.283	(25)	--	13.258	--	--	--	--	--	--	13.258	14.909		
Outros	1.060	(39)	11	1.032	--	--	--	--	--	--	1.032	20		
TÍTULOS DE EMPRESAS	217.028.684	(102.168)	(664.548)	216.261.968	65,7	19.010.898	2.499.089	2.297.592	4.041.916	5.240.234	183.172.239	243.089.423		
Euro Bonds e Assemelhados	7.386.973	3.874	42.704	7.433.551	2,3	451.852	983.001	451.357	1.510.338	2.256.425	1.780.578	10.722.312		
Ações	1.597.689	(104.316)	63.536	1.556.909	0,5	1.556.909	--	--	--	--	--	1.747.594		
Debêntures (1)	168.422.825	(2.741)	(572.716)	167.847.368	50,9	206.270	156.351	835.788	794.555	1.901.921	163.953.383	187.684.482		
Nota Promissória	2.191.470	--	(17.877)	2.173.593	0,7	152.898	85.165	135.098	1.358.511	128.910	313.011	991.065		
Cédula do Produtor Rural	1.476.980	--	(52.034)	1.424.946	0,4	107.231	44.073	217.728	107.728	65.518	882.668	1.129.526		
Cotas de Fundos	15.906.646	1.749	(63.138)	15.845.257	4,8	15.845.257	--	--	--	--	--	16.469.531		
Direito Creditório	1.234.395	--	--	1.234.395	0,4	1.234.395	--	--	--	--	--	869.754		
Renda Fixa	14.545.066	1.106	(61.067)	14.485.105	4,4	14.485.105	--	--	--	--	--	15.403.383		
Renda Variável	127.185	643	(2.071)	125.757	--	125.757	--	--	--	--	--	196.394		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	16.637.540	--	(55.461)	16.582.079	5,0	--	--	211.093	188.025	455.244	15.727.717	17.683.690		
Letras Financeiras	2.822.033	--	(6.115)	2.815.918	0,9	690.481	1.191.231	431.475	69.615	433.116	--	6.763.256		
Outros	586.528	(734)	(3.447)	582.347	0,2	--	39.268	15.053	13.144	--	514.882	387.997		
SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	289.744.146	257.774	(473.800)	289.528.120	87,9	22.592.409	3.767.750	5.904.985	5.871.712	21.146.229	230.245.035	324.945.843		
Títulos para Negociação	85.993.923	257.774	--	86.251.697	26,2	6.742.108	729.854	2.400.120	1.770.882	3.788.265	70.820.468	104.755.365		
Títulos Disponíveis para Venda	168.894.970	--	(473.800)	168.421.170	51,1	14.911.814	3.037.896	3.293.772	3.865.596	8.742.172	134.569.920	182.325.691		
Títulos Mantidos até o Vencimento (2)	34.855.253	--	--	34.855.253	10,6	938.487	--	211.093	235.234	8.616.792	24.864.942	37.864.787		
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	26.860.796	13.119.380	--	39.980.176	12,1	5.597.467	3.416.431	3.791.681	5.880.490	10.703.863	10.590.244	31.200.823		
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) EM 31/12/2016	316.604.942	13.377.154	(473.800)	329.508.296	100,0	28.189.876	7.184.181	9.696.666	11.752.202	31.850.092	240.835.279	356.146.666		
% por prazo de vencimento						8,6%	2,2%	2,9%	3,6%	9,7%	73,0%			
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PASSIVO) EM 31/12/2016	(41.707.637)	6.189.228	--	(35.518.409)	100,0	(6.374.547)	(3.578.229)	(3.674.858)	(5.122.308)	(6.487.542)	(10.280.925)	--		
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) EM 31/12/2015	357.539.250	239.959	(1.632.543)	356.146.666	100,0	31.577.616	5.441.672	8.120.128	21.099.684	22.543.158	267.364.408			
% por prazo de vencimento						8,9%	1,5%	2,3%	5,9%	6,3%	75,1%			
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PASSIVO) EM 31/12/2015	(31.253.655)	(12.621.108)	--	(43.874.763)	100,0	(4.247.276)	(4.684.316)	(5.218.780)	(7.451.323)	(10.905.156)	(11.367.912)			

(1) Inclui basicamente títulos emitidos pela Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; (2) Os títulos classificados nesta categoria, se avaliados a valor de mercado, apresentariam um ajuste negativo no valor de R\$ 181.075 (R\$ 3.456.078) em 31/12/2015.

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A globalização dos mercados nos últimos anos proporcionou um crescente nível de sofisticação dos produtos financeiros utilizados. Como consequência deste processo, houve uma crescente demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Itaú Unibanco e suas controladas operam nos mercados derivativos, tanto no atendimento às crescentes necessidades de seus clientes, como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização dos instrumentos derivativos como forma de minimização dos riscos resultantes das operações comerciais e financeiras.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

As operações de derivativos efetuadas pelo Itaú Unibanco e suas controladas junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

Os contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, todas registradas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, New York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição. Ressaltamos, também, que na carteira da instituição não existem operações estruturadas com base em ativos *subprime* e todas estas operações são baseadas em fatores de risco negociados em bolsa.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31/12/2016 eram relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros, commodities, cupons de dólar e de TR, LIBOR e renda variável. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco de mercado está apoiado em modelos determinísticos e estatísticos sofisticados. Com base neste modelo de gestão, a instituição tem conseguido, com a utilização de operações

envolvendo derivativos, otimizar a relação risco-retorno mesmo em situações de grande volatilidade.

A maioria dos derivativos da carteira da instituição é negociada em bolsa. Para estes derivativos são utilizados os preços divulgados pelas próprias bolsas, exceto em casos em que se identifique baixa representatividade do preço por liquidez de seu contrato específico. Os derivativos tipicamente apreçados desta forma são os contratos futuros. Da mesma forma, existem outros instrumentos que possuem cotações (preços justos) diretamente divulgados por instituições independentes e que são apreçados utilizando estas informações diretas. Caem nesta situação grande parte dos títulos públicos brasileiros, títulos (públicos e privados) internacionais de alta liquidez e ações.

Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e os títulos pouco líquidos.

O valor total das margens dadas em garantia era de R\$ 752.623 (R\$ 1.972.747 em 31/12/2015) e estava composto basicamente por Títulos Públicos.

I - Derivativos por Indexador

	Conta de Compensação Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebe) (A Pagar)/Pago	Ajustes a Valor de Mercado (no Resultado)		Valor de Mercado	
	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contratos de Futuros	580.894.433	503.439.587	62.569	88.054	150.623	728.637	728.637
Compromissos de Compra	174.847.010	171.426.674	(235.566)	86.256	(149.310)	1.325.657	1.325.657
Moeda Estrangeira	27.577.323	31.078.624	(24.916)	83.848	58.932	666.605	666.605
Mercado Interfinanceiro	109.176.617	88.123.000	1.354	(386)	968	(36.829)	(36.829)
Índices	25.553.557	46.645.853	(211.911)	2.795	(209.116)	695.992	695.992
Títulos	12.520.337	5.507.537	(17)	(1)	(18)	24	24
Commodities	19.176	44.665	(76)	—	(76)	9	9
Outros	—	26.995	—	—	—	—	(144)
Compromissos de Venda	406.047.423	332.012.913	298.135	1.798	299.933	(597.020)	(597.020)
Moeda Estrangeira	68.483.602	121.530.391	2.639	1.457	4.096	(76.628)	(76.628)
Mercado Interfinanceiro	194.032.743	174.987.811	(10.610)	(280)	(10.890)	48.394	48.394
Índices	133.185.712	29.264.152	305.928	623	306.551	(568.487)	(568.487)
Títulos	10.274.881	6.198.604	48	(2)	46	(176)	(176)
Commodities	56.754	31.955	116	—	116	(123)	(123)
Outros	13.731	—	14	—	14	—	—
Contratos de Swaps	236.327.582	270.200.532	(14.970.939)	(594.740)	(15.565.679)	(381.319)	(381.319)
Posição Ativa	91.243.618	96.852.709	4.618.904	1.633.436	6.252.340	14.933.754	14.933.754
Moeda Estrangeira	55.381.483	58.460.902	1.165.475	(30.506)	1.134.969	10.515.484	10.515.484
Mercado Interfinanceiro	26.976.069	35.060.470	1.885.067	17.899	1.902.966	1.214.530	1.214.530
Prefixados	3.585.205	6.524.340	553.607	900.334	1.453.941	1.660.644	1.660.644
Pós-Fixados	59.115.551	73.282.987	34.057	788.744	822.801	412.109	412.109
Índices	4.876	3.559	980.386	(43.049)	937.337	890.298	890.298
Títulos	20.780	15.565	—	—	—	60	60
Commodities	—	—	—	—	—	—	—
Outros	251.298.521	271.548.553	(19.589.843)	(2.228.176)	(21.818.019)	(15.075.073)	(15.075.073)
Posição Passiva	21.407.153	32.768.045	(916.863)	(3.222)	(920.085)	(5.841.677)	(5.841.677)
Moeda Estrangeira	57.228.876	87.052.798	(4.992.728)	36.022	(4.966.646)	(1.396.122)	(1.396.122)
Mercado Interfinanceiro	137.759.848	107.938.489	(10.772.329)	(1.014.642)	(11.786.971)	(4.823.783)	(4.823.783)
Prefixados	3.797.352	5.366.731	(24.463)	(806.809)	(831.272)	(544.479)	(544.479)
Pós-Fixados	30.811.038	38.189.010	(2.872.564)	(430.869)	(3.303.433)	(2.445.407)	(2.445.407)
Índices	20.439	63.769	(10.458)	1.511	(8.947)	(23.605)	(23.605)
Títulos	25.936	15.481	(438)	—	(665)	—	—
Commodities	13.830	154.230	—	—	—	—	—
Outros	825.752.835	453.897.639	(266.882)	19.683.977	19.417.095	(14.106.282)	(14.106.282)
De Compra - Posição Comprada	138.154.060	37.037.403	1.091.694	(618.096)	473.598	1.479.884	1.479.884
Moeda Estrangeira	36.806.888	26.089.024	966.042	(615.777)	350.265	1.419.656	1.419.656
Mercado Interfinanceiro	1.247.053	5.115.342	1.173	20.093	21.266	20.969	20.969
Índices	99.867.639	5.369.901	108.814	(14.968)	93.846	25.563	25.563
Títulos	62.941	104.841	1.038	(293)	745	—	—
Commodities	169.539	368.295	14.627	(7.151)	7.476	13.696	13.696
Outros	283.496.354	190.914.455	14.275.443	11.929.759	26.205.202	4.562.084	4.562.084
De Venda - Posição Comprada	182.928.691	150.310.315	14.139.141	11.955.234	26.094.375	4.403.125	4.403.125
Moeda Estrangeira	7.357.301	12.347.369	5.948	(1.601)	4.347	203	203
Mercado Interfinanceiro	91.982.394	27.720.339	99.638	(5.058)	94.580	138.410	138.410
Índices	1.148.706	409.614	27.149	(18.699)	8.450	11.948	11.948
Títulos	79.262	126.818	3.567	(117)	3.450	8.398	8.398
Commodities	268.288.526	163.058.717	(14.364.557)	8.944.007	(5.420.550)	(19.527.698)	(19.527.698)
Moeda Estrangeira	185.037.755	152.537.307	(14.208.002)	8.912.653	(5.295.339)	(19.433.794)	(19.433.794)
Mercado Interfinanceiro	94.534	5.145.727	16	(100)	(84)	(50.591)	(50.591)
Índices	83.084.336	5.252.771	(154.596)	31.250	(123.346)	(36.929)	(36.929)
Títulos	33.177	586	(1.304)	—	(1.353)	—	—
Commodities	18.724	122.326	(555)	129	(428)	(6.384)	(6.384)
Outros	135.833.895	62.887.064	(1.269.462)	(571.693)	(1.841.155)	(620.552)	(620.552)
De Venda - Posição Vendida	28.176.656	26.091.569	(1.114.002)	(623.802)	(1.737.804)	(402.180)	(402.180)
Moeda Estrangeira	3.260.492	6.360.104	(8.662)	2.125	(6.537)	(16)	(16)
Mercado Interfinanceiro	104.173.664	30.173.426	(129.651)	46.877	(82.774)	(170.113)	(170.113)
Índices	32.366	1.485	(681)	570	(11)	—	—
Títulos	190.717	260.480	(16.466)	2.537	(13.929)	(48.229)	(48.229)
Commodities	11.983.429	18.717.728	—	(1.102)	(1.102)	654.852	654.852
Operações a Termo	941.448	507.825	947.048	324	947.372	508.585	508.585
Compras a Receber	395.052	154.166	401.092	(229)	400.863	154.113	154.113
Prefixados	546.396	353.502	545.956	553	546.509	353.917	353.917
Pós-Fixados	—	157	—	—	—	555	555
Títulos	—	398	(947.048)	—	(947.048)	(508.126)	(508.126)
Commodities	—	—	(401.092)	—	(401.092)	(154.082)	(154.082)
Outros	—	—	(545.956)	—	(545.956)	(353.490)	(353.490)
Vendas a Receber	6.937.560	11.988.414	2.556.628	6	2.556.634	975.170	975.170
Mercado Interfinanceiro	4.386.966	11.069.812	—	6	6	68.976	68.976
Prefixados	2.250.232	152.638	2.256.573	—	2.256.573	157.333	157.333
Pós-Fixados	300.362	163.707	300.055	—	300.055	163.640	163.640
Títulos	4.104.421	6.922.577	—	(1.432)	(2.558.060)	(320.777)	(320.777)
Commodities	4.104.421	6.221.091	(2.556.628)	(1.608)	(1.608)	(812)	(812)
Outros	—	—	(2.256.573)	366	(2.256.207)	(157.155)	(157.155)
Pós-Fixados	—	—	(300.055)	(190)	(300.245)	(162.810)	(162.810)
Índices	9.358.506	7.977.507	(1.993)	14.199	12.206	7.037	7.037
Moeda Estrangeira	3.875.070	3.619.750	187.205	(55.667)	131.538	564.084	564.084
Mercado Interfinanceiro	5.483.436	4.357.757	(189.198)	69.866	(119.332)	(557.047)	(557.047)
Prefixados	100.945.895	128.093.779	607.896	62.472	670.370	474.224	474.224
Pós-Fixados	57.601.481	64.248.710	76.553.210	3.131.763	3.131.763	3.782.030	3.782.030
Títulos	57.323.069	63.830.078	3.036.967	75.339	3.112.306	3.735.030	3.735.030
Commodities	72.315	—	894	—	894	—	—
Outros	206.097	418.640	17.349	1.214	18.563	47.000	47.000
Moeda Estrangeira	43.344.414	61.845.061	(2.447.312)	(14.081)	(2.461.393)	(3.307.806)	(3.307.806)
Mercado Interfinanceiro	43.073.444	61.692.831	(2.420.072)	(16.426)	(2.436.498)	(3.296.940)	(3.296.940)
Índices	26.594	—	(195)	—	(195)	—	—
Commodities	244.376	152.230	(27.045)	2.345	(24.700)	(10.868)	(10.868)
Outros	1.493.459	1.076.417	(325.136)	60.530	(254.606)	(190.148)	(190.148)
Moeda Estrangeira	923.459	1.106.417	18.453	69.793	88.246	355.214	355.214
Mercado Interfinanceiro	570.000	570.000	(343.589)	(9.263)	(352.852)	(545.362)	(545.362)
Prefixados	1.174.501	11.629.410	47.642	(4.782)	42.860	139.059	139.059
Pós-Fixados	1.174.501	11.629.410	47.642	(4.782)	42.860	3.551.381	3.551.381
Títulos	—	10.165.165	—	—	—	3.416.671	3.416.671
Commodities	—	1.464.245	—	—	—	134.710	134.710
Outros	—	—	—	—	—	—	—
Verificação de Swap	1.174.501	11.629.410	47.642	(4.782)	42.860	3.551.381	3.551.381
Moeda Estrangeira	—	10.165.165	—	—	—	3.416.671	3.416.671
Prefixados	1.174.501	11.629.410	47.642	(4.782)	42.860	3.551.381	3.551.381
Pós-Fixados	—	—	—	—	—	—	—
Títulos	—	—	—	—	—	—	—
Commodities	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—
Verificação de Swap	1.174.501	11.629.410	47.642	(4.782)	42.860	3.551.381	3.551.381
Moeda Estrangeira	—	10.165.165	—	—	—	3.416.671	3.416.671
Prefixados	1.174.501	11.629.410	47.642	(4.782)	42.860	3.551.381	3.551.381
Pós-Fixados	—	—	—	—	—	—	—
Títulos	—	—	—	—	—	—	—
Commodities	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—
Verificação de Swap	1.174.501	11.629.410	47.642	(4.782)	42.860	3.551.381	3.551.381
Moeda Estrangeira	—	10.165.165	—	—	—	3.416.671	3.416.671
Prefixados	1.174.501	11.629.410	47.642	(4.782)	42.860	3.551.381	3.551.

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

II - Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes:

	Futuros	Swaps	Opções	Termo	Derivativos de Crédito	Forwards	Verificação Swap	Outros
BM&F/Bovespa	365.475.535	37.974.176	419.230.273	8.491.387	---	---	---	---
Balcão	215.418.898	193.734.502	406.522.562	3.492.042	9.358.506	100.945.895	1.493.459	1.174.501
Instituições Financeiras	215.418.898	104.153.777	392.886.284	757.757	9.358.506	79.711.774	---	1.174.501
Empresas	---	30.076.481	13.046.097	2.734.285	---	21.168.427	1.493.459	---
Pessoas Físicas	---	59.504.244	590.181	---	---	65.694	---	---
Total - 31/12/2016	580.894.433	231.708.678	825.752.835	11.983.429	9.358.506	100.945.895	1.493.459	1.174.501
Total - 31/12/2015	503.439.587	258.610.218	453.897.639	18.717.728	7.977.507	126.093.779	1.676.417	11.629.410

III - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito (Ativos e Passivos), demonstrada pelo seu valor referencial.

	Valor Referencial	31/12/2016	31/12/2015	Estratégias	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Transferidos	3.875.070	3.619.750	---	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	93.804.279	(2.479.977)	95.302.890	81.086.279
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:	---	---	---	Hedge de Empréstimos Sindicalizados	6.844.110	(45.592)	6.844.110	8.200.080
Títulos e Valores Mobiliários	3.875.070	3.619.750	---	Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	---	---	---	---
Recebidos	(5.483.436)	(4.357.757)	---	Compromissos Fírmes	---	---	1.124.582	16.033
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:	---	---	---	Hedge de Operações Ativas	24.167.833	311.932	26.495.381	7.405.168
Títulos e Valores Mobiliários	(5.483.436)	(4.357.757)	---	Hedge de Compromissadas Ativas	2.546.108	24.062	2.523.771	---
Total	(1.608.366)	(738.007)	---	Total	127.362.330	(2.189.575)	97.816.109	3.267.249

IV - Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

I - Fluxo de Caixa - o objetivo deste hedge do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB, Empréstimos Sindicalizados/Operações Ativas e Captações) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CD/LIBOR/Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, Selic e Taxas de câmbio.

II - A seguir, apresentamos quadro com o prazo de vencimento das estratégias de Hedge Fluxo de Caixa.

	0-1 anos	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	34.975.681	32.329.613	11.701.155	6.961.916	7.400.399	435.515	---	93.804.279
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	6.844.110	---	---	---	---	---	---	6.844.110
Hedge de Operações Ativas	4.627.346	13.718.433	4.889.852	---	932.202	---	---	24.167.833
Hedge de Compromissadas Ativas	---	---	1.465.380	917.839	162.889	---	---	2.546.108
Total	46.447.137	46.048.046	18.056.387	7.879.755	8.495.490	435.515	---	127.362.330

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

	0-1 anos	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	15.772.631	30.132.393	25.262.478	6.004.001	1.297.685	2.617.091	---	81.086.279
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	---	8.200.080	---	---	---	---	---	8.200.080
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	1.124.582	---	---	---	---	---	---	1.124.582
Hedge de Operações Ativas	---	4.627.345	2.777.823	---	---	---	---	7.405.168
Total	16.897.213	42.959.816	28.040.301	6.004.001	1.297.685	2.617.091	---	97.816.109

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

c) Evolução do Ajuste a Valor de Mercado do Período

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Saldo Inicial	(10.672.021)	421.593
Ajustes com efeitos no:		
Resultado	31.947.531	(12.354.474)
Títulos para Negociação	1.044.333	(413.359)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)	30.903.198	(11.941.115)
Patrimônio Líquido	(4.372.503)	1.260.860
Disponível para Venda	1.158.743	(1.161.877)
Hedge Contábil (Futuro)	(5.531.246)	2.422.737
Saldo Final	16.903.007	(10.672.021)
Ajuste a Valor de Mercado	16.903.007	(10.672.021)
Títulos para Negociação	257.774	(786.559)
Títulos Disponíveis para Venda	(473.800)	(1.632.543)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)	17.119.033	(8.252.919)
Para Negociação	19.308.608	(11.594.590)
Hedge Contábil (Futuro)	(2.189.575)	3.341.671

d) Resultado Realizado na Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro (Prejuízo) - Títulos para Negociação	967.403	(1.583.370)
Lucro (Prejuízo) - Títulos Disponíveis para Venda	(187.097)	(1.144.954)
Lucro (Prejuízo) - Derivativos	(9.603.267)	6.935.784
Lucro (Prejuízo) - Variação Cambial Investimentos no Exterior	(3.488.110)	6.846.550
Total	(12.311.071)	11.054.010

Durante o exercício findo em 31/12/2016 o ITAÚ UNIBANCO reconheceu R\$ 782.114 de perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e R\$ 739.898 de perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento, registrado na demonstração do resultado na linha "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos".

e) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários (artigo 5º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN) A Administração determina diretrizes para a classificação de Títulos e Valores Mobiliários. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços trimestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria "Mantidos até o Vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação. No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	31/12/2015
Operações de Crédito	156.529.966	41.483.621	13.473.445	11.342.161	8.048.734	5.313.877	3.858.839	3.199.483	8.682.161	251.932.287	281.960.093
Empréstimos e Títulos Descontados	51.901.599	35.972.739	9.829.025	9.860.804	5.306.095	4.008.799	2.477.647	2.635.357	7.332.402	128.424.467	142.867.587
Operações com Cartões de Crédito	---	386.112	14.505	13.419	6.664	5.756	5.257	4.762	40.010	476.485	546.071
Financiamentos	51.032.408	3.879.418	2.158.106	1.443.386	1.935.820	911.542	1.154.649	467.943	836.969	63.820.241	83.820.216
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	8.567.268	987.911	610.964	123.362	156.901	141.234	303	1.882	52.792	10.642.617	9.651.124
Financiamentos Imobiliários	45.028.691	257.441	860.845	801.190	643.254	246.546	220.983	89.539	419.988	48.568.477	45.565.095
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Nota 6d)	158	4.092	765	1.153	494	169	159	107	1.959	9.056	39.011
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	3.714.020	614.174	263.025	106.099	72.377	138.154	4.374	17.626	4.929.849	4.119.550	4.119.550
Outros Créditos - Diversos (Nota 10a) (2)	19.743	1.445.899	96	5.622	15.783	3.419	8.601	1.104	365.151	1.865.454	3.450.419
Total Operações com Características de Concessão de Crédito	160.263.887	43.547.782	13.737.331	11.455.075	8.137.388	5.455.619	3.871.973	3.200.694	9.067.897	258.737.646	289.589.073
Avais e Fianças (3)	---	---	---	---	---	---	---	---	---	68.185.288	73.726.882
Total com Avais e Fianças	160.263.887	43.547.782	13.737.331	11.455.075	8.137.388	5.455.619	3.871.973	3.200.694	9.067.897	326.922.934	363.315.955
TOTAL EM 31/12/2015	182.783.040	48.858.417	16.671.197	12.792.946	12.239.794	3.129.829	2.345.203	2.084.982	8.683.665	289.589.073	---

(1) Composto por Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Importação Financiamento - Câmbio Contratado, contabilizados em Outros Créditos/Obrigações - Carteira de Câmbio (Nota 7); (2) Composto por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Bens e Avais e Fianças Honorários; (3) Contabilizados em Contas de Compensação.

b) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Parcelas Vincendas	--	--	1.105.044	1.023.640	1.034.174	755.723	746.151	1.073.897	3.420.185	9.159.174	3,6%
01 a 60	--	--	59.817	73.057	90.828	56.106	49.523	66.575	255.526	651.432	0,3%
61 a 90	--	--	25.163	30.875	33.561	23.900	20.733	30.787	119.201	284.220	0,1%
91 a 180	--	--	66.430	84.974	91.875	66.156	59.220	87.295	331.691	787.641	0,3%
181 a 365	--	--	115.058	147.919	180.663	124.270	115.380	162.170	628.961	1.474.421	0,6%
Acima de 365	--	--	838.936	686.815	637.247	486.291	501.295	727.070	2.844.806	5.961.460	2,3%
Parcelas Vencidas	--	--	136.908	237.514	467.914	304.622	338.947	624.951	3.604.025	5.714.981	2,2%
01 a 60	--	--	136.908	225.490	254.241	148.049	100.366	175.801	495.802	1.536.657	0,6%
61 a 90	--	--	--	8.784	200.602	49.269	66.539	87.514	297.794	710.502	0,3%
91 a 180	--	--	--	3.340	13.071	102.555	160.631	345.052	928.343	1.552.992	0,6%
181 a 365	--	--	--	--	--	4.749	11.411	16.584	1.809.351	1.842.095	0,7%
Acima de 365	--	--	--	--	--	--	--	--	72.735	72.735	0,0%
Sub Total	--	--	1.242.312	1.261.254	1.502.088	1.060.345	1.085.098	1.698.848	7.024.210	14.874.155	5,8%

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12/2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

c) Composição por Setores de Atividade

	31/12/2016	31/12/2015
Setor Público	2.648.814	2.854.612
Setor Privado	256.088.832	286.734.461
Pessoa Jurídica	171.893.875	203.055.862
Pessoa Física	84.194.957	83.678.599
TOTAL	258.737.646	289.589.073

	31/12/2016	31/12/2015
d) Composição do Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro		
Operações de Arrendamento Financeiro	1.606	3.314
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	159.553	287.597
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(157.947)	(284.293)
Outros Valores e Bens - Bens Reintegrados	77	77
Imobilizado de Arrendamento Mercantil	42.242	180.934
Bens Arrendados	40.750	177.362
Veículos	40.750	177.356
Perdas em Andamento a Amortizar	-	6
Depreciação Acumulada	1.492	3.572
(Depreciação Acumulada)	(40.716)	(169.772)
Superveniência de Depreciação	42.208	173.344
(Credores por Antecipação do Valor Residual)	(34.869)	(145.314)
TOTAL	9.056	39.011

f) Recuperação e Renegociação de Créditos

I - No exercício foram recuperados créditos baseados (write-off) contra a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 2.001.349 (R\$ 2.982.136 de 01/01 a 31/12/2015), que se encontram registrados em Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

II - Em 31/12/2016 o saldo de créditos renegociados totalizava R\$ 12.136.062 (R\$ 12.097.004 31/12/2015), sendo a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 5.789.045 (R\$ 4.655.491 em 31/12/2015).

g) Operações de Venda ou Transferência e Aquisições de Ativos Financeiros

I. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente à época com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não dos riscos e benefícios, o montante em 31/12/2016 das operações cedidas com coobrigação onde a entidade reteve substancialmente os riscos e benefícios das operações cedidas é de R\$ 134.359 (R\$ 170.958 em 31/12/2015), composto por operações de Crédito Imobiliário R\$ 124.205 (R\$ 159.083 em 31/12/2015) e Crédito Rural R\$ 10.154 (R\$ 11.875 em 31/12/2015).

II. A partir de Janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução 3.533/08, de 31/01/2008, do CMN e normatizações complementares, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

Abaixo, composição das Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros com retenção de riscos e benefícios.

Natureza da Operação	31/12/2016				31/12/2015			
	Ativo	Passivo (1)	Ativo	Passivo (1)	Ativo	Passivo (1)	Ativo	Passivo (1)
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Crédito Imobiliário	2.924.996	2.822.697	2.920.302	2.818.003	2.647.276	2.624.626	2.646.088	2.623.438
Capital de Giro	2.767.733	2.767.733	2.767.520	2.767.520	2.849.333	2.849.333	2.849.273	2.849.273
Veículos (2)	-	-	3.155	3.155	-	-	-	-
Crédito PJ (2)	-	-	5.862	5.862	-	-	-	-
Total	5.692.729	5.590.430	5.696.839	5.594.540	5.496.609	5.473.959	5.495.361	5.472.711

(1) Rubrica Outras Obrigações Diversas; (2) Cessão de Operações que já estavam baixadas a prejuízo.

As operações de venda ou transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios totalizam R\$ 4.287.801 (R\$ 1.291.480 em 31/12/2015) com efeito no resultado de R\$ 65.030 (R\$ 489 de 01/01 a 31/12/2015), líquido da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Em 31/12/2016 foi realizada transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios entre empresas ligadas, referente as operações consideradas pela Administração como de expectativa de recuperação remota.

A carteira no montante de R\$ 4.902.698, integralmente baixada para prejuízo, foi realizada pelo valor de R\$ 15.437 de acordo com laudo de avaliação externo.

As aquisições de carteiras de créditos com retenção de riscos do cedente realizadas durante o ano de 2016 totalizam R\$ 435.102 (R\$ 1.379.833 durante o período de 2015).

NOTA 7 - CARTEIRA DE CÂMBIO

ATIVO - OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2016	31/12/2015
Câmbio Comprado a Liquidar - ME	47.155.117	63.735.841
Direitos sobre Vendas de Câmbio - MN	25.122.002	33.844.536
(Adiantamentos Recebidos) - MN	22.288.271	29.973.901
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	(343.251)	(254.426)
TOTAL	88.094	171.829

PASSIVO - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2016	31/12/2015
Câmbio Vendido a Liquidar - ME	42.689.761	59.080.646
Obrigações por Compras de Câmbio - MN	21.790.540	29.124.122
(Adiantamento sobre Contratos de Câmbio e Importação Financeiro - Câmbio Contratado)	25.734.340	33.875.838
Outras	(4.841.746)	(3.928.952)
TOTAL	84.372.895	119.111.654

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos Abertos para Importação - ME	302.358	525.116
Créditos de Exportação Confirmados - ME	435.796	473.971
TOTAL	738.154	999.087

NOTA 8 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Resumo

	31/12/2016						31/12/2015					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Depósitos	179.572.421	11.859.648	18.520.121	205.947.772	415.899.962	40,3	405.393.238	37,2	405.393.238	37,2	405.393.238	37,2
Captações no Mercado Aberto	264.816.884	19.403.085	54.593.784	124.215.822	463.029.575	44,9	483.016.841	44,4	483.016.841	44,4	483.016.841	44,4
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.691.756	12.921.058	13.475.651	27.934.262	57.022.727	5,5	64.346.395	5,9	64.346.395	5,9	64.346.395	5,9
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	2.091.652	21.296.016	14.352.649	26.291.034	64.031.351	6,2	97.390.548	8,9	97.390.548	8,9	97.390.548	8,9
Dividas Subordinadas	600.659	8.153.580	1.642.109	16.018.790	26.415.138	2,6	34.479.932	3,2	34.479.932	3,2	34.479.932	3,2
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	121.998	1.564.641	363.662	3.186.452	5.236.753	0,6	3.944.973	0,4	3.944.973	0,4	3.944.973	0,4
Total	449.895.370	75.198.028	102.947.976	403.594.132	1.031.635.506	100,0	1.088.571.927	100,0	1.088.571.927	100,0	1.088.571.927	100,0
% por prazo de vencimento	43,6	7,3	10,0	39,1								
Total - 31/12/2015	470.253.923	95.014.967	95.549.818	427.753.219	1.088.571.927							
% por prazo de vencimento	43,2	8,7	8,8	39,3								

(*) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financejamento à Exportação e financiamentos à Importação.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2016						31/12/2015					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
RECURSOS DE LETRAS:	2.675.947	12.632.458	12.657.323	26.221.530	54.187.258	87,0	60.268.994	88,4	60.268.994	88,4	60.268.994	88,4
de Crédito Imobiliário	1.815.253	8.232.146	2.782.321	6.349.022	19.178.742	30,8	14.453.509	21,2	14.453.509	21,2	14.453.509	21,2
de Crédito Agronegócio	698.792	3.580.507	4.875.582	6.283.368	15.442.249	24,8	13.774.986	20,2	13.774.986	20,2	13.774.986	20,2
Financeiras	161.902	819.805	4.995.420	13.589.140	19.566.267	31,4	32.040.499	47,0	32.040.499	47,0	32.040.499	47,0
OBRIGAÇÕES POR TVM NO EXTERIOR - Non-Trade Related	15.809	288.600	818.328	1.712.732	2.835.469	4,6	4.077.401	5,9	4.077.401	5,9	4.077.401	5,9
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	121.998	1.564.641	363.662	3.186.452	5.236.753	8,4	3.944.973	5,7	3.944.973	5,7	3.944.973	5,7
Total	2.691.756	12.921.058	13.475.651	27.934.262	62.259.480	100,0	68.291.368	100,0	68.291.368	100,0	68.291.368	100,0
% por prazo de vencimento	4,6	22,7	23,6	49,1								
Total - 31/12/2015	4.053.467	14.895.601	20.672.244	28.670.056	68.291.368							
% por prazo de vencimento	5,8	21,8	30,3	42,1								

c) Dividas Subordinadas

	31/12/2016						31/12/2015					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
CDB	-	929.395	-	929.395	929.395	3,5	7.566.875	21,9	7.566.875	21,9	7.566.875	21,9
Letras Financeiras	600.659	7.224.185	1.642.109	16.018.790	25.485.743	96,5	26.913.057	78,1	26.913.057	78,1	26.913.057	78,1
Total	600.659	8.153.580	1.642.109	16.018.790	26.415.138	100,0	34.479.932	100,0	34.479.932	100,0	34.479.932	100,0
% por prazo de vencimento	2,3	30,9	6,2	60,6								
Total - 31/12/2015	4.591.715	1.494.626	3.658.996	24.734.595	34.479.932							
% por prazo de vencimento	13,3	4,3	10,6	71,7								

Descrição

Nome do Papel/Moeda	Principal Contratado (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo em 31/12/2016
CDB Subordinado - BRL	366.830	2010	2017	IPCA + 7,21% a 7,33%	929.395
				TOTAL	929.395
Letra Financeira Subordinada - BRL	206.000	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	336.902
	3.223.500	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.565.188
	3.650.000			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.801.828
	352.400			IPCA + 6,15% a 7,8%	647.235
	138.000			IGPM + 6,55% a 7,6%	275.922
	500.000	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	506.450
	42.000	2011	2018	IGPM + 7%	64.730
	30.000			IPCA + 7,53% a 7,7%	48.353
	6.973.127	2012	2018	108% a 113% do CDI	7.249.831
	460.645			IPCA + 4,4% a 6,58%	759.921
	3.782.100			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.903.768
	112.000			9,95% a 11,95%	174.359
	2.000	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3.590
	1.000	2012	2019	110% do CDI	1.763
	12.000			11,96%	20.854
	100.500	2010	2020	IPCA + 4,7% a 6,3%	163.330
	1.000			111% do CDI	1.772
	20.000			IPCA + 6% a 6,17%	36.985
	6.000	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	11.063
	2.306.500	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	3.885.314
	20.000			IGPM + 4,63%	26.585
TOTAL EM 31/12/2016				TOTAL	25.485.743
					26.415.138

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

NOTA 9 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A execução das atividades normais do ITAÚ UNIBANCO acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

- Ações Cíveis

As contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais. O ITAÚ UNIBANCO também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos. Os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.857.154 (R\$ 1.997.894 em 31/12/2015), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

As contingências decorrem de ações em que se discutem pretensões direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Trabalhistas de perda provável, cujo risco total estimado é de R\$ 62.378 (R\$ 706.697 em 31/12/2015), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015		
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	4.032.365	5.203.912	117.147	9.353.424	8.349.849	
Saldo Originado da Aquisição de Empresas.....	—	—	—	—	—	—
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3o I).....	(231.787)	(931.095)	—	(1.162.882)	(1.035.443)	—
Subtotal	3.800.578	4.272.817	117.147	8.190.542	7.314.406	
Atualização/Encargos.....	204.712	537.453	—	742.165	724.319	—
Movimentação do Período Refletida no Resultado.....	926.991	2.621.730	(2.674)	3.546.047	2.343.488	—
Constituição (*).....	1.366.604	2.776.101	(925)	4.141.780	3.159.225	—
Reversão.....	(439.613)	(154.371)	(1.749)	(595.733)	(815.737)	—
Pagamento.....	(905.374)	(2.113.627)	—	(3.019.001)	(2.191.672)	—
Subtotal	4.026.907	5.318.373	114.473	9.459.753	8.190.542	
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3o I).....	252.870	942.177	—	1.195.047	1.162.882	—
Saldo Final	4.279.777	6.260.550	114.473	10.654.800	9.353.423	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2016	1.084.627	1.866.166	—	2.950.793		
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2015	1.171.933	1.783.797	—	2.955.730		

(*) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R\$ 408.129 (R\$ 232.966 de 01/01 a 31/12/2015).

Contingências classificadas como passíveis: Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda provável, cujo risco total estimado é de R\$ 9.384.974, estão descritas a seguir:

- INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 3.482.105: defende-se a não incidência do INSS sobre as verbas não remuneratórias, principalmente no que tange às seguintes verbas: participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL - Agio - Dedução - R\$ 1.683.551: discute-se a dedutibilidade do agio na aquisição carteira de clientes e/ou de investimentos com expectativa de rentabilidade futura;
- ISS - Atividades Bancárias - R\$ 872.984: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar;
- IRPJ e CSLL - Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 748.590: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 570.922: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e ou inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão independentemente da probabilidade de perda. As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Obrigação Legal	Provisões	Total	Obrigação Legal	Provisões	Total
Provisões	(Nota 11c)	—	—	—	—	—
Saldo Inicial	2.098.280	2.522.666	4.620.946	3.888.613		
Efeito Alteração do Critério de Consolidação.....	—	—	—	21.735	—	—
Atualização/Encargos.....	167.725	349.656	517.381	458.507	—	—
Movimentação do Período Refletida no Resultado.....	67.993	(53.319)	14.674	340.115	—	—
Constituição.....	160.092	58.008	218.100	747.711	—	—
Reversão.....	(92.099)	(111.327)	(203.426)	(407.596)	—	—
Pagamento.....	—	(57.137)	(57.137)	(88.224)	—	—
Saldo Final	2.333.998	2.761.866	5.095.864	4.620.946		
Depósitos em Garantia	Obrigação Legal	Provisões	Total	Obrigação Legal	Provisões	Total
Saldo Inicial	1.843.043	407.616	2.250.659	2.365.321		
Efeito Alteração do Critério de Consolidação.....	—	—	—	275	—	—
Apropriação de Rendimentos.....	177.803	53.607	231.410	223.433	—	—
Movimentação no Período.....	158.876	15.025	173.901	(338.370)	—	—
Novos Depósitos.....	179.864	22.024	201.888	215.921	—	—
Levantamentos Efetuados.....	(20.988)	(6.999)	(27.987)	(518.514)	—	—
Conversão em Renda.....	—	—	—	(35.777)	—	—
Saldo Final	2.179.722	476.248	2.655.970	2.250.659		

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- INSS - Fator Acidentário de Prevenção (FAP) - R\$ 996.045: discute-se a ilegalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 105.080;
- CSLL - Isonomia - R\$ 647.942: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R\$ 648.411;
- IRPJ - Remuneração Variável dos Sócios x IR 93/97 - R\$ 262.402: Discute-se a inaplicabilidade Instrução Normativa SRF 93-97 na parte que veda a dedução dos valores pagos a título de honorários variáveis para os administradores, na base do lucro real. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 292.565;
- INSS - Fator Acidentário de Prevenção - R\$ 225.688: Adequação do Multiplicador do SAT (Seguro de Trabalho) conforme número de Comunicados de Acidente de Trabalho. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 225.687;
- PIS e COFINS - Anterioridade, Nonagesimal e Irretroatividade - R\$ 164.037: Pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 53.944;
- INSS - INSS x Adicional - R\$ 152.806: Alastar o adicional de 2,5% da contribuição previdenciária para as financeiras e equiparadas. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 149.083;
- PIS e COFINS - JCP - Regime não Cumulativo - R\$ 142.095: Discute-se a incidência do PIS/COFINS (não cumulativo) sobre as receitas de JCP decorrente de participações registradas no ativo permanente. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 135.768.

d) Ativos dados em garantia de Contingências

Em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 689.105 (R\$ 545.487 em 31/12/2015) e está depositado o montante de R\$ 2.667.222 (R\$ 2.560.958 em 31/12/2015).

e) Contas a Receber - Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de passivos contingentes totaliza R\$ 878.065 (R\$ 852.784 em 31/12/2015) (Nota 10a), representado basicamente pela garantia estabelecida em processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

O ITAÚ UNIBANCO, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para os casos de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as determinações estabelecidas pelo CMN e Carta Circular nº 3.429 de 11/02/2010 do BACEN.

f) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aderiu aos PPLs - Programas de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados a esfera municipal, instituídos pelas seguintes leis: Lei nº 5.854, de 27/04/2015 - Rio de Janeiro; Lei nº 9.927, de 22/10/2015 e Decreto Lei nº 26.624, de 26/10/2015 - Salvador; Lei nº 18.181, de 30/11/2015 e Decreto Lei nº 29.275, de 30/11/2015 - Recife; Lei Complementar nº 95, de 19/10/2015 - Curitiba; Lei nº 3.546, de 18/12/2015 - São Paulo; Lei nº 12.457, de 03/10/2016 - Londrina.

Os PPLs promovem a regularização dos débitos referidos nessas leis, decorrentes de créditos tributários e não tributários (constituídos ou não), inclusive os inscritos em dívida ativa, ajudados ou a ajustar.

O efeito líquido dos PPLs no resultado foi de R\$ 13.691, e está refletido em Outras Receitas Operacionais.

NOTA 10 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2016	31/12/2015
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 6a).....	1.866.454	3.450.419
Ativos de Planos de Aposentadoria (*).....	1.110.427	2.177.025
Benefício Definido (Nota 15c IV).....	317.192	223.805
Contribuição Definida (Nota 15d I).....	793.230	1.953.230
Impostos e Contribuições a Compensar.....	2.649.983	2.047.749
Depósitos em Garantia de Programas de Captação de Recursos Internos.....	384	195.000
Valores a Receber do Reembolso de Passivos Contingentes (Nota 9e).....	878.065	852.784
Contribuição Social a Compensar (Nota 11b I).....	586.324	587.152
Devedores Diversos no País e no Exterior.....	1.677.077	1.291.037
Outros.....	1.512.708	1.178.229
TOTAL	10.281.424	11.779.395

(*) Eleitos decorrentes do compromisso com benefícios a empregados calculados em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009.

b) Despesas Antecipadas

	31/12/2016	31/12/2015
Propaganda e Publicidade.....	439.296	449.451
Comissões Vinculadas a Manutenção de Softwares.....	174.802	160.532
Comissões Vinculadas a Operações de Crédito, Seguros e Previdência.....	998	9.575
Outras.....	447.914	408.640
TOTAL	1.063.010	1.028.198

c) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 6gII).....	5.696.839	5.495.361
Créditos Diversos no País e no Exterior.....	2.752.637	2.060.893
Créditos por Recursos a Liberar - Crédito Imobiliário.....	906.590	906.590
Provisões para Pagamentos Diversos.....	322.049	907.329
Provisões de Despesas de Pessoal.....	1.488.338	1.358.948
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria.....	443.452	387.498
Benefício Definido (Nota 15c IV).....	222.327	208.687
Plano de Saúde Pós-emprego (Nota 15e I).....	221.125	178.811
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento.....	859.153	798.778
Provisão para Garantias Prestadas (*).....	1.950.103	922.130
Outras.....	714.114	529.190
TOTAL	15.733.275	13.545.317

(*) Classificadas em Outras Obrigações diversas conforme orientação do BACEN e constituídas sobre operações de avais e fianças registrados em contas de compensação (Nota 6a).

d) Receitas de Prestação de Serviços e Rendimentos de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Serviços de Recebimentos.....	1.697.424	1.728.907
Serviços de Cobrança.....	1.566.076	1.464.934
Serviços de Arrecadações.....	241.348	263.973
Operações de Crédito e Garantias Prestadas.....	2.420.611	2.224.857
Operações de Crédito.....	958.359	924.374
Garantias Prestadas.....	1.462.252	1.300.483
Serviços de Conta Corrente.....	621.222	642.896
Administração de Recursos de Fundos.....	3.431.894	2.282.967
Outros.....	1.104.855	1.141.215
Total de Receitas de Prestação de Serviços	9.276.006	8.020.842
Pacotes de Serviços e Outros.....	5.639.037	4.877.629
Operações de Crédito/Cadastre.....	769.627	911.112
Conta de Depósitos.....	122.249	115.546
Transferência de Recursos.....	171.502	153.748
Rendimentos de Corretagem de Títulos.....	4.621	3.344
Total de Rendimentos de Tarifas Bancárias	6.707.036	6.061.379
TOTAL	15.983.042	14.082.221

e) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração.....	(5.790.659)	(4.819.040)
Benefícios Sociais.....	(2.381.100)	(2.554.406)
Encargos.....	(2.069.707)	(2.091.961)
Subsídio.....	(167.631)	(176.708)
Subtotal	(10.409.097)	(9.642.115)
Plano de Opções de Ações (*).....	(536.759)	(258.231)
Processos Trabalhistas (Nota 9b).....	(2.671.730)	(1.376.740)
TOTAL	(13.567.586)	(11.277.086)

(*) Refere-se a pagamento baseado em ações, a partir de Dezembro de 2014.

f) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Processamento de Dados e Telecomunicações.....	(2.523.294)	(2.648.389)
Instalações.....	(3.426.808)	(3.925.400)
Serviços de Terceiros.....	(1.988.536)	(1.978.740)
Depreciação e Amortização.....	(1.577.697)	(1.452.558)
Propaganda, Promoções e Publicações.....	(736.299)	(752.123)
Segurança.....	(649.159)	(623.971)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(394.645)	(388.509)
Transportes.....	(351.180)	(361.892)
Materiais.....	(155.758)	(187.911)
Vigilância.....	(126.556)	(141.143)
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 14a).....	(3.749)	(3.647)
Outras.....	(528.719)	(390.553)
TOTAL	(12.462.347)	(12.854.896)

g) Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Recuperação de Encargos e Despesas.....	123.486	374.882
Comissões.....	3.817	14.146
Reversão de Provisões Operacionais.....	16.193	85.984
Profit Sharing (*).....	7.304	17.097
Outras.....	225.239	327.040
TOTAL	376.040	819.249

(*) Comissão referente a comercialização de seguros ressarcidas pela ISAR.

h) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Provisões para Ações Cíveis e Fiscais e Previdenciárias.....	(976.835)	(1.383.563)
Comercialização - Cartões de Crédito.....	(425.539)	(355.098)
Despesas com Operações de Vendedor.....	(268.068)	(314.029)
Ressarcimento de Custos Interbancários.....	(304.931)	(280.264)
Maxiconta - Bônus Celular.....	(216.671)	(173.514)
Sinistros.....	(162.127)	(146.497)
Redução do Valor Recuperável dos Ativos (Nota 3n).....	(324.113)	(394.93)
Amortização de Agio de Investimento e Incorporação.....	(140.663)	(82.270)
Ressarcimento a Clientes.....	(153.892)	(132.064)
Outras.....	(1.883.744)	(1.630.272)
TOTAL	(4.856.582)	(4.501.512)

NOTA 11 - TRIBUTOS

a) Compilação das Despesas com Impostos e Contribuições

1. Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as Operações do Período e sobre as Diferenças Temporárias decorrentes de adições e exclusões:

Sobre as Diferenças Temporárias decorrentes de ajustes e exclusões:		
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Devidos sobre Operações do Período		
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	23.663.402	(5.859.717)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(10.648.531)	2.441.744
Acrescimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a III)	688.207	5.099.620
Variação Cambial de Investimentos no Exterior (Nota 11a III)	(1.554.723)	2.933.350
Juros sobre o Capital Próprio	1.190.048	(437.152)
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	280.875	256.302
Outras Despesas Indefinitivas Liquidas das Receitas Não Tributáveis	(285.290)	5.583.295
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.329.414)	15.877.155

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

II - Composição das Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
PIS e COFINS	(3.839.864)	(1.014.013)
ISS	(702.676)	(628.238)
Outros	(260.210)	(237.153)
Total (Nota 3p)	(4.802.750)	(1.879.404)

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior.

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos Investimentos no Exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO realiza operações de derivativos em moeda estrangeira (hedge).

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza, enquanto a variação cambial dos Investimentos no Exterior (registrada no resultado de Instrumentos Financeiros e Derivativos (Nota 5c) e resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 12 II)) não é considerada nas referidas bases, conforme legislação fiscal vigente.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	31/12/2016	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2016
Refletidos no Resultado	40.441.166	(14.296.004)	11.424.949	37.570.111
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.650.402	(3.323.593)	4.587.701	22.914.510
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CS	4.631.191	(201.689)	366.025	4.795.527
Provisões	3.804.516	(1.464.687)	1.805.317	4.145.146
Ações Cíveis	1.640.112	(406.318)	378.571	1.612.365
Ações Trabalhistas	1.556.417	(914.681)	1.249.709	1.891.445
Fiscais e Previdenciárias	603.667	(142.901)	177.037	637.803
Outros	4.320	(787)	—	3.533
Provisão para Participação nos Lucros	1.103.890	(1.103.890)	1.378.166	1.378.166
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	764.798	—	4.244	769.042
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de				
Liquidação Futura	1.379.675	(1.379.675)	51.690	51.690
Provisão Conta Escrow	91.092	(61.022)	824	30.894
Provisão para FCVS	211.131	—	173.768	384.899
Ajuste a Mercado de Títulos para Negociação e				
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.581.816	(5.581.816)	81.493	81.493
Provisão para Imóveis	54.380	(32.389)	40.778	62.769
Agio na Aquisição de Investimento	21.032	—	—	21.032
Outras Provisões Indevidíveis	1.147.243	(1.147.243)	2.934.943	2.934.943
Refletida no Patrimônio Líquido	1.659.620	(1.127.901)	969.468	1.501.187
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis				
para Venda	1.659.620	(1.127.901)	26.285	558.004
Hedge de Fluxo de Caixa	—	—	943.183	943.183
Total (Nota 11b III) (*)	42.100.786	(15.423.905)	12.394.417	39.071.298

Contribuição Social a Compensar Decorrente da

Opção prevista no artigo 8º da Medida Provisória

nº 2.158-35, de 24/08/2001. (Notas 10a e 11b III)

	587.152	(828)	—	586.324
(*) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade. O ITAÚ UNIBANCO enviou requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do § 2º do artigo 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.				

NOTA 12 - ATIVO PERMANENTE

I - Participações em Coligadas e Controladas

Participações em Controladas e Controladas	Saldos em 31/12/2015				Movimentação até 31/12/2016	
Empresas	Valor Patrimonial	Ajuste a	RNR	Ágio	Constituição/ Amortização de Ágio	Dividendos Pagos/ Provisionados (2)
		Critério da Investidora (1)				
No País	70.215.775	(25.471)	61.845	303.563	70.555.712	1.071.994
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	17.406.064	-	-	-	17.406.064	(4.608.208)
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	9.603.529	-	-	-	9.603.529	(1.699.825)
Banco Itaúleasing S.A.	10.065.330	-	-	-	10.065.330	(10.194)
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.864.384	-	-	-	3.864.384	(219.915)
HiperCard Banco Múltiplo S.A. (3)	-	-	-	-	-	(652.509)
Itaúseg Participações S.A.	3.850.096	-	-	-	3.850.096	(293.500)
Banco Itaú Consignado S.A.	1.373.941	(7)	-	-	1.373.934	(906.101)
Provar Negócios de Varejo Ltda.	191.200	-	-	-	191.200	(35.846)
Itaú Vida e Previdência S.A.	1.293.856	-	-	-	1.293.856	-
BSF Holding S.A.	765.129	-	-	299.027	1.064.156	(316.504)
Recovery do Brasil Consultoria S.A. (4)	-	-	-	-	-	(62.433)
Cia. Itaú de Capitalização	322.512	-	-	-	322.512	(2.484)
Banco Itaúcard S.A. (3)	16.691.109	(4.561)	(253)	(2)	16.686.293	655.651
Itaú Corretora de Valores S.A. (3)	943.793	-	-	-	943.793	(213.314)
Outras Participações	3.844.832	(20.910)	62.105	4.538	3.890.565	2
No Exterior	20.843.765	-	-	(152)	20.843.613	1
ITB Holding Ltd.	17.444.011	-	-	-	17.444.011	(10.000)
Banco Itaú Paraguay S.A.	1.639.420	-	-	-	1.639.420	(185.584)
Banco Itaú Argentina S.A.	769.119	-	-	(152)	768.967	(482.067)
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	369.574	-	-	-	369.574	-
Itaú Global Asset Management	73.169	-	-	-	73.169	-
Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Ltda. (3)	378.755	-	-	-	378.755	-
Outras Participações	169.717	-	-	-	169.717	(1.902)
TOTAL GERAL	91.059.540	(25.471)	61.845	303.411	91.399.325	1.071.994
						(5.090.275)

Movimentação até 31/12/2016									
Empresas	Lucro/ Líquido (Prejuízo)	Variação Cambial	Ajuste a Critério da Investidora (1)	RNR	Total	Resultado de Participações em Controladas e Coligadas			
						Ajuste de TVM de Controladas, Coligadas e Outros	Eventos Societários (3)	Saldos em 31/12/2016	Resultado de Participações em Controladas e Coligadas de 01/01 a 31/12/2015
No País	2.497.758	—	5.127	(668)	2.502.217	687.638	777.791	70.987.144	13.314.962
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	(3.657.598)	—	—	—	(3.657.598)	514.396	11.113.371	23.676.408	6.414.084
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	1.007.880	—	—	—	1.007.880	—	909.457	11.510.672	747.192
Banco Itaú Leasing S.A.	1.017.232	—	—	—	1.017.232	14	—	10.862.661	1.415.007
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	991.931	—	—	—	991.931	563	—	4.204.369	979.646
HiperCard Banco Múltiplo S.A. (3)	197.636	—	—	(594)	197.042	—	4.223.390	4.126.932	—
Itaúseg Participações S.A.	1.000.832	—	—	—	1.000.832	73.919	—	4.018.746	1.260.602
Banco Itaú Consignado S.A.	103.633	—	—	—	103.633	—	963.257	2.902.073	225.637
Provar Negócios de Varejo Ltda.	59.216	—	—	—	59.216	300	1.916.720	2.167.436	11.042
Itaú Vida e Previdência S.A.	363.738	—	—	—	363.738	64.831	—	1.405.921	517.226
BSF Holding S.A.	194.209	—	—	—	194.209	(287)	208.250	1.324.624	219.056
Recovery do Brasil Consultoria S.A. (4)	5.203	—	—	—	5.203	—	79.895	738.265	—
Cia. Itaú de Capitalização	194.121	—	—	—	194.121	—	—	303.319	190.054
Banco Itaúcard S.A. (3)	69.757	—	4.561	253	74.571	28.719	(16.789.586)	—	317.092
Itaú Corretora de Valores S.A. (3)	20.483	—	—	—	20.483	147	(954.423)	—	228.573
Outras Participações	929.485	—	566	(327)	929.724	5.036	(892.540)	3.745.718	789.749
No Exterior	325.287	(4.244.309)	—	—	(3.919.022)	1.138.947	7.427.699	25.009.170	8.625.784
ITB Holding Ltd.	(162.390)	(3.516.071)	—	—	(3.678.461)	1.145.445	7.803.793	22.714.788	7.549.417
Banco Itaú Paraguai S.A.	380.084	(301.568)	—	—	78.516	—	(12.244)	1.225.527	744.417
Banco Itaú Argentina S.A.	180.326	(267.140)	—	—	(86.814)	3.313	—	685.466	177.756
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	(6.913)	(42.179)	—	—	(49.092)	—	—	320.482	27.461
Itaú Global Asset Management	(8.918)	(11.185)	—	—	(20.103)	—	(21.931)	31.135	(3.629)
Itaú Europa - Investimentos, SGPS, Ltda. (3)	1.400	(67.790)	—	—	(66.390)	1.965	(314.330)	—	128.584
Outras Participações	(58.302)	(38.376)	—	—	(96.678)	468	(39.833)	31.772	1.778
TOTAL GERAL	2.823.045	(4.244.309)	5.127	(668)	(1.416.805)	1.826.585	8.205.490	95.996.314	21.940.744

(1) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora;

(2) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Dividendos a Receber;

(3) Eventos Societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital;

(4) Aquisição de investimento em 31/03/2016.



Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo) do período	Nº de Ações/Cotas de Propriedade do Itaú Unibanco	Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
Ordinárias	Preferenciais	Cotas				
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	22.586.363	23.676.410	(3.657.598)	---	---	---
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	9.500.844	11.510.672	1.073.235	7.482.229.795	3.976.472.329	100,00
Banco Itaú Leasing S.A.	8.415.392	1.056.327	1.035.368	61.490.010	---	91,92
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	2.405.362	4.204.370	991.331	1.504.996.993	---	98,30
HiperCard Banco Múltiplo S.A. (3)	2.953.835	4.127.527	506.011	429.911.320.727	143.618.967.706	100,00
Itaúseg Participações S.A.	4.576.116	6.946.949	1.730.074	---	---	100,00
Banco Itaú Consignado S.A.	1.798.257	2.404.985	150.929	128.153.921.034	---	57,85
Provar Negócios de Varejo Ltda.	1.803.425	2.167.490	106.277	---	304.624.820	60,00
Itaú Vida e Previdência S.A.	2.693.817	4.094.927	1.059.435	304.663.062	---	51,21
BSF Holding S.A.	1.259.130	2.066.569	396.345	616.973.700	---	34,33
Recovery do Brasil Consultoria S.A. (3)	46.337	86.057	5.602	23.94.027	---	49,00
Cia. Itaú de Capitalização	494.298	638.562	408.782	318.709	---	89,08
Non Exterior						52,82
ITB Holding Ltd.	38.581.392	38.586.677	(275.860)	6.968.695.740	---	58,87
Banco Itaú Paraguay S.A.	424.725	1.225.564	380.095	749.976.600	---	99,99
Banco Itaú Argentina S.A.	152.911	692.573	182.156	721.697.119	14.565.089	98,98
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	380.100	340.938	(7.353)	329.000	---	94,00
Itaú Global Asset Management	1.131.738	31.136	(8.933)	69.060.388	---	100,00

II) Intangível

	Direitos de Propriedade Intelectual	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	Total
	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Taxas Anuais de Amortização	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2015	1.004.179	534.081	1.426.108	3.300.794	49.322	6.314.484
Aquisições	342.112	---	352.040	215.575	909.727	1.819.454
Baixas	(307.972)	(14.501)	(2.950)	(831)	(14)	(326.268)
Variação Cambial	---	---	(25.200)	---	(33.126)	(58.326)
Outros	7.004	(4.985)	53.607	---	55.626	56.242
Saldo em 31/12/2016	1.045.323	514.595	1.803.605	3.515.538	16.182	6.895.243
Amortização						
Saldo em 31/12/2015	(599.364)	(105.473)	(816.257)	(247.053)	(38.510)	(1.806.657)
Despesa de Amortização	(261.000)	(34.080)	(279.922)	(280.310)	(1.614)	(856.926)
Baixas	305.594	14.501	24.030	---	33.125	379.250
Variação Cambial	---	---	---	---	---	---
Outros	---	---	---	---	---	---
Saldo em 31/12/2016	(554.770)	(125.052)	(1.071.612)	(527.363)	(6.985)	(2.285.782)
Redução do Valor Recuperável						
Saldo em 31/12/2015	(18.251)	---	---	(12.701)	---	(30.952)
Constituição (Nota 3n)	(277)	---	(3.132)	(316.894)	---	(320.303)
Saldo em 31/12/2016	(18.528)	---	(3.132)	(329.595)	---	(351.255)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2016	472.025	389.543	728.861	2.658.580	9.197	4.258.206
Saldo em 31/12/2015	386.564	428.608	609.851	3.041.040	10.812	4.476.875

(*) Refere-se basicamente a água na aquisição de ações relativo à associação Itaú x Unibanco, que foram incorporadas durante o primeiro semestre de 2009.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O Capital Social está representado por 4.717.210.452 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.396.347.872 ações ordinárias e 2.320.862.580 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80,0% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Ativos(Passivos)	Recursos(Despesas)	Ativos(Passivos)	Recursos(Despesas)
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	De 100% a 123,8% Prefixada 0,66% a 17,86%			
Banco Itaúcard S.A.	Ligada	49.499.175	33.367.748	4.912.501
Banco Itaú Consignado S.A.	Controlada	27.466.509	29.082.894	3.706.237
Itaúbank Ltd.	Ligada	10.532.353	34.613.196	657.242
Banco Itaú Holding Cayman	Ligada	13.110.202	15.310.445	402.067
Outras		6.953.680	4.055.801	561.483
Títulos e Valores Mobiliários		146.463.888	164.071.947	21.377.605
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Controlada	146.425.368	163.922.727	21.375.499
Banco Itaúcard S.A.	Ligada	---	---	14.660
Outras		38.520	149.220	2.106
Instrumentos Financeiros				
Derivativos (Posição Ativa)		114.894	290.214	489.812
Banco Itaúcard S.A.	Ligada	60.515	195.131	57.407
Banco Itaú - Corpanca	Ligada	31.671	---	43.842
Itaú BBA International Pte	Ligada	22.591	---	---
Itaúbank Ltd.	Ligada	---	---	1.200
Outras		117	95.083	25.994
Operações de Câmbio (Posição Ativa)		134.938	54.563	5.617
Banco Itaú Chile	Ligada	---	46.609	(230)
Itaú BBA International Pte	Ligada	102.407	---	2.704
Banco Itaú - Corpanca	Ligada	30.034	---	2.690
Outras		2.497	7.954	513
Negociação e Intermediação de Valores (Posição Ativa)		39.711	677.337	---
Itaú BBA International Pte	Ligada	49.861	---	---
Itaú Corretora de Valores S.A.	Ligada	(10.150)	532.885	---
Outras		---	144.452	---
Depósitos Interfinanceiros	2,15% a 13,68% prefixada/100% da SELIC			
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Controlada	(83.874.478)	(36.722.564)	(7.813.608)
Itaú Unibanco Holding S.A.	Controlador	(36.621.480)	(41.218.562)	(5.104.430)
Banco Itaú Holding Cayman	Ligada	(29.098.615)	(34.863.697)	(1.656.689)
Banco Itaú Consignado S.A.	Controlada	(957.303)	(8.115.218)	(971.474)
Banco Itaú BBA S.A.	Ligada	(1.256.767)	(3.477.641)	(228.127)
Itaúbank Ltd.	Ligada	(2.348.354)	(19.664.775)	(50.468)
Banco Itaúcard S.A.	Ligada	---	---	(130.629)
Banco Itaú Leasing S.A.	Controlada	(2.251.029)	(2.111.752)	(252.000)
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Ligada	(1.263.863)	(1.038.495)	(131.940)
Outras		(2.171.190)	(1.920.935)	(191.764)
Depósitos a Prazo	100% da SELIC			
Outras		(295.995)	(14.854)	(68.385)
Captações no Mercado Aberto	100% da SELIC			
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Controlada	(63.031.246)	(110.673.446)	(11.969.361)
Banco Itaúcard S.A.	Ligada	(6.922.379)	(3.694.996)	(223.606)
Redecard S.A.	Ligada	(4.233.078)	---	---
HiperCard Banco Múltiplo S.A.	Controlada	(2.833.378)	(1.169.692)	(222.127)
Itaúbank Ltd.	Ligada	---	(1.828.830)	(9.900)
Banco Itaú BBA S.A.	Ligada	(2.933.020)	---	(287.591)
Outras		(8.636.400)	(11.438.242)	(550.783)
Operações de Câmbio (Posição Passiva)		(143.041)	(60.253)	(5.326)
Banco Itaú Chile	Ligada	---	(51.974)	(25)
Itaú BBA International Pte	Ligada	(102.699)	---	(3.617)
Banco Itaú - Corpanca	Ligada	(37.928)	---	(1.585)
Outras		(2.414)	(8.279)	(98)
Instrumentos Financeiros				
Derivativos (Posição Passiva)		(73.032)	(303.019)	(284.495)
Itaúbank Ltd.	Ligada	---	(83)	(1.508)
Banco Itaúcard S.A.	Ligada	---	(83.666)	(27.363)
Jasper International	Ligada	---	---	---
Investment LLC	Ligada	---	---	---
Itaú BBA International Pte	Ligada	(66.993)	---	(129.916)
Outras		(6.039)	(219.270)	(125.709)
Operações com Cartões de Crédito - Redecard S.A.		7.442.527	4.512.172	(59.621)
Valores a Receber e (Pagar) Ligados		(188.586)	(113.911)	(85.015)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (1)		(127.301)	(113.911)	---
Outras		(61.285)	---	(85.015)
Recursos (Despesas) de Prestação de Serviços		---	---	774.837
Banco Itaúcard S.A.	Ligada	---	---	309.851
Itaú Seguros S.A.	Ligada	---	---	241.997
Itaú Vida e Previdência S.A.	Ligada	---	---	51.316
Marcep Corretagem de Seguros S.A.	Ligada	---	---	31.000
HiperCard Banco Múltiplo S.A.	Controlada	---	---	42.474
Financiera Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Ligada	---	---	37.142
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	Ligada	---	---	18.984
Outras		---	---	42.073
Despesas de Aluguéis		---	---	(290.432)
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Ligada	---	---	(159.612)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (1)		---	---	(44.078)
Itaú Seguros S.A.	Ligada	---	---	(30.410)
Cia. Itaú de Capitalização	Controlada	---	---	(19.069)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado (1)		---	---	(12.573)
Unibanco Empreendimentos Ltda.	Ligada	---	---	---
Outras		---	---	(21.689)
Despesas com Doações		---	---	(920)
Fundação Itaú Viver Mais (2)		---	---	(920)

(1) A Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar e o FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado são entidades lecionadas da associação complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas;

(2) O Itaú Unibanco e suas controladas são os mantenedores da Associação Itaú Viver Mais, entidade que tem por objeto prestar serviços assistenciais, com vistas ao bem estar dos Beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regulamento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser.

Além das operações acima discriminadas, o Itaú Unibanco e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú, foi ressarcido pelas demais empresas do Conglomerado em R\$ 4.183.036 (R\$ 4.231.349 de 01/01 a 31/12/2015) e registrou em Outras Despesas Administrativas (R\$ 3.749) (R\$ 3.647) de 01/01 a 31/12/2015 em função da utilização da estrutura comum.

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração.....	545.465	316.377
Participações no Lucro.....	157.707	192.899
Contribuições aos Planos de Aposentadoria.....	10.425	8.844
TOTAL.....	713.597	518.120

NOTA 15 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Apresentamos a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Outros Benefícios	Total
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Custo Serviço Corrente.....	(61.395)	(61.905)	---	---
Juros Líquidos.....	5.114	2.165	---	---
Aportes e Contribuições (*).....	---	---	218.803 (19.502)	(16.990)
Benefícios Pagos.....	---	---	124.013 (376.587)	---
Total Valores Reconhecidos.....	(46.281)	(59.740)	363.150 (157.784)	(6.484) (4.084)

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 336.487 (R\$ 181.689 de 01/01 a 31/12/2015), sendo R\$ 112.253 (R\$ 140.321 de 01/01 a 31/12/2015) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Outros Benefícios	Total
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
No Início do Período.....	(36.892)	(71.594)	(322.739)	(225.968)
Efeito na Restrição do Ativo.....	(631.055)	(100.476)	(1.244.021)	(37.917)
Remensurações.....	641.358	135.178	235.749 (58.854)	(35.830) (4.134)
Total Valores Reconhecidos.....	(26.589)	(36.892)	(1.331.011) (322.739)	(48.400) (12.570)

(*) A revisão da estimativa de reconhecimento do fundo previdencial resultou na redução dos aportes futuros em R\$ 1.053.354.

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 15c. Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaúam - PBI (1) Plano Suplementar Itaúam - PSI (2) Plano Itaúbanco CD (3) Plano de Aposentadoria Itaúbank (3) Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)

- (1) Plano de modalidade de benefício definido;
(2) Plano de modalidade de contribuição variável;
(3) Plano de modalidade de contribuição definida;

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC têm como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de Desconto (1)	10,24% a.a.	11,28% a.a.
Tábua de Mortalidade (2)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (3)	Experiência Itaú 2008/2010	Experiência Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos Benefício Previdência Social/Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (4)	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2016 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data-base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem aquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuarial, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos de idade e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custo é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

As principais diferenças entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) que os administram, são a taxa de desconto e o método atuarial. Em relação a premissa taxa de desconto, as EFPCs adotam taxa aderente ao fluxo de recebimentos/pagamentos dos planos, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial externa e independente. No que se refere ao método atuarial é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II - Exposição a Riscos

Através de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos

O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação

A maioria dos benefícios dos planos é vinculada a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida

A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPCs tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, através da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do Passivo Atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descalçamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, e a meta de alocação para 2017, por categoria de ativo, são as seguintes:

	Valor Justo	% Alocação
	31/12/2016	31/12/2015
Categorias	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de Renda Fixa.....	14.963.057	12.216.740
Títulos de Renda Variável.....	681.004	532.685
Investimentos Estruturados.....	8.407	27.311
Imóveis.....	620.144	630.500
Empréstimos a Participantes.....	68.371	66.624
Total.....	16.340.983	13.473.860

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 575.255 (R\$ 451.578 em 31/12/2015), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 596.780 (R\$ 605.812 em 31/12/2015).

Valor Justo

Os ativos dos planos são atualizados até a data-base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido com a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2016, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data-base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2016	31/12/2015
1- Ativos líquidos dos planos.....	16.340.983	13.473.860
2- Passivos atuariais.....	(13.246.954)	(11.331.599)
3- Superávit (1-2).....	3.094.029	2.142.261
4- Restrição do Ativo (*).....	(2.999.164)	(2.127.143)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4).....	94.865	15.118
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 10a).....	317.192	223.805
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 10c).....	(222.327)	(208.687)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com a Resolução Bacen nº 4.424/15.

V - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2016	31/12/2015
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais
Valor Início do Período.....	13.473.860	(11.331.599)
Custo Serviço Corrente.....	---	(51.395)
Juros Líquidos (1).....	1.470.347	(1.224.267)
Benefícios Pagos.....	(1.017.699)	1.017.699
Contribuições Patrocinadora.....	114.874	---
Contribuições Participantes.....	14.587	---
Efeito na Restrição do Ativo.....	---	(631.055)
Remensurações (2) (3).....	2.285.014	(1.657.392)
Valor Final do Período.....	16.340.983	(13.246.954)
	31/12/2016	31/12/2015
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais
Valor Início do Período.....	13.297.141	(11.468.834)
Custo Serviço Corrente.....	---	(61.905)
Juros Líquidos (1).....	1.323.115	(1.132.649)
Benefícios Pagos.....	(889.819)	889.819
Contribuições Patrocinadora.....	55.146	---
Contribuições Participantes.....	14.747	---
Efeito na Restrição do Ativo.....	---	(100.476)
Remensurações (2) (3).....	(326.470)	441.970
Valor Final do Período.....	13.473.860	(11.331.599)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2016 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 11,28% a.a. (em 01/01/2015 utilizou-se a taxa de desconto de 10,24%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 3.755.361 (R\$ 996.645 em 31/12/2015).

No período as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 114.874 (R\$ 55.146 de 01/01 a 31/12/2015). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2016, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO é de R\$ 71.376.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2017	1.026.141
2018	1.066.729
2019	1.116.178
2020	1.167.169
2021	1.220.037
2022 a 2026	6.860.848

VI - Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos	Percentual sobre Passivo Atuarial	Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido (*)
	Valor	Valor	Valor
Alteração da Premissa	684.748	5,16%	(252.727)
- Redução em 0,5%.....	---	---	---
- Acréscimo em 0,5%.....	(626.785)	(4,72%)	219.430

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo.

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

1- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período.....	2.223.048	(269.828)	1.953.220	2.431.391	(223.616)	2.207.775
Juros Líquidos.....	269.574	(30.437)	239.137	239.251	(20.448)	218.803
Aportes e Contribuições.....	124.013	--	124.013	(376.587)	--	(376.587)
Recebimento por destinação de recursos (*).....	(514.863)	--	(514.863)	--	--	--
Efeito na Restrição do Ativo.....	(1.053.354)	(190.667)	(1.244.021)	--	(37.917)	(37.917)
Remensurações.....	235.749	--	235.749	(71.007)	12.153	(58.854)
Valor Final do Período (Nota 10a).....	1.284.167	(490.932)	793.235	2.223.048	(269.828)	1.953.220

(*) Refere-se à destinação do excedente do fundo previdencial do Plano Itaúbanco CD.

e) Outros Benefícios Pós-emprego

O ITAÚ UNIBANCO e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós-emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO, são os seguintes:

1- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor Início do Período.....	(178.811)	(170.593)
Custo de Juros.....	(19.502)	(16.990)
Benefícios Pagos.....	13.018	12.906
Remensurações.....	(35.830)	(4.134)
No Final do Período (Nota 10c).....	(221.125)	(178.811)

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2017	13.487
2018	14.443
2019	15.398
2020	16.333
2021	17.347
2022 a 2026	102.520

II - Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 15c), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros.....	Resultado	2.708	(2.268)
Valor Presente da Obrigação.....	Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.448	(22.150)

NOTA 16 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Fundos de Investimento e Carteiras Administradas - O ITAÚ UNIBANCO administra Fundos de Privatização, de Renda Fixa, de Ações, de Ações Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteiras de Clientes e do Grupo, no Brasil e no exterior no montante de R\$ 692.214.851 (R\$ 592.184.029 em 31/12/2015), sendo representado por 15.486 (14.369 em 31/12/2015) fundos e carteiras.

b) Política de Seguros - O ITAÚ UNIBANCO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

DIRETORIA

Diretores Gerais

EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON
MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI
MARCOS AMBROSIO CRESPI BONOMI

Diretores Vício-Previdenciais

ALBERTO FERNANDES
ANDRÉ SAPOZNIK
CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITSANSKI
RICARDO VILLELA MARINHO

Diretores Executivos

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
ALVARO DE ALVARENGA FREIRE PIMENTEL
ANDRÉ LUIS TEIXEIRA RODRIGUES
CARLOS EDUARDO MONICO
CHRISTIAN GEORGE EGAN
FERNANDO BARCANE TOSTES MALTA
FERNANDO MARSELLA CHACON RUIZ
FLAVIO AUGUSTO AGUIAR DE SOUZA
JOÃO MARCOS PEQUENO DE BIASE
LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO
LUIS FERNANDO STAUB
LUIS EDUARDO LOUREIRO VELOSO
RICARDO RIBEIRO MANDACARU GUERRA

Diretores

ADRIANO CABRAL VOLPINI
ADRIANO MACIEL PEDROTI
ALVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
ANDRÉ CARVALHO WHYTE GALLEY
ANDRÉ HENRIQUE CALDEIRA DARÉ
ANDRÉA MATTEUCI PINOTTI CORDEIRO
ANTONIO CARLOS BARBOSA ORTIZ
ATILIO LUIZ MAGILA ALBIEIRO JUNIOR
BADI MAANI SHAIKHZADEH
CARLOS EDUARDO DE CASTRO
CARLOS HENRIQUE DONEGA AIDAR
CARLOS ORESTES VANZO
CESAR MINGO PEREIRA DA SILVA
CESAR PADOVANI
CICERO MARCUS DE ARAÚJO
CINTIA CARBONIERI FLEURY DE CAMARGO
CLAUDIO CÉSAR SANCHES
CLAUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE
CRISTIANE MAGALHÃES TEIXEIRA PORTELLA
CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE (*)
CRISTIANO ROGÉRIO CAGNE
CRISTINA CESTARI
EDILSON PEREIRA JARDIM
EDUARDO CARDOSO ARMONIA
EDUARDO CORSETTI
ELAINE CRISTINA ZANATTA RODRIGUES VASQUINHO
EMERSON SAVI JUNQUEIRA
ESTEVÃO CARCIOFFI LAZANHA

c) Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) - Créditos a receber referentes aos contratos habilitados e contratos em ser, registrados em Relações Interfinanceiras - Sistema Financeiro da Habitação, totalizam em R\$ 1.233.599 (R\$ 1.150.077 em 31/12/2015), sendo a respectiva provisão de R\$ (989.304) (R\$ (999.893) em 31/12/2015).

d) Gerenciamento de Riscos - O ITAÚ UNIBANCO, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A., aderiu a estrutura de gerenciamento de riscos em atendimento às Resoluções do CMN: nº 3.380/06 - Risco Operacional; nº 3.464/07 - Risco de Mercado; nº 3.721/09 - Risco de Crédito e nº 4.090/12 - Risco de Liquidez. As descrições dessas estruturas de gerenciamento de riscos, e dos demais riscos inerentes ao negócio, estão disponibilizadas no site de Relacionamento com Investidores da instituição líder (www.itaubank.com.br/ri) na rota: Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos, que não faz parte das demonstrações contábeis.

e) Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

f) Informações de Dependências no Exterior - O ITAÚ UNIBANCO realiza operações através de suas agências: Grand Cayman, New York, Tokyo e Nassau. Os saldos consolidados das contas patrimoniais e de resultado, após eliminação das transações entre as agências, são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante e Realizável a Longo Prazo.....	233.372.977	255.124.420
Disponibilidades.....	2.747.070	3.208.117
Aplicações de Interfinanceiras de Liquidez.....	30.310.511	29.350.979
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	60.809.932	53.311.150
Operações de Crédito.....	81.317.617	100.498.022
Despesas Antecipadas.....	50.054	104.493
Carteira de Câmbio.....	51.833.197	63.123.785
Outros Ativos.....	6.504.596	5.525.494
Permanente.....	8.085	17.229
Outros Investimentos.....	100	91
Imobilizado e Intangível.....	7.985	17.138
TOTAL.....	233.381.062	255.141.649
Passivo		
Circulante e Exigível a Longo Prazo.....	215.761.389	238.394.146
Depósitos.....	96.638.260	103.570.792
Depósitos à Vista.....	54.807.761	36.745.319
Depósitos Interfinanceiros.....	34.007.371	55.817.931
Depósitos à Prazo.....	7.823.128	11.007.542
Captações no Mercado Aberto.....	19.031.116	15.528.011
Recursos de Ações e Emissão de Títulos.....	2.252.600	1.210.127
Obrigações por Empréstimos.....	33.217.624	42.821.567
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	4.649.932	6.111.550
Carteira de Câmbio.....	51.867.797	63.449.550
Outras Obrigações.....	8.104.060	5.702.549
Resultado de Exercícios Futuros.....	74.500	190.867
Patrimônio Líquido.....	17.545.023	16.556.636
Capital Social e Reservas.....	17.135.310	17.180.684
Resultado do Período.....	409.713	(624.048)
TOTAL.....	233.381.062	255.141.649

Demonstração do Resultado

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas da Intermediação Financeira.....	6.673.253	1.331.949
Despesas da Intermediação Financeira.....	(5.826.842)	(1.766.385)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....	846.411	(434.436)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	(461.334)	(189.492)
Resultado Operacional.....	385.077	(623.928)
Resultado não Operacional.....	30.618	(120)
Resultado Antes da Tributação sobre Lucros e Participações.....	415.695	(624.048)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social.....	(5.982)	--
Lucro Líquido (Prejuízo).....	409.713	(624.048)

g) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, do CMN, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

(*) Eleitos em AGE de 30/12/2016, em fase de homologação pelo BACEN.

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setúbal - São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores

Itaú Unibanco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A., nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CRC - 1SP - 114.419/7-9

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará e eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de transações contábeis, contornos, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.



Itaú Unibanco S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Continuação)

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e as dessas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2017.

PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/C-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

CODERP - Cia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto

CNPJ 45.254.950/0001-80 - NIRE 35.300.013.867

Ato de Assembleia Geral Extraordinária de 02/01/2017

Data, hora e local: 02/01/2017, às 15:00 hs, na Rua Saldanha Marinho, 834, Ribeirão Preto. Editais de convocação publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário Oficial de Ribeirão Preto e no jornal "A Cidade" nos dias 21, 22 e 23/12/2016. Presença: Acionista representando 99% do capital social, representado pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Pública, Sr. Dr. Ruy Salgado Ribeiro. Mesa: Presidente: Guatibi Bernardes Costa Bortolin; Secretário: João Luis da Silva. Deliberações Unânimemente: I) Destituição dos atuais membros da Diretoria, composta por Laerte Marques Costa, Ricardo Cristiano Ribeiro, Josué de Lima Peixoto e Marcelo Luis Reis, do Conselho de Administração, composto por Laerte Marques Costa, Ricardo Cristiano Ribeiro, Sirlene Ferreira França de Queiroz, Salvador Antonio Marcon Raymundo, Marco Antônio de Almeida, Julio César Andreoli Caliente e Washington de Bessa Barbosa Junior e do Conselho Fiscal, composto por Helinton José Laveyer, Guilherme Henrique Gabriel da Silva, Laerte José Casado e Daniel Moraes Brondi, registrando agradecimentos aos serviços prestados a Companhia. II) Para a Diretoria Superintendente e consequentemente, por força do Estatuto Social, Presidente do Conselho de Administração, com mandato válido por 3 (três) anos, foi eleito a Sra. Guatibi Bernardes Costa Bortolin, RG 6.171.218-8, CPF 096.616.626-49. III) Eleição, com mandato válido por 3 (três) anos, de Renato César Ramos, RG 16.555.609-2, CPF 054.102.458-22, para Diretor de Tecnologia da Informação T.I., Renato César Ramos, RG 16.555.609-2, CPF 054.102.458-22, para Diretor Financeiro Administrativo. IV) Para o Conselho de Administração, são eleitos, com mandato válido por 3 (três) anos: Renato César Ramos, RG 16.555.609-2, CPF 054.102.458-22, Eduardo Roberto Salomão Giampietro, RG 33.342.842-0, CPF 217.661.118-74, Anísio Elias da Silva, RG 10.771.141-2 SSP/SP, CPF 130.891.296-04; Renato Cabral Catia, RG 7.543.788-0, CPF 032.024.758-94; Fábio Abeld Faccini, RG 5.727.178, CPF 863.978.508-20; Marcus Vinicius Moreira de Carvalho, RG 4.392.318-5 SSP/SP, CPF 049.470.928-66. V) Para o Conselho Fiscal, são eleitos, com mandato válido por 1 (um) ano, como Titulares: Antonio Daas Aboud, RG 8.609.456-7, CPF 020.191.398-47; Delaine Silva Cunha Baldo, RG 22.972.352-4, CPF 258.562.988-02; Graziela Giussani Sanchez Rodrigues, RG 30.576.902-9, CPF 268.669.878-06. Como Suplentes: Angelo Roberto Passini Junior, RG 21.880.618, CPF 183.209.688-08; Rene Artur Scatena, RG 32.556.761-X, CPF 347.022.678-41; Ruy Salgado Ribeiro, RG 3.805.557-0, CPF 303.879.738-34. VI) Fixação dos honorários dos titulares do Conselho Fiscal, em 10% sobre a média dos vencimentos dos Diretores. VII) Os Diretores eleitos serão registrados como empregados da Companhia, tendo como remuneração, com base na 31/12/2016 e reajustada em épocas e percentuais iguais aos definidos para os empregados da empresa, de R\$ 12.094,00 para a Superintendente e de R\$ 10.524,00 para os demais Diretores, respeitadas as diferenças existentes em relação aos funcionários de carreira eleitos. São deferidos aos diretores pagamento de gratificação de natal, férias anuais de 30 (trinta) dias, além prévio, recolhimento de fundo de garantia e respectiva multa rescisória, gratificação por tempo de serviço (anuidade) e sexta parte, além de outros benefícios devidos aos empregados em geral. VIII) Os eleitos tomam posse nesta data, prestando a seguinte declaração: "De que não estão incurso em nenhum dos crimes ou hipóteses previstos na lei nº 6.404/76, que os impeçam de exercer suas funções". Nada mais. JUCESP nº 91.34317-3 em 22/02/2017. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Banco Santander (Brasil) S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas a comparecerem na Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 28 de abril de 2017, às 15 horas, na sede social, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235 - 1º mezanino, Vila Olímpia, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e Relatório do Comitê de Auditoria; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2016 e a distribuição de dividendos; (c) Fixar o número de membros que irão compor o Conselho de Administração no mandato de 2017 a 2019; (d) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para um novo mandato; e (e) Fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia. A descrição e respectivas justificativas das matérias constantes da Ordem do Dia desta Assembleia constam do Manual da Administração. **Instituições Gerais:** 1. Conforme disposto na Instrução CVM nº 165/91, modificada pela Instrução CVM nº 282/98, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração; 2. Conforme disposto no § 2º da Instrução CVM nº 161 da Lei nº 6.404/76, a Instrução CVM nº 324/00, a instalação do Conselho Fiscal pela Assembleia Geral deverá ocorrer a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto; 3. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGO munidos dos documentos hábeis de identidade. Na hipótese de representação de acionista por procurador, os acionistas deverão depositar na sede social da Companhia (endereço referido abaixo), com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes da realização da AGO, instrumento de mandato outorgado na forma da lei; 4. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas (i) na sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041 e 2235 - Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, 9º andar - Departamento Jurídico Societário, onde poderão ser consultados, em dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 horas, e também em seu website (www.bancosantander.com.br) - em Governança Corporativa -> Atas de Reunião e Assembleia; (ii) na Comissão de Valores Mobiliários, na Rua Sete de Setembro nº 111, 5º andar, Centro de Consultas, Rio de Janeiro/RJ ou na Rua Cincinato Braga nº 340, 2º andar, Ed. Delta Plaza, São Paulo/SP e no seu website (www.cvm.gov.br) e (iii) na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro nº 275, São Paulo/SP e no seu website (www.bmfbovespa.com.br); e 5. **Boletim de Voto à Distância:** a Companhia implementou o sistema de votação a distância nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada pelas Instruções CVM 561 e 570/15, possibilitando que os Acionistas enviem boletins de voto a distância diretamente à Companhia, ao escriturador ou por seus respectivos agentes de custódia, conforme procedimentos descritos no Manual da Assembleia. São Paulo, 28 de março de 2017 - Álvaro Antonio Cardoso de Souza - Presidente do Conselho de Administração.

Marrfig Global Foods S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 03.853.896/0001-40 - NIRE 35.300.341.031

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Senhores Acionistas da Marrfig Global Foods S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2017, às 10h, na sede social da Companhia localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5, Torre Sabá, 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05319-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Eleger os membros para compor o Conselho de Administração; 3. Eleger os membros para compor o Conselho Fiscal; e 4. Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal para o exercício de 2017. Encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, em seu site de Relações com Investidores (www.marrfig.com.br), bem como nos sites da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos: (i) Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer do Comitê de Auditoria; (iii) Proposta da Administração que contempla: a) Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia; b) Informações sobre os candidatos para compor os Conselhos de Administração e Fiscal; e c) Proposta de remuneração global dos membros da Administração para o exercício de 2017; (iv) Informações requeridas pelas Instruções CVM nº 480/2009 e 481/2009; e (v) Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária. A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto à distância. Os Acionistas que participarem presencialmente deverão exibir documento de identidade/documentos societários e comprovante de depósito das ações da Companhia emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fidejussória das ações. Os Acionistas que se fizerem representar por procurador, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, solicita-se a entrega dos mencionados documentos acompanhados do respectivo instrumento de mandato e dos documentos que comprovem os poderes do representante legal, preferencialmente, com antecedência de 02 (dois) dias úteis da realização da Assembleia Geral Ordinária, até a data de 26 de abril de 2017. Os documentos devem ser entregues aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, no endereço da Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5, Torre Sabá, 3º Andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05319-000. Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada pelas Instruções CVM nº 561/15 e 570/15 e com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações detalhadas que constam do Manual da Assembleia. Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%. São Paulo, 28 de março de 2017.

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

Qualicorp S.A.

CNPJ/MF nº 11.952.680/0001-93 - NIRE 35.300.379.560

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os senhores acionistas da Qualicorp S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 28 de abril de 2017, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Plínio Barreto, nº 365, parte, Bela Vista, CEP 01313-020, a fim de deliberar sobre a ordem do dia abaixo indicada: (i) apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas contadas da realização da Assembleia Geral Ordinária: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fidejussória de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (ii) o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, observadas as formalidades previstas no item 12.2 do formulário de referência da Companhia, na hipótese de representação do acionista, não sendo necessário o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notariação e consularização ou apostila, no caso de procurações outorgadas no exterior. A Companhia também dispensa a tradução juramentada de procurações que tenham sido originalmente lavradas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhadas da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Bradesco S.A., ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes do item 12.2 do formulário de referência da Companhia. O percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para tal requisição. Encontra-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (<http://ri.qualicorp.com.br>), no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>) e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (<http://www.bmfbovespa.com.br>), os documentos relacionados a este edital, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM 481/2009. São Paulo, 28 março de 2017. Alberto Bulus - Presidente do Conselho de Administração.

IOCHPE-MAXION S.A.

IOCHPE-MAXION

CNPJ/MF nº 61.156.113/0001-75 - NIRE 35.300.014.022

Companhia Aberta

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

São convocados os senhores acionistas da IOCHPE-MAXION S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2017, às 14:00 horas, na sede da Companhia, localizada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Dr. Othon Barcellos, nº 83, Itagibá, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como ratificar a distribuição de dividendos; 3. Deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato instituído de dois anos; 4. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia; e 5. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2017. **Instituições Gerais:** Este edital de convocação, bem como os documentos e as informações pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia antes mencionada, em especial os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e os demais previstos nas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480/09 e nº 481/09, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e, também, nos websites da Companhia (www.iochpe.com.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). Nos termos do Artigo 15, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, só poderão participar da assembleia objeto deste edital de convocação os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome até a data de realização da referida assembleia. Para serem admitidos à assembleia, os acionistas ou seus representantes legais devem apresentar os seguintes documentos: (i) documento oficial de identidade; (ii) no caso de acionista pessoa jurídica, documentos que comprovem os poderes do representante legal; (iii) se representado por procurador, instrumento de mandato com firma reconhecida do outorgante; e (iv) comprovante de titularidade das ações expedido pela instituição depositária das ações escriturais de emissão da Companhia ou pela instituição responsável pela custódia, conforme o caso, contendo a respectiva participação acionária. Na hipótese de representação por procurador, este deverá ter sido constituído há menos de 01 (um) ano e ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 15, Parágrafo Quinto, do Estatuto Social da Companhia. Em atendimento ao artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09 e ao artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, é de 5% (cinco por cento). O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia munido dos documentos mencionados neste edital ou poderá, a seu critério, entregá-los, até o dia 27 de abril de 2017 (inclusive), na filial da Companhia localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, nº 146, 13º andar, Brooklin Novo, CEP 04570-020, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

São Paulo - SP, 27 de março de 2017.

Dan Iochpe

Presidente do Conselho de Administração

www.iochpe.com.br

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 47.508.411/0001-56 - NIRE 35.300.089.901

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição sociedade por ações aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, nº 3.142, Jardim Paulista, CEP 01402-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.089.901 e no CNPJ/MF sob o nº 47.508.411/0001-56, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 14826 ("Companhia") nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos Artigos 3º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), a se reunirem em Assembleia Geral, no dia 26 de abril de 2017 às 16 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, nº 3142, Jardim Paulista, CEP 01402-000, nesta São Paulo, Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) Leitura, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (b) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (c) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia, caso os acionistas requeiram a sua instalação. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (d) Ratificação da remuneração global anual dos administradores no exercício social de 2016; (e) Aprovação do plano de investimentos para o Exercício Social de 2017; (f) Alteração dos prazos e da forma de circulação para publicação dos atos da Companhia; e (g) Aprovação da Proposta de reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (www.pbri.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), conforme artigos 124 e 135 da Lei das S.A. e Instrução CVM 481, cópia das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e da Proposta da Administração. Aos acionistas que têm a intenção de se fazer representar por meio de mandatários na Assembleia Geral ora convocada, requeremos o envio dos documentos hábeis que comprovem a qualidade de acionista da Companhia e os poderes de representação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico Societário da Companhia, na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, nº 3142, 6º andar, nesta Capital, sob protocolo. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentá-los e depositá-los na abertura da Assembleia Geral, conforme o disposto no artigo 5º, §2º da Instrução CVM 481. Por fim, lembramos aos acionistas que é possível enviar instruções de votos à distância, nos termos da Instrução CVM nº 561, de 07 de abril de 2015, o que deverá ser feito na forma divulgada pela Companhia em seu Formulário de Referência (Item 12.2).

São Paulo, 24 de março de 2017.

Jean-Charles Henri Naouri
Presidente do Conselho de Administração

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ nº 60.701.190/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A., relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2017 e de 2016, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido do Itaú Unibanco S.A. no exercício alcançou R\$ 15.273 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 61.639 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 3,24.

ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R\$ 1.188.959 milhões e estavam substancialmente formados por R\$ 636.759 milhões de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 295.820 milhões de Operações de Crédito, Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro e Carteira

de Câmbio e R\$ 101.735 milhões de Investimentos em Coligadas e Controladas. Os Recursos Captados e Administrados representaram R\$ 1.055.885 milhões.

CIRCULAR Nº 3.068/01 - BACEN

O Itaú Unibanco S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R\$ 31.089 milhões, representando apenas 10,9% do total de Títulos e Valores Mobiliários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

São Paulo, 27 de março de 2018.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
DISPONIBILIDADES	3a	703.965.196	715.631.451
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3a, 3b, 4	285.701.325	331.485.449
Aplicações no Mercado Aberto		234.290.548	268.835.267
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		51.410.777	62.650.182
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3c, 3d e 5	141.332.843	131.431.658
Carteira Própria		49.265.513	34.943.162
Vinculados a Compromissos de Recompra		58.310.284	68.309.753
Vinculados a Prestação de Garantias		4.903.023	2.465.708
Vinculados ao Banco Central		3.386.777	—
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		2.075.561	7.026.966
Instrumentos Financeiros Derivativos		23.391.685	18.686.069
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		99.290.588	80.124.996
Depósitos no Banco Central	3b	98.716.317	79.955.717
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	16c	8.491	6.412
Correspondentes		34.532	31.857
Repasse Interfinanceiros		539.738	135.857
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3e, 3g e 6	107.419.144	108.042.564
Operações de Crédito		115.097.077	116.505.456
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.677.933)	(8.462.892)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	3f, 3g e 6	(83)	(640)
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido		142.626	149.268
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		(141.666)	(147.734)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)		(1.243)	(2.174)
OUTROS CRÉDITOS		58.677.985	53.620.563
Carteira de Câmbio	7	29.187.865	26.337.778
Rendas a Receber		2.511.088	1.846.449
Negociação e Intermediação de Valores		4.163.610	2.562.497
Créditos Tributários	11b	17.346.946	14.793.365
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários	9b, 9c e 9d	1.151.487	1.124.320
Diversos	10a	4.717.610	4.696.864
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	3g e 6e	(400.621)	(440.710)
OUTROS VALORES E BENS	3h	1.632.189	1.412.150
Outros Valores e Bens		866.186	642.780
(Provisões para Desvalorizações)		(360.162)	(107.685)
Despesas Antecipadas	10b	1.126.165	877.065
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		372.196.903	419.590.858
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3b e 4	66.610.593	43.233.430
Aplicações no Mercado Aberto		6.286.039	10.649.055
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		60.324.554	32.584.375
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3c, 3d e 5	143.114.646	198.076.638
Carteira Própria		41.787.584	35.369.460
Vinculados a Compromissos de Recompra		67.352.151	119.977.928
Vinculados a Prestação de Garantias		4.390.368	4.116.770
Vinculados ao Banco Central		698.010	4.454.448
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		8.364.513	12.863.925
Instrumentos Financeiros Derivativos		20.522.020	21.294.107
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS		104.722	280.330
Depósitos no Banco Central	3b	—	46.035
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	16c	104.722	24.225
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3e, 3g e 6	116.323.363	120.023.179
Operações de Crédito		131.495.538	135.080.842
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(15.172.175)	(15.057.663)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	3f, 3g e 6	(2)	(11)
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido		2.036	10.285
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)		(2.025)	(10.213)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)		(13)	(83)
OUTROS CRÉDITOS		45.786.837	57.791.337
Carteira de Câmbio	7	14.199.979	20.817.339
Rendas a Receber		1.135	1.388
Negociação e Intermediação de Valores		—	—
Créditos Tributários	11b	18.838.055	24.277.933
Depósitos em Garantia - Processos Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciários	9b, 9c e 9d	7.302.971	7.149.665
Diversos	10a	5.481.098	5.584.560
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	3g e 6e	(36.401)	(35.449)
OUTROS VALORES E BENS - Despesas Antecipadas	3h e 10b	256.744	185.955
PERMANENTE		112.796.849	106.092.386
INVESTIMENTOS		103.086.095	96.642.176
Participações em Coligadas e Controladas	3i e 12 I	101.735.498	95.996.314
No País		75.744.773	70.987.144
No Exterior		25.990.725	25.009.170
Outros Investimentos		1.426.078	721.343
(Provisões para Perdas)		(75.481)	(75.481)
IMOBILIZADO DE USO	3j	4.748.353	5.149.762
Imóveis de Uso		3.084.896	2.996.562
Outras Imobilizações de Uso		9.866.644	9.563.200
(Depreciações Acumuladas)		(8.203.187)	(7.410.000)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	3k e 6d	12.522	42.242
Bens Arrendados		11.978	40.750
(Depreciações Acumuladas)		444	1.492
INTANGÍVEL	3m e 12 II	4.949.879	4.258.206
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento		1.059.890	1.045.006
Outros Ativos Intangíveis		6.965.714	5.526.722
(Amortização Acumulada)		(3.075.725)	(2.313.522)
TOTAL DO ATIVO		1.188.958.948	1.241.314.695

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais)

	NOTAS	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Crédito	3e	51.117.449	115.979.647	150.195.312
Operações de Arrendamento Mercantil	3f	22.685.782	46.824.764	48.546.598
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	206.377	244.148	182.277
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3d	22.857.167	55.579.967	75.367.865
Resultado das Aplicações Compromissadas		2.055.512	6.186.558	19.629.282
Resultado das Aplicações Compromissadas		3.312.611	7.145.210	6.469.290
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Captação no Mercado		(35.203.831)	(86.231.633)	(105.771.076)
Operações de Empréstimos e Repasses		(31.385.218)	(74.915.487)	(98.107.488)
Operações de Arrendamento Mercantil	3f	(504.741)	(2.376.161)	(5.784.710)
Operações de Crédito de Câmbio		(204.570)	(2.354.050)	(56.818)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3g e 6e	555.502	1.056.739	1.079.336
Resultado para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.664.804)	(9.762.274)	(14.470.816)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		15.913.618	29.748.014	44.424.236
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(5.934.820)	(10.090.391)	(20.748.988)
Receitas de Prestação de Serviços	10d	5.102.571	9.930.577	9.276.006
Rendas de Tarifas Bancárias	10d	3.710.456	7.286.240	6.707.036

PASSIVO	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
DEPÓSITOS	3b e 8a	668.992.610	704.449.692
Depósitos à Vista		219.918.629	209.952.190
Depósitos de Poupança		79.675.378	70.988.464
Depósitos Interfinanceiros		108.669.977	98.350.206
Depósitos a Prazo		6.395.096	25.238.928
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3b e 8a	253.713.626	338.813.752
Carteira Própria		96.438.029	111.421.359
Carteira de Terceiros		187.239.438	207.969.706
Carteira Livre Movimentação		10.036.159	19.422.688
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	3b, 8a e 8b	38.639.816	31.138.786
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		34.842.544	27.965.728
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		2.034.355	1.122.737
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		1.762.917	2.050.301
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.428.688	1.123.434
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.042.170	912.994
Correspondentes		386.518	210.440
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		4.946.553	5.365.073
Recursos em Trânsito de Terceiros		4.925.440	5.315.511
Transferências Internas de Recursos		21.113	49.582
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR	3b e 8a	21.624.251	28.754.517
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	3b e 8a	7.806.623	8.985.800
BNDES		3.377.093	3.460.930
CEF		1.129	1.654
FINAME		4.314.977	5.440.415
Outras Instituições		113.424	82.801
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3d e 5b1	17.468.921	18.749.942
OUTRAS OBRIGAÇÕES		63.445.503	61.566.217
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		276.553	242.084
Carteira de Câmbio	7	25.043.954	21.833.526
Sociais e Estatutárias		4.346.827	5.692.120
Fiscais e Previdenciárias	3o, 3p e 11c	2.577.966	1.174.285
Negociação e Intermediação de Valores		1.687.188	7.257.300
Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior		201	1.281
Credores por Antecipação de Valor Residual	3f e 6d	9.244	27.486
Dívidas Subordinadas	3b, 8a e 8c	12.346.230	10.396.348
Provisões para Passivos Contingentes	9b e 9c	4.096.354	3.616.115
Diversas	10c	13.060.986	11.325.672
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		457.834.224	467.084.636
DEPÓSITOS	3b e 8a	273.278.764	205.947.772
Depósitos Interfinanceiros		154.539.680	136.370.836
Depósitos a Prazo		118.739.084	69.576.936
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3b e 8a	74.108.705	124.215.822
Carteira Própria		28.429.627	75.877.009
Carteira Livre Movimentação		45.679.078	48.338.813
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	3b, 8a e 8b	32.747.605	31.120.714
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		26.474.085	26.221.530
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		3.649.162	1.712.732
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		2.624.358	3.186.452
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	3b e 8a	4.027.505	5.734.562
Empréstimos no País - Outras Instituições		1.664	1.655
Empréstimos no Exterior		4.025.841	5.732.907
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	3b e 8a	16.064.894	20.556.472
BNDES		7.879.471	9.091.563
CEF		447.144	386.351
FINAME		7.720.488	10.854.969
Outras Instituições		17.791	223.589
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3d e 5b1	15.443.887	16.768.467
OUTRAS OBRIGAÇÕES		42.162.864	62.740.827
Carteira de Câmbio	7	14.168.915	20.856.235
Sociais e Estatutárias		31	196
Fiscais e Previdenciárias	3o, 3p e 11c	13.479.739	12.562.930
Credores por Antecipação de Valor Residual	3f e 6d	1.625	7.383
Dívidas Subordinadas	3b, 8a e 8c	4.482.427	16.018.790
Provisões para Passivos Contingentes	9b e 9c	8.198.925	9.800.551
Diversas	10c	1.631.202	3.494.742
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3r	492.599	313.991
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	61.639.515	69.466.376
Capital Social		47.425.426	47.425.426
Reservas de Capital		710.018	709.205
Reservas de Reavaliação		5.949	6.152
Reservas de Lucros		15.539.517	24.298.876
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3c, 3q e 13c	(2.041.395)	(2.973.283)
TOTAL DO PASSIVO		1.188.958.948	1.241.314.695

	NOTAS	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesas de Pessoal.....	10e	(7.438.102)	(14.280.030)	(13.567.586)
Outras Despesas Administrativas.....	10f	(6.138.673)	(11.956.143)	(12.462.347)
Despesas Tributárias.....	3p e 11a II	(1.864.449)	(3.639.372)	(4.802.750)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas.....	3i e 12 I	3.811.872	7.606.956	(1.416.805)
Outras Receitas Operacionais.....	10g	166.784	287.167	376.040
Outras Despesas Operacionais.....	10h	(3.285.279)	(5.325.786)	(4.856.582)
RESULTADO OPERACIONAL		9.978.798	19.657.623	23.677.248
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(93.617)	(275.026)	(13.846)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		9.885.181	19.382.597	23.663.402
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3p e 11a I	(1.384.017)	(3.949.375)	(10.329.414)
Devidos sobre Operações do Período.....		299.706	(256.439)	4.770
Referentes a Diferenças Temporárias.....		(1.683.723)	(3.692.936)	(10.334.184)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	14b	(97.858)	(159.962)	(157.707)
LUCRO LÍQUIDO		8.403.306	15.273.260	13.176.281
Nº AÇÕES	13a		4.717.210.452	4.717.210.452
LUCRO POR AÇÃO - R\$			3,24	2,79

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016		2º Semestre 2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	9.556.521	16.282.833	(299.536)	Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	191.382	178.607	(185.473)
Lucro Líquido	8.403.306	15.273.260	13.176.281	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(58.887)	(89.268)	(89.898)
Ajustes ao Lucro Líquido	1.153.215	1.009.573	(13.475.817)	CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.109.360	(6.621.380)	(28.316.635)
Ajustes ao Valor de Mercado de T.M.M. e Instrumentos Financeiros				Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	745.730	1.765.301	5.306.338
Derivativos (Ativos/Passivos)	921.609	1.226.780	(31.947.531)	Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis	27.282.040	58.484.067	28.601.750
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.664.804	9.762.274	14.470.815	Recursos de Juros de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	1.291.438	3.227.958	2.833.485
Resultado de Operações com Dívida Subordinada	812.572	2.185.708	4.106.710	Alienação de Investimentos	30.958	30.958	314.465
Depreciações e Amortizações	1.005.451	1.940.563	2.194.596	Aquisição de Investimentos	(555.227)	(706.429)	(4.555.294)
Amortização de Agio	183.570	367.577	(1.071.994)	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(4.258.323)	(4.259.280)	(96.090)
Tributos Diferidos	1.683.723	3.692.936	10.334.184	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(112.016)	(121.315)	(291.869)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(3.811.872)	(7.606.956)	1.416.805	Redução de Capital em Coligadas e Controladas	39.686	39.686	21.144.449
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(5.111.394)	(11.910.127)	(13.595.908)	Aumento de Capital em Coligadas e Controladas	(72.616)	(74.320)	(25.459.935)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	1.268.197	659.991	467.920	Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos	408.267	408.267	17
Constituição (Reversão) para Perdas e Bens não de Uso Próprio	95.586	252.477	42.253	Recebidos na Reorganização Societária (Nota 13d)	(40.915)	(95.747)	187.504
(Ganho) Perda na Alienação de Bens não de Uso Próprio	127.887	325.431	103.941	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(407.668)	(584.329)	(739.089)
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	1.676	4.721	1.437	Alienação de Imobilizado de Uso	2.827	6.265	29.945
Ajuste de Baixa de Imobilizado de Arrendamento	(1.213)	(6.658)	(55.626)	Alienação de Imobilizado de Uso	(1.260.847)	(1.650.873)	(909.727)
Outros	314.219	114.676	56.581	Alienação de Intangível	2.432	21.035	5.622
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	3.552.839	(22.904.213)	(28.017.099)	CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	23.095.766	56.491.244	26.371.771
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	30.724.791	36.569.868	(6.234.995)	Aumento/Redução de Capital - Líquido	--	--	7.099.863
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(12.412.013)	(4.147.095)	33.315.492	Resgate por Dívida Subordinada	(4.563.799)	(11.772.190)	(12.171.502)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(10.222.589)	(18.712.486)	(23.852.592)	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(18.230.127)	(25.463.367)	(4.593.579)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(2.323.415)	(413.024)	(972.633)	CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(22.793.926)	(37.235.557)	(9.665.218)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(2.718.964)	(3.744.839)	16.385.877	AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 3a)	13.411.220	12.634.307	(11.610.062)
(Aumento) Redução em Operações de Câmbio e Negociação e Intermediação de Valores (Ativos/Passivos)	(1.400.939)	(4.180.843)	1.627.274	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período/Exercício	21.053.584	21.830.477	33.440.559
(Redução) Aumento em Depósitos	42.872.416	72.513.741	10.506.725	Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período/Exercício	34.464.784	34.464.784	21.830.477
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(30.233.707)	(95.207.244)	(19.987.265)	Disponibilidades	9.911.205	9.911.205	9.914.711
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(1.806.056)	8.232.093	(6.031.888)	Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	1.226.854	1.226.854	1.226.854
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(8.032.707)	(14.508.078)	(33.359.198)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.326.725	23.326.725	11.088.912
(Redução) Aumento em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assinaturas	(3.666.385)	34.469	40.821				
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	1.399.473	386.751	421.252				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 13) (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 01/07/2017	47.425.426	709.671	6.050	3.275.198	23.372.832	(2.695.316)	--	72.093.861
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	--	--	--	--	--	34.151	--	34.151
Realização da Reserva de Reavaliação	--	--	(101)	--	--	--	101	--
Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	--	--	--	--	(13.011.920)	--	--	(13.011.920)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	--	347	--	--	--	--	--	347
Garantias Financeiras Prestadas	--	--	--	--	--	--	--	--
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	--	--	--	--	--	548.269	--	548.269
Operações no Exterior	--	--	--	--	--	71.501	--	71.501
Dividendos Pagos	--	--	--	--	--	--	--	--
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	--	8.403.306	8.403.306
Destinações:	--	--	--	--	--	--	--	--
Reservas	--	--	--	420.165	1.483.242	--	(1.903.407)	--
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	(6.500.000)	(6.500.000)
SALDOS EM 31/12/2017	47.425.426	710.018	5.949	3.695.363	11.844.154	(2.041.395)	--	61.639.515
MUTAÇÕES NO PERÍODO	--	347	(101)	420.165	(11.528.678)	653.921	--	(10.454.346)
SALDOS EM 01/01/2016	40.325.563	708.074	6.357	2.272.886	14.239.121	(1.353.029)	--	56.198.972
Aumento de Capital - AGE de 19/05/2016	12.333.329	--	--	--	--	--	--	12.333.329
Redução de Capital - AGE de 17/11/2016	(5.233.466)	--	--	--	--	--	--	(5.233.466)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	--	--	--	--	--	(576.364)	--	(576.364)
Realização da Reserva de Reavaliação	--	--	(205)	--	--	--	205	--
Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	--	--	--	--	(2.030.000)	--	--	(2.030.000)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	--	1.131	--	--	--	--	--	1.131
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	--	--	--	--	--	(1.043.890)	--	(1.043.890)
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	--	13.176.281	13.176.281
Destinações:	--	--	--	--	--	--	--	--
Reservas	--	--	--	658.814	9.158.055	--	(9.816.869)	--
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	(1.535.000)	(1.535.000)
Dividendos	--	--	--	--	--	--	(1.824.617)	(1.824.617)
SALDOS EM 31/12/2016	47.425.426	709.205	6.152	2.931.700	21.367.176	(2.973.283)	--	69.456.376
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	7.099.863	1.131	(205)	658.814	7.128.055	(1.620.254)	--	13.267.404
SALDOS EM 01/01/2017	47.425.426	709.205	6.152	2.931.700	21.367.176	(2.973.283)	--	69.456.376
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	--	--	--	--	--	(29.404)	--	(29.404)
Realização da Reserva de Reavaliação	--	--	(203)	--	--	--	203	--
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Exercícios Anteriores	--	--	--	--	(17.311.920)	--	--	(17.311.920)
Outorga de Opções Reconhecidas de Controladas	--	813	--	--	--	--	--	813
Garantias Financeiras Prestadas	--	--	--	--	--	--	(220.902)	(220.902)
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	--	--	--	--	--	672.724	--	672.724
Operações no Exterior	--	--	--	--	--	288.568	--	288.568
Lucro Líquido	--	--	--	--	--	--	15.273.260	15.273.260
Destinações:	--	--	--	--	--	--	--	--
Reservas	--	--	--	763.663	7.788.898	--	(8.552.561)	--
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	(6.500.000)	(6.500.000)
SALDOS EM 31/12/2017	47.425.426	710.018	5.949	3.695.363	11.844.154	(2.041.395)	--	61.639.515
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	--	813	(203)	763.663	(9.523.022)	931.888	--	(7.826.861)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) é uma sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil.

As operações do ITAÚ UNIBANCO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2018.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Conforme determinado no parágrafo 1º, do artigo 2º, da Circular nº 2.804, de 11/02/1998, do BACEN, as Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO abrangem a consolidação de suas dependências no exterior (Nota 16f).

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não estiver em conformidade com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

Em atendimento à Carta Circular 3.828, de 19/06/2017, do BACEN, o balanço patrimonial de 31/12/2016 foi ajustado nos seguintes itens:

Passivo	Publicado 31/12/2016	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2016
Relações Interfinanceiras	--	912.861	912.861
Credores Diversos no País e no Exterior	912.861	(912.861)	--

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - O ITAÚ UNIBANCO define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Depósitos no Banco Central, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dívidas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas - As operações com cláusula de atualização monetária cambial e as operações com encargos preferidos estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas pro rata de base na taxa efetiva das operações.

c) Títulos e Valores Mobiliários - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adequados com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos acima, nas controladas do ITAÚ UNIBANCO, refletidos por estas em conta destacada dos seus patrimônios líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Equivalência Patrimonial da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.052, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- **Hedge de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

e) Operações de Crédito (Operações com Características de Concessão de Crédito) - Registradas a valor presente, calculadas *pro rata* de base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas *accrual* até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As receitas decorrentes da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (*write-offs*) estão classificadas na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito e as tarifas na contratação dessas operações são classificadas em Rendimentos de Tarifas Bancárias.

f) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG) - Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil.

A superveniência/insuficiência de depreciação, constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen nº 1.429/89, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil. De acordo a Circular, o valor contábil dos contratos é dado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de superveniência/insuficiência de depreciação no permanente e objetivam adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

As operações de arrendamento mercantil são atualizadas (*accrual*) até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações e a receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (*write-offs*) está classificada na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Arrendamento Mercantil, as tarifas na contratação dessas operações são classificadas em Rendimentos de Tarifas Bancárias e as apropriações em resultado das operações de arrendamento mercantil operacional ocorrem na data da exigibilidade da contraprestação.

g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, conforme as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/11/1999, do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697, de 24/02/2000 dentre as quais se destacam:

• As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência; e

• Considerando-se exclusivamente a inadimplência, os *write-offs* devem ser efetuados após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

h) Outros Valores e Bens - Compostos basicamente por Bens não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros e comissões pagas aos revendedores na concessão de financiamento ou *leasing* de veículos.

i) Investimentos - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações contábeis das subsidiárias no exterior adaptadas aos critérios contábeis vigentes em nosso país e convertidas para reais. Os demais estão registrados pelo valor de custo e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Os ágio originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura (10 anos) ou por sua realização.

j) Imobilizado de Uso - Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercício com essa finalidade, inclusive os

bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo corrigido e às seguintes taxas anuais:

Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Sistemas de Segurança, Transporte e Comunicação	10% a 20%
Imóveis de Uso	4% a 8%
Benefícios em Imóveis de Terceiros	Até 10%
Sistema de Processamento de Dados	20% a 50%

k) Imobilizado de Arrendamento Mercantil - Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadra nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução são: edificações 4%, móveis e utensílios e instalações 10%, máquinas e equipamentos de 10% a 50%, veículos e afins de 20% a 25% e outros bens de 10% a 20%.

As contraprestações dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro passaram a ser registradas no resultado de acordo com a Resolução CMN nº 3.617/08, a partir de 30 de Setembro de 2015, conforme determinação do Conselho de Administração.

l) Perdas em Arrendamento a Amortizar - A diferença apurada ao final do contrato, entre o valor residual atribuído e o valor residual garantido, quando devedora, é debitada ao ativo diferido para amortização no prazo restante de vida útil do bem. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento.

m) Intangível - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26/11/2008, do CMN. Está composto por valor do ágio pago na aquisição de sociedade, recuperado para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da sociedade, conforme determina a Lei nº 5.332/97, amortizável conforme prazo estipulado em laudos de avaliação, direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos, e *softwares* e carteiras de clientes, amortizados em prazos de cinco a dez anos.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - O ITAÚ UNIBANCO avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados, no mínimo, uma vez por ano.

As perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimado descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliação a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Reconhecemos na Demonstração do Resultado, na rubrica Outras Despesas Operacionais, perdas por redução ao valor recuperável, referente aos direitos de aquisição de Folha de Pagamento e *Softwares*, por conta dos resultados obtidos serem inferiores aos benefícios econômicos previstos, no valor de R\$ (14.266) (R\$ 324.113) de 01/01 a 31/12/2016.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas pelo CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

1 - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

• Ativos Contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; e

• Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em apêlos civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por

avaliadores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

II - Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

p) Tributos - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social (*)	20,00%	ISS	até 5,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

q) Benefícios Pós-emprego

Planos de Pensão - Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de juros de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração do Resultado:

• Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.

• Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido - é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO por meio de fundo previdencial, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

r) Resultados de Exercícios Futuros - Referem-se basicamente às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas da fluência do prazo.

s) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. A partir de 1º de janeiro de 2017, passou a ser reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512, de 28/07/2016, do CMN. Os ajustes decorrentes da aplicação inicial da referida resolução foram registrados em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

NOTA 4 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2017					31/12/2016				
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%	Total	%
Aplicações no Mercado Aberto	33.989.583	200.300.965	--	6.286.039	240.576.587	68,3	279.484.322	74,5		
Posição Bancada (1)	764.720	7.265.779	--	3.366.600	11.397.099	3,2	25.201.488	6,7		
Posição Financeira	31.007.893	157.468.587	--	2.919.439	191.395.919	54,4	209.983.126	56,0		
Posição Vendida	2.216.970	35.566.599	--	--	37.783.569	10,7	44.299.708	11,8		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiro (2)	23.368.541	13.894.386	14.147.850	60.324.554	111.735.331	31,7	95.234.557	25,5		
Total	57.358.124	214.195.351	14.147.850	66.610.593	352.311.918	100,0	374.718.879	100,0		
% por prazo de vencimento	16,3	60,8	4,0	18,9						
Total - 31/12/2016	213.322.645	78.234.247	39.928.557	43.233.430	374.718.879					
% por prazo de vencimento	56,9	20,9	10,7	11,5						

(1) Inclui R\$ 3.305.176 (R\$ 3.289.361 em 31/12/2016) referente a Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e BACEN.

(2) Inclui R\$ 258.024 referente a Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

Resumo por Vencimento		31/12/2017										31/12/2016
		Provisão para Ajuste e Valor de Mercado Refletida no:										
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	91.784.007	293.652	847.469	92.925.128	32,7	13.567.064	1.481.390	2.227.103	12.946.684	11.062.963	51.639.924	71.843.788
Letras Financeiras do Tesouro	6.137.910	1.264	(45)	6.139.129	2,2	--	1.464.391	--	96.130	359.544	4.219.064	4.980.470
Letras do Tesouro Nacional	31.967.073	22.909	265.757	32.255.739	11,3	10.920.710	--	2.207.817	6.133.107	7.389.800	5.604.305	17.691.331
Notas do Tesouro Nacional	34.195.731	244.642	384.819	34.825.192	12,2	2.644.870	16.910	19.273	6.717.286	1.934.723	23.492.130	28.557.176
Tesouro Nacional/Securitização	19.716	(220)	22.457	21.953,61	0,1	--	89	13	161	227	219.163	229.284
Títulos da Dívida Externa Brasileira	19.285.877	25.057	174.481	19.485.415	6,9	1.484	--	--	--	1.378.669	18.105.262	20.385.527
TÍTULOS PÚBLICOS - OUTROS PAÍSES	5.970.045	1.078	(15.114)	5.956.009	2,1	1.202.844	361.007	1.390.996	2.583.936	322.511	94.715	1.422.364
Argentina	212.570	1.119	--	213.689	0,1	1.808	35.193	7.522	120.615	4.639	43.912	24.524
Chile	2.186	(7)	--	2.179	--	--	--	--	--	--	--	--
Colômbia	25.855	(44)	--	25.811	--	--	--	--	--	--	--	--
Coreia do Sul	1.437.285	--	--	1.437.285	0,5	--	--	500.191	937.094	--	--	649.069
Dinamarca	1.950.783	--	1	1.950.784	0,7	955.547	--	502.719	492.518	--	--	487.231
Espanha	1.758.207	--	1	1.758.208	0,6	245.489	162.418	--	1.033.709	316.592	--	240.535
México	564.375	(31)	(15.108)	549.236	0,2	--	163.396	380.564	--	--	5.276	5.257
Paraguai	2.600	(9)	--	2.591	--	--	--	--	--	--	2.591	--
Uruguai	14.259	27	--	14.286	--	--	--	--	--	--	14.286	13.258
Outros	1.925	23	(8)	1.940	--	--	--	--	--	29	1.911	1.032
TÍTULOS DE EMPRESAS	142.577.937	(206.219)	(719.071)	141.652.647	49,8	18.209.530	2.797.469	2.003.153	2.630.038	6.256.102	109.756.355	216.261.968
Eurobônus e Assemelhados	5.245.443	(878)	35.930	5.280.495	1,9	28.454	289.721	857.641	986.160	1.189.239	1.929.280	7.433.551
Ações	2.057.708	(233.568)	218.506	2.042.646	0,7	2.042.646	--	--	--	--	--	1.556.909
Debêntures (1)	97.437.476	30.240	(990.626)	96.477.090	33,9	99.986	303.180	474.784	503.895	3.641.214	91.454.031	167.847.368
Nota Promissória	3.246.331	--	(2.398)	3.243.933	1,1	--	2.088.965	398.601	162.780	549.579	44.008	2.173.593
Cédula do Produtor Rural	2.858.205	--	(29.785)	2.828.420	1,0	15.621	47.948	182.130	393.014	216.850	1.972.857	1.424.946
Cotas de Fundos	15.999.506	(713)	24.030	16.022.823	5,6	16.022.823	--	--	--	--	--	15.845.257
Direito Creditório	1.336.569	--	--	1.336.569	0,5	1.336.569	--	--	--	--	--	1.234.395
Renda Fixa	12.926.700	932	--	12.927.632	4,5	12.927.632	--	--	--	--	--	14.485.105
Renda Variável	1.736.237	(1.645)	24.020	1.758.612	0,6	1.758.612	--	--	--	--	--	1.257.757
Certificados de Recebíveis Imobiliários	14.650.805	(1.045)	18.673	14.668.434	5,2	--	4.910	50.013	121.009	517.942	13.974.560	16.582.079
Letras Financeiras	648.433	(116)	222	648.539	0,2	--	31.818	13.941	463.035	139.745	--	2.815.918
Outros	434.029	(139)	6.377	440.267	0,2	--	30.927	26.043	145	1.533	381.619	582.347
SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	240.331.989	88.511	113.284	240.533.784	84,6	32.979.438	4.639.866	5.621.252	18.160.658	17.641.576	161.490.994	289.528.120
Títulos para Negociação	82.544.371	88.511	--	82.632.882	29,1	12.946.215	1.195.281	2.360.263	9.591.179	6.771.575	49.768.399	86.251.697
Títulos Disponíveis para Venda	126.699.001	--	113.284	126.812.285	44,6	10.876.114	3.439.675	3.210.976	8.448.470	9.390.257	91.476.793	168.421.170
Títulos Maturos até o Vencimento (2)	31.089.617	--	--	31.098.617	10,9	9.157.109	4.910	50.013	121.009	1.479.274	20.275.832	34.855.255

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

a) Resumo por Vencimento (continuação)

a) Resumo por Vencimento (continuação)	31/12/2017												31/12/2016	
	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado Refletida no:				%	Patrimônio Líquido						Acima de 720 dias		Valor de Mercado
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado		0-30	31-90	91-180	181-365	366-720				
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	26.877.324	17.036.381	--	43.913.705	15,4	8.517.660	4.078.858	3.500.826	7.294.341	11.527.317	8.994.703	39.980.176		
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) EM 31/12/2017	267.209.313	17.124.892	113.284	284.447.489	100,0	41.497.098	8.718.724	9.122.078	25.454.999	29.168.893	170.485.697	329.508.296		
% por prazo de vencimento						14,6%	3,1%	3,2%	8,9%	10,3%	59,9%			
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PASSIVO) EM 31/12/2017	(36.581.078)	3.668.270	--	(32.912.808)	100,0	(8.220.007)	(1.197.564)	(2.206.803)	(5.844.547)	(6.002.326)	(9.441.561)			
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) EM 31/12/2016	316.604.942	13.377.154	(473.800)	329.508.296	100,0	28.189.876	7.184.181	9.696.666	11.752.202	31.850.092	240.835.279			
% por prazo de vencimento						8,6%	2,2%	2,9%	3,6%	9,7%	73,1%			
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PASSIVO) EM 31/12/2016	(41.707.637)	6.189.228	--	(35.518.409)	100,0	(6.374.547)	(3.578.229)	(3.674.858)	(5.122.308)	(6.487.542)	(10.280.925)			

(1) Inclui basicamente títulos emitidos pela Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil;

(2) Os títulos classificados nesta categoria, se avaliados a valor de mercado, apresentariam um ajuste no valor de R\$ 603.981 (R\$ (181.075) em 31/12/2016).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A globalização dos mercados nos últimos anos proporcionou um crescente nível de sofisticação dos produtos financeiros utilizados. Como consequência deste processo, houve uma crescente demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o ITAÚ UNIBANCO e suas controladas operam nos mercados derivativos, tanto no atendimento às crescentes necessidades de seus clientes, como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização dos instrumentos derivativos como forma de minimização dos riscos resultantes das operações comerciais e financeiras.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress. O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades. As operações de derivativos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

Os contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, todas registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, New York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição. Ressaltamos,

também, que na carteira da instituição não existem operações estruturadas com base em ativos subprime e todas estas operações são baseadas em fatores de risco negociados em bolsa.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31/12/2017 eram relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros, commodities, cupons de dólar e de TR, LIBOR e renda variável. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco de mercado está apoiado em modelos determinísticos e estatísticos sofisticados. Com base neste modelo de gestão, a instituição tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo derivativos, otimizar a relação risco-retorno da carteira da instituição em situações de grande volatilidade.

A maioria dos derivativos da carteira da instituição é negociada em bolsa. Para estes derivativos são utilizados os preços divulgados pelas próprias bolsas, exceto em casos em que se identifique baixa representatividade do preço por liquidez de seu contrato específico. Os derivativos tipicamente apreçados desta forma são os contratos futuros. Da mesma forma, existem outros instrumentos que possuem cotações (preços justos) diretamente divulgados por instituições independentes e que são apreçados utilizando estas informações diretas. Calem nesta situação grande parte dos títulos públicos brasileiros, títulos (públicos e privados) internacionais de alta liquidez e ações. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e os títulos pouco líquidos.

O valor total das margens dadas em garantia era de R\$ 3.493.339 (R\$ 752.623 em 31/12/2016) e estava composto basicamente por Títulos Públicos.

I - Derivativos por Indexador

	Conta de Compensação		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido) (A Pagar)/Pago	Ajuste a Valor de Mercado (no Resultado)		Valor de Mercado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de Futuros	466.117.847	580.894.433	11.023	148.317	159.340	150.623	
Compromissos de Compra	263.075.874	174.847.010	(6.071)	137.039	130.968	(149.310)	
Moeda Estrangeira	21.712.490	27.577.323	246	153.403	153.649	58.932	
Mercado Interfinanceiro	166.263.914	109.176.617	27.162	(5)	27.157	968	
Índices	56.973.382	25.553.557	(33.553)	(16.359)	(49.912)	(209.116)	
Títulos	18.066.967	12.520.337	(6)	--	(6)	(18)	
Commodities	59.121	19.176	80	--	80	(76)	
Compromissos de Venda	203.041.973	406.047.423	17.094	11.278	28.372	299.933	
Moeda Estrangeira	22.826.479	68.483.602	547	755	1.302	4.096	
Mercado Interfinanceiro	95.568.919	194.032.743	(50.465)	(56)	(50.521)	(10.890)	
Índices	73.382.066	133.185.712	66.739	10.579	77.318	306.551	
Títulos	11.218.348	10.274.881	216	--	216	46	
Commodities	38.000	56.754	62	--	62	116	
Outros	8.161	13.731	(5)	--	(5)	14	
Contratos de Swaps	--	--	(10.489.939)	(1.436.529)	(11.926.468)	(15.565.679)	
Posição Ativa	226.597.466	236.327.582	2.442.529	3.362.731	5.805.260	6.252.340	
Moeda Estrangeira	82.620.495	91.243.618	897.462	123.414	1.020.876	1.134.969	
Mercado Interfinanceiro	57.924.501	55.381.483	653.976	(59.544)	594.432	1.902.966	
Prefixados	40.103.927	26.976.069	602.455	2.474.931	3.077.386	1.453.941	
Pós-Fixados	1.121.397	3.585.205	(1.635)	529.109	527.474	822.801	
Índices	44.813.675	59.115.551	290.193	294.794	584.987	937.337	
Commodities	--	4.876	--	--	--	--	
Outros	13.471	20.780	78	27	105	326	
Posição Passiva	237.087.405	251.298.521	(12.932.468)	(4.799.260)	(17.731.728)	(21.818.019)	
Moeda Estrangeira	19.289.089	21.407.153	(596.149)	(11.304)	(607.453)	(920.085)	
Mercado Interfinanceiro	43.595.435	57.228.876	(1.604.227)	51.242	(1.552.985)	(4.966.646)	
Prefixados	149.370.868	137.759.848	(9.392.174)	(2.541.382)	(11.933.556)	(11.786.971)	
Pós-Fixados	2.590.000	3.797.352	(16.477)	(531.442)	(547.919)	(831.272)	
Índices	22.204.866	30.811.038	(1.322.958)	(1.766.432)	(3.089.390)	(3.303.433)	
Títulos	--	20.439	--	--	--	(8.947)	
Commodities	--	259.985	--	--	--	(665)	
Outros	37.147	13.830	(483)	58	(425)	--	
Contratos de Opções	2.112.238.495	825.752.835	269.601	21.889.327	22.158.928	19.417.095	
De Compra - Posição Comprada	231.133.232	138.154.060	929.330	(228.774)	700.556	473.598	
Moeda Estrangeira	25.571.928	36.806.888	585.843	(205.468)	380.375	350.265	
Mercado Interfinanceiro	26.483.535	1.247.053	37.293	11.403	48.696	21.266	
Índices	178.729.184	99.867.639	294.108	(37.665)	256.443	93.846	
Títulos	118.542	62.941	3.469	(1.563)	1.906	745	
Commodities	230.043	169.539	8.617	4.519	13.136	7.476	
De Venda - Posição Comprada	882.144.987	283.496.354	14.506.655	13.622.699	28.129.354	26.205.202	
Moeda Estrangeira	175.894.123	182.928.691	13.919.990	13.331.742	27.251.732	26.094.375	
Mercado Interfinanceiro	11.622.576	7.357.301	20.543	95.887	116.430	4.347	
Índices	691.829.992	91.982.394	492.333	236.492	728.625	94.580	
Títulos	2.642.477	1.148.706	70.052	(40.045)	30.007	8.450	
Commodities	155.819	79.262	3.737	(1.377)	2.360	3.450	
De Compra - Posição Vendida	230.538.659	268.268.526	(14.107.130)	8.703.493	(5.403.637)	(5.420.550)	
Moeda Estrangeira	176.106.824	185.037.755	(13.901.016)	8.636.268	(5.264.748)	(5.295.339)	
Mercado Interfinanceiro	23.573.956	94.534	(31.351)	31.226	(125)	(84)	
Índices	30.477.473	83.084.336	(167.068)	33.349	(133.719)	(123.346)	
Títulos	284.148	33.177	(4.593)	2.413	(2.180)	(1.353)	
Commodities	96.258	18.724	(3.102)	237	(2.865)	(428)	
De Venda - Posição Vendida	768.421.617	135.833.895	(1.059.254)	(208.091)	(1.267.345)	(1.841.155)	
Moeda Estrangeira	21.382.521	28.176.656	(524.678)	113.037	(411.641)	(1.737.804)	
Mercado Interfinanceiro	8.721.647	3.260.492	(18.397)	(85.672)	(104.069)	(6.537)	
Índices	737.843.510	104.173.664	(502.592)	(244.018)	(746.610)	(82.774)	
Títulos	328.017	32.366	(5.645)	3.898	(1.747)	(111)	
Commodities	145.922	190.717	(7.942)	4.664	(3.278)	(13.929)	
Operações a Termo	9.373.811	11.983.429	180.279	(731)	179.548	(1.102)	
Compras a Receber	1.628.929	941.448	1.644.259	49	1.644.308	947.372	
Prefixados	1.129.691	395.052	1.145.225	(274)	1.144.951	400.863	
Pós-Fixados	499.214	546.396	499.010	322	499.332	546.509	
Títulos	24	--	24	1	25	--	
Obrigações por Compra a Pagar	--	--	(1.644.259)	--	(1.644.259)	(947.048)	
Prefixados	--	--	(1.145.225)	--	(1.145.225)	(401.092)	
Pós-Fixados	--	--	(499.010)	--	(499.010)	(545.956)	
Títulos	--	--	(24)	--	(24)	--	
Vendas a Receber	182.154	6.937.560	4.500.231	115	4.500.346	2.556.634	
Mercado Interfinanceiro	--	4.386.966	--	--	--	6	
Prefixados	--	2.250.232	2.446.970	--	2.446.970	2.256.573	
Pós-Fixados	--	300.362	1.872.932	--	1.872.932	300.055	
Títulos	182.154	--	180.329	115	180.444	--	
Obrigações por Venda a Entregar	7.562.728	4.104.421	(4.319.952)	(895)	(4.320.847)	(2.558.060)	
Mercado Interfinanceiro	3.260.813	4.104.421	--	(259)	(259)	(1.608)	
Prefixados	2.428.014	--	(2.446.970)	326	(2.446.644)	(2.256.207)	
Pós-Fixados	1.873.851	--	(1.872.932)	(963)	(1.873.895)	(300.245)	
Títulos	50	--	(50)	1	(40)	--	



Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

I - Derivativos por Indexador (continuação)

	Conta de Compensação Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber/ (Recebido) (A Pagar)/Pago		Ajuste a Valor de Mercado (no Resultado)		Valor de Mercado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Derivativos de Crédito - Moeda Estrangeira	7.831.260	9.358.506	(31.335)	56.498	25.163	12.206		
Posição Ativa	4.041.334	3.875.070	36.494	38.674	75.168	131.538		
Posição Passiva	3.789.926	5.483.436	(67.829)	17.824	(50.005)	(119.332)		
Forwards	139.876.722	100.945.895	329.652	47.311	378.963	670.370		
Posição Ativa	77.697.662	57.601.481	2.707.208	42.864	2.750.072	3.131.763		
Moeda Estrangeira	77.616.706	57.323.069	2.701.545	42.319	2.743.864	3.112.306		
Índices	80.956	72.315	5.663	545	6.208	18.563		
Commodities	62.179.060	43.344.414	(2.377.556)	4.467	(2.373.109)	(2.461.393)		
Posição Passiva	62.004.526	43.073.444	(2.363.922)	4.568	(2.369.354)	(2.436.498)		
Moeda Estrangeira	26.594	24.376	(13.634)	(121)	(13.755)	(195)		
Índices	174.534	1.493.459	(72.182)	18.435	(53.747)	(264.606)		
Commodities	954.781	923.459	448	67.683	68.131	88.246		
Verificação de Swap	513.781	570.000	(72.630)	(49.248)	(121.878)	(352.852)		
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	441.000	1.792.066	99.144	99.144	81.170	42.860		
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	1.792.066	1.174.501	99.144	(17.974)	81.170	42.860		
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.792.066	1.174.501	99.144	(17.974)	81.170	42.860		
Posição Ativa	1.792.066	1.174.501	99.144	(17.974)	81.170	42.860		
Prefixados	1.792.066	1.174.501	99.144	(17.974)	81.170	42.860		
Total			26.877.321	17.036.384	43.933.705	39.980.176		
Passivo			(36.581.078)	(32.912.808)	(35.518.409)	(35.518.409)		
Total			(9.703.757)	20.704.654	11.000.897	4.461.767		

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação/Valor Referencial	0 - 30	31-180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de Futuros	63.965.062	145.025.265	86.394.609	170.732.911	466.117.847	580.894.433
Contratos de Swaps	18.722.505	26.086.514	48.760.871	130.585.047	224.154.937	231.708.678
Contratos de Opções	422.222.570	326.051.190	495.713.958	868.250.777	2.112.238.495	825.752.835
Operações a Termo	6.736.378	1.643.025	994.408	—	9.373.811	11.983.429
Derivativos de Crédito	—	125.704	754.224	6.951.332	7.831.260	9.358.506
Forwards	—	91.989.811	15.692.453	8.727.776	139.876.722	100.945.895
Verificação de Swap	23.466.682	292.781	—	662.000	954.781	1.493.459
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	—	56.484	253.836	1.481.746	1.792.066	1.174.501

II - Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes:

	Futuros		Swaps		Opções		Termo		Derivativos de Crédito		Forwards		Verificação de Swap		Outros	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	334.885.030	29.006.794	1.728.861.632	3.442.967	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Balcão	131.232.817	195.148.143	383.376.863	5.930.844	7.831.260	139.876.722	954.781	1.792.066	—	—	—	—	—	—	—	—
Instituições Financeiras	131.232.817	102.306.223	364.556.150	—	7.831.260	139.876.722	954.781	1.792.066	—	—	—	—	—	—	—	—
Empresas	—	28.608.275	18.520.274	5.930.844	—	20.108.303	954.781	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pessoas Físicas	—	64.233.645	300.439	—	—	120.446	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total - 31/12/2017	466.117.847	224.154.937	2.112.238.495	9.373.811	7.831.260	139.876.722	954.781	1.792.066	—	—	—	—	—	—	—	—
Total - 31/12/2016	580.894.433	231.708.678	825.752.835	11.983.429	9.358.506	100.945.895	1.493.459	1.174.501	—	—	—	—	—	—	—	—

III - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito (Ativos e Passivos), demonstrada pelo seu valor referencial.

	Valor Referencial		31/12/2017		31/12/2016	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Transferidos	3.580.910	3.875.070	—	—	—	—
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:	—	—	—	—	—	—
Títulos e Valores Mobiliários	3.580.910	3.875.070	—	—	—	—
Recebidos	(4.250.350)	(5.483.436)	—	—	—	—
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:	—	—	—	—	—	—
Títulos e Valores Mobiliários	(4.250.350)	(5.483.436)	—	—	—	—
Total	(669.440)	(1.608.366)	—	—	—	—

II - A seguir, apresentamos quadro com o prazo de vencimento das estratégias de Hedge Fluxo de Caixa.

Estratégias	31/12/2017						Total
	0-1 anos	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	35.973.635	12.229.910	6.985.466	12.403.273	—	1.660.855	69.253.139
Hedge de Transação Prevista Atamente Provável/Compromissadas Firms	162.309	69.858	—	—	—	—	232.167
Hedge de Operações Ativas	16.725.587	5.940.862	—	1.252.729	—	—	23.919.178
Hedge de Compromissadas Ativas	250.600	25.208.848	3.956.763	1.349.092	—	1.089.793	31.855.096
Total	53.112.131	43.449.478	10.942.229	15.005.094	—	2.750.648	125.259.580

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2016						Total
	0-1 anos	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	34.975.681	32.329.613	11.701.155	6.961.916	7.400.399	435.515	93.804.279
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	6.844.110	—	—	—	—	—	6.844.110
Hedge de Operações Ativas	4.627.346	13.718.433	4.889.852	—	932.202	—	24.167.833
Hedge de Compromissadas Ativas	—	—	1.465.380	917.839	162.899	—	2.546.108
Total	46.447.137	46.048.046	18.056.387	7.879.755	8.495.490	435.515	127.362.330

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

c) Evolução do Ajuste a Valor de Mercado do Período

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	16.903.007	(10.672.021)
Ajustes com efeitos no Resultado	1.226.780	31.947.531
Títulos para Negociação	(169.263)	1.044.333
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)	1.396.043	30.903.198
Patrimônio Líquido	277.632	(4.372.503)
Disponível para Venda	587.084	1.158.743
Hedge Contábil (Futuro)	(309.452)	(5.531.246)
Saldo Final	18.407.419	16.903.007
Ajuste a Valor de Mercado	18.407.419	16.903.007
Títulos para Negociação	88.511	257.774
Títulos Disponíveis para Venda	113.284	(473.800)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)	18.205.624	17.119.033
Para Negociação	20.704.651	19.308.608
Hedge Contábil (Futuro)	(2.499.027)	(2.189.575)

d) Resultado Realizado na Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (Prejuízo) - Títulos para Negociação	1.233.666	950.302
Lucro (Prejuízo) - Títulos Disponíveis para Venda	245.260	(186.695)
Lucro (Prejuízo) - Derivativos	6.019.554	(9.603.267)
Lucro (Prejuízo) - Variação Cambial Investimentos no Exterior	270.435	(3.454.940)
Total	7.768.915	(12.294.600)
Durante o período findo em 31/12/2017, o ITAÚ UNIBANCO reconheceu R\$ 1.060.293 de despesas por redução ao valor recuperável, sendo R\$ 784.715 para Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e R\$ 275.578 para Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento. A perda líquida de reversões totalizou R\$ 979.169 (R\$ 1.522.012 de perdas em 31/12/2016) registrada na demonstração de resultado na linha "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos".		
a) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários (artigo 5º da Circular nº 3.068, de 08/11/2008, do BACEN)		
A Administração determina diretrizes para a classificação de Títulos e Valores Mobiliários. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes.		
Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular nº 3.068, de 08/11/2008, do BACEN, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços semestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria "Mantidos até o Vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.		
No período, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.		

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco

Níveis de Risco	31/12/2017										Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Operações de Crédito	145.599.882	50.069.616	13.659.459	10.077.963	7.109.536	4.616.875	4.337.337	3.863.201	7.581.598	246.915.467	251.932.287
Empréstimos e Títulos Descontados	49.546.441	44.629.025	10.000.213	8.476.182	5.704.876	3.486.258	3.207.723	2.390.439	6.976.423	134.417.580	128.424.467
Operações Com Cartões de Crédito	—	343.404	11.330	9.645	4.653	3.737	3.710	3.209	31.212	410.900	476.485
Financiamentos	44.950.550	3.719.113	2.164.778	844.808	914.941	671.054	545.459	1.198.069	313.121	55.321.893	63.820.241
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.970.690	1.016.584	477.298	53.551	74.587	92.559	204	1.975	22.768	8.710.216	10.642.617
Financiamentos Imobiliários	44.132.201	361.490	1.005.840	693.777	410.479	363.267	580.241	269.509	238.074	48.054.878	48.568.477
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Nota 6d)	15	1.066	196	271	90	30	14	9	1.210	2.901	9.056
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	2.056.651	1.472.854	347.126	97.081	38.486	60.010	108.967	638	—	4.181.813	4.929.849
Outros Créditos - Diversos (Nota 10a) (2)	15.706	586.902	—	24.115	620	143.007	2.176	1.965	288.689	1.063.180	1.866.545
Total Operações com Características de Concessão de Crédito	147.672.254	52.130.438	14.006.781	10.199.430	7.148.732	4.819.922	4.448.494	3.865.813	7.871.497	252.163.361	258.737.646
Garantias Financeiras Prestadas (3)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	62.856.521	68.185.288
Total com Garantias Financeiras Prestadas	147.672.254	52.130.438	14.006.781	10.199.430	7.148.732	4.819.922	4.448.494	3.865.813	7.871.497	315.019.882	326.922.934
TOTAL EM 31/12/2016	160.263.887	43.547.782	13.737.331	11.455.075	8.137.388	5.455.619	3.871.973	3.200.694	9.067.897	258.737.646	

(1) Composto por Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Importação Financiamento - Câmbio Contratado, contabilizados em Outros Créditos/Obrigações - Carteira de Câmbio (Nota 7).

(2) Composto por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Bens e Avais e Fianças Honradas.

(3) Contabilizados em Contas de Compensação.

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

b) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

Operações em Curso Anormal (1)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total		%
Parcelas Vencidas	--	--	1.081.184	1.022.265	806.401	911.986	762.296	773.847	2.700.522	8.058.501	3,2%	
01 a 60	--	--	65.713	65.274	60.481	50.201	47.723	51.497	204.169	545.058	0,2%	
61 a 90	--	--	27.438	25.613	25.048	25.811	18.889	21.676	112.816	257.291	0,1%	
91 a 180	--	--	79.334	73.536	72.522	85.771	57.084	66.169	246.004	680.420	0,3%	
181 a 365	--	--	87.893	134.508	138.946	274.208	162.371	125.378	451.474	1.374.768	0,5%	
Acima de 365	--	--	820.816	723.334	509.404	475.995	476.229	509.127	1.686.059	5.200.964	2,1%	
Parcelas Vencidas	--	--	125.934	207.189	252.012	255.446	1.473.448	583.415	2.725.685	5.623.129	2,2%	
01 a 60	--	--	125.934	192.689	126.633	126.633	729.638	93.785	283.800	1.681.007	0,7%	
61 a 90	--	--	--	10.682	109.279	40.399	595.798	229.095	208.267	1.193.520	0,5%	
91 a 180	--	--	--	3.808	14.215	83.755	135.056	243.368	827.529	1.307.731	0,5%	
181 a 365	--	--	--	--	--	4.659	12.956	17.167	1.345.153	1.379.935	0,5%	
Acima de 365	--	--	--	--	--	--	--	--	60.936	60.936	0,0%	
Subtotal	--	--	1.207.118	1.229.454	1.058.413	1.167.432	2.235.744	1.357.262	5.426.207	13.681.630	5,4%	
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vencidas	147.192.277	51.776.027	12.701.123	8.857.619	6.014.440	3.538.500	2.190.831	2.471.380	2.424.815	237.167.012	94,1%	
01 a 60	20.321.759	10.642.235	2.942.323	2.045.448	980.948	376.074	327.992	165.587	163.094	37.965.400	15,1%	
61 a 90	6.157.785	1.731.074	559.608	357.965	105.958	65.139	54.662	41.795	117.623	9.191.609	3,6%	
91 a 180	18.417.399	4.696.787	1.451.164	753.993	344.906	237.713	210.453	198.485	255.913	26.566.813	10,5%	
181 a 365	24.598.348	6.978.206	2.074.528	1.360.934	724.796	485.488	237.995	230.742	189.174	36.880.211	14,7%	
Acima de 365	77.696.986	27.727.725	5.673.500	4.339.279	3.857.832	2.374.086	1.359.729	1.834.771	1.699.011	126.562.919	50,2%	
Parcelas Vencidas até 14 dias	479.978	354.411	98.540	112.356	75.878	113.990	21.920	37.171	20.475	1.314.719	0,5%	
Subtotal	147.672.255	52.130.438	12.799.663	8.969.975	6.090.316	3.652.490	2.212.751	2.508.551	2.445.290	238.481.731	94,6%	
Total Geral em 31/12/2017	147.672.255	52.130.438	14.006.781	10.199.429	7.148.731	4.819.922	4.448.495	3.865.813	7.871.497	252.163.361		
Provisão Existente	--	--	(516.091)	(418.803)	(1.018.923)	(2.143.904)	(3.005.720)	(4.448.022)	(3.865.426)	(7.871.497)	(23.288.386)	
Provisão Requerida	--	--	(260.652)	(140.068)	(305.983)	(714.873)	(1.445.976)	(2.224.248)	(2.706.069)	(7.871.497)	(15.669.366)	
Provisão Complementar	--	--	(255.439)	(278.735)	(712.940)	(1.429.031)	(1.559.744)	(2.223.774)	(1.159.357)	--	(7.619.020)	
Total Geral em 31/12/2016	160.263.887	43.547.782	13.737.331	11.455.075	8.137.388	5.455.619	3.871.973	3.200.694	9.067.897	258.737.646		
Provisão Existente	--	--	(431.123)	(410.746)	(1.144.362)	(2.440.403)	(3.436.579)	(3.871.586)	(3.200.374)	(9.067.897)	(24.003.070)	
Provisão Requerida	--	--	(213.605)	(130.198)	(335.361)	(766.351)	(1.518.965)	(1.866.762)	(1.896.795)	(9.067.897)	(15.895.934)	
Provisão Complementar	--	--	(217.518)	(280.548)	(809.001)	(1.674.052)	(1.817.614)	(2.004.824)	(1.303.579)	--	(8.102.136)	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

c) Composição por Setores de Atividade

	31/12/2017	31/12/2016
Sector Público	1.393.080	2.648.814
Sector Privado	250.770.281	256.088.832
Pessoa Jurídica	163.759.450	171.893.875
Pessoa Física	87.010.831	84.194.957
TOTAL	252.163.361	258.737.646

d) Composição do Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Arrendamento Financeiro	1.171	1.606
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	144.862	159.553
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(143.691)	(157.947)
Outros Valores e Bens - Bens Reintegrados	77	77
Imobilizado de Arrendamento Mercantil	12.522	42.242
Bens Arrendados	11.978	40.750
Veículos	11.978	40.750
Depreciação Acumulada	544	1.492
(Depreciação Acumulada)	(11.978)	(40.716)
Superveniência de Depreciação	12.522	42.208
(Credores por Antecipação do Valor Residual)	(10.869)	(34.869)
TOTAL	2.901	9.056

e) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Saldo Inicial	(24.003.070)	(23.276.147)
Reclassificação de Saldo de Provisão (1)	(504.659)	—
Saldo Orlado da Aquisição da Carteira Citibank	(225.876)	—
Constituição Líquida do Período	(9.762.274)	(14.470.816)
Requerida pela Resolução nº 2.682/99	(10.250.389)	(15.949.826)
Complementar	488.115	1.479.010
Write-Off	11.207.493	13.743.893
Saldo Final	(23.288.386)	(24.003.070)
Provisão Requerida pela Resolução 2.682/99 (Nota 3g)	(15.669.366)	(15.895.934)
Provisão Complementar (2)	(7.619.020)	(8.107.136)

(1) Refere-se à reclassificação de saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa que estava registrado no passivo.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN.

Em 31/12/2017, o saldo da provisão em relação a carteira de crédito equivale a 9,24% (9,28% em 31/12/2016).

f) Recuperação e Renegociação de Créditos

I - No período foram recuperados créditos baseados (write-off) contra a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 2.300.388 (R\$ 2.001.349 de 01/01 a 31/12/2016), que se encontram registrados em Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

II - Em 31/12/2017 o saldo de créditos renegociados totalizava R\$ 14.161.111 (R\$ 12.136.062 em 31/12/2016), sendo a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 6.625.370 (R\$ 5.789.045 em 31/12/2016).

g) Operações de Venda ou Transferência e Aquisições de Ativos Financeiros

I. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente à época com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não dos riscos e benefícios, o montante em 31/12/2017 das operações cedidas com coobrigação onde a entidade reteve substancialmente os riscos e benefícios das operações cedidas é de R\$ 106.503 (R\$ 134.359 em 31/12/2016), composto por operações de Crédito Imobiliário R\$ 98.054 (R\$ 124.205 em 31/12/2016) e Crédito Rural R\$ 8.449 (R\$ 10.154 em 31/12/2016).

II. A partir de Janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução 3.533/08, de 31/01/2008, do CMN e normalizações complementares, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

Abaixo, composição das Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros com retenção de riscos e benefícios.

Natureza da Operação	31/12/2017				31/12/2016			
	Ativo		Passivo (1)		Ativo		Passivo (1)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Crédito Imobiliário	2.353.957	2.294.831	2.347.240	2.288.114	2.924.996	2.822.697	2.920.302	2.818.003
Capital de Giro	2.650.606	2.650.606	2.570.017	2.570.017	2.767.733	2.767.733	2.767.520	2.767.520
Veículos (2)	—	—	1.660	1.660	—	—	3.155	3.155
Crédito PJ (2)	—	—	3.084	3.084	—	—	5.862	5.862
TOTAL	5.004.563	4.945.437	4.922.001	4.862.875	5.692.729	5.590.430	5.696.839	5.594.540

(1) Rubrica Outras Obrigações Diversas;

(2) Cessão de Operações que já estavam baixadas a prejuízo.

As operações de venda ou transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios totalizam R\$ 1.137.324 (R\$ 4.287.801 em 31/12/2016) com efeito no resultado de R\$ 235.351 (R\$ 65.030 em 31/12/2016), líquido da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

No período, foi realizada transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios entre empresas ligadas, referente as operações consideradas pela Administração como de expectativa de recuperação remota.

A carteira no montante de R\$ 6.652.460, integralmente baixada para prejuízo, foi realizada pelo valor de R\$ 69.860 de acordo com laudo de avaliação externo.

As aquisições de carteiras de créditos com retenção de riscos do cedente realizadas durante o ano de 2017 totalizam R\$ 165.353 (R\$ 435.102 durante o período de 2016).

h - Garantias Financeiras Prestadas por Tipo

Tipo de Garantia	31/12/2017		31/12/2016 (*)		31/12/2017		31/12/2016	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Ativo ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos								
de Natureza Fiscal	36.157.228	(901.225)	34.532.756	(310.133)	43.387.844	47.155.117	21.678.164	25.122.003
Fianças Bancárias Diversas	20.561.314	(824.770)	24.128.440	(923.780)	21.904.656	22.288.271	21.904.656	22.288.271
Outras Garantias Financeiras Prestadas	3.598.906	(86.701)	7.163.208	(113.851)	(268.851)	(343.251)	73.875	88.094
Vinculadas à Distribuição de TVM por Oferta Pública	291.600	(52)	—	—	39.212.869	42.689.761	22.109.520	21.790.540
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	2.133.560	(53.858)	2.027.155	(68.782)	21.204.585	25.734.340	—	—
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	—	—	3.372	(3.291)	—	—	—	—
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	113.913	(446)	330.357	(25.608)	—	—	—	—
TOTAL	62.856.521	(1.867.052)	68.185.288	(1.445.445)	104.805.094	115.968.588	43.887.149	48.243.418

(*) Para a classificação dos saldos de 31/12/2016 foi realizada uma adequação em função da nova abertura exigida pelo Regulador.

NOTA 7 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Resumo

	31/12/2017					31/12/2016				
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total
Depósitos	193.676.872	16.987.881	9.253.876	273.278.764	493.197.393	49,2	415.899.962	40,3	415.899.962	40,3
Captações no Mercado Aberto	249.430.518	19.706.149	24.576.959	74.108.705	367.822.331	36,7	463.029.575	44,8	463.029.575	44,8
Recursos de Ações e Emissão de Títulos	4.099.396	18.318.512	16.221.368	32.747.604	71.387.420	7,1	57.022.727	5,5	57.022.727	5,5
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	1.099.616	14.726.488	12.704.770	20.092.399	49.523.273	4,9	64.031.351	6,2	64.031.351	6,2
Dívidas Subordinadas	1.283.273	10.145.385	917.572	4.482.428	16.828.658	1,7	26.415.138	2,6	26.415.138	2,6
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	70.981	182.991	1.508.945	2.624.358	4.387.275	0,4	5.236.753	0,6	5.236.753	0,6
TOTAL	450.561.196	80.067.406	65.183.490	407.334.258	1.003.146.350	100,0	1.031.635.506	100,0	1.031.635.506	100,0
% por prazo de vencimento	45,0	8,0	6,5	40,6						
TOTAL - 31/12/2016	449.895.370	75.198.028	102.947.976	403.594.132	1.031.635.506					
% por prazo de vencimento	43,6	7,3	10,0	39,1						

(*) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financeiros à Exportação e financiamentos à Importação.

b) Recursos de Ações e Emissão de Títulos

	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
RECURSOS DE LETRAS:	3.922.774	16.903.316	14.016.454	26.474.085	61.316.629	85,9	54.187.258	87,0
de Crédito Imobiliário	1.822.948	9.469.374	2.754.008	4.478.460	18.524.790	25,9	19.178.742	30,8
de Crédito Agronegócio	1.386.364	3.638.737	2.536.746	7.538.268	15.105.115	21,2	15.442.249	24,8
Finanças	713.462	3.795.205	8.725.700	14.457.357	27.691.724	38,8	19.566.267	31,4
Obrigações por TVM no EXTERIOR - Non Trade Related	106.181	1.291.365	3.953.989	3.653.961	9.006.596	14,6	2.835.461	4,6
Captações por Certificados de Operações Estruturadas	70.981	182.991	1.508.945	4.387.275	6.160.192	10,0	5.236.753	8,4
Total	4.099.396	18.318.512	16.221.368	32.747.604	71.387.420	100,0	62.259.480	100,0
% por prazo de vencimento	5,6	25,7	22,7	46,0				
Total - 31/12/2016	2.691.756	12.921.058	13.475.651	27.934.262	62.259.480			
% por prazo de vencimento	2,3	30,9	6,2	60,6				

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

c) Dívidas Subordinadas

	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	31/12/2016	%
CDB.....	---	---	---	---	---	---	---	---
Letras Financeiras.....	1.283.273	10.145.385	917.572	4.482.428	16.828.658	100,0	25.485.743	95,5
Total.....	1.283.273	10.145.385	917.572	4.482.428	16.828.658	100,0	26.415.138	100,0
% por prazo de vencimento.....	7,6	60,3	5,5	26,6				
Total - 31/12/2016.....	68.209	9.039.351	1.134.039	19.433.330	29.674.929			
% por prazo de vencimento.....	2,3	30,9	6,2	60,6				

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Nome do Papel/Moeda	Principal Contratado (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo em 31/12/2017	Obrigação Legal (Nota 11c)	Passivos Contingentes	Total	31/12/2016
Letra Financeira Subordinada - BRL									
42.000	2011	2018	IGPM + 7%	64.115					
30.000			IPCA + 7,53% a 7,7%	50.499					
6.373.127	2012	2018	108% a 113% do CDI	7.346.546					
460.645			IPCA + 4,4% a 6,58%	804.432					
3.782.100			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.888.194					
112.000			9,95% a 11,95%	192.443					
2.000	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3.982					
1.000	2012	2019	110% do CDI	1.957					
12.000			11,96%	23.385					
100.500			IPCA + 4,7% a 6,3%	173.364					
1.000	2012	2020	111% do CDI	1.969					
20.000			IPCA + 6% a 6,17%	40.303					
6.000	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	12.263					
2.306.500	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	4.198.804					
20.000			IGPM + 4,63%	26.382					
TOTAL EM 31/12/2017					16.828.658				

NOTA 9 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A execução das atividades normais do ITAÚ UNIBANCO acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das cartéis civis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

- Ações Cíveis

As contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais. O ITAÚ UNIBANCO também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos. Os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.982.802 (R\$ 2.857.154 em 31/12/2016), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do Banco Central do Brasil (BCB), poupadores (representados por duas associações civis, FEBRABO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o Itaú já aderido aos seus termos. Para a validade e os efeitos do acordo, será necessária a homologação do STF, prevendo-se que ocorra no primeiro trimestre de 2018. A partir da homologação, os poupadores terão 24 meses para aderirem aos termos do acordo.

- Ações Trabalhistas

As contingências decorrem de ações em que se discutem pretensões direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico que precisa as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 113.447 (R\$ 62.378 em 31/12/2016), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Saldo Inicial.....	4.279.777	6.260.550
Saldo oriundo das Operações do Citibank.....	26.162	282.994
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3a I).....	(252.870)	(942.177)
Subtotal.....	4.053.069	5.601.367
Atualização/Encargos.....	73.805	534.639
Movimentação do Período Refletida no Resultado.....	819.064	2.224.841
Constituição (*).....	1.214.393	2.399.545
Reversão.....	(395.329)	(174.704)
Pagamento.....	(813.471)	(2.797.274)
Subtotal.....	4.132.467	5.563.573
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3a I).....	240.216	868.558
Saldo Final.....	4.372.683	6.432.131
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2017.....	1.042.313	1.839.058
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2016.....	1.084.627	1.866.166

(*) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R\$ 184.448 (R\$ 408.129 de 01/01 a 31/12/2016).

- **Contingências classificadas como possíveis:** Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 10.160.527, estão descritas a seguir:

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 4.008.237: defende-se a não incidência do INSS sobre as verbas não remuneratórias, principalmente no que tange às seguintes verbas: participação nos lucros, nos resultados, plano para entrega de ações de ações, vale transporte e abono único;

• IRPJ e CSLL - Apio - Dedução - R\$ 1.755.608: discute-se a dedutibilidade do apio na aquisição de carteira de clientes e/ou de investimentos com expectativa de rentabilidade futura;

• ISS - Atividades Bancárias - R\$ 1.055.129: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar;

• IRPJ e CSLL - Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 791.901: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indenimento de Pedido de Compensação - R\$ 566.294: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

a) Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e ou inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões		
Saldo Inicial.....	2.333.998	2.761.866
Atualização/Encargos.....	130.274	276.958
Movimentação do Período Refletida no Resultado.....	65.824	16.347
Constituição.....	143.876	116.430
Reversão.....	(78.052)	(100.083)
Pagamento.....	(630)	(1.683.246)
Saldo Final.....	2.529.266	1.371.925
Depósitos em Garantia		
Saldo Inicial.....	2.179.722	476.248
Apropriação de Rendimentos.....	136.511	40.523
Movimentação no Período.....	(13.716)	20.760
Novos Depósitos.....	79.892	53.619
Levantamentos Efetuados.....	(93.090)	(93.090)
Conversão em Renda.....	(518)	(32.859)
Saldo Final.....	2.302.517	537.531

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

• CSLL - Isonomia - R\$ 693.373: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R\$ 693.995;

• ISS - Atividades Bancárias - R\$ 429.857: discute-se que determinadas receitas não constituem fato gerador do tributo municipal e/ou não se enquadram na lista de serviços da Lei Complementar nº 116/03 e/ou Decreto-Lei 406/68. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 424.913;

• IRPJ - Remuneração Variável dos Socos x IN 93/97 - R\$ 279.181: Discute-se a inaplicabilidade Instrução Normativa SRF 93-97 na parte que veda a dedução dos valores pagos a título de honorários variáveis para os administradores, na base do lucro real. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 313.283;

• PIS e COFINS - Anterioridade, Nonagesimal e Irretroatividade - R\$ 289.248: Pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia totaliza R\$ 56.563;

• INSS - Seguro de Acidente do Trabalhador - R\$ 238.242: Adequação do Multiplicador do SAT conforme número de Contribuintes de Acidente de Trabalho. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 238.242;

• INSS - INSS x Adicional - R\$ 167.328: Alastar o adicional de 2,5% da contribuição previdenciária para as financeiras e equiparadas. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 163.699;

• PIS e COFINS - JCP - Regime não Cumulativo - R\$ 148.951: Discute-se a incidência do PIS/COFINS (não cumulativo) sobre as receitas de JCP decorrente de participações registradas no ativo permanente. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 142.429.

d) Ativos dados em garantia de Contingências

Em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 735.686 (R\$ 689.105 em 31/12/2016) e está depositado o montante de R\$ 2.733.039 (R\$ 2.667.222 em 31/12/2016).

e) Contas a Receber - Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de passivos contingentes totaliza R\$ 834.698 (R\$ 878.065 em 31/12/2016) (Nota 10a), representado basicamente pela garantia estabelecida em processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

O ITAÚ UNIBANCO, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituída mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as determinações estabelecidas pelo CMN e Carta Circular nº 3.429 de 11/02/2010 do BACEN.

f) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO aderiu aos Programas de Parcelamentos Incentivados - PPI, instituídos por diversas Prefeituras, entre as quais estão São Paulo e Rio de Janeiro (Leis nº 16.680/17 e nº 6.156/17, respectivamente).

Os programas permitem a regularização de débitos tributários ou não tributários, com descontos sobre os valores de multa e juros.

g) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

No âmbito federal, o ITAÚ UNIBANCO aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - Pert, instituído pela Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, em relação a débitos tributários e previdenciários, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

NOTA 10 - DETALHAMENTO DE CONTAS

	31/12/2017	31/12/2016
a) Outros Créditos - Diversos		
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 6a).....	1.063.180	1.866.454
Ativos de Planos de Aposentadoria (*).....	1.062.750	1.110.427
Benefício Definido (Nota 15c IV).....	344.908	317.192
Contribuição Definida (Nota 15d I).....	717.842	793.235
Impostos e Contribuições a Compensar.....	3.228.793	2.649.983
Depósitos em Garantia de Programas de Captação de Recursos Internos.....	804	384
Valores a Receber de Reembolso de Passivos Contingentes (Nota 9e).....	834.699	878.065
Contribuição Social a Compensar (Nota 11b I).....	562.143	586.324
Devedores Diversos no País e no Exterior.....	1.373.156	1.677.077
Operações sem Características de Concessão de Crédito.....	1.546.862	890.513
Outros.....	526.320	622.195
Total.....	10.198.708	10.281.424
(*) Eleitos decorrentes do compromisso com benefícios a empregados calculados em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009.		
b) Despesas Antecipadas		
Propaganda e Publicidade.....	625.210	439.296
Comissões Vinculadas a Manutenção de Softwares.....	169.802	174.802
Comissões Vinculadas a Operações de Crédito, Seguros e Previdência.....	15	998
Outras.....	587.882	447.914
TOTAL.....	1.382.909	1.063.010
c) Outras Obrigações - Diversas		
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 6gII).....	4.922.001	5.696.839
Créditos Diversos no País e no Exterior.....	2.142.440	1.639.776
Créditos por Recursos a Liberar - Crédito Imobiliário.....	1.089.161	906.590
Provisões para Pagamentos Diversos.....	717.918	922.049
Provisões de Despesas de Pessoal.....	1.599.071	1.488.338
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria.....	408.912	443.452
Benefício Definido (Nota 15c IV).....	152.189	222.327
Plano de Saúde Pós-emprego (Nota 15e I).....	256.723	221.125
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento.....	978.651	859.153
Provisão para Garantias Prestadas (*).....	1.980.245	1.950.103
Outras.....	1.053.789	714.114
Total.....	14.892.188	14.820.414

(*) Classificadas em Outras Obrigações diversas conforme orientação do BACEN e constituídas sobre operações de avais e fianças registradas em contas de compensação (Nota 6a).

d) Receitas de Prestação de Serviços e Rendimentos de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Serviços de Recebimentos.....	1.717.605	1.697.424
Serviços de Cobrança.....	1.466.131	1.456.076
Serviços de Arrecadações.....	251.143	241.348
Operações de Crédito e Garantias Prestadas.....	2.527.921	2.420.611
Operações de Crédito.....	1.017.748	958.359
Garantias Prestadas.....	1.510.173	1.462.252
Serviços de Conta Corrente.....	505.131	621.222
Administração de Recursos de Fundos.....	4.099.139	3.431.894
Outros.....	1.080.781	1.104.855
Total de Receitas de Prestação de Serviços.....	9.930.577	9.276.006
Pacotes de Serviços e Outros.....	6.145.742	5.639.037
Operações de Crédito/Cadastro.....	789.478	769.627
Conta de Depósitos.....	125.256	122.249
Transferência de Recursos.....	222.789	171.502
Rendimentos de Corretagem de Títulos.....	2.975	4.621
Total de Rendimentos de Tarifas Bancárias.....	7.286.240	6.707.036
Total.....	17.216.817	15.983.042

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

e) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração.....	(5.962.154)	(5.790.659)
Benefícios Sociais.....	(3.023.424)	(2.381.100)
Encargos.....	(2.292.692)	(2.069.707)
Treinamento.....	(201.946)	(167.631)
Subtotal.....	(11.480.216)	(10.409.097)
Plano de Opções e Ações (1).....	(556.938)	(556.759)
Processos Trabalhistas (Nota 9b) (2).....	(2.232.876)	(2.621.730)
Total.....	(14.280.030)	(13.567.586)

(1) Refere-se a pagamento baseado em ações, a partir de Dezembro de 2014.

(2) Contempla provisão para garantir o pagamento de processos de empresas terceiras (R\$ 8.035) de 01/01 a 31/12/2017.

f) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Processamento de Dados e Telecomunicações.....	(2.589.728)	(2.523.294)
Instalações.....	(2.719.846)	(3.426.808)
Serviços de Terceiros.....	(2.089.088)	(1.988.538)
Depreciação e Amortização.....	(1.668.188)	(1.577.697)
Propaganda, Promoções e Publicações.....	(770.676)	(706.299)
Segurança.....	(649.425)	(649.159)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(403.356)	(394.645)
Transportes.....	(285.260)	(351.180)
Materiais.....	(164.941)	(155.758)
Viagens.....	(142.106)	(126.504)
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 14a).....	(1.681)	(3.749)
Outras.....	(471.848)	(528.719)
Total.....	(11.956.143)	(12.462.347)

g) Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas.....	57.434	123.486
Comissões.....	2.003	3.817
Reversão de Provisões Operacionais.....	1.499	16.193
Profit Sharing (*).....	2.085	7.304
Outras.....	224.146	225.239
Total.....	287.167	376.040

(*) Comissão referente a comercialização de seguros ressarcidas pela ISAR.

h) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Provisões para Ações Cíveis e Fiscais e Previdenciárias.....	(947.003)	(976.835)
Comercialização - Cartões de Crédito.....	(499.457)	(425.539)
Despesas com Operações de Vendedor.....	(213.439)	(268.068)
Ressarcimento de Custos Interbancários.....	(306.679)	(304.931)
Maxicon - Bônus Celular.....	(222.605)	(216.671)
Sinistros.....	(282.466)	(162.127)
Amortização de Ágio de Investimento e de Incorporação.....	(618.557)	(140.663)
Ressarcimento a Clientes.....	(183.925)	(153.892)
Outras.....	(2.051.655)	(1.883.744)
Total.....	(5.325.786)	(4.856.582)

NOTA 11 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as Operações do Período e sobre as Diferenças Temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Devidos sobre Operações do Período	19.382.597	23.663.402
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....		
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Aliquotas Vigentes (Nota 3p).....	(8.722.169)	(10.648.531)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a III).....	2.424.302	688.207
Variação Cambial de Investimentos no Exterior (Nota 11a III).....	121.696	(1.554.723)
Juros sobre o Capital Próprio.....	1.719.918	1.190.048
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa.....	306.268	280.875
Outras Despesas Indeclináveis Líquidas das Receitas não Tributáveis (*).....	200.610	(285.290)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(3.949.375)	(10.329.414)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

II - Composição das Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
PIS e COFINS.....	(2.699.599)	(3.839.864)
ISS.....	(748.412)	(702.676)
Outros.....	(191.361)	(260.210)
Total (Nota 3p).....	(3.639.372)	(4.802.750)

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos Investimentos no Exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO realiza operações de derivativos em moeda estrangeira (hedge).

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza, enquanto a variação cambial dos Investimentos no Exterior (registrada no resultado de Instrumentos Financeiros e Derivativos (Nota 5c) e resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 12 II)) não é considerada nas referidas bases, conforme legislação fiscal vigente.

NOTA 12 - ATIVO PERMANENTE

I - Participações em Coligadas e Controladas

Empresas	Moeda Funcional	Valor Patrimonial	Ajuste a Critério da Investidora (1)	Resultado não Realizado
No País		69.570.754	(20.344)	61.177
ITB Holding Brasil Participações Ltda.....		23.676.408	---	---
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.....		11.510.672	---	---
Banco Itaú Leasing S.A.....		10.862.661	---	---
Itaúseg Participações S.A.....		4.018.746	---	---
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.....		4.204.369	---	---
HiperCard Banco Múltiplo S.A.....		4.127.526	---	(594)
Banco Itaú Consignado S.A.....		2.404.985	---	(7)
Proxir Negócios de Varejo Ltda.....		2.167.436	---	---
Itaú Vida e Previdência S.A.....		1.405.921	---	---
BSF Holding S.A.....	(4)	1.104.868	---	---
Recovery do Brasil Consultoria S.A.....	(5)	82.614	---	---
Cia. Itaú de Capitalização.....		303.319	---	---
Banco Itaúcard S.A.....	(3)	---	---	---
Itaú Corretora de Valores S.A.....	(3)	---	---	---
Outras Participações.....		3.701.229	(20.344)	61.778
No Exterior		25.009.322		
ITB Holding Ltd.....	Real	22.714.788	---	---
Banco Itaú Paraguay S.A.....	Guarani	1.225.527	---	---
Banco Itaú Argentina S.A.....	Peso Argentino	685.618	---	(152)
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera.....	Peso Colombiano	320.482	---	---
Itaú Global Asset Management.....	Dólar	31.135	---	---
Itaú Europa - Investimentos, SGPS, Lda.....	Euro	---	---	---
Outras Participações.....		31.772	---	---
TOTAL GERAL.....		94.580.076	(20.344)	61.177

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	31/12/2016	Reversão	Constituição	31/12/2017
ATIVO				
Refletidos no Resultado	37.570.111	(12.281.985)	9.645.951	34.934.077
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	22.914.510	(6.441.829)	2.931.652	19.404.333
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CS.....	4.795.527	(562.860)	746.787	4.979.454
Provisões.....	1.145.146	(1.908.812)	1.968.364	4.204.698
Ações Cíveis.....	1.612.365	(374.253)	400.156	1.638.268
Ações Trabalhistas.....	1.891.445	(1.173.436)	1.247.230	1.965.239
Fiscais e Previdenciárias.....	637.803	(360.336)	320.978	598.445
Outros.....	3.533	(787)	---	2.746
Provisão para Participação nos Lucros.....	1.378.166	(1.378.166)	1.609.412	1.609.412
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.....	769.042	(536.927)	83.281	315.396
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	51.690	(51.689)	69.587	69.588
Provisão Conta Escrow.....	30.894	(11.027)	271	20.138
Provisão para FCVS.....	384.899	(47.708)	126.417	463.608
Ajuste a Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financ. Derivativos.....	81.493	(81.493)	60.314	60.314
Provisão para Imóveis.....	62.769	(21.234)	124.125	165.660
Provisão na Aquisição de Investimento.....	21.032	---	83.135	104.167
Outras Provisões Indeclináveis.....	2.934.943	(1.240.240)	1.842.606	3.537.309
Refletida no Patrimônio Líquido	1.501.187	(495.865)	245.602	1.250.924
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda.....	558.004	(495.865)	89.480	151.619
Hedge de Fluxo de Caixa.....	943.183	---	156.122	1.099.305
Total (Nota 11b III) (2).....	39.071.298	(12.777.850)	9.891.553	36.185.001

Contribuição Social a Compensar Decorrente da

Opção prevista no artigo 8º da Medida Provisória

nº 2.158-35, de 24/08/2001 (Notas 10a e 11b III).....

586.324 (24.181) --- 562.143

(1) Refletido no Patrimônio Líquido, conforme Deliberação CVM nº 695/12.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade. O ITAÚ UNIBANCO enviou requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do § 7º do artigo 1º da Resolução 4.411/15 e na forma da Circular 3.776/15.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2016	Reversão	Constituição	31/12/2017
PASSIVO				
Refletido no Resultado	10.252.138	(62.878)	774.435	10.963.695
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes.....	792.693	(20.112)	22.061	794.642
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro.....	20.494	(20.494)	5.091	5.091
Ajustes ao Valor de Mercado de Operações de Câmbio.....	---	---	14.381	14.381
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	7.962.842	---	329.243	8.292.085
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura.....	1.210.342	(45)	365.419	1.575.716
Planos de Pensão.....	260.774	(22.044)	15.010	253.740
Outros.....	4.993	(183)	23.230	28.040
Refletida no Patrimônio Líquido	(43.523)	---	63.128	19.605
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda.....	---	---	13.059	13.059
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (*).....	(43.523)	---	50.069	6.546
Total (Nota 11c).....	10.208.615	(62.878)	837.563	10.983.300
TOTAL LÍQUIDO (Ativo - Passivo).....	28.862.683	(12.714.972)	9.053.990	25.201.701

(*) Refletido no Patrimônio Líquido, conforme Deliberação CVM nº 695/12.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001, existentes em 31/12/2017, são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	Contribuição Social a Compensar	%
2018	15.573.433	50%	1.773.513	36%	17.346.946	48%	6.404	1%
2019	9.457.994	31%	124.347	2%	9.582.341	27%	10.323	2%
2020	1.906.524	6%	588.142	12%	2.494.666	7%	422.573	75%
2021	638.167	2%	533.352	11%	1.171.519	3%	122.843	22%
2022	427.888	1%	693.184	14%	1.121.072	3%	---	0%
acima de 2022	3.201.541	10%	1.266.916	25%	4.468.457	12%	---	0%
Total	31.205.547	100%	4.979.454	100%	36.185.001	100%	562.143	100%
Valor Presente (*)	28.963.865		4.362.274		33.326.139		501.503	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/12/2017 e 31/12/2016, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Pagar.....	570.698	36.344
Impostos e Contribuições a Recolher.....	1.974.441	1.158.258
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 11b II).....	10.983.300	10.208.615
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 9c).....	2.529.266	2.333.998
Total.....	16.057.705	13.737.215

Saldo em 31/12/2016

Movimentação até 31/12/2017

	Moeda Funcional	Valor Patrimonial	Ajuste a Critério da Investidora (1)	Resultado não Realizado	Ágio	Total	Amortizações de Ágio	Dividendos Pagos/Provisionados (2)
Empresas								
No País		69.570.754	(20.344)	61.177	1.375.557	70.987.144	(367.757)	(1.818.623)
ITB Holding Brasil Participações Ltda.....		23.676.408	---	---	---	23.676.408	---	---
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.....		11.510.672	---	---	---	11.510.672	---	(7.896)
Banco Itaú Leasing S.A.....		10.862.661	---	---	---	10.862.661	---	(222.041)
Itaúseg Participações S.A.....		4.018.746	---	---	---	4.018.746	---	(8.841)
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.....		4.204.369	---	---	---	4.204.369	---	(177.000)
HiperCard Banco Múltiplo S.A.....		4.127.526	---	(594)	---	4.126.932	---	(210.139)
Banco Itaú Consignado S.A.....		2.404.985	---	(7)	497.095	2.902.073	(205.695)	(171.350)
Proxir Negócios de Varejo Ltda.....		2.167.436	---	---	---	2.167.436	---	---
Itaú Vida e Previdência S.A.....		1.405.921	---	---	---	1.405.921	---	(258.084)
BSF Holding S.A.....	(4)	1.104.868	---	---	219.756	1.324.624	(79.271)	(188.101)
Recovery do Brasil Consultoria S.A.....	(5)	82.614	---	---	655.651	738.265	(81.308)	---
Cia. Itaú de Capitalização.....		303.319	---	---	---	303.319	---	(111.451)
Banco Itaúcard S.A.....	(3)	---	---	---	---	---	---	---
Itaú Corretora de Valores S.A.....	(3)	---	---	---	---	---	---	---
Outras Participações.....		3.701.229	(20.344)	61.778	3.055	3.745.718	(1.483)	(463.720)
No Exterior		25.009.322				25.009.170		(433.170

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

I - Participações em Coligadas e Controladas (continuação)

Movimentação até 31/12/2017

Resultado de Participações em Controladas e Coligadas

Empresas	Lucro/Prejuízo	Variação Cambial	Ajuste a Critério da Investidora (1)	Resultado não Realizado e Outros	Total	Variação Cambial - Moeda Funcional Diferente do Real	Ajuste de TVM de Controladas e Outros	Eventos Societários (3)	Saldos em 31/12/2017	Resultado de Participação em Controladas e Coligadas em 01/01 a 31/12/2016
No País	6.404.315	--	188	(27.286)	6.377.217	330.248	200.604	35.940	75.744.773	2.502.217
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	915.112	--	--	(1.386)	913.726	336.492	166.109	79	25.092.874	(3.657.598)
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	831.438	--	--	--	831.438	--	--	--	12.334.214	1.007.880
Banco Itaú Leasing S.A.	677.969	--	--	--	677.969	--	--	--	11.318.622	1.017.232
Itaúseg Participações S.A.	1.002.673	--	--	--	1.002.673	(531)	14.783	33	5.026.830	1.000.832
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	803.452	--	--	--	803.452	--	--	12	4.830.833	991.931
HiperCard Banco Múltiplo S.A.	437.261	--	--	(14.487)	422.774	--	--	--	4.339.567	197.042
Banco Itaú Consignado S.A.	214.108	--	--	(3)	214.105	--	--	--	2.739.143	103.633
Provar Negócios de Varejo Ltda.	116.481	--	--	--	116.481	--	--	10	2.284.117	59.216
Itaú Vida e Previdência S.A.	206.904	--	--	--	206.904	--	--	--	1.364.975	363.738
BSF Holding S.A.	(4) 109.475	--	--	--	109.475	--	1.165	--	1.167.892	194.209
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	(5) 24.846	--	--	--	24.846	(5.028)	--	--	676.775	5.203
Cia. Itaú de Capitalização	181.619	--	--	(52)	181.567	--	--	--	373.435	194.121
Banco Itaúcard S.A.	--	--	--	--	--	--	--	--	--	74.571
Itaú Corretora de Valores S.A.	(3) --	--	--	--	--	--	--	--	--	20.483
Outras Participações	882.977	--	188	(11.358)	871.807	(605)	8.068	35.851	4.195.556	929.724
No Exterior	872.698	356.200	--	841	1.229.739	(41.151)	257.095	(30.958)	25.990.725	(3.919.022)
ITB Holding Ltd.	345.205	356.200	--	--	701.405	1.525	321.252	--	23.738.970	(3.678.461)
Banco Itaú Paraguay S.A.	354.479	--	--	--	354.479	65.263	(71.296)	--	1.140.803	78.516
Banco Itaú Argentina S.A.	160.373	--	--	--	160.373	(113.810)	6.256	--	738.285	(86.814)
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	18.321	--	--	--	18.321	7.154	--	--	345.957	(49.092)
Itaú Global Asset Management	(231)	--	--	--	841	(866)	--	(30.879)	--	(20.103)
Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Lda.	(3) --	--	--	--	--	--	--	--	--	(66.390)
Outras Participações	(5.449)	--	--	--	(5.449)	(417)	883	(79)	26.710	(96.678)
TOTAL GERAL	7.277.013	356.200	188	(26.445)	7.606.956	289.097	457.699	4.982	101.735.498	(1.416.805)

(1) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora;

(2) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Dividendos a Receber;

(3) Eventos Societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital;

(4) Contempla resultado não decorrente de lucro de R\$ 4.524;

(5) O investimento inclui dividendos/JCP não deliberados no montante de R\$ 7.081 mil.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	Nº de Ações/Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO	Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
No País				Ordinárias	Preferenciais	Cotas
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	22.626.128	25.094.202	915.112	--	--	3.976.472.329
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	9.500.844	12.334.213	831.438	7.482.229.717	--	--
Banco Itaú Leasing S.A.	8.415.392	11.520.416	690.056	61.490.010	46.816.349	--
Itaúseg Participações S.A.	4.576.116	8.689.560	1.733.256	2.933.672.311	--	--
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	2.405.982	4.830.833	803.452	1.504.996.693	--	--
HiperCard Banco Múltiplo S.A.	2.953.836	4.354.649	437.261	429.911.320.727	143.618.967.706	--
Banco Itaú Consignado S.A.	1.798.267	2.447.744	214.108	128.153.921.034	--	--
Provar Negócios de Varejo Ltda.	1.803.425	2.284.174	116.481	--	--	--
Itaú Vida e Previdência S.A.	2.693.817	3.975.668	602.635	304.663.062	--	304.624.820
BSF Holding S.A.	1.259.130	2.096.749	232.649	616.973.700	--	--
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	59.600	99.325	25.882	23.394.027	--	--
Cia. Itaú de Capitalização	558.295	786.177	382.357	318.709	--	--
No Exterior						
ITB Holding Ltd.	39.160.273	40.326.504	586.416	6.968.695.740	--	--
Banco Itaú Paraguay S.A.	444.600	1.140.839	354.490	749.976.600	--	--
Banco Itaú Argentina S.A.	130.525	745.928	162.000	721.697.119	14.565.089	--
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	388.150	368.037	19.489	329.000	--	--

II) Intangível

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	Nº de Ações/Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO	Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
No País				Ordinárias	Preferenciais	Cotas
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	22.626.128	25.094.202	915.112	--	--	3.976.472.329
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	9.500.844	12.334.213	831.438	7.482.229.717	--	--
Banco Itaú Leasing S.A.	8.415.392	11.520.416	690.056	61.490.010	46.816.349	--
Itaúseg Participações S.A.	4.576.116	8.689.560	1.733.256	2.933.672.311	--	--
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	2.405.982	4.830.833	803.452	1.504.996.693	--	--
HiperCard Banco Múltiplo S.A.	2.953.836	4.354.649	437.261	429.911.320.727	143.618.967.706	--
Banco Itaú Consignado S.A.	1.798.267	2.447.744	214.108	128.153.921.034	--	--
Provar Negócios de Varejo Ltda.	1.803.425	2.284.174	116.481	--	--	--
Itaú Vida e Previdência S.A.	2.693.817	3.975.668	602.635	304.663.062	--	304.624.820
BSF Holding S.A.	1.259.130	2.096.749	232.649	616.973.700	--	--
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	59.600	99.325	25.882	23.394.027	--	--
Cia. Itaú de Capitalização	558.295	786.177	382.357	318.709	--	--
No Exterior						
ITB Holding Ltd.	39.160.273	40.326.504	586.416	6.968.695.740	--	--
Banco Itaú Paraguay S.A.	444.600	1.140.839	354.490	749.976.600	--	--
Banco Itaú Argentina S.A.	130.525	745.928	162.000	721.697.119	14.565.089	--
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	388.150	368.037	19.489	329.000	--	--

d) Reorganização Societária

Em AGE de 31/10/2017, aprovada pelo BACEN em 15/01/2018, com base no Balanço Patrimonial de 31/07/2017, foi deliberada a incorporação, pela Companhia, da parcela cindida do patrimônio do Banco Citibank S.A., conforme abaixo demonstrado:

ATIVO

Circulante e Realizável a Longo Prazo	5.833.096
Disponibilidades	408.267
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.925.094
Operações de Crédito	2.179.615
Outros Valores e Bens	6.333
Outros Créditos	1.313.787
Permanente	139.460
Investimentos	74
Imobilizado	69.724
Intangível	69.662
Total	5.972.556

PASSIVO

Circulante e Exigível a Longo Prazo	5.972.094
Depósitos Interfinanceiros	4.783.691
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	895.848
Relações Interfinanceiras e Interdependências	22.261
Outras Obrigações	270.294
Total	5.972.094

ACERVO LÍQUIDO CINDIDO

NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
				01/01 a	01/01 a
	Taxa Anual	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					
	De 79,50% a 119,50% do CDI/Prefixada 1,50% a 17,86%				
Banco Itaúcard S.A.	Ligada	105.074.662	107.561.920	8.686.553	10.239.530
Banco Itaú Consignado S.A.	Controlada	38.957.832	49.499.175	4.166.994	4.912.501
Itaúbank Ltd.	Ligada	25.757.486	27.466.509	3.347.636	3.706.237
Banco Itaú Holding Cayman.	Ligada	5.758.919	10.532.353	96.626	657.242
Outras.		22.917.703	13.110.202	378.507	402.067
		11.682.721	6.953.680	696.790	561.483
Títulos e Valores Mobiliários		88.671.577	162.080.522	8.644.946	22.555.462
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Controlada	74.897.225	146.425.368	10.915.851	21.375.499
Fundos de Investimentos Exclusivo ..		12.782.124	15.616.634	(2.292.351)	1.177.857
Outros.		992.229	38.520	21.446	2.106
Instrumentos Financeiros					
Derivativos (Posição Ativa)		29.864.133	24.337.075	19.095.350	42.980.642
Banco Itaúcard S.A.	Ligada	69.773	60.515	28.483	57.407
Banco Itaú - Corpbanca.	Ligada	7.375	31.671	22.199	43.842
Itaú BBA International Pte.	Ligada	4.319	22.591	157.095	361.368
Fundos de Investimentos Exclusivo ..		29.779.526	24.222.181	18.887.364	42.490.830
Itaúbank Ltd.	Ligada	--	--	--	1.200
Outras.		3.141	117	209	25.994
Operações de Câmbio (Posição Ativa)					
Itaú BBA International Pte.	Ligada	574.305	134.938	20.175	5.617
Banco Itaú - Corpbanca.	Ligada	535.869	102.407	16.253	2.704
Outras.		31.642	30.034	3.759	2.690
		6.794	2.497	163	223
Negociação e Intermediação de Valores (Posição Ativa/Passivo)					
Itaú BBA International Pte.	Ligada	(10.871)	(242.208)	--	--
Fundos de Investimentos Exclusivo ..		10.586	49.861	--	--
Itaúbank Ltd.	Ligada	--	(281.919)	--	--
Itaú Corretora de Valores S.A.	Ligada	(22.589)	--	--	--
		1.133	(10.150)	--	--

(*) Referre-se basicamente à ação na aquisição de ações relativo à associação Itaú x Unibanco, que foram incorporadas durante o primeiro semestre de 2009.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O Capital Social está representado por 4.717.210.452 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.396.347.872 ações ordinárias e 2.320.862.580 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80,0% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em AGE de 18/05/2016 foi aprovado o aumento de capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 123.333.329. O processo foi homologado pelo BACEN em 23/05/2016. Em consequência, o capital social foi elevado em 875.204.408 ações.

Em AGE de 17/11/2016 foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$ 5.233.466. Em decorrência da redução serão restituídas 339.396.184 ações ao acionista Itaú Unibanco Holding, correspondentes às participações societárias no Banco Itaúcard S.A. e na Itaú Corretora de Valores S.A. O processo foi homologado pelo BACEN em 22/12/2016.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Durante o período de 2017 foram pagos e provisionados Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio conforme segue:

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	22.334.000	(500.100)	21.833.900
Dividendos do Exercício	6.500.000	--	6.500.000
Dividendos Extraordinários	12.500.000	--	12.500.000
Juros Sobre Capital Próprio - Exercícios Anteriores	3.334.000	(500.100)	2.833.900
Juros Sobre Capital Próprio Provisionados - Exercícios Anteriores (*)	1.477.920	(221.688)	1.256.232
Total de 01/01 a 31/12/2017	23.811.920	(721.788)	23.090.132
Total de 01/01 a 31/12/2016	5.389.617	(534.750)	4.854.867

(*) Registrados em Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

	31/12/2017	31/12/2016
Disponível para Venda	(96.369)	(922.378)
Hedge de Fluxo de Caixa	(1.402.418)	(1.249.133)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-emprego	(831.176)	(801.772)
Variação Cambial dos Investimentos no Exterior	288.568	--
TOTAL	(2.041.395)	(2.973.283)

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

	Taxa Anual	Ativos (Passivos)		Recargas (Despesas)		Taxa Anual	Ativos (Passivos)		Recargas (Despesas)	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros	1,50% a 16,32% prefixada/100% da SELIC	(159.592.033)	(158.843.081)	(14.041.273)	(16.400.500)					
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil		(69.749.515)	(83.874.478)	(7.944.276)	(7.813.608)					
Itaú Unibanco Holding S.A.		(48.681.786)	(35.621.480)	(3.869.578)	(5.104.430)					
Banco Itaú Holding Cayman		(33.681.658)	(29.098.615)	(1.532.872)	(1.656.689)					
Banco Itaú Consignado S.A.		(1.348.497)	(957.303)	(142.327)	(971.474)					
Banco Itaú BBA S.A.		(347.895)	(1.256.787)	(61.131)	(228.127)					
Itaúbank Ltd.		---	(2.348.354)	(18.497)	(50.468)					
Banco Itaú Leasing S.A.		(2.894.495)	(2.251.029)	(238.435)	(252.000)					
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		(1.342.149)	(1.263.863)	(103.179)	(131.940)					
Outras		(1.346.039)	(2.171.190)	(130.977)	(191.764)					
Depósitos a Prazo	100% do DI	(2.173.063)	(295.995)	(1.087.033)	(70.939)					
Marcel Corretagem de Seguros S.A.		---	(8.777)	(4.891)	(1.411)					
Provar Negócios de Varejo Ltda.		(141.451)	---	(3.927)	---					
Redecard S.A.		(13.006)	---	(766.416)	---					
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.		(103.634)	---	(7.435)	---					
Itaú BBA International Plc.		(48.457)	---	(31)	---					
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.		(55.079)	---	(1.493)	---					
Itaúseg Participações S.A.		(174.479)	---	(483)	---					
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.		---	---	---	---					
Kinea Investimentos Ltda.		(52.889)	(1.365)	(2.857)	(120)					
CIT COR SEGUROS		(97.022)	---	(2.540)	---					
Bica Holding Ltd.		(67.326)	---	---	---					
ITB Holding Ltd.		(1.167.062)	---	(14.168)	(1.837)					
Outras		---	(252.227)	(257.227)	(64.270)					
Captações no Mercado Aberto	100% da SELIC	(46.524.268)	(100.016.355)	(5.741.391)	(14.403.931)					
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil		(6.929.777)	(63.031.246)	(3.093.510)	(11.969.361)					
Banco Itaúcard S.A.		(3.921.617)	(6.922.379)	(127.744)	(223.606)					
Redecard S.A.		(9.365.758)	(4.233.078)	---	---					
HiperCard Banco Múltiplo S.A.		(5.004.179)	(2.833.378)	(311.646)	(222.127)					
Itaúbank Ltd.		(784.716)	---	(3.063)	(9.900)					
Banco Itaú BBA S.A.		(336.674)	(2.933.020)	(54.147)	(287.591)					
Fundos de Investimentos Exclusivo		(16.639.063)	(11.426.852)	(1.602.868)	(1.140.563)					
Outras		(3.542.483)	(8.636.400)	(548.414)	(550.783)					
Operações de Câmbio (Posição Passiva)		(569.244)	(143.041)	(5.819)	(5.326)					
Itaú BBA International Plc.		(525.476)	(102.699)	(5.676)	(3.617)					
Banco Itaú - Corpbanca		(37.096)	(37.928)	(6)	(1.585)					
Outras		(6.672)	(2.414)	(137)	(123)					
Instrumentos Financeiros		(13.568.285)	(17.453.757)	(11.554.896)	(30.522.322)					
Derivativos (Posição Passiva)		---	---	---	(1.508)					
Itaúbank Ltd.		---	---	---	(1.508)					
Fundos de Investimentos Exclusivo		(13.537.007)	(17.380.725)	(11.340.997)	(30.237.827)					
Banco Itaúcard S.A.		---	---	---	(27.363)					
Itaú BBA International Plc.		(23.945)	(66.993)	(151.906)	(129.916)					
Outras		(7.333)	(6.038)	(61.994)	(125.709)					
Valores a Receber e (Pagar) Ligados		12.938.357	7.253.941	---	---					
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (1)		(106.134)	(127.301)	---	---					
Redecard S.A.		12.561.860	7.442.527	---	---					
Outras		482.631	(61.285)	---	---					
Recargas (Despesas) de Prestação de Serviços		---	---	---	---					
Banco Itaúcard S.A.		---	---	---	---					
Itaú Seguros S.A.		---	---	---	---					
Itaú Vida e Previdência S.A.		---	---	---	---					
Marcel Corretagem de Seguros S.A.		---	---	---	---					
HiperCard Banco Múltiplo S.A.		---	---	---	---					
Financiera Itaú CBD S.A. Crédito		---	---	---	---					
Financiamento e Investimento		---	---	---	---					
Luizcred S.A. Sociedade de Crédito Financiamento Investimento		---	---	---	---					
Outras		---	---	---	---					
Despesas de Aluguéis		---	---	---	---					
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.		---	---	---	---					
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (1)		---	---	---	---					
Itaú Seguros S.A.		---	---	---	---					
Cia. Itaú de Capitalização		---	---	---	---					
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado (1)		---	---	---	---					
Outras		---	---	---	---					
Despesas com Doações		---	---	---	---					
Associação Cubo Coworking Itaú (3)		---	---	---	---					
Fundação Itaú Viver Mais (2)		---	---	---	---					
Instituto Itaú Cultural (4)		---	---	---	---					

(1) A Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar e o FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado são entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou suas controladas.

(2) O ITAÚ UNIBANCO e suas controladas são os mantenedores da Associação Itaú Viver Mais, entidade que tem por objeto prestar serviços assistenciais, com vistas ao bem estar dos Beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regulamento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser.

(3) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING através de suas controladas é o principal mantenedor da Associação Cubo Coworking, entidade que tem por objetivo incentivar e promover a discussão, o desenvolvimento de tecnologias, de soluções e de modelos de negócios alternativos e inovações; a atração e aproximação de novos talentos em tecnologia da informação que possam ser caracterizadas como "startups", a pesquisa, o desenvolvimento e o estabelecimento de ecossistemas de empreendedorismo e "startups".

(4) Instituto Itaú Cultural - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO através de suas controladas é o principal mantenedor do Instituto Itaú Cultural, entidade destinada a promover e divulgar a cultura brasileira no país e no exterior.

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú, foi ressarcido pelas demais empresas do Conglomerado em R\$ 4.404.123 (R\$ 4.183.036 de 01/01 a 31/12/2016) e registrou em Outras Despesas Administrativas (R\$ 1.681 (R\$ 3.749) de 01/01 a 31/12/2016) em função da utilização da estrutura comum.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração	408.594	545.465
Participações no Lucro	159.962	157.707
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	7.358	10.425
TOTAL	575.914	713.597

NOTA 15 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Apresentamos a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas quanto aos benefícios Pós-emprego, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Custo Serviço Corrente	(58.522)	(51.395)	---	---	---	---	(58.522)	(51.395)
Juros Líquidos	13.528	5.114	75.874	239.137	(21.953)	(19.502)	67.449	224.749
Aportes e Contribuições (*)	---	---	(91.124)	124.013	---	---	(91.124)	124.013
Benefícios Pagos	---	---	---	---	14.538	13.018	14.538	13.018
Total Valores Reconhecidos	(44.994)	(46.281)	(15.250)	363.150	(7.415)	(6.484)	(67.659)	310.385

(*) No período a contribuição para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 324.614 (R\$ 336.487 de 01/01 a 31/12/2016), sendo R\$ 91.124 (R\$ 112.253 de 01/01 a 31/12/2016) onerosos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No Início do Período	(26.589)	(36.892)	(1.331.011)	(322.739)	(48.400)	(12.570)	(1.408.000)	(372.201)
Eleito na Restrição do Ativo	96.097	(631.055)	(370.879)	(1.244.021)	---	---	(274.762)	(1.875.076)
Remunerações	3.937	641.358	338.542	235.749	(28.183)	(35.830)	314.296	841.277
Total Valores Reconhecidos	73.445	(26.589)	(1.363.348)	(1.331.011)	(76.583)	(48.400)	(1.466.466)	(1.406.000)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 15c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franpre - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaúam - PBI (1) Plano Suplementar Itaúam - PSI (2) Plano Itaúbank CD (3) Plano de Aposentadoria Itaúbank (3) Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2) Plano de Previdência Unibanco (3) Plano de Benefícios Prebep (1) Plano de Benefícios Definidos UBB PREV (1)
Fundação Bemprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de Desconto (1)	9,98% a.a.	10,24% a.a.
Tábua de Mortalidade (2)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (3)	Experiência Itaú 2008/2010	Experiência Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a. 7,12% a.a.	5,04% a. 7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social/Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (4)	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2017 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data-base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuação, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

(3) A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(4) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(5) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custo é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

As principais diferenças entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) que os administram, são a taxa de desconto e o método atuarial. Em relação a premissa taxa de desconto, as EFPCs adotam taxa aderente ao fluxo de recebimentos/pagamentos dos planos, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial externa e independente. No que se refere ao método atuarial é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II - Exposição a Riscos

Através de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos

O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

Mudanças no Rendimentos dos Investimentos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

Risco de Inflação

A maioria dos benefícios dos planos é vinculada a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

Expectativa de Vida

A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPCs tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, através da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do Passivo Atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descalamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, e a meta de alocação para 2018, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		Meta 2018
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Títulos de Renda Fixa	16.665.868	14.963.057	95,81%	91,56%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	15.239	681.004	0,08%	4,17%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	23.885	8.407	0,14%	0,05%	0% a 10%
Imóveis	612.274	620.144	3,52%	3,80%	0% a 7%
Empréstimos a Participantes	78.045	68.371	0,45%	0,42%	0% a 5%
Total	17.395.311	16.340.983	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 11.614 (R\$ 575.255 em 31/12/2016), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 530.998 (R\$ 596.780 em 31/12/2016).

Valor Justo

Os ativos dos planos são atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante aplicação técnica de apuração, levando em consideração, no mínimo, o prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido com a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2017, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2017	31/12/2016
1 - Ativos líquidos dos planos	17.395.311	16.340.983
2 - Passivos atuariais	(13.993.959)	(13.246.954)
3 - Superávit (1-2)	3.401.352	3.094.029
4 - Restrição do Ativo (*)	(3.208.633)	(2.999.164)
5 - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	192.719	94.865
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 10a)	344.908	317.192
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 10c)	(152.189)	(222.327)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com a Resolução Bacen nº 4.424/15.

V - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2017			
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superávit	Restrição do Ativo
Valor Início do Período	16.340.983	(13.246.954)	3.094.029	(2.999.164)
Custo Serviço Corrente	983	(58.522)	0	0
Juros Líquidos (1)	1.624.662	(1.304.662)	320.000	(306.472)
Benefícios Pagos	(1.095.066)	1.095.066	0	0
Contribuições Patrocinadora	42.814	0	42.814	0
Contribuições Participantes	12.277	0	12.277	0
Efeito na Restrição do Ativo	0	0	96.097	(96.097)
Remensurações (2) (3)	469.641	(478.887)	(9.246)	906
Valor Final do Período	17.395.311	(13.993.959)	3.401.352	(3.208.633)

	31/12/2016			
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superávit	Restrição do Ativo
Valor Início do Período	13.473.860	(11.331.599)	2.142.261	(2.127.143)
Custo Serviço Corrente	0	(51.395)	0	0
Juros Líquidos (1)	1.470.347	(1.224.267)	246.080	(240.966)
Benefícios Pagos	(1.017.699)	1.017.699	0	0
Contribuições Patrocinadora	114.874	0	114.874	0
Contribuições Participantes	14.587	0	14.587	0
Efeito na Restrição do Ativo	0	0	631.055	(631.055)
Remensurações (2) (3)	2.285.014	(1.657.392)	627.622	0
Valor Final do Período	16.340.983	(13.246.954)	3.094.029	(2.999.164)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2017 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contradições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a. (em 01/01/2016 utilizou-se a taxa de desconto de 11,28%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acimabaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 2.094.303 (R\$ 3.755.361 em 31/12/2016).

No período as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 42.814 (R\$ 114.874 de 01/01 a 31/12/2016). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2018, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO é de R\$ 42.565.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2018	1.064.882
2019	1.087.573
2020	1.118.736
2021	1.151.887
2022	1.182.201
2023 a 2027	6.367.431

VI - Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido (*)	
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor	Percentual sobre Patrimônio Líquido
- Redução em 0,5%	728.315	5,20%	(268.982)	(13,6%)
- Acréscimo em 0,5%	(666.045)	(4,76%)	153.064	(7,9%)

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo.

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	1.284.167	(490.932)	793.235	2.223.048	(269.828)	1.953.220
Juros Líquidos	125.992	(50.118)	75.874	269.574	(30.437)	239.137
Aportes e Contribuições	(91.124)	0	(91.124)	124.013	0	124.013
Recebimento por destinação de recursos (*)	(12.826)	0	(12.826)	(514.863)	0	(514.863)
Efeito na Restrição do Ativo	(14.980)	(370.879)	(385.859)	(1.053.354)	(190.667)	(1.244.021)
Remensurações	338.542	0	338.542	235.749	0	235.749
Valor Final do Período	1.629.771	(911.929)	717.842	1.284.167	(490.932)	793.235

(*) Refere-se à destinação do excedente do fundo previdencial do Plano Itaú Unibanco CD.

e) Outros Benefícios Pós-emprego

O ITAÚ UNIBANCO e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios Pós-emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO, são os seguintes:

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2017	31/12/2016
No Início do Período	(221.125)	(178.811)
Custo de Juros	(21.953)	(19.502)
Benefícios Pagos	14.538	13.018
Remensurações	(28.183)	(35.830)
No Final do Período (Nota 10c)	(256.723)	(221.125)

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2018	14.986
2019	16.029
2020	17.060
2021	18.154
2022	19.271
2023 a 2027	114.593

II - Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 15c), adota-se a premissa de crescimento do custo médio de 8,16% a.a. Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	3.162	(3.000)
Valor Presente da Obrigação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.686	(26.453)

NOTA 16 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Fundos de Investimento e Carteiras Administradas - O ITAÚ UNIBANCO administra Fundos de Privatização, de Renda Fixa, de Ações, de Ações Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteiras de Clientes e do Grupo, no Brasil e no exterior no montante de R\$ 696.035.067 (R\$ 692.214.851 em 31/12/2016), sendo representado por 17.078 (15.498 em 31/12/2016) fundos e carteiras.

b) Política de Seguros - O ITAÚ UNIBANCO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) - Créditos a receber referentes aos contratos habilitados e contratos em ser, registrados em Relações Interfinanceiras - Sistema Financeiro da Habitação, totalizam em R\$ 1.345.619 (R\$ 1.223.599 em 31/12/2016), sendo a respectiva provisão de R\$ (1.240.897) (R\$ (989.304) em 31/12/2016).

d) Gerenciamento de Riscos - O ITAÚ UNIBANCO, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A., aderiu à estrutura de gerenciamento de riscos em atendimento às Resoluções do CMN: nº 3.380/06 - Risco S.A., aderiu à estrutura de gerenciamento de riscos em atendimento às Resoluções do CMN: nº 3.380/06 - Risco Operacional; nº 3.464/07 - Risco de Mercado; nº 3.721/09 - Risco de Crédito e nº 4.090/12 - Risco de Liquidez. As descrições dessas estruturas de gerenciamento de riscos, e dos demais riscos inerentes ao negócio, estão disponibilizadas no site de Relacionamento com Investidores da instituição líder (www.itaunb.com.br) na rota: Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos, que não faz parte das demonstrações contábeis.

e) Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

f) Informações de Dependências no Exterior - O ITAÚ UNIBANCO realiza operações através de suas agências: Grand Cayman, New York, Tokyo e Nassau. Os saldos consolidados das contas patrimoniais e de resultado, após eliminação das transações entre as agências, são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante e Realizável a Longo Prazo	224.303.993	233.372.977
Disponibilidades	2.067.947	2.747.070
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.154.157	30.310.511
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	61.971.906	60.609.932
Operações de Crédito	68.563.431	81.317.617
Despesas Antecipadas	24.599	50.054
Carteira de Câmbio	46.631.538	51.833.197
Outros Ativos	4.890.055	6.504.596
Passivo		
Circulante e Exigível a Longo Prazo	204.166.004	215.761.389
Depósitos	106.545.307	96.638.260
Depósitos à Vista	60.723.956	54.807.761
Depósitos Interfinanceiros	34.342.028	34.007.371
Depósitos a Prazo	11.479.323	7.823.128
Captações no Mercado Aberto	15.273.285	19.031.116
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	2.564.199	2.252.600
Obrigações por Empréstimos	25.245.377	33.217.624
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.356.288	4.649.932
Carteira de Câmbio	46.653.818	51.867.797
Outras Obrigações	2.527.730	8.104.060
Resultado de Exercícios Futuros	50.440	74.650
Patrimônio Líquido	20.093.704	17.545.023
Capital Social e Reservas	18.218.254	17.135.310
Resultado do Período	1.875.450	409.713
TOTAL	224.310.148	233.381.062

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Demonstração do Resultado		
Receitas da Intermediação Financeira	6.143.800	6.673.253
Despesas da Intermediação Financeira	(3.943.440)	(5.826.842)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.200.360	846.411
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(332.697)	(461.334)
Resultado Operacional	1.867.663	385.077
Resultado não Operacional	0	30.618
Resultado Antes da Tributação sobre Lucros e Participações	1.867.663	415.695
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social	7.787	(5.982)
Lucro Líquido (Prejuízo)	1.875.450	409.713

g) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, do CMN, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

Itaú Unibanco S.A.

DIRETORIA

Diretores Gerais
EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON
MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI

Diretores Vice-Presidentes

ALBERTO FERNANDES
ANDRÉ SAPOZNIK
CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITANSKI
RICARDO VILLELA MARINO

Diretores Executivos

ALEXSANDRO BROEDT LOPES
ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA RODRIGUES
CARLOS EDUARDO MONICO
CHRISTIAN GEORGE EGAN
FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA
FERNANDO MARSELA CHACON RUIZ
FLÁVIO AUGUSTO AGUIAR DE SOUZA
JOÃO MARCOS PEQUENO DE BIASE
LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO
LUIZ EDUARDO GROSS SIQUEIRA CUNHA
LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO
MARCELO KOPEL
MARCOS ANTÔNIO VAZ DE MAGALHÃES
RICARDO RIBEIRO MANDACARU GUERRA
SÉRGIO GUILLINET FAJERMAN
WAGNER BETTINI SANCHES

Diretores

ADRIANA MARIA DOS SANTOS
ADRIANO CABRAL VOLPINI
ADRIANO MACIEL PEDROTI
ALESSANDRO ANASTASI
ALVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
ANA LUCIA GOMES DE SA DUMOND PARDO
ANDRÉ BALESTRIN CESTARE
ANDRÉ CARVALHO WHYTE GAILEY
ANDRÉ HENRIQUE CALDEIRA DARE
ANDREA CARPES BLANCO
ANDREA MATTEUCCI PINOTTI
ATILIO LUIZ MAGILIA ALBIEIRO JUNIOR
BADI MAHDI SHAHIZADEH
CARLOS EDUARDO MORI PEYSER
CARLOS HENRIQUE DONEGA AIDAR
CARLOS ORESTES VANZO
CESAR MING PEREIRA DA SILVA
CESAR PADOVAN
CÍCERO MARCUS DE ARAÚJO
CINTIA CARBONIERI FLEURY DE CAMARGO
CLAUDIO CESAR SANCHES
CLAUDIO JOSÉ COUTINHO AROMATTE
CRISTIANE MAGALHÃES TEIXEIRA PORTELLA
CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE
CRISTIANO ROGÉRIO CAGNE
EDILSON PEREIRA JARDIM
EDUARDO CARDOSO ARMONIA
EDUARDO CORSETTI

EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
EMERSON SAVI JUNQUEIRA
EMILIO PEDRO BORSARI FILHO
ERIC ANDRÉ ALTAFIG
ESTEVÃO CARCIOFFI LAZANHA
FABIANA PASCON BASTOS
FABIANO MEIRA DODADO NUNES
FELIPE DE SOUZA WEY
FELIPE WEIL WILBERG
FERNANDO DELLA TORRE CHAGAS
FERNANDO JULIÃO DE SOUZA AMARAL
FERNANDO MATTAR BEYRUTI
FLÁVIO DELFINO JUNIOR
FLÁVIO RIBEIRO IGLESIAS
FRANCISCO VIEIRA CORDEIRO NETO
GABRIEL GUEDES PINTO TEIXEIRA
GABRIELA RODRIGUES FERREIRA
GILBERTO FRUSSA
GUSTAVO TROVISCO LOPES
JOÃO ANTONIO DANTAS BEZERRA LEITE
JÓRGIO LUIZ VIEGAS RAMALHO
JOSE DE CASTRO ARAUJO RUDGE FILHO
JOSE VIRGILIO VITA NETO
LAILA REGINA DE OLIVEIRA PENA DE ANTONIO
LEON GUTTLIEB
LINEU CARLOS FERRAZ DE ANDRADE
LIVIA MARTINES CHANES
LUIS FERNANDO STAUJ

LUIS TADEU MANTOVANI SASSI
LUIZ FELIPE MONTEIRO ARGURI TREVISAN
LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS
LUIZ SEVERIANO RIBEIRO
MANOELA VARANDA
MARCELLO SINISCALCHI
MARCIO LUIS DOMINGUES DA SILVA
MARCIO ANTONIO SUDANO
MARIO LUCIO GURGEL PIRES
MARIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA
MATIAS GRANATA
MILENA DE CASTILHO LEFON MARTINS (*)
PEDRO BARROS BARRETO FERNANDES
RICARDO NUNO DELGADO GONÇALVES
RICARDO URQUJO LAZCANO
ROBERTO FERNANDO VICENTE
ROBERTO TEIXEIRA DE CAMARGO
RODNEI BERNARDINO DE SOUZA
RODRIGO JORGE DANTAS DE OLIVEIRA
RODRIGO LUIS ROSA COITO
RODRIGO RODRIGUES BAIA
ROGERIO VASCONCELOS COSTA (*)
SÉRGIO MYCHKIS GOLDSTEIN
TATIANA GRECO
THALES FERREIRA SILVA
THIAGO LUIZ CHARNET ELLERO
VALERIA APARECIDA MARRETTO
VANESSA LOPES REISNER

(*) Eleitos em AGE de 07/12/2017, homologado pela BACEN em 04/01/2018.

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setubal - São Paulo-SP.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
Itaú Unibanco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A., nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de buril dos controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira fiel e adequada à apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018.

PwC PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Aguassanta Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ nº 14.777.427/0001-05

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Apresentamos as Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, colocando - se a disposição para quaisquer esclarecimentos.										A Diretoria.	
Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais)											
Ativo	2017	2016	Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais), exceto o resultado por ação				Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (valores expressos em milhares de reais)				
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Caixa e equivalentes de caixa	10.828	15.940	Receita operacional líquida	7.532	1.188		Fluxo de caixa das atividades operacionais		10.586	2.704	
Títulos e valores mobiliários	39.610	130.760	Custo das vendas	(56)	-		Ajustes para:				
Contas a receber de clientes	3.073	-	Lucro bruto	7.476	1.188		Equivalência Patrimonial	(6)	-		
Receíveis de partes relacionadas	471	1.156	Gerais e administrativas	(718)	(232)		Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	81	(1)		
Estoque	19.381	32.278	Outros resultados operacionais, líquidos	(21)	-			10.661	2.703		
Dividendos a receber	32	24	Resultados (despesas) operacionais	(739)	(232)		Variações em:				
Outros ativos	1	24	Resultados antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	6.737	956		Clientes	(3.073)	76		
Total do ativo circulante	73.396	180.190	Despesas financeiras	(1.363)	(5)		Estoque	28	(12)		
Receíveis de partes relacionadas	440.941	340.912	Receitas financeiras	9.952	1.895		Impostos e contribuições a recuperar	-	(301)		
Depósitos judiciais	28.654	34.948	Resultado financeiro líquido	8.589	1.890		Partes relacionadas, líquidas	9.220	(33)		
Investimentos	452	447	Resultado equivalência patrimonial	6	-		Fornecedores	21	(370)		
Propriedades para investimentos	16.293	3.391	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	15.331	2.846		Impostos e contribuições a recolher	(4.106)	-		
Imobilizado	241	241	Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.745)	(142)		Outros Ativos e Passivos, líquidos	64	682		
Total do ativo não circulante	457.945	345.009	Lucro líquido do exercício	10.586	2.704		Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	12.773	2.745		
Total do ativo	531.341	525.199	Lucro líquido por ação	0,02	0,01		Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Passivo	2017	2016	Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais)								
Fornecedores	794	4.897	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Imposto de renda e contribuição social correntes	41	46	Lucro líquido do exercício	10.586	2.704		Títulos e valores mobiliários	91.150	(1.708)		
Dividendos a pagar	8.468	4.754	Total do resultado abrangente	10.586	2.704		Adições em investimentos	(32)	(6)		
Outras contas a pagar	6	6					Caixa e equivalente de caixa recebido na incorporação	-	15.970		
Total do passivo circulante	9.309	9.723					Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	91.118	14.256		
Pagáveis a partes relacionadas	16.989	9.306					Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126	14.103					Partes relacionadas, líquidas	(102.413)	(868)		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	11.539	11.539					Dividendos pagos	(6.590)	(194)		
Total do passivo não circulante	28.654	34.948					Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(109.003)	(1.062)		
Capital social	491.948	478.081					Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(5.112)	15.939		
Reservas de lucros	673	135					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.940	1		
Dividendos adicionais propostos	757	2.312					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.828	15.940		
Total do patrimônio líquido	493.378	480.528					Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(5.112)	15.939		
Total do passivo e do patrimônio líquido	531.341	525.199									
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais)											
	Capital social	Reservas de lucros	Dividendos	Lucros acumulados	Total						
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não revisado)	1	-	-	-	1						
Aumento de capital por incorporação	478.080	-	-	-	478.080						
Destinação do lucro: - Constituição de reservas	-	-	-	2.704	2.704						
- Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	135	-	(135)	-						
- Dividendos Adicionais Propostos	-	-	2.312	(257)	(257)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	478.081	135	2.312	(2.312)	-						
Aumento de capital social	13.867	-	-	-	13.867						
Reflexo ajustes anos anteriores	-	-	-	-	170						
Distribuição de dividendos adicionais propostos	-	-	(2.312)	-	(2.312)						
Lucro do exercício	-	-	-	10.586	10.586						
Destinação do lucro: - Constituição de reservas	-	-	538	(9.377)	(889)						
- Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	(84)	(84)						
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(84)	(84)						
- Dividendos adicionais propostos	-	-	757	(757)	-						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	491.948	673	757	-	493.378						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e encontram-se a disposição na sede da empresa



07/06/2018

6663496



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 9153049**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 04/06/2018, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

ITAÚ UNIBANCO S.A., CNPJ: 60.701.190/0001-04, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 7 de junho de 2018.

PEDIDO Nº:**6663496**



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF: 60.701.190/0001-04 Validade do Cadastro: 08/03/2019
Razão Social / Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA
Domicílio Fiscal: 71072 - São Paulo SP
Unidade Cadastradora: 264001 - FUNDJORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.MED.TRABALHO/SP
Atividade Econômica: 6422-1/00 - BANCOS MÚLTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL
Endereço: PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 100 TORRE OLAVO
SETUBAL - São Paulo - SP
Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Validade: 05/05/2018

FGTS Validade: 05/04/2018

INSS Validade: 05/05/2018

Trabalhista Validade: 15/09/2018

<http://www.tst.jus.br/certidao>

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital Validade: 16/08/2018

Receita Municipal Validade: 15/04/2018

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: 31/05/2018

Índices Calculados: SG = 1.06; LG = 0.97; LC = 1.02

Patrimônio Líquido: R\$ 69.466.376.000,00

Esta declaração é uma simples consulta não tem efeito legal.

Relatórios () Idioma/Language ()

Dados selecionados

Selecionar instituição financeira

Selecionar o relatório desejado

TCB

SR

TD

TC

Cidade

UF

Data

Ativo Total

Carteira de Crédito Classificada

Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros

Captações

Patrimônio Líquido

Lucro Líquido

Referência para Comparação

Índice de Basileia

Índice de Imobilização

Número de Agências

Número de Postos de Atendimento

Data-base:

12/2017

Relatório:

Resumo

Tipo de instituição:

Conglomerados Prudenciais e Instituições Independentes

Resumo

Valores monetários em R\$ mil
A partir da data base dezembro/2017, foram incluídas informações sobre as Instituições de Pagamento autorizadas pelo Banco Central
Informações com base nos documentos processados até: 19/03/2018
» CSV Composição de Colunas Composição de Colunas em PDF

Instituição financeira	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Referência para Comparação	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
BB - PRUDENCIAL	b1	S1	C	1	BRASILIA	DF	12/2017	1.367.922.566	632.446.322	1.279.854.608	1.064.903.913	88.067.958	6.044.872	135.511.422	19,64%	16,02%	4.829	1.282
ITAU - PRUDENCIAL	b1	S1	C	2	SAO PAULO	SP	12/2017	1.324.222.212	493.597.595	1.183.874.222	900.415.106	140.347.990	10.550.986	142.251.973	18,80%	23,92%	3.366	1.041
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRUDENCIAL	b1	S1	C	1	BRASILIA	DF	12/2017	1.261.489.914	706.275.523	1.227.082.063	1.055.750.795	34.407.851	8.387.663	93.464.469	17,65%	11,03%	3.405	806
BRDESCO - PRUDENCIAL	b1	S1	C	2	OSASCO	SP	12/2017	990.312.323	369.474.577	804.680.753	711.895.025	110.475.605	6.676.652	104.672.834	17,12%	43,35%	4.766	1.440
BNDES - PRUDENCIAL	b4	S2	C	1	RIO DE JANEIRO	RJ	12/2017	867.517.060	321.028.294	804.680.753	467.989.887	62.836.307	4.838.496	146.368.386	27,51%	8,60%	4	
SANTANDER - PRUDENCIAL	b1	S1	C	3	SAO PAULO	SP	12/2017	682.985.479	272.562.232	621.093.433	460.086.970	61.892.046	5.151.886	60.636.448	15,83%	15,15%	2.668	1.217
SAFRA - PRUDENCIAL	b1	S2	C	2	SAO PAULO	SP	12/2017	152.052.676	59.808.570	142.284.128	126.043.382	9.768.548	1.067.823	12.758.840	13,72%	31,75%	111	5
BTG PACTUAL - PRUDENCIAL	b1	S1	C	2	RIO DE JANEIRO	RJ	12/2017	126.196.048	14.079.191	107.726.719	58.400.559	18.469.329	1.382.860	17.142.654	18,05%	30,79%	11	
CIELO - PRUDENCIAL	n4	I	2		BARUERI	SP	12/2017	95.939.956	0	82.133.908	7.919.328	13.806.048	2.140.824	NA	NA	NA		
VOTORANTIM - PRUDENCIAL	b1	S2	C	2	SAO PAULO	SP	12/2017	93.093.338	48.226.370	84.474.764	62.386.462	8.618.574	281.117	9.233.159	15,54%	18,63%	88	
BANRISUL - PRUDENCIAL	b1	S2	C	1	PORTO ALEGRE	RS	12/2017	73.340.306	31.369.133	66.305.427	56.921.189	7.034.879	736.831	6.578.696	16,98%	8,67%	538	152
CITIBANK - PRUDENCIAL	b1	S2	C	3	SAO PAULO	SP	12/2017	61.719.709	10.885.724	53.502.018	33.549.263	8.217.691	310.104	8.007.558	15,94%	2,20%	131	22
BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - PRUDENCIAL	b1	S2	I	1	FORTALEZA	CE	12/2017	54.046.937	10.958.079	50.504.900	17.091.176	3.542.037	383.704	6.300.032	15,89%	2,78%	315	2
BANCOOB - PRUDENCIAL	b1	S3	C	2	BRASILIA	DF	12/2017	43.664.878	5.773.031	42.105.720	36.939.013	1.559.158	74.161	1.511.021	18,47%	10,85%	5	
SICREDI - PRUDENCIAL	b1	S3	C	2	PORTO ALEGRE	RS	12/2017	41.272.827	8.655.746	40.062.353	38.045.640	1.210.475	34.545	1.368.189	20,90%	8,66%	5	
CREDIT SUISSE - PRUDENCIAL	b1	S2	C	3	SAO PAULO	SP	12/2017	38.854.395	4.889.769	35.553.087	21.126.836	3.301.308	-509.007	4.408.254	15,94%	2,44%	6	
BNP PARIBAS - PRUDENCIAL	b1	S3	C	3	SAO PAULO	SP	12/2017	36.865.590	15.815.847	33.442.354	17.874.048	3.423.235	307.513	4.065.479	16,38%	1,79%	5	
JP MORGAN CHASE - PRUDENCIAL	b1	S3	C	3	SAO PAULO	SP	12/2017	34.767.198	1.142.698	30.121.976	19.027.459	4.645.222	105.179	4.642.255	25,50%	2,40%	8	



Instituição financeira Relatórios ()	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total ↓ ↑	Carteira de Crédito Classificada	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	Índice de Basiléia	Índice de Imobilização	Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL LTDA. - COOSERVCRE	b3S	S5	I	2	BRASILIA	DF	12/2017	7.071	6.245	2.277	1.489	4.794	59	4.794	92,57%	3,01%		
PENTAGONO S/A DTVM - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	12/2017	7.058	0	3.996	0	3.062	2.903	3.062	12,88%	17,09%	2	
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL MARANHENSE - SICOOP SUL MARANHENSE	b3S	S5	I	2	BALSAS	MA	12/2017	7.046	1.939	5.776	5.299	1.270	17	1.263	38,52%	26,49%	1	
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DO IRB-BRASIL RE LTDA.	b3S	S5	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	12/2017	7.020	1.213	587	0	6.433	98	6.433	96,86%	2,73%		
TURCAMBIO CC LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	GAROPABA	SC	12/2017	6.952	0	4.279	0	2.673	281	1.944	17,97%	19,44%	6	
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS FERROVIÁRIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	b3S	S5	I	2	OSASCO	SP	12/2017	6.944	4.669	394	0	6.550	210	6.443	130,67%	3,22%		
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - COOPSESP	b3S	S5	I	2	BELO HORIZONTE	MG	12/2017	6.914	4.444	1.351	878	5.563	14	5.563	119,38%	5,04%		
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS ITAÚ	b3S	S5	I	2	SAO PAULO	SP	12/2017	6.863	3.101	320	0	6.543	277	6.543	162,25%	0,01%		
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES COLETIVOS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS DO GRANDE RIO LTDA	b3S	S5	I	2	SAO GONCALO	RJ	12/2017	6.824	2.209	878	0	5.947	92	5.947	141,83%	2,51%		
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A. LTDA. - CECREM	b3S	S5	I	2	CONTAGEM	MG	12/2017	6.762	3.380	393	0	6.369	226	6.368	150,81%	0,10%		
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMÓTEO LTDA. - COOPERTIM	b3S	S5	I	2	TIMOTEO	MG	12/2017	6.731	4.773	688	0	6.043	321	6.043	130,23%	0,05%		
RELANCE DTVM LTDA. - PRUDENCIAL	n2	S4	I	2	SAO PAULO	SP	12/2017	6.726	0	3.966	0	2.760	52	2.760	42,12%	21,07%	1	
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA MORLAN - CRED MORLAN	b3S	S5	I	2	ORLANDIA	SP	12/2017	6.526	4.883	581	0	5.945	412	5.945	123,75%			
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DE PARKER HANNIFIN	b3S	S5	I	2	JACAREI	SP	12/2017	6.456	5.105	437	0	6.019	255	6.019	133,07%	0,07%		

Biografias Itaú Asset Management

Marcello Siniscalchi

Co-Head da Itaú Asset Management

Marcello trabalha no mercado financeiro e de capitais desde 1997. Iniciou sua carreira no Banco BBA Creditanstalt como Trainee, tendo depois migrado para o Banco BBA, onde atuou como analista de crédito, gestor de câmbio e gerente de carteira de renda fixa e fundos de ações local e internacional.

Em novembro de 2002 passou a integrar a equipe da Itaú Asset Management como responsável pelas mesas de Gestão e Head PM de Estratégias de Retorno Absoluto. Em julho de 2013 tornou-se o CIO da Itaú Asset Management e em outubro de 2015 tornou-se Co-Head da mesma.

Marcello possui graduação em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, é pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP – FGV) e mestrado em Modelagem Matemática para Finanças pela Faculdade de Economia e Administração – FEA USP. Adicionalmente, possui certificado FRM (Financial Risk Manager).

Fernando Beyruti

Co-Head da Itaú Asset Management

Fernando Beyruti possui 19 anos de experiência no mercado financeiro, atuando em diversas áreas como: Private Banking, Asset Management e Corretoras. Dentro desses anos de experiência, 15 foram dedicados ao Banco Itaú, onde trabalhou nas áreas de investimentos e vendas.

Ele foi um dos responsáveis pela Itaú Wealth Management (IGGP), e Head da área de Novos Negócios do Itaú Private Bank, antes de se tornar Diretor de Clientes Institucionais e Securities Services.

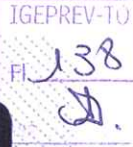
Atualmente é Co-Head da Itaú Asset Management, responsável pela distribuição, Internacional Asset Management, suporte às empresas, Fundo de Fundos e da Comissão sobre Gestão de Ativos Financeiros (CAAF), juntamente com o Departamento de Inovação. Beyruti também é membro do programa de parceiro associado do Itaú.

É graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e possui MBA em Finanças pelo IBMEC São Paulo. Além disso, foi certificado com a Gestão Estratégica Avançada do IMD, International Management (CIM) da Rotman School of Business, em Toronto, e como um Certified Financial Planner (CFP). Beyruti possui ainda certificado de Estratégias de Investimento e Portfolio Management pela Wharton School, da qual também participou do programa de Strategic Risk Management.

Itaú Asset Management

Abril, 2018

Informação Confidencial – Política Corporativa de Segurança da Informação



Excelência na Gestão

Nossos Diferenciais



Potência

Mais de **R\$610 Bi** de ativos sob gestão¹

14,3% de Market Share no mercado brasileiro¹

Volumes de Ativos

R\$ 419 Bi títulos públicos²: 11,9% da dívida pública³

R\$ 123 Bi títulos privados⁴: 74% a mais do que o segundo detentor⁴

Amplitude

Aproximadamente **2,7 milhões de investidores**⁵

+ 260 profissionais⁶

Presença Local na América Latina

Forte presença entre diferentes investidores⁷

#1 Middle market

#1 Private

#2 Corporate

#2 Varejo e Alta Renda

#3 Previdência

#4 Institucional

Excelência

60 anos de experiência na gestão de investimentos

Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos **'Excelente com perspectiva estável'**, atribuída pela **Fitch Ratings**⁸

Classificação **'AMP-1' (Muito Forte)** às práticas de administração de recursos de terceiros, pela agência **S&P Global Ratings**⁹

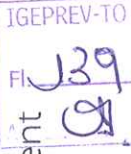
Eleito **9 vezes** melhor gestor de fundos pela Revista **EXAME**¹⁰

Signatária dos Princípios para o **Investimento Responsável (PRI)**¹¹

Fonte: ¹ Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), fevereiro 2018. ² Itaú Asset Management, fevereiro de 2018. ³ Banco Central, dados de janeiro de 2018. ⁴ Quantum, junho de 2017. ⁵ Itaú Asset Management, junho de 2017. ⁶ Itaú Asset Management, dezembro de 2017. ⁷ Fundos de gestão Itaú Unibanco por Segmento Anbima frente ao mercado. Ranking de gestão ANBIMA, fevereiro de 2018. ⁸ A Fitch Ratings afirmou, em julho, 2017, o Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos da Itaú Asset Management (IAM) em 'Excelente'. ⁹ A Standard & Poor's Global Ratings afirmou, em setembro, 2017, o Rating de Práticas de Administração de Recursos de Terceiros da Itaú Asset Management (IAM) em 'AMP-1 (Muito Forte)'. ¹⁰ Itaú Asset Management eleita melhor gestora de fundos pela Revista EXAME nos anos 2017, 2016, 2015, 2014, 2013, 2009, 2008, 2005 e 2001. ¹¹ Mais informações em www.unpri.org.

² Informação Confidencial – Política Corporativa de Segurança da Informação

Itaú Asset Management





- Distribuição e Suporte
- Gestão de Portfólio

• Dubai

• Nova
Iorque

• Bogotá

• São
Paulo

• Santiago

• Buenos
Aires

Liderança local presença global

A atuação do Itaú Unibanco em certas unidades externas pode se dar por meio de sociedades legalmente constituídas nesses países, sendo essas pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco

Fonte: Itaú Asset Management, 2º trimestre de 2017.

Ativos sob Gestão



R\$610,6 Bi de ativos sob gestão



Previdência	25,66%
Varejo e Alta Renda	24,74%
Corporate	14,38%
Institucional	12,80%
Private	13,77%
Middle	7,03%
Outros¹	1,63%

¹Contém Estrangeiros, Fundos de Investimento e Não Classificados

²Contém Referenciado DI e Curto Prazo

³Contém Cambial, Exclusivo Fechado

Fonte: Ranking de Gestão Anbima, fevereiro de 2018.



Renda Fixa²	60,32%
Previdência	25,18%
Multimercados	11,60%
FIDC	0,00%
Ações³	2,79%
Outros	0,12%

Estrutura de Gestão



Estratégias Passivas

Estratégias Ativas

it now! ETFs*

7

- Dividendos
- Financeiro
- Governança Corporativa
- Sustentabilidade Empresarial
- Materiais Básicos
- IBrX-50
- IPSA
- S&P 500® TRN

Estratégias Indexadas

- Renda Fixa
- Renda Variável
- Índices Alternativos
- S&P 500® TRN

Renda Fixa

9

- Renda Fixa Tradicional
- Juros e Moedas

Crédito

10

- DI com Crédito
- High Grade
- High Yield

Retorno Absoluto

14

- Long & Short
- Macro
- Unconstrained

Renda Variável

14

- Ibovespa / IBrX
- Sustentabilidade
- Dividendos
- LatAm Equity

Multi Asset Class

16

- Multi Asset Local
- Multi Asset Global

Portfolio Solutions

Trading 16

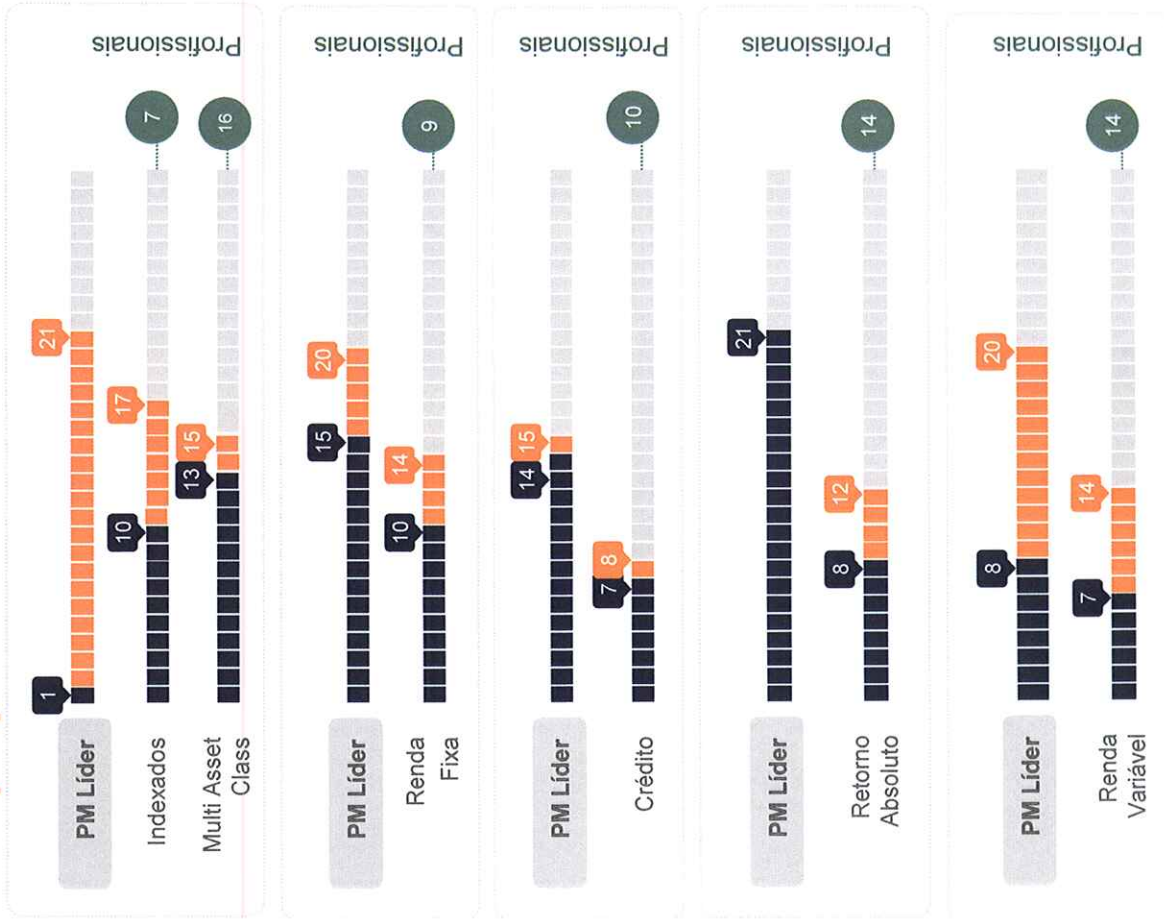
Pesquisa Econômica 11

Pesquisa Quantitativa 5

Fonte: Itaú Asset Management, 4º trimestre de 2017. *Consulte os alertas aplicáveis na página de informações relevantes. Dados de *headcount* incluem o PM.

Equipes de investimento

Itaú



Certificações



- Média anos de Itaú Asset Management
- Média anos de experiência

Fonte: Itaú Asset Management, 4º trimestre de 2017.

Gestão focada com apoio incomparável



Nosso Processo

- Estimulamos o ambiente participativo e a interação entre gestores, analistas e economistas
- Nosso sólido investimento em pesquisa e em capital humano nos permitem a geração de um grande volume de ideias de investimento
- Os *investment cases* são classificados e selecionados a partir do grau de convicção dos gestores de cada estratégia.
- O portfólio é construído obedecendo estritamente a política de investimento do fundo e com formalização de pontos de entrada, saída e *stop*, sempre considerando os cenários alternativos.
- O processo recomeça com uma revisão do portfólio e o monitoramento dos riscos de cada estratégia.



Informações relevantes

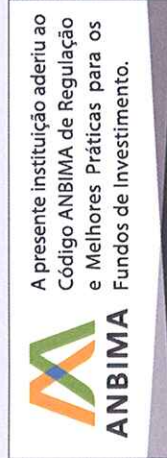


A Itaú Asset Management é o segmento do Itaú Unibanco especializado em gestão de recursos de clientes.

Leia o prospecto, o formulário de informações complementares, lâmina de informações essenciais e o regulamento antes de investir.

Para obter mais informações, entre em contato pelo telefone (11) 3631-2555. Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, utilize o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas, ou o canal Fale Conosco (www.itaui.com.br). Se necessário contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, todos os dias, 24 horas, 0800 722 1722. A divulgação de conteúdo é facultativa e não obriga o Itaú Unibanco a mantê-la disponível, podendo, inclusive deixar de ser disponibilizada a critério exclusivo deste independentemente de aviso prévio. A periodicidade na divulgação do referido material poderá ser alterada sem aviso prévio.

*ETFs: Material de divulgação. Antes de investir, leia o regulamento e as informações constantes do site. O investimento em fundos de índice envolve riscos, inclusive riscos de descolamento do índice de referência e relacionados à liquidez das cotas no mercado secundário. As expressões e os nomes dos índices de renda variável locais ("ÍNDICES") constituem objeto de pedido de registro ou registro de titularidade da BM&FBOVESPA S.A., depositados perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, sendo que foram licenciados pela BM&FBOVESPA para LICENCIADA, exclusivamente para os fins previstos nos contratos firmados entre a BM&FBOVESPA e a LICENCIADA. A BM&FBOVESPA não é responsável por erros ou atrasos no fornecimento ou disponibilização dos ÍNDICES aqui referidos ou por quaisquer decisões tomadas com base neles. Standard & Poor's® e S&P® são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC ("S&P") e Dow Jones® é uma marca registrada da Dow Jones Trademark Holdings LLC ("Dow Jones") que foi licenciada para a utilização pela S&P Dow Jones Indices LLC ("S&PDJI") e suas afiliadas, sendo esta sublicenciada para uso do Itaú Unibanco S.A. O It Now S&P500® TRN Fundo de Índice não é patrocinado, apoiado, distribuído ou promovido pela S&PDJI, Dow Jones ou suas afiliadas. A S&PDJI, Dow Jones ou suas afiliadas não prestam nenhuma declaração assecuratória, garantia ou estabelecem qualquer condição ou recomendação acerca da decisão do investidor de comprar, vender ou manter as cotas do It Now S&P500® TRN Fundo de Índice.



Itaú Asset Management RPPS junho-18



Grade de Fundos de Investimentos

Resolução CMN 4.604/2017

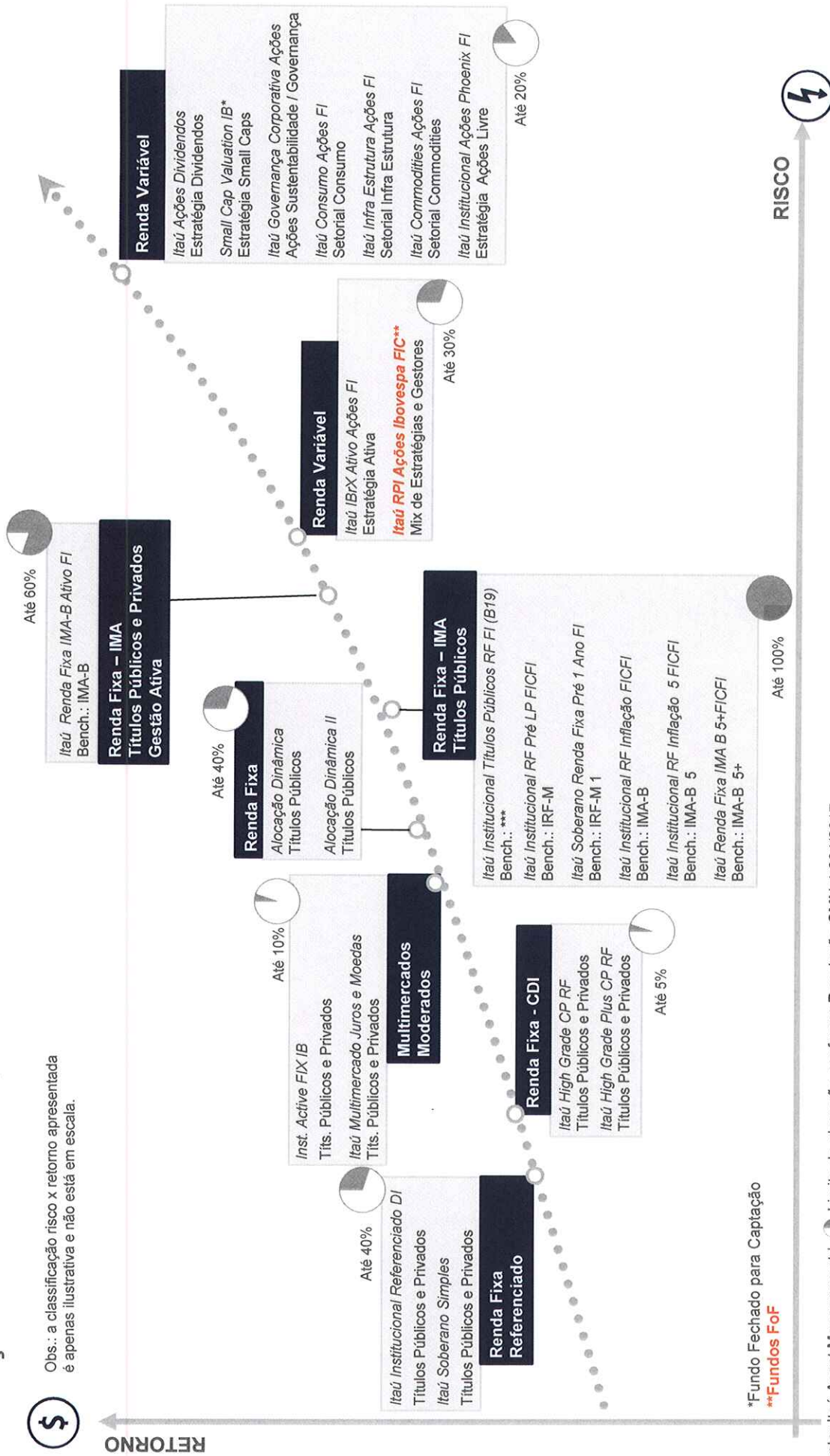


Obs.: a classificação risco x retorno apresentada é apenas ilustrativa e não está em escala.

RETORNO

RISCO

*Fundo Fechado para Captação
 **Fundos FoF



Principais Fundos de Investimentos | Renda Fixa

Mês/Ano	ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI FI (1, 5 e 15)	ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IFRM 1 FI (1, 3, 5 e 27)	ITAÚ HIGH GRADE RF CRED PRIV FICFI (1, 3, 5 e 21)	INSTITUCIONAL ACTIVE FX IB MULTIMERCADO FI (1, 3, 5 e 15)	ITAÚ INSTITUCIONAL JUROS E MOEDAS FI (1, 3, 5 e 18)	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA PRELP FICFI (1, 5 e 18)	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI (1, 3, 5 e 15)	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA II RF FICFI (1, 3, 5 e 15)
	Fundo % CDI	Fundo % IFRM 1	Fundo % CDI	Fundo % CDI	Fundo % CDI	Fundo % IFRM	Fundo % IPCA	Fundo % IPCA
jun/17	0,80%	0,90%	0,83%	0,82%	0,83%	1,33%	0,97%	0,97%
jul/17	0,79%	1,06%	0,80%	0,82%	0,91%	2,27%	2,53%	2,53%
ago/17	0,79%	0,88%	0,80%	0,84%	0,79%	1,02%	1,18%	1,18%
set/17	0,63%	0,72%	0,63%	0,68%	0,65%	1,44%	1,51%	1,51%
out/17	0,63%	0,60%	0,64%	0,60%	0,32%	0,06%	0,04%	0,04%
nov/17	0,56%	0,61%	0,56%	0,53%	0,46%	0,05%	0,13%	0,13%
dez/17	0,53%	0,56%	0,53%	0,55%	0,83%	1,22%	0,80%	0,80%
jan/18	0,57%	0,57%	0,57%	0,63%	0,58%	1,26%	1,49%	1,49%
fev/18	0,45%	0,52%	0,45%	0,43%	0,48%	1,08%	0,74%	0,75%
mar/18	0,52%	0,64%	0,52%	0,57%	0,70%	1,28%	1,03%	1,03%
abr/18	0,50%	0,50%	0,51%	0,49%	0,57%	0,43%	0,33%	0,33%
mai/18	0,51%	0,19%	0,53%	0,39%	0,33%	-1,89%	-0,35%	-0,34%
Acumulado (2018)	2,58%	2,43%	2,61%	2,52%	2,69%	2,14%	3,26%	3,28%
12 meses	7,54%	8,00%	7,63%	7,59%	7,71%	9,90%	10,86%	10,87%
24 meses	21,87%	22,42%	22,08%	21,76%	20,99%	28,74%	27,81%	27,81%
36 meses	39,05%	40,11%	39,73%	38,77%	37,85%	46,65%		
Ano 2017	9,89%	10,89%	10,01%	9,89%	9,05%	14,70%	12,87%	12,85%
Ano 2016	14,07%	14,40%	14,20%	14,20%	14,31%	22,82%	21,48%	21,48%
Ano 2015	13,38%	12,76%	13,72%	13,12%	13,01%	6,63%	5,53%	5,53%
Limite de Investimento	40%	100%	5%	10%	10%	100%	40%	40%
Enquadramento (Res. 4.604)	Art 7º, IV	Art 7º, I, b	Art 7º, VII, b	Art 8º, III	Art 8º, III	Art 7º, I, b	Art 7º, IV	Art 7º, IV
Taxa de adm.	0,18% a.a.	0,20% a.a.	0,25% a.a	0,30% a.a.	0,35% a.a.	0,40% a.a.	0,40% a.a.	0,40% a.a.
Taxa de Performance	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Cotização / Liquidação	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D1	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D1	Aplic.: D0/D0 Resg.: D4/D5
Data de Início	29/09/1995	18/10/2007	21/10/2008	12/03/2002	25/04/2000	26/11/2009	01/06/2015	14/11/2016

Fonte: Itaú Asset Management, maio/18

Principais Fundos de Investimentos | Renda Fixa



Mês/Ano	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO 5 FIC (1, 3, 5 e 18)	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO FICFI (1, 3, 5 e 18)	ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FICFI (1, 3, 5 e 18)	ITAÚ RENDA FIXA IMAB5+ FICFI (1, 3, 5, 18)
	Fundo # IMA-B 5	Fundo # IMA-B	Fundo # IMA-B	Fundo ? IMA-B 5+
jun/17	0,52%	0,16%	0,13%	-0,09%
jul/17	2,81%	3,95%	3,96%	4,63%
ago/17	1,22%	1,30%	1,31%	1,32%
set/17	0,97%	1,78%	1,82%	2,36%
out/17	0,45%	-0,42%	-0,47%	-1,04%
nov/17	0,07%	-0,79%	-0,81%	-1,43%
dez/17	0,85%	0,79%	0,82%	0,75%
jan/18	1,30%	3,36%	3,40%	4,90%
fev/18	0,51%	0,52%	0,53%	0,52%
mar/18	1,58%	0,89%	0,89%	0,33%
abr/18	0,39%	-0,17%	-0,22%	-0,68%
mai/18	-1,59%	-3,18%	-3,25%	-4,69%
Acumulado (2018)	2,18%	1,30%	1,25%	0,14%
12 meses	9,40%	8,28%	8,22%	6,69%
24 meses	22,44%	24,23%	24,28%	24,59%
36 meses	42,44%	41,25%	41,47%	40,45%
Ano 2017	12,14%	12,29%	12,25%	12,16%
Ano 2016	15,02%	24,19%	24,52%	30,34%
Ano 2015	14,94%	8,40%	8,62%	5,17%
Limite de Investimento	100%	100%	60%	100%
Enquadramento (Res. 4.604)	Art 7º, I, b	Art 7º, I, b	Art 7º, III	Art 7º, I, b
Taxa de adm.	0,40% a.a.	0,40% a.a.	0,50% a.a.	0,40% a.a.
Taxa de Performance	Não há	Não há	Não há	Não há
Cotização / Liquidação	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D1	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D1	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D1	Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D2
Data de Início	03/09/2009	26/11/2009	28/11/2002	28/03/2012

Fonte: Itaú Asset Management, maio/18

Principais Fundos de Investimentos | Renda Variável



Mês/Ano	ITAÚ RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FICFI (1, 5 e 29)	ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI (1, 5 e 18)	ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FI (1, 5 e 18)	ITAÚ AÇÕES CONSUMO FI (1, 5 e 18)	ITAÚ AÇÕES INFRA ESTRUTURA FI (1, 5 e 18)	ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI (1, 5 e 29)
	Fundo ? IBOV F.	Fundo # IDIV	Fundo # IGC	Fundo # ICON F.	Fundo # IBX	Fundo # IBOV F.
jun/17	0,87% 0,57%	-1,26% -0,04%	#NOME? #NOME?	-3,03% -0,06%	0,34% 0,04%	0,31% 0,01%
jul/17	4,89% 0,09%	5,08% 0,26%	#NOME? #NOME?	5,63% -0,07%	5,21% 0,30%	5,94% 1,14%
ago/17	6,69% -0,77%	6,23% -0,73%	#NOME? #NOME?	8,96% -0,09%	4,65% -2,70%	7,74% 0,29%
set/17	4,93% 0,05%	6,05% -0,07%	#NOME? #NOME?	7,16% -0,06%	3,09% -1,60%	5,09% 0,21%
out/17	-0,85% -0,87%	0,02% -0,27%	#NOME? #NOME?	-2,59% -0,03%	-1,55% -1,42%	-0,51% -0,53%
nov/17	-3,54% -0,39%	-5,99% 0,68%	#NOME? #NOME?	-3,58% -0,07%	-2,36% 1,01%	-3,79% -0,64%
dez/17	5,79% -0,37%	5,32% 0,37%	#NOME? #NOME?	6,79% -0,02%	6,01% -0,33%	5,71% -0,45%
jan/18	9,71% -1,43%	12,55% 2,67%	#NOME? #NOME?	1,46% 0,10%	3,79% -6,96%	7,74% -3,40%
fev/18	1,17% 0,65%	0,24% 0,85%	#NOME? #NOME?	-3,61% -0,03%	-0,70% -1,12%	1,89% 1,37%
mar/18	-0,20% -0,22%	1,17% 0,12%	#NOME? #NOME?	-0,72% -0,08%	-1,16% -1,24%	1,83% 1,82%
abr/18	0,45% -0,43%	-1,59% -0,17%	#NOME? #NOME?	-1,14% -0,06%	1,97% 1,15%	2,66% 1,78%
mai/18	-9,29% 1,58%	-10,42% 0,10%	#NOME? #NOME?	-10,84% -0,05%	-9,96% 0,95%	-7,92% 2,95%
Acumulado (2018)	0,94% 0,48%	0,62% 3,28%	#NOME? #NOME?	-14,42% -0,11%	-6,48% -6,44%	5,57% 5,21%
12 meses	20,98% -1,42%	16,48% 4,09%	#NOME? #NOME?	2,65% -0,53%	8,53% -12,78%	28,65% 6,26%
24 meses	49,62% -8,73%	63,99% -3,48%	#NOME? #NOME?	21,85% -1,12%	29,75% -27,87%	70,75% 12,40%
36 meses	46,40% 0,92%	42,51% -3,01%	#NOME? #NOME?	14,11% -1,25%	20,50% -24,07%	67,72% 22,24%
Ano 2017	26,70% -0,16%	18,09% -7,21%	30,60% 0,69%	32,32% -0,82%	24,29% -3,26%	33,70% 6,84%
Ano 2016	29,55% -9,39%	48,74% -11,75%	35,47% 6,55%	13,12% -0,11%	21,38% -15,32%	37,21% -1,73%
Ano 2015	-9,20% 4,12%	-22,53% 4,91%	-14,82% -2,85%	-6,89% -0,20%	-15,27% -2,86%	-11,48% 1,83%
Limite de Investimento	30%	20%	20%	20%	20%	20%
Enquadramento (Res. 4.604)	Art 8º, I	Art 8º, II, a	Art 8º, II, a	Art 8º, II, a	Art 8º, II, a	Art 8º, II, a
Taxa de adm.	2,50 % a.a.	1,50% a.a.	0,90% a.a.	0,90% a.a.	0,90% a.a.	2,50% a.a.
Taxa de Performance	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	20% do que exceder o Ibovespa
Cotização /	Aplic.: D0/D1	Aplic.: D0/D0	Aplic.: D0/D0	Aplic.: D0/D0	Aplic.: D0/D0	Aplic.: D0/D0
Liquidação	Resg.: D2/D5	Resg.: D1/D4	Resg.: D1/D4	Resg.: D1/D4	Resg.: D1/D4	Resg.: D21/D24
Data de Início	25/04/2008	06/01/1999	31/08/2006	20/01/2009	23/03/2007	31/10/2012

Fonte: Itaú Asset Management, maio/18



Principais Indicadores



Mês/Ano	CDI	SELIC	IMA-S	IRFM 1	IMA - GERAL	IMA EX-C	IRF- M	IMA - B 5	IMA - B	IMA - B 5+	IMA - C	IGP-M
jun/17	0,81%	0,81%	0,90%	0,89%	0,82%	0,86%	1,35%	0,52%	0,16%	-0,06%	-0,33%	-0,67%
jul/17	0,80%	0,80%	0,82%	1,05%	2,34%	2,32%	2,31%	2,85%	4,00%	4,67%	3,14%	-0,72%
ago/17	0,80%	0,80%	0,81%	0,90%	1,07%	1,06%	1,06%	1,25%	1,34%	1,36%	1,45%	0,10%
set/17	0,64%	0,64%	0,65%	0,74%	1,33%	1,31%	1,48%	1,01%	1,81%	2,40%	2,09%	0,47%
out/17	0,65%	0,65%	0,66%	0,62%	0,13%	0,14%	0,10%	0,48%	-0,38%	-1,01%	-0,26%	0,20%
nov/17	0,57%	0,57%	0,57%	0,62%	0,00%	-0,01%	0,09%	0,10%	-0,76%	-1,40%	0,30%	0,52%
dez/17	0,54%	0,54%	0,54%	0,57%	0,88%	0,89%	1,24%	0,88%	0,83%	0,79%	0,50%	0,89%
jan/18	0,58%	0,58%	0,58%	0,59%	1,76%	1,68%	1,30%	1,33%	3,40%	4,95%	4,37%	0,76%
fev/18	0,47%	0,47%	0,46%	0,54%	0,72%	0,72%	1,10%	0,54%	0,55%	0,56%	0,53%	0,07%
mar/18	0,53%	0,53%	0,53%	0,66%	0,96%	0,95%	1,32%	1,62%	0,94%	0,38%	1,30%	0,64%
abr/18	0,52%	0,52%	0,51%	0,51%	0,32%	0,30%	0,47%	0,42%	-0,14%	-0,63%	0,98%	0,57%
mai/18	0,52%	0,52%	0,50%	0,20%	-1,43%	-1,45%	-1,85%	-1,56%	-3,16%	-4,65%	-0,47%	1,38%
Acumulado (2018)	2,64%	2,65%	2,62%	2,52%	2,32%	2,19%	2,32%	2,35%	1,48%	0,37%	6,82%	3,45%
12 meses	7,68%	7,69%	7,81%	8,17%	9,22%	9,08%	10,37%	9,82%	8,72%	7,21%	14,33%	4,26%
24 meses	21,96%	21,99%	22,09%	22,97%	26,00%	26,20%	29,87%	23,40%	25,38%	25,90%	22,20%	5,90%
36 meses	39,01%	39,07%	39,07%	41,17%	43,78%	43,73%	48,59%	44,18%	43,20%	42,73%	45,96%	17,64%
Ano 2017	9,95%	9,97%	10,16%	11,12%	12,82%	12,89%	15,20%	12,58%	12,79%	12,75%	10,98%	-0,52%
Ano 2016	14,00%	14,02%	13,84%	14,72%	21,00%	21,08%	23,37%	15,48%	24,81%	31,04%	18,65%	7,17%
Ano 2015	13,23%	13,26%	13,27%	13,01%	9,32%	9,25%	7,13%	15,46%	8,88%	5,71%	10,77%	10,54%

Fonte: Itaú Asset Management, maio/18

Principais Indicadores



Mês/Ano	IDIV	IBOVESPA	IBX	IBX50	ISE	IGCX	SMLL	DOLAR
jun/17	-1,22%	0,30%	0,30%	0,50%	-1,39%	0,53%	0,38%	1,99%
jul/17	4,82%	4,80%	4,91%	4,76%	3,66%	4,65%	8,14%	-5,37%
ago/17	6,96%	7,46%	7,35%	7,28%	6,37%	7,31%	8,58%	0,52%
set/17	6,12%	4,88%	4,69%	4,95%	4,68%	4,69%	3,68%	0,66%
out/17	0,29%	0,02%	-0,13%	-0,01%	0,21%	-0,94%	-1,48%	3,44%
nov/17	-6,67%	-3,15%	-3,38%	-3,21%	-6,10%	-3,21%	-2,43%	-0,47%
dez/17	4,94%	6,16%	6,35%	6,20%	4,91%	5,88%	7,03%	1,42%
jan/18	9,88%	11,14%	10,74%	11,71%	7,86%	8,21%	4,34%	-4,40%
fev/18	-0,61%	0,52%	0,42%	0,43%	-2,86%	-0,32%	-0,37%	2,61%
mar/18	1,05%	0,01%	0,08%	0,06%	0,71%	-1,02%	0,07%	2,43%
abr/18	-1,42%	0,88%	0,82%	0,63%	0,49%	0,76%	2,37%	4,73%
mai/18	-10,53%	-10,87%	-10,91%	-10,88%	-7,95%	-10,88%	-11,31%	7,35%
Acumulado (2018)	-2,66%	0,46%	-0,04%	0,68%	-2,39%	-4,13%	-5,55%	12,97%
12 meses	12,39%	22,39%	21,31%	22,66%	9,68%	15,03%	18,75%	15,21%
24 meses	67,47%	58,35%	57,62%	57,65%	30,40%	47,15%	72,39%	3,95%
36 meses	45,52%	45,48%	44,57%	43,18%	11,05%	36,70%	53,05%	17,56%
Ano 2017	25,30%	26,86%	27,55%	26,82%	17,41%	29,92%	49,36%	1,50%
Ano 2016	60,49%	38,94%	36,70%	36,82%	13,79%	28,91%	31,75%	-16,54%
Ano 2015	-27,45%	-13,31%	-12,41%	-13,09%	-12,88%	-11,97%	-22,36%	47,01%

Fonte: Itaú Asset Management, maio/18

Informações relevantes | Renda Fixa



CNPJ	ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI FI (1, 5, e 15)	ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IRFM 1 FI (1, 3, 5 e 27)	ITAÚ HIGH GRADE RF CRED PRIV FICFI (1, 3, 5 e 21)	INSTITUCIONAL ACTIVE FIX IB MULTIMERCADO FI (1, 3, 5, e 15)	ITAÚ INSTITUCIONAL MULTIMERCADO JUROS E MOEDAS FI (1, 3, 5 e 18)	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA PRE LP FICFI (1, 5 e 18)
Hora de Fechamento	00.832.435/0001-00 17:00h	08.703.063/0001-16 16:00h	09.093.883/0001-04 15:30h	04.764.174/0001-81 17:30h	00.973.117/0001-51 14:30h	10.396.381/0001-23 14:30h
Classificação ANBIMA	Renda Fixa - Duração Baixa - Grau de Investimento	Renda Fixa Indexados	Renda Fixa - Duração Baixa - Grau de Investimento	Multimercados Juros e Moedas	Multimercados Juros e Moedas	Renda Fixa Indexados
PL Médio (12 meses) em R\$	1.343.150.149,01	270.325.020,78	2.598.156.715,85	2.339.787.501,47	139.683.382,98	300.332.315,55
PL em R\$	1.245.703.441,20	246.120.846,93	1.565.703.465,84	2.433.506.509,53	69.447.776,76	315.656.031,67
Características do Produto	Acompanhar a variação do CDI. A carteira do fundo poderá ser composta por títulos públicos e até 50% em títulos privados.	Acompanhar a variação do IRFM - 1 por meio do investimento de seus recursos em títulos públicos atrelados à taxa de juros doméstica prefixada.	Superar o CDI utilizando estratégia de gestão ativa por meio da alocação de seus recursos em títulos públicos federais e em títulos privados.	Superar o CDI. Investe em Títulos Públicos Federais e/ou privados, em derivativos referenciados e juros.	Superar o CDI. Investe em Títulos Públicos Federais e/ou privados, em derivativos referenciados, juros e câmbio.	Acompanhar a variação do IRFM. Aplica em títulos públicos atrelados à taxa de juros doméstica prefixada.

Fonte: Itaú Asset Management, maio/18



Informações relevantes | Renda Fixa



CNPJ	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI (1, 3, 5 e 15)	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA II RF FICFI (1, 3, 5 e 15)	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO 5 FIC (1, 3, 5 e 18)	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO FICFI (1, 3, 5 e 18)	ITAÚ RENDA FIXA IMA-BATIVO FI (1, 3, 5 e 18)	ITAÚ RENDA FIXA IMAB5+ FICFI (1, 3, 5, 18)
Hora de Fechamento	21.838.150/0001-49 14:00h	25.306.703/0001-73 14:00h	09.093.819/0001-15 15:00h	10.474.513/0001-98 15:00h	05.073.656/0001-58 15:00h	14.437.684/0001-06 15:00h
Classificação ANBIMA	Renda Fixa - Duração Livre - Crédito Livre	Renda Fixa - Duração Livre - Crédito Livre	Renda Fixa Indexados	Renda Fixa Indexados	Renda Fixa Alta - Grau De Investimento	Renda Fixa Indexados
PL Médio (12 meses) em R\$	1.486.489.509,80	837.446.818,50	1.769.028.977,22	480.606.133,38	76.554.238,45	189.744.242,92
PL em R\$	1.490.374.454,06	1.646.457.370,94	1.549.175.143,32	440.596.377,05	70.244.723,61	35.872.868,26
Características do Produto	Aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados com "Renda Fixa", os quais apliquem no mínimo 80% de seus recursos em ativos financeiros de renda fixa.	Aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados com "Renda Fixa", os quais apliquem no mínimo 80% de seus recursos em ativos financeiros de renda fixa.	Esse fundo busca acompanhar a rentabilidade do índice de Mercado ANBIMA (IMA-B 5), divulgada pela ANBIMA.	Acompanhar a variação do IMA-B por meio da aplicação em títulos públicos atrelados ao indexador IPCA ou à taxa de juros doméstica.	Superar a variação do IMA-B por meio de aplicação em títulos públicos federais e/ou títulos privados atrelados ao indexador IPCA ou à taxa de juros doméstica.	Acompanhar a variação do IMA B5+ por meio da aplicação em títulos públicos atrelados ao indexador e à taxa de juros doméstica, com prazo acima de 5 anos.



Fonte: Itaú Asset Management, maio/18

Informações relevantes | Renda Variável



CNPJ	08.817.414/0001-10	ITAÚ RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FICFI (1, 5 e 29)	ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI (1, 5 e 18)	ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FI (1, 5 e 18)	ITAÚ AÇÕES CONSUMO FI (1, 5 e 18)	ITAÚ AÇÕES INFRA ESTRUTURA FI (1, 5 e 18)	ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI (1, 5 e 29)
Hora de Fechamento	15:00h		16:30h	16:30h	16:00h	16:15h	16:00h
Classificação ANBIMA	Ações Índice Ativo		Ações Dividendos	Ações Sustentabilidade / Governança	Ações Setoriais	Ações Setoriais	Ações Livre
PL Médio (12 meses) em R\$	639.243.387,05		187.336.487,45	62.643.970,15	9.506.748,57	44.052.744,40	386.014.697,92 *
PL em R\$	696.540.366,34		215.692.074,27	59.480.303,41	6.937.690,46	37.534.564,41	684.551.987,01
Características do Produto	Investirá em cotas de fundos de investimento de gestores selecionados pela equipe de Fund of Funds. Estes fundos de investimento têm gestão ativa e como estratégia, a alocação em ações de companhias abertas, ou em derivativos.		Proporcionar retorno aos seus cotistas por meio da seleção de ações de companhias abertas que apresentem potencial de distribuição de dividendos acima da média do mercado.	Gerar retorno, no longo prazo, por meio do investimento em ações de empresas que apresentem práticas diferenciadas de governança corporativa.	Proporcionar retorno através da seleção de ações de setores da Bovespa que estejam ligados direta ou indiretamente ao consumo.	Aplicar seus recursos preponderantemente em ações de empresas dos setores da Bovespa que estejam ligados direta ou indiretamente à infraestrutura.	Proporcionar retorno aos cotistas por meio da alocação em cotas de fundos que realizam seleção de ações de companhias abertas com potencial de valorização no médio-longo prazo.

* Para fundos que possuem menos de 12 meses, o PL médio apresentado é desde o início do fundo.
Fonte: Itaú Asset Management, maio/18



Informações relevantes | CADPREV



CNPJ do Gestor | Banco Itaú Unibanco S/A
60.701.190/0001-04

Nome	CNPJ do Fundo	Valor da cota	Patrimônio líquido	Benchmark	Enquadramento	Limite de alocação	Classificação	TX Adm	TX Pfee
ITAÚ INSTITUCIONAL RF INFLACAO FICFI	10.474.513/0001-98	R\$ 26,747878	R\$ 440.596.377,05	IMA-B	Art 7º, I, b	100%	Ativo	0,40	NA
ITAÚ INFLATION 5 RENDA FIXA FICFI	09.093.819/0001-15	R\$ 26,917333	R\$ 1.549.175.143,32	IMA-B5	Art 7º, I, b	100%	Ativo	0,40	NA
ITAÚ RENDA FIXA IMAB5+ FICFI	14.437.684/0001-06	R\$ 18,401275	R\$ 35.872.868,26	IMA-B 5+	Art 7º, I, b	100%	Ativo	0,40	NA
ITAÚ INSTITUCIONAL RF PRE FIXADO LP FICFI	10.396.381/0001-23	R\$ 25,237536	R\$ 315.656.031,67	IRFM	Art 7º, I, b	100%	Passivo	0,40	NA
ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA ÍNDICES PRÉ 1 FI	08.703.063/0001-16	R\$ 29,398433	R\$ 246.120.846,93	IRFM 1	Art 7º, I, b	100%	Ativo	0,20	NA
ITAÚ INSTITUCIONAL TÍTULOS PÚBLICOS RF FI	18.687.230/0001-36	R\$ 11,913641	R\$ 89.182.847,69	IDKA IPCA 3 ANOS	Art 7º, I, b	100%	-	0,20	NA
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FI	05.073.656/0001-58	R\$ 7,781833	R\$ 70.244.723,61	IMA-B	Art 7º, III	60%	Ativo	0,50	NA
ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA SIMPLES	06.175.696/0001-73	R\$ 43,452709	R\$ 11.178.643.343,38	CDI	Art 7º, IV	40%	Passivo	0,15	NA
ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI FI	00.832.435/0001-00	R\$ 2840,400901	R\$ 1.245.703.441,20	CDI	Art 7º, IV	40%	Passivo	0,18	NA
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA	21.838.150/0001-49	R\$ 14,941956	R\$ 1.490.374.454,06	IPCA	Art 7º, IV	40%	Ativo	0,40	NA
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA II	25.306.703/0001-73	R\$ 12,124221	R\$ 1.646.457.370,94	IPCA	Art 7º, IV	40%	Ativo	0,40	NA
ITAÚ HIGH GRADE RF CP FICFI	09.093.883/0001-04	R\$ 26,519726	R\$ 1.565.703.465,84	CDI	Art 7º, VII, b	5%	Ativo	0,25	NA
ITAÚ HIGH GRADE PLUS RF CRÉDITO PRIVADO FICFI	23.731.523/0001-03	R\$ 12,418547	R\$ 436.973.810,13	CDI	Art 7º, VII, b	5%	Ativo	0,25	NA
ITAÚ INSTITUCIONAL IBRX ATIVO ACOES FI	02.228.453/0001-03	R\$ 16,783778	R\$ 773.731,36	IBX 100	Art 8º, I	30%	Ativo	0,90	NA
ITAÚ RPI ACOES IBOVESPA ATIVO FI	08.817.414/0001-10	R\$ 2,048718	R\$ 696.540.366,34	IBOVESPA	Art 8º, I	30%	Ativo	2,50	NA
ITAÚ INST CAPITAL PROT IBOVESPA MULTI FI	26.470.464/0001-55	R\$ 11,133757	R\$ 36.173.579,08	N/A	Art 8º, III	10%	Ativo	1,50	NA
SMALL CAP VALUATION IB FIA*	01.063.897/0001-65	R\$ 90,138279	R\$ 14.138.362,89	SMLL	Art 8º, II	20%	Ativo	2,00	15%
ITAÚ GOVERNANCA CORPORATIVA ACOES FI	07.686.680/0001-98	R\$ 27,858448	R\$ 59.480.303,41	IGCT	Art 8º, II	20%	Ativo	0,90	NA
ITAÚ ACOES INFRA ESTRUTURA FI	07.658.908/0001-36	R\$ 18,010404	R\$ 37.534.564,41	IBX 100	Art 8º, II	20%	Ativo	0,90	NA
ITAÚ ACOES COMMODITIES FI	09.093.975/0001-86	R\$ 21,202067	R\$ 7.697.405,65	IBX	Art 8º, II	20%	Ativo	0,90	NA
ITAÚ ACOES DIVIDENDOS FI	02.887.290/0001-62	R\$ 552,804846	R\$ 215.692.074,27	IDIV	Art 8º, II	20%	Passivo	1,50	NA
ITAÚ ACOES CONSUMO FUNDO DE INVESTIMENTO	10.239.877/0001-93	R\$ 40,748726	R\$ 6.937.690,46	ICON	Art 8º, II	20%	Ativo	0,90	NA
ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	23.731.629/0001-07	R\$ 17,487170	R\$ 684.551.987,01	IBOVESPA	Art 8º, II	20%	Ativo	2,50	20%
INSTITUCIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	04.764.174/0001-81	R\$ 784,440182	R\$ 2.433.506.509,53	CDI	Art 8º, III	10%	Passivo	0,30	NA
ITAÚ INSTITUCIONAL MULTIMERCADO JUROS E MOEDAS FI	00.973.117/0001-51	R\$ 284,176884	R\$ 69.447.776,76	CDI	Art 8º, III	10%	Passivo	0,35	NA

*Fundo fechado para captação

Fonte: Itaú Asset Management, 12 meses | *Fundos fechados para captação

Informações relevantes | DAIR



Nome	CNPJ do Fundo	Código SAC	Benchmark	Enquadramento	O Fundo Possui ativos de emissores privados como ativo final na carteira?	Há ativos financeiros não emitidos por companhias abertas, operacionais e registrados na CVM?	Há ativos financeiros emitidos por securitizadoras (CRI ou CRA)?	Há ativos financeiros que não são cotas de classe sênior de FIDC?	Há ativos financeiros ou que os respectivos emissores não são considerados de baixo risco de crédito?
ITAÚ INSTITUCIONAL RF INFLACAO FICFI	10.474.513/0001-98	FICFI50634	IMA-B	Art 7º, I, b	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INFLATION 5 RENDA FIXA FICFI	09.093.819/0001-15	VERTICEB5RF574	IMA-B5	Art 7º, I, b	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B5+ FICFI	14.437.684/0001-06	FICFI51981	IMA-B5+	Art 7º, I, b	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUTION RF PRE FIXADO LP FICFI	10.396.381/0001-23	FICFI50527	IRFM	Art 7º, I, b	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA ÍNDICES PRÉ 1 FI	08.703.063/0001-16	SOBERANORF147	IRFM 1	Art 7º, I, b	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL TÍTULOS PÚBLICOS RF FI	18.687.230/0001-36	DRACORF52504	IDKA IPCA 3 ANOS	Art 7º, I, b	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FI	05.073.656/0001-58	INDICEPRF51178	IMA-B	Art 7º, III	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA SIMPLES	06.175.696/0001-73	ITAÚ SOBER LP	CDI	Art 7º, IV	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI FI	00.832.435/0001-00	INST DI 219	CDI	Art 7º, IV	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA	21.838.150/0001-49	FICFI52883	IPCA	Art 7º, IV	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA II	25.306.703/0001-73	FICFI51637	IPCA	Art 7º, IV	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ HIGH GRADE RF CP FICFI	09.093.883/0001-04	FICFI50351	CDI	Art 7º, VII, b	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ HIGH GRADE PLUS RF CRÉDITO PRIVADO FICFI	23.731.523/0001-03	FICFI51522	CDI	Art 7º, VII, b	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL IBRX ATIVO ACOES FI	02.228.453/0001-03	BBA IBXINS FIA	IBX 100	Art 8º, I	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ RPI ACOES IBOVESPA ATIVO FI	08.817.414/0001-10	FICFI51993	IBOVESPA	Art 8º, I	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INST CAPITAL PROT IBOVESPA MULT FI	26.470.464/0001-55	CPIBOVMM53114	N/A	Art 8º, III	Não	Não	Não	Não	Não
SMALL CAP VALUATION IB FIA*	01.063.897/0001-65	IBSCVALUATRV106	SMLL	Art 8º, II	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA ACOES FI	07.686.680/0001-98	GOVCORPRV1710	IGCT	Art 8º, II	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ ACOES INFRA ESTRUTURA FI	07.658.908/0001-36	INFRAESTRV1726	IBX 100	Art 8º, II	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ ACOES COMMODITIES FI	09.093.975/0001-86	COMMODITERV344	IBX	Art 8º, II	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ ACOES DIVIDENDOS FI	02.887.290/0001-62	ACE UPPER	IDIV	Art 8º, II	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ ACOES CONSUMO FUNDO DE INVESTIMENTO	10.239.877/0001-93	CONSUMORV421	ICON	Art 8º, II	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	23.731.629/0001-07	PHOENIX1529	IBOVESPA	Art 8º, II	Não	Não	Não	Não	Não
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	04.764.174/0001-81	IBACTIVEFIXRFT74	CDI	Art 8º, III	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL MULTIMERCADO JUROS E MOEDAS FI	00.973.117/0001-51	YIELDPLUMM51077	CDI	Art 8º, III	Sim	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Itaú Asset Management, 12 meses | *Fundos fechados para captação

VaR e Volatilidade dos fundos institucionais



Nome	PL (R\$ Mil)	VaR 99% para 1 dia (R\$ Mil)	VaR 99% para 1 dia (% do PL)	Volatilidade para 1 dia (%)
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA II RF FICFI	1.353.427	1.980,17	0,1463%	0,0629%
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	1.496.719	2.191,94	0,1464%	0,0630%
ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	461.619	9.258,65	2,0057%	0,8622%
ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	665.611	13.873,79	2,0844%	0,8960%
ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IRFM 1 FI	242.625	86,05	0,0355%	0,0152%
ITAÚ FOF RPI AÇÕES IBOVSPA ATIVO FICFI	739.139	11.910,06	1,6113%	0,6926%
ITAÚ RENDA FIXA IMAB5+ FICFI	34.996	229,53	0,6559%	0,2819%
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FICFI	68.349	281,55	0,4119%	0,1771%
ITAÚ INSTITUCIONAL MULTIMERCADO JUROS E MOEDAS FI	69.079	24,42	0,0354%	0,0152%
ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO FICFI	439.382	1.828,92	0,4162%	0,1789%
ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO 5 FICFI	1.629.965	3.378,13	0,2073%	0,0891%
ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA PRÉ FIXADO LP FICFI	314.003	759,81	0,2420%	0,1040%
ITAÚ AÇÕES CONSUMO FI	6.102	108,39	1,7765%	0,7636%
ITAÚ INVESTMENT GRADE RENDA FIXA CP FICFI	2.043.965	13,53	0,0007%	0,0003%
ITAÚ AÇÕES COMMODITIES FI	8.537	255,95	2,9982%	1,2888%
ITAÚ SMALL CAP VALUATION FIA	15.964	336,10	2,1054%	0,9050%
INSTITUCIONAL ACTIVE FIX IB - MULTIMERCADO FI	2.414.492	232,88	0,0096%	0,0041%
ITAÚ AÇÕES INFRA ESTRUTURA FI	43.835	1.059,05	2,4160%	1,0385%
ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FI	65.455	1.437,47	2,1961%	0,9440%
ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP FICFI	10.269.308	66,86	0,0007%	0,0003%
ITAÚ INSTITUCIONAL IBRX ATIVO AÇÕES FICFI	1.013	24,22	2,3908%	1,0277%
ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	242.990	4.704,18	1,9360%	0,8322%
ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI - FI	1.327.318	2,70	0,0002%	0,0001%

Fonte: Itaú Asset Management, dados de 30/abr/18.

O modelo de VaR (Value-at-Risk) utilizado é o Paramétrico com um padrão de Intervalo de Confiança de 95%, mas em situações específicas podendo ser calculado com um Intervalo de Confiança de 99%. O Holding Period varia de acordo com o fundo.

A Volatilidade é calculada pelo modelo EWMA (Exponentially Weighted Moving Average) considerando uma janela de 252 observações e um Lambda de 0,94.



Contatos

Relacionamento e Prospecção RPPS



Distribuição Asset Institucional:


CHRYSTIE LOMBARDI – Gerente Comercial t. 11 3631-2617 chrystie.lombardi@itau-unibanco.com.br


CESAR HENRIQUES DOMINGOS - Gerente t. 11 3631-2617 cesar.domingos@itau-unibanco.com.br


ANDERSON SCHEINER – Analista Comercial t. 11 3631-2541 anderson.scheiner@itau-unibanco.com.br

Poder Público:


KESLLEY R. CRISPIM - Gerente t. 11 96447-1154 kesselley.crispim@itau-unibanco.com.br

Informações relevantes



- 1 Este fundo possui lâmina de informações essenciais, podendo esta ser consultada no seguinte endereço eletrônico www.itaui.com.br.
- 2 Este fundo é supervisionado e fiscalizado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (Serviço de atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br).
- 3 Não há garantia de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.
- 4 Este fundo está autorizado a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior.
- 5 As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.
- 6 As estratégias de investimento do fundo podem resultar em perdas superiores ao capital aplicado e na consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo.
- 7 Será devido pelo cotista, a título de taxa de saída, o seguinte valor sobre o montante resgatado, calculado com relação a cada aplicação (inicial e adicionais) realizada pelo cotista no fundo: 0,5% do montante resgatado para aplicações (inicial e adicionais) realizadas há até 365 dias.

Fundo Institucional Active Fix IB MM FI - A partir de 22/06/2015 o ADMINISTRADOR do fundo que era BANCO ITAUCARD S.A., passou a ser ITAÚ UNIBANCO S.A.

Material de divulgação dos fundos

A Itaú Asset Management é o segmento do Itaú Unibanco especializado em gestão de recursos de clientes.

Leia o prospecto, o formulário de informações complementares, lâmina de informações essenciais e o regulamento antes de investir. Descrição do tipo ANBIMA disponível no Formulário de Informações Complementares. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Os índices utilizados tratam-se de mera referência econômica e não meta ou parâmetro de performance. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou fundo garantidor de crédito – FGC.

Para obter mais informações, entre em contato pelo telefone (11) 3631-2555. Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, utilize o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas, ou o canal Fale Conosco (www.itaui.com.br). Se necessário contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, 0800 722 1722.



Informações relevantes



PÚBLICO ALVO

9 O FUNDO destina-se a investidores qualificados, assim considerados nos termos da regulamentação em vigor.

10 O FUNDO destina-se a receber aplicações de fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento e/ou pessoas jurídicas, que sejam investidores qualificados, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

11 O FUNDO destina-se a receber, com exclusividade, os recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a tais entidades, todos investidores qualificados nos termos da legislação em vigor.

12 O FUNDO é restrito a receber aplicações de fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a eles ligadas e/ou carteiras administradas, investidores qualificados, que possuam perfil de investimento e situação financeira compatíveis com o objetivo e a política de investimento do FUNDO e que, em função disso, entendam os riscos associados ao investimento no FUNDO e possam suportar eventuais perdas, não sendo admitida a aplicação de recursos pelo público em geral.

13 O FUNDO receberá recursos de fundos de investimento administrados pelo Banco Itaú S.A. ou pelas demais empresas sob controle direto ou indireto da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., designadas instituições Itaú, e também, pessoas físicas e jurídicas, clientes do Administrador ou das demais instituições Itaú.

14 O FUNDO receberá recursos de fundos de investimento e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, administrados ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, assim como de pessoas físicas ou jurídicas, clientes do Administrador, do Gestor ou de controladas, direta ou indiretamente, pela Itaú Unibanco Holding S.A.

15 O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos de fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, pessoas jurídicas, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

16 O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos exclusivamente de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados a investidores qualificados, bem como de pessoas físicas e/ou jurídicas que sejam investidores qualificados, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

17 O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos de fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento e/ou pessoas jurídicas, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pela Itaú Unibanco Holding S.A.

18 O Fundo, a critério do Administrador, receberá recursos de fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, pessoas físicas e/ou jurídicas, clientes do Administrador, do Gestor ou de controladas, direta ou indiretamente, pela Itaú Unibanco Holding S.A.

19 pessoas físicas e jurídicas, clientes do Administrador, do Gestor ou de controladas, direta ou indiretamente, pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A..

20 pessoas físicas e/ou jurídicas, clientes do Administrador, do Gestor ou de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Itaú Unibanco Holding S.A..

21 O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos de pessoas jurídicas, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pela Itaú Unibanco Holding S.A.

22 O Fundo, a critério do Administrador, receberá recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, pessoas físicas e/ou jurídicas clientes do Administrador, do Gestor ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

23 fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados a investidores qualificados, bem como de pessoas físicas e/ou jurídicas que sejam investidores qualificados, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

24 O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos exclusivamente de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados a investidores qualificados, bem como de pessoas jurídicas que sejam investidores qualificados, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

25 O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos de pessoas jurídicas, Entidades Fechadas de Previdência Complementar, dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, independentemente destes serem considerados como investidores profissionais, qualificados ou não qualificados, bem como de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, pessoas físicas e/ou jurídicas, clientes do Administrador, do Gestor ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

26 O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos de fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, pessoas físicas e/ou jurídicas, clientes do Private Bank do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pela Itaú Unibanco Holding S.A.

27 O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos de fundos de investimento e fundos de investimento em cotas que tenham como investidores entidades fechadas de previdência complementar e regimes próprios de previdência e de demais, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

(“INSTITUIÇÕES ITAÚ UNIBANCO”).

28 O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos exclusivamente de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados a investidores qualificados, nos termos da regulamentação vigente, bem como de pessoas jurídicas que sejam investidores qualificados, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

29 O fundo, a critério do administrador, receberá recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, independentemente destes serem considerados como investidores profissionais, qualificados ou não qualificados, bem como de fundos de investimento, fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, pessoas físicas e/ou jurídicas, clientes do administrador, do gestor ou de controladas, direta ou indiretamente, pela Itaú Unibanco Holding S.A.



Informações relevantes



CNPJ	Razão Social	Observações (comentários abaixo)	Tipo ANBIMA	Prazo para conversão em cotas no resgate	Crédito do resgate após a conversão
25.306.703/0001-73	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA II RF FICFI	1, 2, 3	RENDA FIXA - DURAÇÃO LIVRE - CRÉDITO LIVRE	4	1
21.838.150/0001-49	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	1, 2, 3	RENDA FIXA - DURAÇÃO LIVRE - CRÉDITO LIVRE	0	1
16.718.302/0001-30	ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	1, 3	AÇÕES VALOR/CRESCIMENTO	21	3
23.731.629/0001-07	ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	1, 3	AÇÕES LIVRE	21	3
08.703.063/0001-16	ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IRFM 1 FI	1, 2, 3	RENDA FIXA INDEXADOS	0	0
08.817.414/0001-10	ITAÚ FOF RPI AÇÕES IBOVSPA ATIVO FICFI	1, 3	AÇÕES ÍNDICE ATIVO	2	3
14.437.684/0001-06	ITAÚ RENDA FIXA IMAB5+ FICFI	1, 2, 3	RENDA FIXA INDEXADOS	1	1
05.073.656/0001-58	ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FICFI	1, 2, 3	RENDA FIXA - DURAÇÃO ALTA - GRAU DE INVESTIMENTO	0	1
00.973.117/0001-51	ITAÚ INSTITUCIONAL MULTIMERCADO JUROS E MOEDAS	1, 2, 3	MULTIMERCADOS JUROS E MOEDAS	0	1
10.474.513/0001-98	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO FICFI	1, 2, 3	RENDA FIXA ÍNDICES	0	1
09.093.819/0001-15	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO 5 FICFI	1, 2, 3	RENDA FIXA INDEXADOS	0	1
10.396.381/0001-23	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA PRÉ FIXADO LP FICFI	1, 3	RENDA FIXA INDEXADOS	0	0
10.239.877/0001-93	ITAÚ AÇÕES CONSUMO FI	1, 3	AÇÕES SETORIAIS	1	3
09.093.883/0001-04	ITAÚ INVESTMENT GRADE RENDA FIXA CP FICFI	1, 2, 3	RENDA FIXA - DURAÇÃO BAIXA - GRAU DE INVESTIMENTO	0	0
09.093.975/0001-86	ITAÚ AÇÕES COMMODITIES FI	1, 3	AÇÕES SETORIAIS	1	3
01.063.897/0001-65	ITAÚ SMALL CAP VALUATION FIA	1, 3	AÇÕES SMALL CAPS	1	3
04.764.174/0001-81	INSTITUCIONAL ACTIVE FIX IB - MULTIMERCADO FI	1, 2, 3	MULTIMERCADOS JUROS E MOEDAS	0	0
07.658.908/0001-36	ITAÚ AÇÕES INFRA ESTRUTURA FI	1, 3	AÇÕES SETORIAIS	1	3
07.686.680/0001-98	ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FI	1, 3	AÇÕES SUSTENTABILIDADE/GOVERNANÇA	1	3
06.175.696/0001-73	ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP FIC	1, 3	RENDA FIXA - DURAÇÃO BAIXA - GRAU DE INVESTIMENTO	0	0
02.228.453/0001-03	ITAÚ INSTITUCIONAL IBRX ATIVO AÇÕES FICFI	1, 3	AÇÕES ÍNDICE ATIVO	0	3
02.887.290/0001-62	ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	1, 3	AÇÕES DIVIDENDOS	1	3
00.832.435/0001-00	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI - FI	1, 3	RENDA FIXA - DURAÇÃO BAIXA - GRAU DE INVESTIMENTO	0	0



A presente instituição aderiu ao
Código ANBIMA de Regulação
e Melhores Práticas para os
Fundos de Investimento.

- 1 Este fundo possui lâmina de informações essenciais, podendo esta ser consultada no seguinte endereço eletrônico www.itaú.com.br.
- 2 Não há garantia de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.
- 3 As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

Material de divulgação do fundo. A Itaú Asset Management é o segmento do Itaú Unibanco especializado em gestão de recursos de clientes.

Leia o prospecto, o formulário de informações complementares, lâmina de informações essenciais e o regulamento antes de investir. Descrição do tipo ANBIMA disponível no Formulário de Informações Complementares. Para obter mais informações, entre em contato pelo telefone (11) 3631-2555. Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, utilize o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas, ou o canal Fale Conosco (www.itaú.com.br). Se necessário contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, todos os dias, 24 horas, 0800 722 1722.



Itaú Asset Management RPPS – Tela DAIR

junho-18



Informações relevantes | DAIR



Nome	CNPJ do Fundo	Código SAC	Benchmark	Enquadramento	O Fundo Possui ativos de emissores privados como ativo final na carteira?	Há ativos financeiros não emitidos por Instituição Financeira?	Há ativos financeiros não emitidos por companhias abertas, operacionais e registradas na CVM?	Há ativos financeiros emitidos por securitizadoras (CRI ou CRA)?	Há ativos financeiros que não são cotas de FIDC?	Há ativos financeiros ou que os respectivos emissores não são considerados de baixo risco de crédito?
ITAÚ INSTITUCIONAL RF INFLACAO FICFI	10.474.513/0001-98	FICFI50634	IMA-B	Art 7°, I, b	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INFLATION 5 RENDA FIXA FICFI	09.093.819/0001-15	VERTICEB5RF574	IMA-B5	Art 7°, I, b	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B5+ FICFI	14.437.684/0001-06	FICFI51981	IMA-B 5+	Art 7°, I, b	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCION RF PRE FIXADO LP FICFI	10.396.381/0001-23	FICFI50527	IRFM	Art 7°, I, b	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA INDICES PRÉ 1 FI	08.703.063/0001-16	SOBERANORF147	IRFM 1	Art 7°, I, b	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL TÍTULOS PÚBLICOS RF FI	18.687.230/0001-36	DRACORF52504	IDKA IPCA 3 ANOS	Art 7°, I, b	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FI	05.073.659/0001-58	INDICEPRF51178	IMA-B	Art 7°, III	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA SIMPLES	06.175.699/0001-73	ITAÚ SOBER LP	CDI	Art 7°, IV	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI FI	00.832.435/0001-00	INST DI 219	CDI	Art 7°, IV	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA	21.838.150/0001-49	FICFI52883	IPCA	Art 7°, IV	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA II	25.306.703/0001-73	FICFI51637	IPCA	Art 7°, IV	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ HIGH GRADE RF CP FICFI	09.093.883/0001-04	FICFI50351	CDI	Art 7°, VII, b	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ HIGH GRADE PLUS RF CRÉDITO PRIVADO FICFI	23.731.523/0001-03	FICFI51522	CDI	Art 7°, VII, b	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL IBRX ATIVO ACOES FI	02.228.453/0001-03	BBA IBXINS FIA	IBX 100	Art 8°, I	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ RPI ACOES IBOVESPA ATIVO FI	08.817.414/0001-10	FICFI51993	IBOVESPA	Art 8°, I	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INST CAPITAL PROT IBOVESPA MULTI FI	26.470.464/0001-55	CP/BOVM53114	N/A	Art 8°, III	Não	Não	Não	Não	Não	Não
SMALL CAP VALUATION IB FIA*	01.063.897/0001-65	IBSCVALUATRV106	SMLL	Art 8°, II	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ GOVERNANCA CORPORATIVA ACOES FI	07.686.680/0001-98	GOVCORPRV1710	IGCT	Art 8°, II	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ ACOES INFRA ESTRUTURA FI	07.658.908/0001-36	INFRAESTRV1726	IBX 100	Art 8°, II	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ ACOES COMMODITIES FI	09.093.975/0001-86	COMMODITIERV344	IBX	Art 8°, II	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ ACOES DIVIDENDOS FI	02.887.290/0001-62	ACE UPPER	IDIV	Art 8°, II	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ ACOES CONSUMO FUNDO DE INVESTIMENTO	10.239.877/0001-93	CONSUMORV421	ICON	Art 8°, II	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	23.731.629/0001-07	PHOENIX51529	IBOVESPA	Art 8°, II	Não	Não	Não	Não	Não	Não
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	04.764.174/0001-81	IBACTIVEFIXRF74	CDI	Art 8°, III	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
ITAÚ INSTITUCIONAL MULTIMERCADO JUROS E MOEDAS FI	00.973.117/0001-51	YIELDPLUMM51077	CDI	Art 8°, III	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não

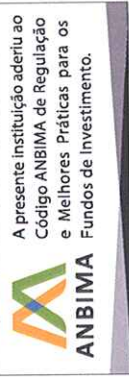


Fonte: Itaú Asset Management, 12 meses | *Fundos fechados para captação

Informações relevantes



CNPJ	Razão Social	Observações (comentários abaixo)	Tipo ANBIMA	Prazo para conversão em cotas no resgate	Crédito do resgate após a conversão
25.306.703/0001-73	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA II RF FICFI	1, 2, 3	RENTA FIXA - DURAÇÃO LIVRE - CRÉDITO LIVRE	4	1
21.838.150/0001-49	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	1, 2, 3	RENTA FIXA - DURAÇÃO LIVRE - CRÉDITO LIVRE	0	1
16.718.302/0001-30	ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	1, 3	AÇÕES VALOR/CRESCEMENTO	21	3
23.731.629/0001-07	ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	1, 3	AÇÕES LIVRE	21	3
08.703.063/0001-16	ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IRFM 1 FI	1, 2, 3	RENTA FIXA INDEXADOS	0	0
08.817.414/0001-10	ITAÚ FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FICFI	1, 3	AÇÕES ÍNDICE ATIVO	2	3
14.437.684/0001-06	ITAÚ RENDA FIXA IMAB5+ FICFI	1, 2, 3	RENTA FIXA INDEXADOS	1	1
05.073.656/0001-58	ITAÚ RENDA FIXA IMAB- B ATIVO FICFI	1, 2, 3	RENTA FIXA - DURAÇÃO ALTA - GRAU DE INVESTIMENTO	0	1
00.973.117/0001-51	ITAÚ INSTITUCIONAL MULTIMERCADO JUROS E MOEDAS	1, 2, 3	MULTIMERCADOS JUROS E MOEDAS	0	1
10.474.513/0001-98	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO FICFI	1, 2, 3	RENTA FIXA ÍNDICES	0	1
09.093.819/0001-15	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO 5 FICFI	1, 2, 3	RENTA FIXA INDEXADOS	0	1
10.396.381/0001-23	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA PRÉ FIXADO LP FICFI	1, 3	RENTA FIXA INDEXADOS	0	0
10.239.877/0001-93	ITAÚ AÇÕES CONSUMO FI	1, 3	AÇÕES SETORIAIS	1	3
09.093.883/0001-04	ITAÚ INVESTMENT GRADE RENDA FIXA CP FICFI	1, 2, 3	RENTA FIXA - DURAÇÃO BAIXA - GRAU DE INVESTIMENTO	0	0
09.093.975/0001-86	ITAÚ AÇÕES COMMODITIES FI	1, 3	AÇÕES SETORIAIS	1	3
01.063.897/0001-65	ITAÚ SMALL CAP VALUATION FIA	1, 3	AÇÕES SMALL CAPS	1	3
04.764.174/0001-81	INSTITUCIONAL ACTIVE FIX IB - MULTIMERCADO FI	1, 2, 3	MULTIMERCADOS JUROS E MOEDAS	0	0
07.658.908/0001-36	ITAÚ AÇÕES INFRA ESTRUTURA FI	1, 3	AÇÕES SETORIAIS	1	3
07.686.680/0001-98	ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FI	1, 3	AÇÕES SUSTENTABILIDADE/GOVERNANÇA	1	3
06.175.696/0001-73	ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP FIC	1, 3	RENTA FIXA - DURAÇÃO BAIXA - GRAU DE INVESTIMENTO	0	0
02.228.453/0001-03	ITAÚ INSTITUCIONAL IBRX ATIVO AÇÕES FICFI	1, 3	AÇÕES ÍNDICE ATIVO	0	3
02.887.290/0001-62	ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	1, 3	AÇÕES DIVIDENDOS	1	3
00.832.435/0001-00	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI - FI	1, 3	RENTA FIXA - DURAÇÃO BAIXA - GRAU DE INVESTIMENTO	0	0



- 1 Este fundo possui lâmina de informações essenciais, podendo esta ser consultada no seguinte endereço eletrônico www.itaú.com.br.
- 2 Não há garantia de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.
- 3 As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

Material de divulgação do fundo. A Itaú Asset Management é o segmento do Itaú Unibanco especializado em gestão de recursos de clientes.

Leia o prospecto, o formulário de informações complementares, lâmina de informações essenciais e o regulamento antes de investir. Descrição do tipo ANBIMA disponível no Formulário de Informações Complementares. Para obter mais informações, entre em contato pelo telefone (11) 3631-2555. Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, utilize o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas, ou o canal Fale Conosco (www.itaú.com.br). Se necessário contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, todos os dias, 24 horas, 0800 722 1722.





Itaú Unibanco S.A.

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE AGOSTO DE 2017

CNPJ 60.701.190/0001-04 - NIRE 35300023978

DATA, HORA E LOCAL: Em 18.08.2017, às 10h00, na Praça Alfrede Egly de Souza Azeite, 100, Torre Olavo Setúbal, Parque Jabquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Alexandre Broedel Loyola - Presidente; Álvaro Felipe Rizzo Rodrigues - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** 1. Alterar o modo de representação da Companhia, visando (i) ampliar as hipóteses de representação por procuradores; (ii) fixar regra de representação em atos de distribuição de proventos; (iii) prever a possibilidade de representação individual em lotações; e (iv) realizar assembleias redacionais, passando o artigo 10 do Estatuto Social a vigorar da seguinte forma: "Artigo 10. Dois diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente Diretor Geral, Diretor Vice-Presidente ou Diretor Executivo, terão poderes para (i) representar a Companhia, assumindo obrigações ou exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que lhe acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (ii) deliberar sobre os investimentos, direitos ou indiretos, inclusive por intermédio de controladas ou coligadas; (iii) deliberar sobre os estabelecimentos da Companhia no País e no exterior; e (iv) constituir procuradores. § 1º. Nas hipóteses previstas no "caput", à exceção do disposto no item (iv), a representação da Companhia também poderá ser feita por (i) um diretor e um procurador; ou (ii) dois procuradores. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um diretor ou um procurador. (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula "ad judicia"; (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou colistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a Companhia participe; e (iv) em lotações promovidas por órgãos públicos, desde que discriminadas no instrumento de representação a finalidade e os limites dos poderes outorgados. § 3º. Dois diretores, sendo obrigatoriamente Diretor Geral ou Diretor Vice-Presidente, em conjunto, poderão (i) deliberar sobre a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, por conta do dividendo obrigatório ou do débito da reserva de lucros; e (ii) prever ou instituir exceções adicionais às previstas no parágrafo anterior. § 4º. Os instrumentos de mandato terão prazo de validade de até 1 (um) ano, salvo para fins judiciais. 2. Consolidar o Estatuto Social que, consignando a alteração ora deliberada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes e a vigorar após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo Banco Central do Brasil. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 18 de agosto de 2017. (aa) Alexandre Broedel Loyola - Presidente; Álvaro Felipe Rizzo Rodrigues - Secretário. Cópia fiel da original lavrada em livro próprio e homologada pelo BACEN. JUCESP - Registro nº 475.015.2017. (aa) Flávia R. Brito - Gonçalves - Secretária Geral. **ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO - Artigo 1º.** A Companhia tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas e denominada **ITAÚ UNIBANCO S.A.** ("Companhia"), tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e prazo indeterminado de duração, podendo, por deliberação de dois diretores, instalar, extinguir e remanejar dependências em qualquer localidade, no País ou no exterior (Artigo 10, "caput"). **CAPÍTULO II - O OBJETO SOCIAL - Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio. **CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES - Artigo 3º.** O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 47.425.425.433,32 (quarenta e sete bilhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e dez mil, quatrocentos e cinquenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.396.347.872 (dois bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, trezentas e quarenta e sete mil, oitocentas e setenta e duas) ordinárias e 2.320.862.560 (dois bilhões, trezentos e vinte milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, quinhentas e oitenta) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e II - direito de, em eventual alteração de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias. Parágrafo único. A Companhia poderá adquirir as próprias ações a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Diretoria. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 4º.** As Assembleias Gerais serão presididas por um diretor da Companhia e secretariadas por qualquer pessoa escolhida dentre os presentes. Parágrafo único. Da ata respectiva serão extraídas certidões, que poderão ser assinadas pelos membros da mesa ou por dois diretores da Companhia. **CAPÍTULO V - DIRETORIA - Artigo 5º.** A administração da Companhia é exercida pela Diretoria. Artigo 6º. Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros, observados os limites legais. A Assembleia Geral fixará a verba global e anual, cabendo ao Comitê de Remuneração do Conglomerado Itaú Unibanco, constituído na instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco Holding"), regulamentar a utilização dessa verba e da participação nos lucros devidas aos administradores. Artigo 7º. A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 40 (quarenta) e, no máximo, 150 (cento e cinquenta) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, compreendendo os cargos de Diretor Geral, Diretor Vice-Presidente, Diretor Executivo e Diretor. A Assembleia Geral poderá deliberar sobre o seu provimento. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria poderá escolher dentre seus membros, para substituí-los, membros Artigo 9º. Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir as diretrizes e deliberações da Assembleia Geral; (ii) promover o exercício das atividades da Companhia; (iii) representar a Companhia e administrar seus negócios; e (iv) declarar e distribuir, "ad referendum" da Assembleia Geral, dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre o capital próprio. § 1º. Aos Diretores Gerais, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores competem as atividades que lhes sejam atribuídas pela Assembleia Geral. Artigo 10. Dois diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente Diretor Geral, Diretor Vice-Presidente ou Diretor Executivo, terão poderes para (i) representar a Companhia, assumindo obrigações ou exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que lhe acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (ii) deliberar sobre os investimentos, direitos ou indiretos, inclusive por intermédio de controladas ou coligadas; (iii) deliberar sobre os estabelecimentos da Companhia no País e no exterior; e (iv) constituir procuradores.



Brookfield QOPP 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 13.661.474/0001-26

Relatório de Administração

Senhores quotistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Brookfield QOPP 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no período, bem como a posição patrimonial da Companhia. Concorramos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Balancos Patrimoniais (Em milhares de reais)		2016	2015	Balancos Patrimoniais (Em milhares de reais)		2016	2015
Ativo/Passivos Circulantes		2.337.5.833	2.337.5.833	Passivo/Passivos Circulantes		156.148	156.148
Caixa e equivalentes de caixa	1.903.3.206			Caixa a pagar a fornecedores e outras	144		
Contas a receber de clientes	434.405			Dividendos a pagar	144		
Estoque de imóveis a comercializar	443			Outros passivos financeiros	12.124		
Outros ativos	1.779			Passivos Não Circulantes	585.576		
Ativos Não Circulantes	243.1.270			Empréstimos com partes relacionadas	520.526		
Caixa a receber de clientes	76.1.186			Provisões	153		
Outros ativos	167.84			Outros passivos financeiros	6.50		
Total dos Ativos	2.580.7.103			Patrimônio Líquido	1.739.6.719		
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.580.7.103		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)		2016	2015	Demonstrações dos Resultados (Em milhares de reais)		2016	2015
Saldos em 31/12/2014		3.995	3.995	Receita Operacional Líquida		451	4.828
Lucro líquido do exercício				Despesas operacionais		(469)	(3.608)
Destinação para reserva legal				Lucro Bruto		(13)	1.220
Destinação para reserva de investimento e capital de giro				(Despesas) Receitas Operacionais			
Destinação de dividendos propostos				Despesas de vendas		(18)	(265)
Saldos em 31/12/2015	3.995	31	2.353	Outras receitas (despesas), líquidas		(317)	8
Redução de capital				Resultado financeiro, líquido		290	17
Prejuízo do exercício				Resultado antes do IR e CS		(58)	980
Compensação de prejuízo com a reserva de investimento e capital de giro				Imposto de renda e contribuição social		(150)	(374)
Dividendos suplementares				Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		(218)	606
	1.495	31	213	Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)		2016	2015
				Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		216	606
				Lucro (Prejuízo) do Exercício			
				Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
				Provisão para contingências		588	24
				Juros e variações monetárias		239	923
				Imposto de renda e contribuição social		150	374
				Lucro Líquido do Exercício Ajustado		759	1.917
				Variação no Capital Circulante			
				Aumento/(redução) nos ativos operacionais			
				Contas a receber		842	3.510
				Estoque de imóveis a comercializar		443	3.237
				Outros ativos		1.696	205
				(Aumento)/(redução) nos passivos operacionais			
				Contas a pagar		(24)	(27)
				Outros passivos		(741)	(860)
				Juros pagos		—	(659)
				Caixa Líquido Aplicado nas (Gerado pelas)			
				Atividades Operacionais		2.218	5.406
				Amortização de empréstimos de terceiros		—	(12.609)
				Aumento/(redução) de capital e adiantamento para aumento de capital		(2.500)	
				Dividendos pagos		(1.778)	(143)
				Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas)			
				Atividades de Financiamento		(4.278)	(12.833)
				Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e			
				Equivalentes de Caixa		1.303	5.496
				Saldos no início do exercício		3.206	8.705
				Saldos no final do exercício		1.903	3.206

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (CVM). Caixa e Equivalentes de Caixa - são avaliados ao valor justo na mensuração inicial e compreendem depósitos bancários à vista. Contas a Receber - São avaliadas e registradas pelo valor presente na data de transação sendo deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise individual dos recebíveis. Estoque - são registrados nesta rubrica os custos de aquisição de terreno, de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos cujas unidades ainda não foram vendidas. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de compra, bem como os custos incorridos para a aquisição e não exercidos. Outros ativos - representam o valor de mercado. Capital Social - o capital social subscrito e integralizado está representado por 1.494.529 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Diretoria

Ricardo Lehm
André Paterno Lucarelli
Ulbrayra Sposetto de Camargo Freitas

Alexandre Costa Fonseca
Marcelo Sumari Mascaretti

CPF/MF 084.629.317-03 - CRC - RJ 1.071.101-SP

[illegible]

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12 - Em Milhares de Reais									
Balanco Patrimonial - ATIVO	2016	2015	Balanco Patrimonial - PASSIVO	2016	2015	Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/12/16	01/01/16	
Ativo Circulante	73	203	Passivo Circulante	71	203	Atividades Operacionais	1	-	
Títulos e Valores Mobiliários/Renda Fixa	60	19	Otras Obrigações	71	203	Lucro líquido (Prejuízo) do período	(736)	-	
Outros Créditos/Diversos	13	184	Impostos e contribuições sobre saldos	19	15	Depreciações e amortizações	737	-	
Ativo não Circulante	4.799	-	Demaís impostos e contribuições a recolher	-	-	Varição de Ativos e Obrigações	(2)	-	
Imobilizado de Uso	4.799	-	Provisões para pagamentos a efetuar	51	43	(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários	(41)	(19)	
Outros bens do imobilizado de uso	5.536	-	Diversos	-	144	(Aumento) diminuição de outros créditos	171	(184)	
(Depreciações acumuladas)	(737)	-	Patrimônio Líquido	4.801	-	Aumento (diminuição) de outras obrigações	(132)	203	
Total do Ativo	4.872	203	Capital	5.537	-	Caixa líquido (aplicado)	-	-	
Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2015	De domiciliados no país	5.537	-	consumo nas atividades operacionais	(1)	-	
Resultado Bruto	-	-	(Capital a realizar)	(1)	-	Atividades de Investimento	(5.536)	-	
Despesas/Receitas Operacionais	(737)	-	Lucros/(Prejuízos) acumulados	(736)	-	(Inversões) em: Imobilizado de Uso	(5.536)	-	
Despesas Gerais e Administrativas	(737)	-	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.872	203	Caixa líquido originado (aplicado)	-	-	
Despesa de depreciação e amortização	(737)	-	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			nas atividades de investimento	(5.536)	-	
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(737)	-	Capital			Atividades de Financiamento	5.537	-	
Resultado Financeiro	1	-	Lucros ou Prejuízos			Integralização de capital	5.537	-	
Receitas Financeiras, Rendas de Títulos e valores mobiliários	-	-	Realizado			Acumulados			
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(736)	-	Saldos Finais em 31/12/14	-	-	Caixa líquido originado (aplicado)	-	-	
Resultado Líquido das Operações Contínuas	(736)	-	Mutações do Período	-	-	nas atividades de financiamento	5.537	-	
Lucro (Prejuízo) do Período	(736)	-	Saldos Finais em 31/12/15	-	-	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	
Lucro de Ações	5.537	1.000	Mutações do Período	5.537	(736)	Modificações na Posição Financeira	-	-	
Lucro (Prejuízo) por Ação	(0,133)	-	Aumento do Capital	5.537	5.537	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	
A DIRETORIA			Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	(736)				
Rinaldo Dantas - Cortador CRC-ISP 110330/O-6			Saldos Finais em 31/12/16	5.537	(736)	As demonstrações financeiras completas, contendo as Notas Explicativas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.			



**PARECER DINVEST/
ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2018**

ASSUNTO: Credenciamento de Instituições Financeiras
INTERESSADO: BANCO ITAÚ S.A.
CNPJ: 60.701.190/0001-04
CATEGORIA: Administrador
OBJETIVO: Credenciamento
PROCESSO Nº: 2018/24830/002656

Análise resumida das documentações constantes no Processo

A partir da análise dos documentos constantes no processo de credenciamento acima citado, a Diretoria de Investimentos do Igeprev – DINVEST, conclui os seguintes pontos quanto à instituição:

1- Apresentado Questionário de Due Diligence em substituição ao Termo de Análise de Credenciamento?

Sim. Apresentou Questionário de Due Diligence – Seção I e II completos.

2- Informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:

Conforme Certidão do Banco Central apresentada, à fl. 3, o banco está autorizado a funcionar como banco múltiplo, a operar com carteiras: comercial, de crédito financeiro e de investimento, imobiliário e arrendamento mercantil; realizar operações no mercado de câmbio e com crédito rural; e ainda, que atende a toda a legislação em vigor.

Não havendo restrições que desaconselhem um relacionamento seguro.



3- Regularidade Fiscal e Previdenciária

Regularidade Fiscal verificada a partir de certidões anexas ao processo de credenciamento, a saber:

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fls. 22;

Certidão da Fazenda Municipal, fls. 23;

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa com situação Inscrito/Suspenso, fls. 24-25;

Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fls. 26.

4- Estrutura da Instituição

Todas as informações quanto a Estrutura e demais informações pertinentes a Instituição constam no *Questionário Due Diligence – Seção 1, fls. 44 a 100. No geral, é uma empresa muito bem estruturada e com renome nacional no mercado e preenchendo todos os requisitos do questionário.*

5- Qualificação do corpo técnico

O atual modelo de gestão de pessoas da Instituição, conforme *Questionário Due Diligence*, possui um plano de remuneração que objetiva motivar, integrar e direcionar os funcionários aos objetivos e prioridades da área.

O plano está baseado numa participação variável nos resultados da Itaú Asset Management, concedida a cada funcionário elegível, em caso de se atingir e/ou superar as metas pré-estabelecidas em dois níveis: área de negócio e o desempenho individual.

Os mecanismos utilizados para retenção de talentos são: Política de Benefícios, Previdência Privada, Políticas de Méritos e Promoções, Programas de Formação (MBA nacional e internacional, programa de *trainees* e programa de estágio) e Job Swaps (oportunidade de executar projeto em uma das unidades externas da Itaú Asset Management).

Oferecendo Programas de Formação, Aperfeiçoamento, Especialização e Certificação Profissional.

Mais informações podem ser verificadas diretamente no *Questionário Due Diligence*, às fls. 59 e 60.

77



6- Histórico e experiência de atuação

Itaú Administração de Ativos-

Com a criação do Banco Itaú de Investimentos, em meados dos anos sessenta, o primeiro de seu gênero no país, o Itaú iniciou sua atuação no segmento de administração de recursos de terceiros, vocação que se mostraria natural nos anos que se seguiram.

Nos últimos anos, o Banco Itaú avançou atendendo às novas necessidades do mercado, criando produtos específicos e adequados para cada segmento de atuação e oferecendo ampla gama de facilidades operacionais.

Unibanco Asset Management (UAM)

Desde sua fundação em 1995, a UAM teve uma administração independente do Banco Unibanco, seguindo a política de *chinese wall*. Sua criação, uma iniciativa pioneira no Brasil, deu continuidade à longa e reconhecida trajetória do Unibanco na administração de recursos de terceiros.

Sua postura ética e rígidos princípios de controle sempre estiveram respaldados na tradição empresarial do Unibanco, um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com mais de 80 anos de atuação no mercado brasileiro e internacional.

Itaú Unibanco

Em novembro de 2008, Itaú e Unibanco assinaram contrato de associação visando à unificação das operações financeira dos dois bancos, formando o maior conglomerado financeira privado do Hemisfério Sul.

Toda esta dedicação à sua vocação original de administração de recursos faz com que atualmente o Itaú Unibanco seja um dos maiores gestores privados de recursos de terceiros do país, com posição destacada no segmento de fundos mútuos, situando-se entre os principais gestores de recursos de fundos de pensão e com absoluta liderança no segmento de pessoas físicas.

Para mais informações a respeito da história do Itaú e Unibanco, favor consultar o site <https://www.itaui.com.br/relacoes-com-investidores>.

Fonte: *Questionário Due Diligence – QDD.*

707



7- Principais categorias de ativos e fundos

FUNDOS DE INVESTIMENTO SOB ADMINISTRAÇÃO/ GESTÃO POR CLASSIFICAÇÃO RESOLUÇÃO CMN	Nº DE FUNDOS	PATRIMÔNIO TOTAL DOS FUNDOS (R\$)	Nº TOTAL DE COTISTAS
• Curto Prazo	-	-	0,0%
• Referenciado	-	-	0,0%
• Cambial	2	-	0,3%
• Renda Fixa	172	-	25,6%
• Multimercado	313	-	46,6%
• Dívida Externa	-	-	0,0%
• Ações	87	-	12,9%
• FIDC	-	-	0,0%
• FIP	-	-	0,0%
• FIEE	-	-	0,0%
• FII	-	-	0,0%
• Fundo de Índice (ETF)	8	-	1,2%
• Outras categorias	88 ²	-	13,1%

¹ A Itaú Asset Management passou a utilizar a nova classificação relativa à CVM 555

²Inclui Previdência e exclusivo fechado. Fonte: Dados da Itaú Asset Management/DUE DILIGENCE

8- Volume de recursos sob administração/gestão

Conforme abaixo, o Itaú possui R\$ 601,1 bilhões de recursos de terceiros, sob sua gestão.

MÊS/ANO	PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO (R\$)	PATRIMÔNIO TOTAL SOB ADMIN/ GESTÃO (R\$)	Nº DE PORTIFÓLIOS SOB GESTÃO
2013	358,8 bilhões	361	618
2014	388,3 bilhões	363	625
2015	462,0 bilhões	270**	630
2016	524,0 bilhões	259	640
2017	601,1 bilhões*	262	667

*Fonte: Ranking de Gestão Anbima, dezembro de 2017.

**Mudança no critério de demonstração da informação, contendo apenas os profissionais alocados na estrutura da Itaú Asset Management.

Fonte: Due Diligence

704

9

9- Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão:

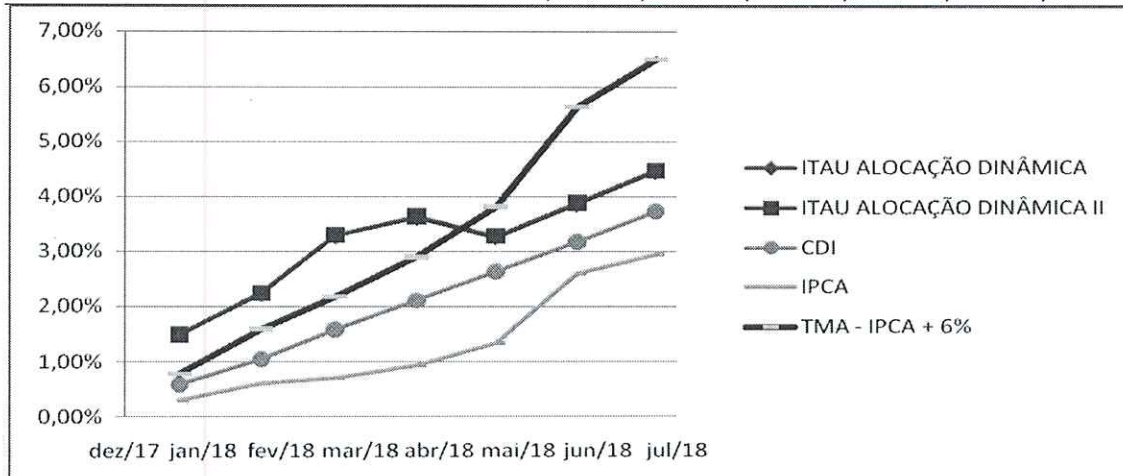
MAPA DE RENTABILIDADE 2018

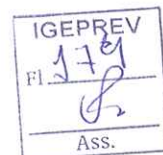
FUNDOS	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	Jul/18	No Ano
Carteira	1,57	0,42	0,51	0,35	-1,46	-0,25	1,25	2,39
ITAU ALOCAÇÃO DINÂMICA	1,49	0,74	1,03	0,33	-0,35	0,59	0,57	4,46
ITAU ALOCAÇÃO DINÂMICA II*	1,49	0,75	1,03	0,33	-0,34	0,59	0,57	4,48
ITAU AÇÕES PHOENIX	7,74	1,89	1,83	2,66	-7,92	-3,07	6,23	8,80
ITAU FOF RPI AÇÕES IBOV ATIVO	9,71	1,17	-0,20	0,45	-9,29	-4,59	7,10	3,15
TMA - IPCA + 6%	0,78	0,87	0,58	0,71	0,89	1,75	0,82	6,56
IPCA	0,29	0,38	0,09	0,22	0,40	1,26	0,33	2,94
CDI	0,58	0,46	0,53	0,52	0,52	0,52	0,54	3,73
IBOVESPA	11,14	0,52	0,01	0,88	-10,87	-5,20	8,88	3,69

* Aplicação realizada no final de Jun, utilizado o rendimento do fundo desde janeiro para comparação com a Taxa da Meta Atuarial - TMA.

Sendo o ano com volatilidade por ser um ano político é observável que os fundos do Itaú, apesar de não superarem a TMA, superaram com certa folga o desempenho médio da carteira.

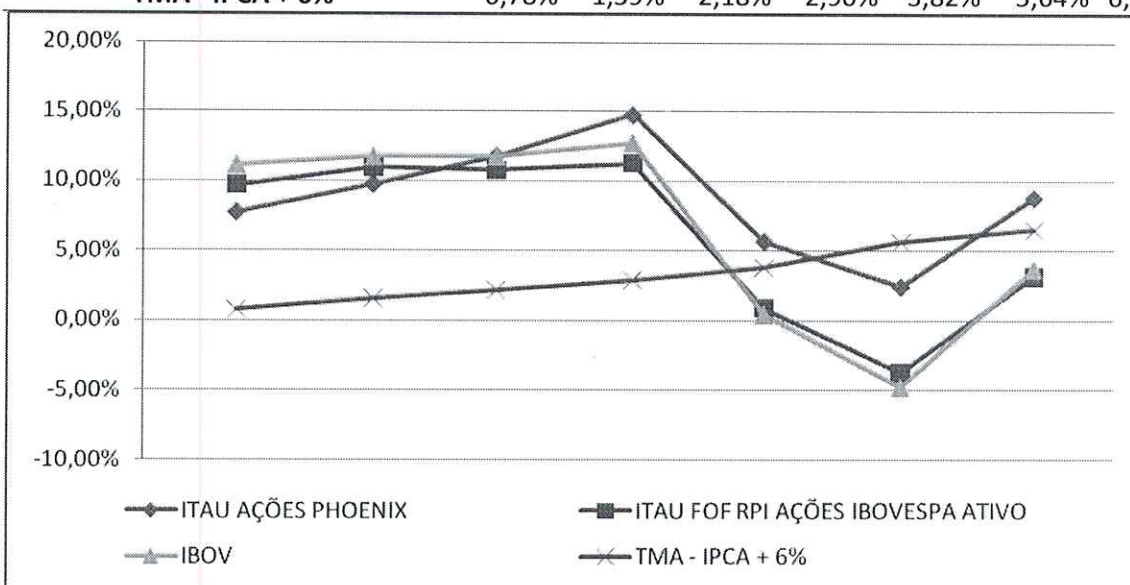
FUNDOS RENDA FIXA RENTABILIDADE ACUMULADA	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18
ITAU ALOCAÇÃO DINÂMICA	1,49%	2,23%	3,28%	3,62%	3,26%	3,87%	4,46%
ITAU ALOCAÇÃO DINÂMICA II	1,49%	2,25%	3,30%	3,64%	3,28%	3,89%	4,48%
CDI	0,58%	1,05%	1,59%	2,11%	2,64%	3,17%	3,73%
IPCA	0,29%	0,61%	0,70%	0,92%	1,33%	2,60%	2,94%
TMA - IPCA + 6%	0,78%	1,59%	2,18%	2,90%	3,82%	5,64%	6,50%





Os fundos de Renda Fixa do Itaú possuem estratégias semelhantes, com estratégia ativa de alocação, sendo fundos protetivos, e começam apresentar recuperação após os acontecimentos políticos de maio e junho.

FUNDOS RENDA VARIÁVEL RENTABILIDADE ACUMULADA	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18
ITAU AÇÕES PHOENIX	7,74%	9,77%	11,79%	14,76%	5,67%	2,42%	8,80%
ITAU FOF RPI AÇÕES IBOV ATIVO	9,71%	11,00%	10,77%	11,27%	0,94%	-3,69%	3,15%
IBOV	11,14%	11,72%	11,73%	12,71%	0,46%	-4,76%	3,69%
TMA - IPCA + 6%	0,78%	1,59%	2,18%	2,90%	3,82%	5,64%	6,50%



Os Fundos de Renda Variável vem apresentando desempenho compatível com o seu benchmark, Ibovespa, sendo que o Phoenix voltou a bater a meta atuarial no mês de julho.

Mais detalhes sobre os fundos do Itaú incluindo introdução às suas características fundamentalistas, além de subsídio técnico podem ser verificados no processo de credenciamento às folhas 138 a 166.

Pauta-se ainda que o Itaú demonstra ser uma instituição sólida, fato de grande importância para a permanência e alocação de recursos do Igeprev-TO.

10- Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão

O Itaú possui classificação de risco como gestora tendo nota AMP-1 "Muito Forte" emitido pela S&P Global Rating, documento anexo ao processo de credenciamento às fls. 101 a 103.

Destaque do relatório de rating: A classificação 'AMP-1' (Muito Forte) atribuída pela S&P Global Rating à Itaú Asset Management reflete nossa opinião

707



sobre as práticas de administração de recursos de terceiros “MUITO FORTE” da gestora, sendo esta a avaliação mais alta em uma escala que vai de ‘AMP-1’ (maior) à ‘AMP-5’ (menor).

O Itaú Asset apresentou ainda relatório de rating da instituição FitchRating que atribuiu nota “Excelente” com perspectiva estável, conforme fls. 104 à 108.

11- Critério de análise pré-estabelecido pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS

O principal parâmetro definido pelo instituto é a Política Anual de Investimentos.

O Itaú é aderente a atual Política Anual de Investimentos.

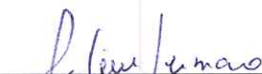
As demais instituições não aderentes a Política Anual de Investimentos poderão ser credenciadas/recredenciadas, única e exclusivamente para que o instituto faça acompanhamento dos fundos estressados que já estão na carteira, não sendo possível a realização de novos aportes.

12- Conclusão da análise

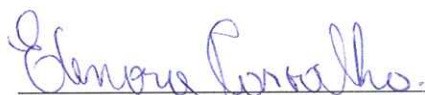
Trata-se de Credenciamento de instituição financeira.

Após análise da documentação apresentada pela Instituição, constata-se a comprovação de todos os requisitos exigidos na Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, que define normas complementares às exigências previstas na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, para credenciamento de Instituições Financeiras prestadoras de serviço de administração e gestão de recursos financeiros, bem como o Edital de Credenciamento nº 001/2018 de 09/05/2018 publicado no Diário Oficial do Estado nº 5108.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 (quatorze) dias do mês de setembro do ano de 2018.


Milene Martins Barros
CPF: 446.625.229-15
Diretora de Investimentos


Júlio César Medeiros Lima
CPF: 005.430.941-70
Gerente de Produtos Estruturados


Elenora Antônia de Carvalho
CPF: 942.802.401-59
Gerente de Renda Fixa e Variável

PROCESSO Nº: 2018/24830/002656

INTERESSADO: BANCO ITAÚ S.A.

ASSUNTO: Credenciamento de Instituição Financeira.

DESPACHO Nº 008/2018/DINVEST

Com base no PARECER DINVEST/ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2018 de 14/09/2018, desta Diretoria, encaminhamos os autos ao Comitê de Investimentos, para análise e deliberação quanto ao Credenciamento da instituição financeira.

Ressaltamos que, conforme as exigências da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, que define normas complementares previstas na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, para credenciamento de Instituições Financeiras prestadoras de serviço de administração e gestão de recursos financeiros, e ainda, conforme o Edital de Credenciamento nº 001/2018 de 09/05/2018 publicado no Diário Oficial do Estado nº 5108, a documentação analisada da referida Instituição está regular.

Palmas, 17 de setembro de 2018.

(Documento Assinado Eletronicamente)

MILENE MARTINS RAMOS
Diretora de Investimentos

SGD: 2018/24839/022176

PROCESSO Nº: 2018/2480/002901

INTERESSADO: Diretoria de Investimentos

ASSUNTO: Deliberação da 2ª Reunião Ordinária de 2018 do Comitê de Investimentos.

DESPACHO Nº 1/2018/CI

O Comitê de Investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, consoante dispõe o Art. 3º, inc. I da Portaria nº 746/2017, de 10 de outubro de 2017, após a devida análise devolve os processos acima descritos, conforme decisão unânime proferida na 2ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, realizada no dia 7 de novembro de 2018, para anexação do edital de credenciamento, certidão de recredenciamento e informação sobre a data de recebimento dos documentos exigidos.

Palmas, 07 de novembro de 2018.


WANDERSON GOMES SOUSA
Secretário dos Colegiados

Wanderson Gomes Sousa
Assistente Administrativo
Mat.: 11180641 - 1
IGEPREV - TO



OYA3743/TO	0523077700166	DETRAN	TO00190910	15/03/2018	16:24	5185-1
MVR4761/TO	04064642198	DETRAN	TO00190980	15/03/2018	16:41	5185-1
MWY0169/TO	88010287172	DETRAN	TO00190911	15/03/2018	16:27	5185-1
MWQ3638/TO	11141574659	DETRAN	TO00190979	15/03/2018	16:41	5185-1
NGZ8434/TO	8755994172	DETRAN	TO00190977	15/03/2018	16:38	5185-1
OLH9179/TO	01961700107	DETRAN	TO00190978	15/03/2018	16:40	5185-1
HNS5145/TO	01468942190	DETRAN	TO00190914	15/03/2018	16:41	5185-1
OLJ1968/TO	00145633128	DETRAN	TO00190915	15/03/2018	16:42	5185-1
QKA0064/TO	25053109000118	DETRAN	TO00191021	16/03/2018	08:26	5185-1
HDB6492/TO	34500421068	DETRAN	TO00190974	15/03/2018	16:35	5185-1
MXB0029/TO	87339927115	DETRAN	TO00191022	16/03/2018	08:27	5185-1
MWD7722/TO	11336672000199	DETRAN	TO00191023	16/03/2018	08:30	5185-1
GUH6668/TO	30977959104	DETRAN	TO00190970	15/03/2018	16:32	5185-1
MWK3667/TO	49923374149	DETRAN	TO00176793	12/03/2018	18:16	5622-2
OLL9470/TO	92289886149	DETRAN	TO00190862	15/03/2018	09:01	5185-1
MVM0639/TO	48464964191	DETRAN	TO00191018	16/03/2018	08:18	5185-1
NGF0980/TO	38304040182	DETRAN	TO00191015	16/03/2018	08:06	5185-1
MWW7231/TO	06776728887	DETRAN	TO00191014	16/03/2018	08:04	5185-1
OLJ9504/TO	25509546899	DETRAN	TO00191013	16/03/2018	08:03	5185-1
NLS3411/TO	06616625192	DETRAN	TO00191011	15/03/2018	17:13	5185-1
NLG4947/TO	10508402000155	DETRAN	TO00190918	15/03/2018	16:52	5185-1
HPR7354/TO	95356010168	DETRAN	TO00190919	15/03/2018	16:53	5185-1
QKE0726/TO	0697455000110	DETRAN	TO00191009	15/03/2018	17:11	5185-1
OLH7472/TO	34875832168	DETRAN	TO00190916	15/03/2018	16:43	5185-1
OQV7227/TO	91867762153	DETRAN	TO00191008	15/03/2018	17:09	5185-1
MXA9175/TO	13070339115	DETRAN	TO00190901	15/03/2018	15:41	5185-1
KEZ5864/TO	96407093104	DETRAN	TO00191007	15/03/2018	17:09	5185-1
QKK0234/TO	60924040000909	DETRAN	TO00191006	15/03/2018	17:08	5185-1
QKD9689/TO	31114038168	DETRAN	TO00191005	15/03/2018	17:07	5185-1
NWE5253/TO	96405686191	DETRAN	TO00191004	15/03/2018	17:06	5185-1
OLN0256/TO	81413750168	DETRAN	TO00190930	15/03/2018	17:12	5185-1
OLN6730/TO	60924040000909	DETRAN	TO00190931	15/03/2018	17:13	5185-1
MXG5808/TO	58680705187	DETRAN	TO00190932	15/03/2018	17:14	5185-1
NVL4508/TO	92220983153	DETRAN	TO00166718	13/03/2018	16:17	5967-0
MVU5596/TO	09432515168	DETRAN	TO00190934	15/03/2018	17:15	5185-1
OLH6220/TO	81076320600	DETRAN	TO00190905	15/03/2018	16:17	6580-0
OLH6315/TO	13678363000122	DETRAN	TO00190907	15/03/2018	16:19	5193-0
MXW3304/TO	98334069120	DETRAN	TO00166709	13/03/2018	15:25	7366-2
MXD7725/TO	00053946006	DETRAN	TO00166742	14/03/2018	09:05	7633-2
MVT9803/TO	91451094191	DETRAN	TO00166728	13/03/2018	20:02	7633-2
MVP4253/TO	28758331115	DETRAN	TO00166711	13/03/2018	16:08	7048-1
JVJ2438/TO	01323316167	DETRAN	TO00190935	15/03/2018	17:17	5185-1
MXA1251/TO	08152632104	DETRAN	TO00190926	15/03/2018	17:05	5185-1
JPG1001/TO	86532888149	DETRAN	TO00190925	15/03/2018	17:04	5185-1
OQF3768/TO	96181680187	DETRAN	TO00190928	15/03/2018	17:09	5185-1
MWE2712/TO	17716322320	DETRAN	TO00190929	15/03/2018	17:10	5185-1
OLN0099/TO	07248660000135	DETRAN	TO00176797	13/03/2018	08:13	5185-1
JIP6515/TO	14763583115	DETRAN	TO00190927	15/03/2018	17:06	5185-1
DOD0833/TO	64244628134	DETRAN	TO00176795	13/03/2018	08:10	5185-1
MWE3789/TO	73599727104	DETRAN	TO00176794	13/03/2018	08:08	5185-1
OLN7082/TO	00896274000100	DETRAN	TO00191019	16/03/2018	08:19	5185-1
QKA3300/TO	00505900149	DETRAN	TO00191003	15/03/2018	17:01	5185-1
MWB4204/TO	02723671178	DETRAN	TO00191000	15/03/2018	16:59	5185-1
NRO6653/TO	02294332199	DETRAN	TO00190997	15/03/2018	16:58	5185-1
OYC7724/TO	88433820125	DETRAN	TO00190995	15/03/2018	16:56	5185-1
MXE9579/TO	04996884304	DETRAN	TO00190996	15/03/2018	16:57	5185-1
MWW4830/TO	01007058129	DETRAN	TO00190994	15/03/2018	16:56	5185-1
HPN8974/TO	82693412153	DETRAN	TO00190989	15/03/2018	16:53	5185-1
OYC0770/TO	39859304815	DETRAN	TO00190990	15/03/2018	16:53	5185-1
OYC7038/TO	81198795115	DETRAN	TO00190986	15/03/2018	16:52	5185-1
MWY3821/TO	80813550149	DETRAN	TO00190985	15/03/2018	16:48	5185-1
KDV0795/TO	80325343187	DETRAN	TO00190982	15/03/2018	16:42	5185-1
KCN2782/TO	81735880159	DETRAN	TO00190936	16/03/2018	08:35	5010-0
NRO6653/TO	02294332199	DETRAN	TO00190946	16/03/2018	08:10	7633-1
NVT9920/TO	55770991704	DETRAN	TO00176792	12/03/2018	15:40	5185-1
QKD0969/TO	34029567649	DETRAN	TO00176800	13/03/2018	09:37	5185-1
OLN6609/TO	04675602185	DETRAN	TO00176799	13/03/2018	09:37	5185-1
PVB4066/TO	92132618100	DETRAN	TO00190861	15/03/2018	09:01	5185-1
JEY4008/TO	05110692190	DETRAN	TO00190777	14/03/2018	09:37	6670-0
DUH2840/TO	85687642153	DETRAN	TO00190869	15/03/2018	09:17	5185-1
QKE1438/TO	85176753120	DETRAN	TO00190852	14/03/2018	15:36	5185-1
MXD2448/TO	11372147000129	DETRAN	TO00190854	14/03/2018	15:37	5185-1
HLB0042/TO	34557651810	DETRAN	TO00190855	14/03/2018	15:38	5185-1
MWE6631/TO	40979423104	DETRAN	TO00190856	14/03/2018	15:39	5185-1
MWV0265/TO	25052507000110	DETRAN	TO00190857	14/03/2018	15:39	5185-1
QKE1498/TO	00263142000141	DETRAN	TO00190859	15/03/2018	08:56	5185-1
NFG6458/TO	99089203168	DETRAN	TO00190860	15/03/2018	08:58	5185-1

IGEPREV-TOCANTINS

PORTARIA Nº 569, DE 07 DE MAIO DE 2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e consoante o disposto no art. 20, inc. X, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008,

Considerando o lançamento do Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos, por este Instituto;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria IGEPREV nº 729, de 19 de setembro de 2013, que aprova a Política de Credenciamento de Instituições Financeiras e Gestoras de Carteira do RPPS Tocantins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

O IGEPREV/TO - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.091.307/0001-76, com sede na Av. Teotônio Segurado, 302 Norte, QI 01, Al. 05, Lts. 02 e 03, Palmas/TO, neste ato representado pelo seu Presidente SHARLES FERNANDO BEZERRA LIMA, servidor público, residente e domiciliado em Palmas/TO, Gestor do RPPS, conforme Ato nº 579, de 19 de abril de 2018, no uso de suas atribuições legais, torna público o CREDENCIAMENTO de instituições prestadoras de serviços de gestão financeira e fundos de investimentos, em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, combinados com os artigos 27 a 30 e 34 a 37 da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Instituições Financeiras e de Fundos de Investimentos que estejam autorizados, nos termos da Legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância das Normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no Mercado Financeiro Nacional, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Ministério da Fazenda/Secretaria da Previdência.

1.2 O credenciamento de fundos de investimento, instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, instituições e pessoas naturais integrantes do sistema de distribuição junto ao RPPS, é requisito prévio para fins de alocação dos recursos vinculados ao RPPS, devendo observar o disposto neste ato e em seus anexos.

1.3 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Instituto de Previdência é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na Política Anual de Investimentos vigente do INSTITUTO.

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão ser credenciadas as instituições financeiras e fundos de investimentos devidamente autorizados a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Credenciamento.

2.2 A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.



3.2.3 Será considerada não credenciada a Instituição Financeira que não apresentar quaisquer dos itens acima, ou apresentá-las com vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.

3.2.4 Os documentos exigidos neste Edital serão apresentados em original ou cópia reprográfica autenticada ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

3.2.5 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, estando sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta online.

3.2.6 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da apresentação do requerimento de credenciamento.

3.2.7 No documento em que o prazo de validade não esteja mencionado expressamente, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva emissão.

3.2.8 Apresentada a solicitação para credenciamento com toda a documentação exigida, a instituição declara, para todos os fins, a aceitação de todos os termos e condições expressos no presente Edital.

3.3 SEGUNDA ETAPA: QUALIFICAÇÃO

3.3.1 Serão habilitadas somente as instituições que atenderem integralmente o disposto no presente edital.

3.3.2 Os documentos de credenciamento serão analisados pela Diretoria de Investimentos do Instituto, que emitirá um Parecer Técnico, e pelo Comitê de Investimentos.

3.3.3 Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos.

3.3.4 A aceitação dos documentos e informações da instituição requerente, a emissão de Termo de Análise de Credenciamento ou Atestado de Credenciamento não geram para o INSTITUTO qualquer obrigação ou compromisso de realizar contratação ou alocação de recursos em veículos de investimento administrados, geridos ou distribuídos pela instituição ou agente credenciado.

4. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.1 Os documentos deverão ser entregues na sede do INSTITUTO, nos dias úteis, no horário local das 8:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira, os quais serão protocolados, constituindo um processo administrativo único;

4.2 Toda instituição que possui aplicação financeira no Instituto está OBRIGADA a providenciar o credenciamento nos termos deste Edital no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da sua publicação, sob pena de ser declarada inapta para gestão dos recursos.

4.2.1 Após o decurso do prazo, não ocorrendo o credenciamento o Instituto solicitará resgate de todo valor aplicado na instituição que deixou de atender o chamamento público para o credenciamento.

4.3 A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento, durante a vigência do presente Edital, para as instituições que não possuam aplicações de recursos financeiros do Instituto.

5. DOS PRAZOS

5.1 Depois de instruída a solicitação para credenciamento, a Diretoria de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS terá o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da documentação, para analisar e emitir parecer técnico.

5.2 Caso, durante a análise da solicitação de credenciamento, seja verificado que algum documento não foi entregue ou foi entregue parcialmente, o Diretor de Investimentos emitirá Carta de Exigência à respectiva Instituição interessada, contendo a relação de documentos faltantes, a qual terá 30 (trinta) dias para apresentá-los, ficando suspenso o prazo de análise estabelecido no subitem anterior, retomando a contagem a partir da apresentação de todos os documentos solicitados.

5.3 A não apresentação da documentação no prazo estipulado para credenciamento, ou apresentação de documentos contendo vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital, acarretará a inabilitação da Instituição interessada.

5.4 Realizada a análise de que trata o subitem 5.1, havendo parecer favorável, o processo de credenciamento é submetido à aprovação do Comitê de Investimentos que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, deliberará sobre a matéria, juntando a ata da reunião aos autos do processo.

5.5 Após aprovação do Comitê de Investimentos, o Presidente do IGEPREV-TOCANTINS, no prazo máximo de 10 (dez) dias, homologará o procedimento e declarará CREDENCIADA a Instituição.

5.6 Aprovado pelo Comitê de Investimentos e homologado pelo Presidente do Instituto, o processo de credenciamento é finalizado com o ato de publicação da Instituição credenciada no site do IGEPREV-TOCANTINS e na imprensa oficial do Estado, em no máximo 2 (dois) dias.

6. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

6.1 A Solicitação de Esclarecimentos ou Impugnação ao Edital poderá ser feita a qualquer tempo, durante sua vigência.

6.2 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira.

6.3 Os recursos contra decisões do INSTITUTO não terão efeito suspensivo. Caberá ao Comitê de Investimentos decidir sobre a petição no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

6.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.5 Em caso de indeferimento do pedido de credenciamento, haverá comunicação expressa ao interessado, ficando assegurado o direito de recurso ao credenciante em até 5 (cinco) dias a contar da publicação na imprensa oficial do Estado.

5.6 Havendo indeferimento dos pedidos de credenciamento, facultam-se aos interessados apresentarem novos pedidos, a contar da data de publicação do indeferimento do credenciante na imprensa oficial do Estado.

7. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

7.1 O presente credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de homologação que deverá ser publicado no site do RPPS, visto que o "Atestado de Credenciamento" foi substituído pelo preenchimento da Aba Credenciamento do novo DAIR a partir de janeiro de 2017.

7.2 A cada 12 (doze) meses a instituição credenciada deverá apresentar as documentações exigidas no credenciamento, para fins de atualização cadastral, devendo os mesmos serem protocolados na sede do RPPS em até 30 (trinta) dias antes do vencimento deste prazo.

7.3 As instituições financeiras que já administram ou gerenciam recursos do INSTITUTO ficam cientes de que o não credenciamento implica na solicitação de resgate dos recursos aplicados ou solicitação de substituição da prestação de serviço, ou ainda, não havendo sucesso nos pleitos, comunicação formal a CVM e a SPS afim de não prejudicar o INSTITUTO na comunicação do DAIR.

8. DAS PENALIDADES

8.1 Sem prejuízos das demais sanções previstas em Lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.1 O INSTITUTO poderá considerar descredenciado, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, a instituição ou fundo que:

a) Descumprir quaisquer das normas que regem os RPPS, bem como aos ditames da Resolução CMN nº 3.922/2010 ou de normas emitidas pela CVM ou pelo BCB;

b) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Regulamento de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição contratada;

c) Descumprir quaisquer dos requisitos previstos neste instrumento;

ANEXO V

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Razão Social da Instituição), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010, ou outras que entrarem em vigor posteriormente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO VI

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Nome da Empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, Município _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no [Título], DECLARA, sob as penas da Lei, que:

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO VII

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa _____, CNPJ _____, localizada à Rua _____, nº _____, bairro _____, neste município, já executou ou está executando os serviços (descrever os serviços realizados suficientemente detalhado, para permitir a caracterização das atividades desenvolvidas, objeto do [Título], de forma satisfatória, atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos serviços prestados, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade, motivo pelo qual está apto a se candidatar à execução do objeto do presente certame.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO VIII

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

(Substituível pelo Questionário Due Diligence QDD – Seção 1)

IGEPREV
Fl. 180
Ass.

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO

Número do Termo de Análise de Credenciamento	/2018
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	ESTADO DO TOCANTINS	CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS	IGEPREV/TO	CNPJ	25.091.307/0001-76
Possui critérios preestabelecidos para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS? (X) SIM () NÃO			
1. Tipo de ato normativo/edital	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018	Data	
2. Critérios:			
a. Atender a Resolução 3922/2010;			
b. Atender a Resolução 519/2011; e			
c. Atender a Política Anual de Investimentos do Instituto.			

II - Instituição a ser credenciada			
Administrador	Gestor	Administrador/Gestor	Corretora/Distribuidor
Razão Social	CNPJ		
Endereço	Data		
E-mail (s)	Constituição		
Data do registro na CVM		Categoria (s)	
Principal contato com RPPS		Telefone	

Cargo	E-mail	Telefone
-------	--------	----------

II.1 - Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):			
Identificação do documento analisado	Data do doc.	Data de validade das certidões*	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção I e seus Anexos			
2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social			
3. Certidão da Fazenda Municipal*			
4. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital*			
5. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União*			
6. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS*			
7. Relatórios de Gestão de Qualidade			
8. Relatórios de Rating			

II.2 - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):			
Resultado de pesquisas ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:			
Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação

Resultado da análise destas informações:
--

II.3 - Classificação do Risco da Instituição (art. 15, §2º da Resolução CMN nº 3.922/2010):

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data

Principais riscos associados à Instituição:

II.4 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua administração/Gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição (R\$)	Patrimônio total sob admin/ gestão (R\$)	Nº de fundos sob admin/ gestão (R\$)	Nº de cotistas dos fundos sob admin/ gestão	Nº de cotistas RPPS dos fundos sob admin/ gestão
/2016					
Dez/2015					
Dez/2014					
Dez/2013					
Dez/2012					

Comparação histórico, experiência, de volume de recursos, rentabilidade e riscos com outras Instituições credenciadas que ofertam mesma classe de produtos:

II.5 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que atuam na abrangência do RPPS

Nome/Razão Social:	
Informações sobre a Política de Distribuição:	

II.6 - Dados gerais de Fundos sob sua administração/gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Fundos de Investimento sob administração/gestão por classificação	Nº de fundos	Patrimônio total dos fundos (R\$)	Nº total de cotistas	Nº de cotistas RPPS	% do Total de recursos do RPPS	Posição Atual (R\$)	Situação do segmento da carteira quanto a performance/comportamento dos riscos (texto)
FI 100% títulos do TN							

Investimento			
	Fund o	Do gestor /adm. (S/N)	Espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos
	1.		
	2.		
	3.		
			
Total dos ativos de crédito privado em estoque do Fundo	% do PL do Fundo:		
Maiores emissores de títulos de crédito privado que o Fundo é credor	Emissor (CPF/CNPJ)	Parte relacio- nada (S/N) (art. 102, §1º inc. II e III da LCVM 555/2014)	Sistema de registro e liquidação financeira do ativo
Percentual da carteira do fundo vinculado a parte relacionada			
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)			
Classificação de risco de crédito contratada pelo Fundo	Classificação obtida		
	Agencia		
	Data		
	Outros		
Gestão de risco da carteira do Fundo	VAR (Valor de risco) de um dia como percentual do PL calculado para 21 dias úteis e 95% de confiança:		
	Classe de modelos utilizada informada:		
	Principal fator de risco a que o fundo está exposto:		
	Considerando o principal fator de risco, qual variação diária percentual esperada para o valor da cota do fundo no pior cenário de estresse:		
Metodologia e procedimentos de precificação de ativos de baixa liquidez			
Regras de liquidez para ativos específicos do Fundo			
Classificação de risco do Fundo pelo Administrador	Nota na escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento do Fundo:		
Outros critérios de análise			
VII.4 – Procedimentos de diligências/verificações/consultas realizados pelos responsáveis pela análise relativos à carteira do Fundo de Investimento:			
VI.5 - Conclusão da análise do presente Fundo de Investimento, relacionado no Item V dos Termo(s) de Análise de Credenciamento nº /2018 e /2018, considerando as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.922, de 2010, a aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:			
Data			
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 005/2018

CONVÊNIO Nº: 005/2018

PROCESSO Nº: 2018.1071.401930PA

CONVENIENTE: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado Tocantins - IGEPREV

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEPTO.

OBJETO: Constituir a celebração do convênio à concessão de empréstimos e negociações, por meio do sistema de consignação VIABILLIZE com averbação das prestações decorrentes em folhas de pagamento, aos servidores que estão vinculados ao IGEPREV.

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 08/05/2018.

SIGNATÁRIOS: - Sharlles Fernando Bezerra Lima - IGEPREV/TOCANTINS

- Priscila Duarte Bittar - AEPTO/TOCANTINS

NATURATINS

PORTARIA/NATURATINS Nº 193, DE 08 DE MAIO DE 2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas através do Ato nº 579 - NM, de 19 de abril de 2017, publicado no DOE nº 5.095, pág. 01 e 02,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores adiante nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal de Contrato e respectivo substituto, nos casos de impedimentos e afastamento legal dos titular, do contrato elencado a seguir:

FISCAL	SUBSTITUTO	Nº PROCESSO E CONTRATO	OBJETO
Ivaci Rodrigues Souza Mat. 6230202	Francisco das chagas Silva Alves Mat. 39424	2018/4031/00132 Cont.010/2018	Assinatura anual de ferramenta de pesquisa - Banco de Preço

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Diretoria de Administração e Finanças, sobre tais eventos;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, e comunicar imediatamente através de relatório à Diretoria de Administração e Finanças, para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Diretoria de Administração e Finanças para as devidas providências;

VI - justificar ocorrências e promover o atendimento de eventuais diligências dos órgãos de controle;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

XI - desempenhar outras atribuições correlatas ao encargo.

Art. 3º Revogam-se as Disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE KLEBER NEIVA BRITO



Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>



IGEPREV-TO - Credenciamento - Informações complementares - Qualificação Econômico-Financeira e Fundos de Investimentos

1 mensagem

0522 Jose Geraldo <jose-geraldo.martins@itau-unibanco.com.br>

18 de junho de 2018 11:09

Para: Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

Bom dia,

Seguem os documentos para renovação do nosso Credenciamento, informações complementares.

Como os arquivos são grandes, estamos dividindo em 3 partes, considerando a ordem do Edital.

Os originais serão enviados hoje via SEDEX.

Qualquer dúvida ou necessidade de documentos complementares estaremos à disposição.

a.3) - Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento. (Grade RPPS)

Complementares:

- Grade de Fundos RPPS;**
- Apresentação Itaú Institucional Asset Management;**
- Tela DAIR RPPS;**

José Geraldo Martins

Superintendência Comercial Poder Público

Plataforma Brasília/DF 0522

t.(61) 3878 4916 / 4915 c.(61) 99952 4537

jose-geraldo.martins@ itau-unibanco.com.br

Itaú Unibanco

SHS Qd 06 Bl A 3º andar Sala 309

Centro Empresarial Brasil 21

simples. sempre

Esse é o Nosso Jeito

"Esta mensagem é reservada e sua divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso é proibida e depende de prévia autorização desta instituição. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo esta instituição de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Se você recebeu esta mensagem por engano, favor eliminá-la imediatamente."

"This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately."

3 anexos

 **Apresentacao_Institucional_IAM-abr2018-WIKL.pdf**
1936K

 **Tela DAIR - RPPS.pdf**
586K

 **Grade Fundos RPPS 05_18_4604_.pdf**
1011K

PROCESSO Nº: 2018/24830/002656

INTERESSADO: ITAÚ UNIBANCO S.A.

ASSUNTO: Credenciamento de Instituição Financeira

DESPACHO Nº 030/2018/DINVEST

Com base no DESPACHO Nº. 001/2018/CI de 07/11/2018, do Comitê de Investimentos deste Instituto, devolvemos-lhes os autos para análise, após as providências requeridas.

Informamos que a data de recebimento dos documentos físicos foi em 22/06/2018, entregue em mãos.

Ressaltamos que, o Edital de Credenciamento nº 001/2018 de 09/05/2018 publicado no DOE nº 5108, anexado ao processo, tem como objeto o credenciamento e não o recredenciamento das Instituições, que serão consideradas credenciadas conf. Item 5; Bem como, o "Atestado de Credenciamento" foi substituído pelo preenchimento do DAIR conf. Item 7.

Solicitamos que seja anexada a Ata das Reuniões conforme item 5.4.

Após a aprovação do Comitê, encaminhem-se os autos para homologação do Presidente.

Palmas, 04 de dezembro de 2018.

(Documento Assinado Eletronicamente)

MILENE MARTINS RAMOS
Diretora de Investimentos

ATA DA 2ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - 2019

I. **DATA E HORA:** 08 de maio de 2019, às 09h.

II. **LOCAL:** Gabinete da Vice-Presidência do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS.

III. **PRESENÇA:** Membros do Comitê: Ana Cláudia Pereira da Cunha, Vice-Presidente Executiva; Hélio Andrade de Aguiar Sobrinho, Diretor de Previdência; Milene Martins Ramos, Economista; Odirce Soares do Nascimento, Assistente Administrativo. Convidado: Reynaldo Ferreira de Melo, Diretor de Investimentos.

IV. **ORDEM DO DIA:** *Credenciamento de instituições Financeiras:*

V. **PARECER DO COMITÊ:** (1) – **Credenciamento de instituições Financeiras:** A reunião teve início com a discussão sobre o credenciamento de instituições financeiras. O Comitê examinou os processos correntes e mediante os Despachos da Diretoria de Investimentos, que atesta sobre a regularidade das documentações, bem como após avaliar a conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, o atendimento às exigências da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e suas alterações, e ainda o atendimento à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, para credenciamento de Instituições Financeiras prestadoras de serviço de administração e gestão de recursos financeiros, o Comitê avaliou da seguinte forma:

1. Instituições que estão aptas ao credenciamento, por estarem em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS e por atenderem às exigências da Portaria MPS nº 519, bem como à Resolução CMN nº 3.922, conforme Despacho da Diretoria de Investimentos anexado aos respectivos processos:

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002962	90.400.888/0001-42	BANCO SANTANDER BRASIL S.A
2018/24830/003022	10.231.177/0001-52	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA
2018/24830/002934	06.947.853/0001-11	J. SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA
2018/24830/002935	62.180.047/0001-31	J. SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA
2018/24830/002656	33.311.713/0001-25	BANCO ITAU UNIBANCO S.A
2018/24830/003441	62.418.140/0001-31	ITAÚ DTVM S.A
2018/24830/002963	07.397.614/0001-06	BANCOOB DTVM LTDA
2018/24830/002667	30.822.936/0001-69	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A
2018/24830/002711	00.360.305/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
2018/24830/003019	13.421.810/0001-63	VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA
2018/24830/003018	10.917.835/0001-64	VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/002964	33.850.686/0001-69	BRB DTVM S.A

2018/24830/003975	04.506.394/0001-05	AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.
2018/24839/003978	68.622.174/0001-20	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

2. Instituições que não estão aptas ao credenciamento por falta de documentação, conforme Item 4.2 e 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018. As instituições serão, no entanto, credenciadas pelo fato de serem gestoras/administradoras do fundo RB CAPITAL, não sendo possível realizar operação de resgate por se tratar de Fundo imobiliário, mas não receberão novas aplicações ou aportes.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/003088	07.981.934/0001-09	RB CAPITAL ASSET MANAGEMENT LTDA.
2018/24830/003020	03.384.738/0001-98	VOTORATIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

3. Instituições que estão aptas ao credenciamento, porém, não estão aderentes à Política de Investimentos do RPPS. As mesmas serão credenciadas pelo fato de serem gestoras/administradoras de Fundos problemáticos dos quais não é possível fazer operação de resgate, mas não receberão novas aplicações ou aportes, conforme a Resolução CMN 4695/2018 e a Lista Exaustiva da Secretaria da Previdência publicada em 26/11/2018, e conforme ainda o item 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002666	11.010.779/0001-42	BRIDGE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA
2018/24830/002901	05.599.583/0001-32	INFRA ASSET MANAGEMENT LTDA
2018/24830/002669	15.403.817/0001-88	GRAPHEN INVESTIMENTOS LTDA

4. Instituições que não estão aptas ao credenciamento por falta de documentação, além de não estarem aderentes à Política de Investimentos do RPPS. As mesmas serão credenciadas pelo fato de serem gestoras/administradoras de Fundos problemáticos, dos quais não é possível fazer operação de resgate, mas não receberão novas aplicações ou aportes, conforme a Resolução CMN 4695/2018 e a Lista Exaustiva da Secretaria da Previdência publicada em 26/11/2018, e conforme ainda o item 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002933	02.201.501/0001-61	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A
2018/24830/002898	28.048.783/0001-00	ELITE CCVM
2018/24830/002967	00.329.598/0001-67	FOCO DTVM LTDA.
2018/24830/002966	92.904.564/0000-77	ORLA DTVM S.A
2018/24830/002969	28.376.231/0001-13	LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/002933	02.201.501/0001-61	BBB GESTÃO DE PRODUTOS

[Handwritten signature]



IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do
Estado do Tocantins
Comitê de Investimentos



		DE RECURSOS S.A
201/24839/003908	00.806.535/0001-54	PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
2018/24830/002897	42.066.258/0002-11	RJI CTVM LTDA.
2018/24830/003977	11.886.095/0001-09	ELLEVEN GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24839/002668	08.964.545/0001-20	AQ3 ASSET MANAGEMENT LTDA.

5. Instituições que não estão aptas ao credenciamento por falta de documentação, conforme o Item 4.2 e 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002929	60.746.948/0001-12	BANCO BRADESCO S.A
2018/24830/002905	62.375.134/0001-44	BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A DTVM
2018/24830/002899	01.181.521/0001-55	BANCO COOPERATIVO SICRED S.A.
2018/24830/003442	03.795.072/0001-60	CONFEDERAÇÃO SICREDI
2018/24830/002931	11.504.852/0001-32	NOVA SRM ADM. DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/003087	18.606.232/0001-53	REAG GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/002684	19.182.613/0001-15	PHENON CAPITAL ADM. DE RECURSOS S.A.

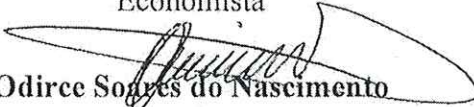
VI. ENCAMINHAMENTO: Submeter o presente documento à Presidência para decisão quanto à homologação dos credenciamentos.

VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião do Comitê de Investimentos foi encerrada, sendo esta Ata transcrita, lida, aprovada e assinada por todos os presentes.


Ana Claudia Pereira da Cunha
Vice Presidente Executiva


Hélio Andrade de Aguiar Sobrinho
Diretor de Previdência

Milene Martins Ramos
Economista


Odirce Soares do Nascimento
Assistente Administrativo

SGD: 2019/24839/010778

DESPACHO Nº 1366/2019/GABPRES

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Edital de Credenciamento nº 001/2018, de 07 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.108,

CONSIDERANDO o disposto nos **Pareceres Dinvest/Análise de Credenciamento** constantes nos processo abaixo referidos, que atesta a regularidade da documentação apresentada pelos interessados em se tornar aptos ao credenciamento;

CONSIDERANDO o disposto na **Ata da 2ª Reunião do Comitê de Investimentos**, de 08 de maio de 2019, que lista as Instituições aptas ao credenciamento e que estão em conformidade com a Política de Investimentos de 2018 do Instituto;

RESOLVE:

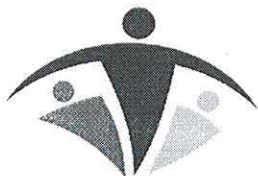
HOMOLOGAR o credenciamento das instituições a seguir, para atuarem na Administração e Gestão de recursos do RPPS-TO pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar desta data.

PROCESSO	PARECER DINVEST Nº	CNPJ	INSTITUIÇÃO	TIPO
2018/24830/002962	015/2018	90.400.888/0001-42	BANCO SANTANDER BRASIL S.A	Administrador
2018/24830/003022	016/2018	10.231.177/0001-52	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	Gestor
2018/24830/002934	013/2018	06.947.853/0001-11	J. SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA	Administrador
2018/24830/002935	014/2018	62.180.047/0001-31	J. SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA.	Gestor
2018/24830/002656	002/2018	60.701.190/0001-04	BANCO ITAU UNIBANCO S.A	Administrador
2018/24830/003441	017/2018	62.418.140/0001-31	ITAÚ DTVM S.A	Gestor
2018/24830/002963	020/2018	07.397.614/0001-06	BANCOOB DTVM LTDA	Administrador /Gestor
2018/24830/002667	003/2018	30.822.936/0001-69	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A	Administrador /Gestor
2018/24830/002711	004/2018	00.360.305/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Administrador/Gestor
2018/24830/003019	025/2018	13.421.810/0001-63	VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.	Administrador

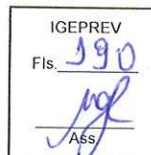
2018/24830/003018	024/2018	10.917.835/0001-64	VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA.	Gestor
2018/24830/002964	002/2019	33.850.686/0001-69	BRB DTVM S.A.	Gestor
2018/24830/002900	023/2018	59.281.253/0001-23	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM	Administrador
2018/24830/003976	022/2018	29.650.082/0001-00	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	Gestor
2018/24830/003975	001/2019	04.506.394/0001-05	AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.	Gestor
2018/24839/003978	021/2018	68.622.174/0001-20	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	Gestor

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, aos 06 dias do mês de junho de 2019.

(assinado eletronicamente)
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente



IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do
Estado do Tocantins



UNIDADE: DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

PROCESSO Nº: 2018/24830/002656

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2019 neste Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, procedemos ao encerramento do Processo nº. 2018/24830/002656 contendo 190 folhas no total, incluindo este Termo, em observância ao disposto na Portaria nº 63/2009, de 29 de julho de 2009.

Para constar, eu, Meire Gomes da Luz, subscrevo e assino.

Meire Gomes da Luz
Operador de Microcomputador
Matrícula nº 992814-1